

MEMÓRIAS DO SÍTIO DA ESTRELA: UM ENCONTRO DE CAMINHOS



Isabel Maria de Moura Anjinho Marques dos Carvalhos

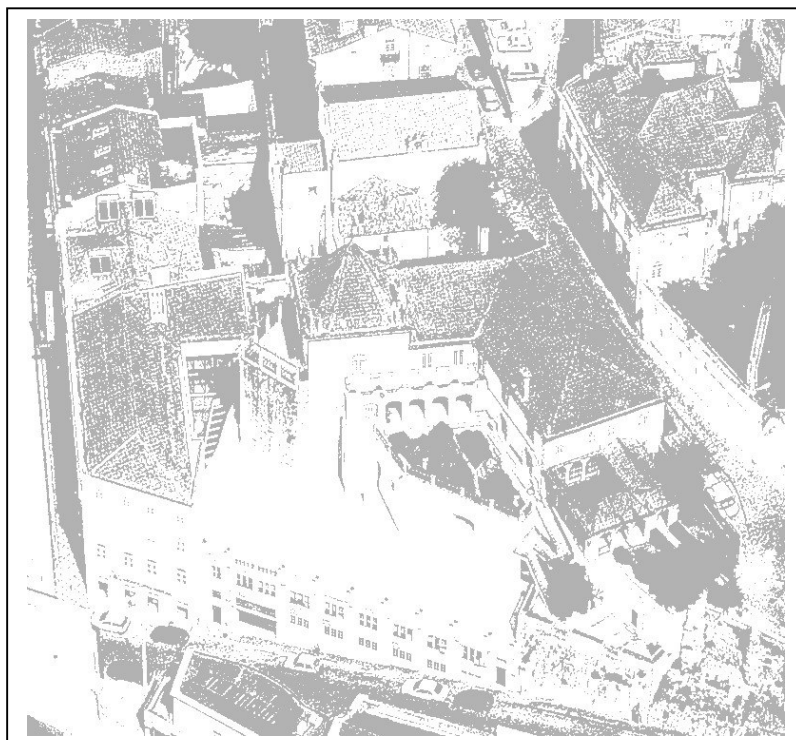
Mestrado em História da Arte

F.L.U.C.

2008



MEMÓRIAS DO SÍTIO DA ESTRELA: UM ENCONTRO DE CAMINHOS



Isabel Maria de Moura Anjinho Marques dos Carvalhos

Mestrado em História da Arte

Orientador: Prof. Doutor António Filipe Pimentel

F.L.U.C.

2008



Índice

Introdução.....	5
1. “Hoje”	8
2. Da actualidade à extinção do Colégio da Estrela	11
2.1. Ana Maria Vila Moura da Fonseca Rocheta Caeiro (1974-2008).....	12
2.2. Ângela Maria Vila Moura da Fonseca Rocheta (1924-1974)	13
2.2.1. O segundo projecto de Raul Lino para a Estrela	15
2.3. “Rodrigues Barbosa, Lda.” (1922-1924)	17
2.3.1. A sociedade “Rodrigues Barbosa, Lda.”	17
2.3.2. O primeiro projecto de Raul Lino para a Estrela	19
2.4. João Rodrigues da Silva Couto (1915-1922)	26
2.5. Luiz Augusto, Maria Leonor e Estevão António d’Oliveira (1913-1915)	31
2.6. Maria Benedita de Castro Melo Soares de Albergaria (1889-1913).....	35
2.7. Luiz de Mello Tocho de Almeida Soares de Albergaria (1854-1889)	39
2.8. Francisca Emília Henriqueta Pereira Bandeira de Neiva (1844-1854)	45
2.9. Antónia Francisca da Cunha Pereira Bandeira de Neiva (c.1843-1844).....	48
2.10. João António Lopes Bastos (1843)	50
2.11. A propriedade do Estado Português (1834-1843).....	51
3. O Colégio de Santo António da Estrela (1707-1834).....	55
3.1. A fundação do Colégio e as remodelações posteriores.....	55
3.1.1. Aforamentos da muralha neste período	64
3.2. Os colegiais.....	67
3.3. A extinção	69
3.4. O edifício	75
4. Dois séculos, uma linhagem de mordomos-mores e o palácio do 1º reitor.....	87
4.1. A propriedade dos Mascarenhas	88
4.1.1. D. Martinho de Mascarenhas, 6º conde de Santa Cruz (1691-1707)	88
4.1.2. D. João de Mascarenhas, 5º conde de Santa Cruz (1686-1691)	89
4.2. A propriedade dos Silvas	91
4.2.1. D. João da Silva, 7º conde de Portalegre (1648-1686)	91
4.2.2. D. Manrique da Silva, 6º conde de Portalegre (c.1627-1648)	93
4.2.3. D. Diogo da Silva, 5º conde de Portalegre (1590-d.1627).....	94
4.2.4. D. Filipa da Silva, 4ª condessa de Portalegre (a.1572-1590)	96
4.2.5. D. Margarida da Silva (2ª mt. séc. XVI-a.1572)	99
4.3. Propriedade dos Almeidas.....	100

4.3.1. D. João de Almeida (d.1554 -2ª mt. séc. XVI)	100
4.3.2. D. Tomásia da Cunha e D. Garcia de Almeida (c.1529-d.1554).....	100
4.4. A propriedade dos Cunhas de Pombeiro da Beira.....	105
4.4.1. D. João Álvares da Cunha (in. séc. XVI-c.1529)	105
4.4.1.1. O aforamento, vizinho, a Pedro de Alpoim.....	107
5. Três séculos, outra linhagem e um palácio lendário	112
5.1. A propriedade dos Ataídes	113
5.1.1. D. Afonso de Ataíde, alcaide de Coimbra (fn. séc. XV-in. séc. XVI)	113
5.1.1.1. O aforamento da barbacã, vizinha, a Pedro Anes, em 1498	114
5.1.2. D. Martinho de Ataíde, alcaide de Coimbra (1452-2ªmt. séc. XV)	115
5.1.3. D. Guiomar de Castro, alcaidessa de Coimbra (in. séc. XV-1452)	116
5.1.3.1. O aforamento da muralha, vizinha, a Fernão da Fonseca, em 1427	117
5.2. A propriedade dos Meneses e dos condes de Barcelos	119
5.2.1. D. Leonor de Meneses (a.1381-fn. séc. XIV)	120
5.2.2. D. João Afonso Telo de Meneses, 4º conde Barcelos (1357-1381)	120
5.2.3. D. Pedro Afonso, 3º conde de Barcelos (1329-1354).....	122
5.2.4. D. Teresa Martins de Meneses (d.1312-d.1329).....	125
5.2.5. D. Violante Sanches (1304-d.1312)	127
5.2.6. D. João Afonso de Meneses, 1º conde de Barcelos (fn. séc. XIII-1304)	127
5.2.7. D. Rodrigo Anes de Meneses (1268-2ª mt. do séc. XIII)	128
5.2.8. D. João Afonso Telo de Meneses (mds. do séc. XIII-1268).....	128
5.2.9. D. Teresa Sanches (a.1211-1ªmt. séc. XIII)	129
6. Das origens a propriedade régia (sécs. XI e XII).....	131
6.1. D. Sancho I e a torre quinária da Estrela (1185-a.1211)	131
6.1.1. O novo sistema defensivo da Estrela	132
6.2. D. Afonso Henriques e uma igreja de titular desconhecido (1128-1185)	140
6.3. D. Fernão Peres de Trava, conde de Trastâmara (1123-1128).....	142
6.4. A propriedade do Cabido da Sé (1110-1123).....	146
6.5. Os irmãos Mendo Baldemires e Sesília (1086-1110)	148
7. A antiga Aeminium, o arco romano e a porta de Belcouce	153
Conclusão	161
Fontes e bibliografia.....	165
Siglas e abreviaturas	207

MEMÓRIAS DO SÍTIO DA ESTRELA: UM ENCONTRO DE CAMINHOS

Introdução

Na ponta mais ocidental da Península Ibérica, recostada num morro calcário, na margem direita do rio Mondego, voltada a ocidente, a cidade de Coimbra ergue-se numa encosta íngreme (**Int./Fig. 1**), atingindo, em breve espaço, a altitude de 99m (**Int./Fig. 2**).

Antiga capital dos primórdios da nacionalidade, sofreu, ao longo dos tempos, enormes alterações, quer de ordem urbanística, quer de ordem natural, estando, actualmente, a superfície da água, no rio, na zona da ponte (no Verão), a cerca de 17m de altitude, quando, no séc. XII, não devia exceder 11.4m (segundo a elevação média anual). Tal significa uma diferença superior a 87,5m, entre o rio e a parte alta da cidade¹, e uma elevação topográfica média de cerca de 0,90m por século (**Int./Fig. 3**), facto com enorme importância, à partida, na reconstituição urbanística, época a época.

Da extremidade ocidental da cumeada, onde se erguia a alcáçova, a topografia desce, em rápido declive para oeste (actual couraça de Lisboa), rematando, no sítio da Estrela (objecto do nosso estudo), numa escarpa abrupta, sobre a beira do rio. Aí abria-se uma porta, das mais antigas da cidade, designada “de Belcouce”, ao lado de uma torre com mesmo nome. E, aproximadamente no mesmo local, existia ainda um arco, possivelmente romano, que diziam ser notável sob o ponto de vista arquitectónico. Como se não bastasse, antigas lendas referem também um palácio das filhas de D. Sancho I.

Um conjunto de indícios já suficientemente atractivos por si só, a que se juntou a circunstância de lá termos vivido enquanto criança e termos guardado recordações fantásticas dessa infância, da casa e do local.

Actualmente funciona, no edifício de maior destaque na zona da Estrela, o Governo Civil do Distrito de Coimbra, instalado na antiga casa do Dr. Ângelo da Fonseca, projecto do arquitecto Raul Lino, sobre as pré-existências do local, nomeadamente o Convento de Santo António da Estrela (séc. XVIII), que imediatamente o antecedeu, e um anterior palácio (séc. XVI), cantado pelos poetas pelas suas maravilhas, pertença do primeiro reitor da Universidade em Coimbra.

Se alguém conseguiu entender a sobreposição urbana ali concentrada foi certamente Raul Lino, aquando das obras efectuadas no início do século XX. Dela não deixou, no entanto, qualquer

¹ VASCONCELOS, António Garcia Ribeiro de, *Sé Velha de Coimbra*, Volume I, Coimbra, Coimbra Editora, Lda., 1830, p.80-81 p.87.

registo, ou, pelo menos, não temos dele conhecimento, apesar das pesquisas, inclusivamente no seu espólio pessoal².

De qualquer maneira, e a partir da análise dos seus projectos para a Estrela existentes na Fundação Calouste Gulbenkian³ e na Câmara Municipal de Coimbra⁴, alguns pequenos detalhes, lá registados, foram uma ajuda preciosa para o desenvolvimento da nossa tese. Nomeadamente no que se refere ao processo camarário, verificámos que o levantamento do existente só se apresentava apontado nos desenhos de proposta, que eram também os únicos, conjugando a totalidade da informação.

Os comumente chamados “vermelhos e amarelos”⁵, actuais, apareciam não com estas duas cores, mas a partir da forma dos traços conjugados com o amarelo (a tracejado fino as pré-existências, as demolições/alterações a amarelo, a proposta a cheio), tudo devidamente registado na legenda.

Assim foi possível verificar que o projecto foi pensado e elaborado visando o aproveitamento dos vestígios mais antigos, mas, tendo o edifício do convento sido praticamente demolido na sua totalidade.

Esta situação derivou, em nosso entender, da necessidade de cedência ao domínio público, para alargamento da rua (cerca de 2,50m), bem como dum programa mais reduzido em termos de área. Continuou, no entanto, a acontecer o apoio em parte dos antigos alicerces, até porque a sua remoção total oneraria enormemente o projecto.

Assim, o conjunto destas circunstâncias fez com que a nossa tese avançasse em duas frentes:

1. A partir da análise do projecto existente e dos vestígios no local, tentámos uma reconstituição “aligeirada” do convento, e dar alguns passos ainda mais atrás, chegando, na medida do possível, à reconstituição (ou pelo menos ao posicionamento) da muralha, da porta e do arco romano de Belcouce.
2. Por outro lado, fizemos uma pesquisa orientada para todos os possíveis proprietários ao longo dos tempos, com um pequeno estudo biográfico de cada um. É evidente que, se há documentação que comprova a posse de uns tantos, os restantes, bem como as ligações entre eles, são proposta nossa, com uma base racional que vamos expondo.

De referir que, uma vez que não dispúnhamos, na realidade, de objecto arquitectónico, nem qualquer possibilidade de apoio arqueológico, tratando-se de um objecto virtual constituído pelo

² Pesquisas essas amavelmente permitidas pelos seus familiares, nomeadamente Arq. Diogo Lino Pimentel e Arq. Madalena Pimentel, a quem muito agradecemos a disponibilidade manifestada, e simpatia.

³ Consultamo-los e reproduzimo-los, em 1991, e voltamos a consultá-los, agora, no âmbito da tese actual, tendo verificado que o espólio se mantinha inalterado.

⁴ Processo nº 893/25, da Câmara Municipal de Coimbra, titulado por Ângelo Rodrigues da Fonseca, que consultamos em 2 de Novembro de 2007.

⁵ A vermelho a construção nova, a amarelo as demolições, a preto o que se mantém.

conjunto de todas as pré-existências de uma zona, que, ainda por cima, tem um papel fundamental na estruturação da cidade (desde a sua origem), resolvemos optar pelo método de “*flash-back*” ou “desconstrução” (como gostamos de lhe chamar), tentando, da frente para trás, ir procurando pistas (arquitectónicas, documentais, biográficas, etc.), que possibilitassem formar o “mosaico” urbano época a época.

E, se, surpreendentemente, a pesquisa dos proprietários nos levou a considerar alargar o nosso objecto de estudo - pois estamos agora convencidos de que a propriedade acompanhava, no início do século XI, toda a extensão da antiga rua das Fangas (actual rua Fernandes Tomás) - não menos surpreendente foi, durante o trabalho de reconstituição, para além da mesma necessidade de alargamento (mas, desta feita, por questões urbanísticas), verificarmos que, até agora, se partiu de pressupostos de identificação “em cadeia”, de tal forma que, se, supostamente, um dos iniciais se alterasse, tal obrigaria a um esforço reinterpretaivo global de todos os documentos, todas as imagens, todos os textos, ... o que, inadvertidamente, nos aconteceu:

De facto, e quase no final do nosso estudo, apercebemo-nos de situações que, afinal, nos pareciam perfeitamente óbvias. Mas, por outro lado, implicavam um grande esforço de disciplina mental, no sentido de voltar a percorrer todos os caminhos, mas, desta feita, “sozinhos”, isto é, sem nos preocuparmos com o que sempre se considerou como dados adquiridos.

Temos consciência de que é um enorme risco, além de que a revisão (de tudo) não foi (de todo) exaustiva, pelo que queremos continuá-la. Mas, pensando nas quantidades de interrogações que puseram, e continuam a pôr, aqueles que consideramos as maiores autoridades em termos da história da cidade de Coimbra, achamos que valia a pena arriscar. No entanto, e devido à enorme abrangência destas alterações, tivemos de nos limitar, para já, ao seu esboço.

De referir, no entanto, que fizemos um esforço para, deste o início, alterar a nomenclatura habitual para a da nossa proposta final, mas de forma a não comprometer o entendimento do texto, mesmo que para tal fosse necessário colocar uma nota explicativa, em rodapé.

Assim, é toda a história do crescimento e modificação urbanas, essencialmente da zona da Estrela, e das personalidades que a ela estiveram, supostamente, ligadas, que constituiu a nossa tese de mestrado, e que mais não é do que um ponto de partida para um estudo mais aprofundado desta zona, e (afinal), não só, da cidade de Coimbra.

1. “Hoje”

O principal edifício da Estrela encontra-se arrendado e é, desde 1946, sede do Governo Civil, surgindo isolado, sobre parte da antiga muralha da cidade, incluindo a torre quinária da Estrela (1./Fig. 1), apresentando-se como um pequeno palacete, majestoso e emblemático, em harmonia com o espaço envolvente (1./Fig. 2).

Tem, assim, uma conjugação estética peculiar, que compreende a articulação da construção mais recente com elementos arquitectónicos antigos, eventualmente de restos de construções de outrora: parte da antiga muralha da cidade, a referida torre, uma suposta casamata, parte do claustro do antigo Colégio de Santo António da Estrela, e, na capela, o portal barroco do mesmo colégio, um retábulo de talha dourada, e dois nichos com estatuária que terão talvez pertencido a um retábulo de pedra calcária.

Está implantado na colina, na margem direita do Mondego, com vista panorâmica sobre o rio e a mancha urbana da margem esquerda, acompanhando o desnível do terreno (1./Fig. 3), com frentes para as actuais rua da Estrela e couraça da Estrela, estando adossado a norte, pela capela, à Junta de Freguesia de Almedina (que ocupa o edifício da antiga igreja do Colégio de Santo António da Estrela) (1./Fig. 4).

O núcleo edificado do palacete é constituído por quatro corpos dispostos em cotas diferentes:

O corpo principal, a cota superior, assenta, na extremidade oeste, sobre parte duma das torres de defesa da antiga muralha (1./Fig. 5). Aí, uma pérgola triangular, numa varanda, no exterior, complementa o salão principal, antiga sala de jantar, de vistas deslumbrantes sobre o rio e a margem esquerda (1./Fig. 6).

Junto do torreão, a norte, e separada por um pátio, surge a capela, paredes-meias com a antiga igreja do Colégio (1./Fig. 7).

A cota intermédia, situa-se o que a D.G.E.M.N. designa de “um tipo de casamata”⁶ (1./Fig. 8). Sobre esta, recoberta por jardim, destacam-se a boca da cisterna (disfarçada de poço) (1./Fig. 9). Aí se situam, igualmente, as escadas de acesso aos terraços superiores (1./Fig. 10) e ainda a algumas ruínas (possivelmente restos de uma antiga fábrica de massas) (1./Fig. 11).

Finalmente, a cota inferior, o corpo da secretaria, constitui a adaptação da antiga garagem e consultórios do Dr. Ângelo da Fonseca, com entrada no início da couraça da Estrela (1./Fig. 12).

⁶ Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, em www.monumentos.pt, 2001.

De referir a existência, na entrada, de um pequeno claustro, ou alpendre (1./Fig. 13), composto por duas alas em L, fechado por pequeno pano de muro, vazado por arcos de volta perfeita, com fecho em cunha, assentes, exteriormente, em pilares toscanos e, interiormente, em colunas também toscanas (1./Fig. 14). Este alpendre tem cobertura de madeira almofadada (1./Fig. 15) e pavimento em lajes de cantaria (1./Fig. 16), possuindo, na zona central, um espaço ajardinado (1./Fig. 17). Segundo a memória descritiva do projecto de Raul Lino foram reaproveitadas, para aqui, algumas cantarias do claustro do antigo Colégio de Santo António da Estrela.

No interior da casa destacam-se duas divisões: a antiga sala de jantar situada na torre, com azulejos figurativos nas paredes, policromos, representando cenas de trabalho rural, lareira em cantaria, louceiros de canto (configurando um belo trabalho em madeira) (1./Fig. 18) e um tecto octogonal de caixotões, também em madeira (1./Fig. 19); e a sala de estar, que antecede a anterior, com as paredes revestidas por um lambril de madeira almofadada e uma lareira em mármore rosa (1./Fig. 20 e 1./Fig. 21).

A capela, situada junto à fachada posterior, é recente (c.1925), de planta longitudinal simples, de nave única (1./Fig. 22), tendo a fachada lateral direita adossada ao edifício vizinho, a norte, hoje Junta de Freguesia de Almedina.

Foi-lhe, no entanto, acrescentado o portal setecentista do referido Colégio (1./Fig. 23), com arco em asa de cesto assente e flanqueado por pilastras rematadas por pináculos bolbosos, tendo ao centro espaldar recortado e com enrolamentos, onde surge o emblema da congregação de Nossa Senhora da Conceição, cercada do cordão franciscano sobrepunhando o escudo português, encimado por frontão de lanços, com cruz em trevo e com outro pequeno frontão triangular, no centro do tímpano (1./Fig. 24).

A Junta de freguesia de Almedina está instalada, como referido anteriormente, na antiga igreja do Colégio (1./Fig. 25), e, aparentemente, também apoiada num dos torreões da muralha, mas de dimensão muito inferior à torre quinária da Estrela (1./Fig. 26).

A parede que separa a capela e a igreja apresenta algumas aberturas (de ambos os lados), que correspondem a portas de ligação (1./Fig. 27), desta, ao antigo claustro⁷ que, como veremos, localizámos nesse ponto.

⁷ O que pudemos confirmar graças à Dra. Palmira, Presidente da Junta de Freguesia de Almedina, que nos facilitou o levantamento e a análise, do antigo templo, pelo interior, a quem agradecemos a enorme simpatia e cordialidade com que nos recebeu.

A chamada “casamata”, com planta em polígono irregular, tem cobertura em terraço, sendo recoberta pelo jardim. O seu interior é formado por dois compartimentos com cobertura em abóbada, sendo o da direita uma cisterna (1./Fig. 28). Neste último compartimento existe ainda o arranque de uma estreitíssima escada que está entaipada, ao cimo, pela cantaria dos degraus em pedra do jardim do poço, e que seria provavelmente o acesso dos frades à cisterna (1./Fig. 29).

Quanto ao outro compartimento, o que antecede, ao mesmo nível, a cisterna, deveria constituir, na origem, a tal casamata, que tudo indica ter sido transformada, à época do Colégio, numa casa de fresco (1./Fig. 30). Ostenta um vão entaipado (1./Fig. 31), e é percorrido por um embasamento saliente, que serviria de banco, apresentando ainda na parede um crucifixo em azulejo azul (1./Fig. 32). As escadas de acesso a estes dois compartimentos, são revestidas a azulejo de padrão em bicromia amarela e verde sobre fundo branco, formando silhar (1./Fig. 33). Aliás, todas as escadas de acesso aos vários terraços têm este tipo de azulejo, que talvez pertencesse a edificações anteriores.

Num plano mais avançado, destaca-se a torre quinária da Estrela, pentagonal, com paredes cegas, em alvenaria de pedra, tendo, alguns dos silhares, sobretudo os dos cunhais, siglas de canteiro (1./Fig. 34).

Adossadas à face norte da torre quinária, umas escadas conduzem a alguns vestígios (1./Fig. 35), possivelmente da antiga fábrica de massas, pois no interior as paredes ainda estão negras (provavelmente em resultado do incêndio que aqui deflagrou).

Assim, sob o pátio existente, entre a capela e o corpo principal, a norte, subsistem três pequenos compartimentos em alvenaria de tijolo (1./Fig. 36), pouco mais do que ruínas, em parte paredes-meias com a Junta de Freguesia, com algumas zonas já sem cobertura, que serviam para arrumos, caldeira, depósito do combustível para o aquecimento, etc. (1./Fig. 37)⁸.

⁸ O levantamento desta zona foi feito pela D.G.E.M.N. e foi-nos amavelmente cedido pela Dra. Margarida a quem agradecemos toda a gentileza.

2. Da actualidade à extinção do Colégio da Estrela

Antes de vermos como a propriedade se foi transformando e passando pelas mãos de vários proprietários, é importante perceber quais as principais transformações que a cidade sofreu neste período, em particular a zona objecto do nosso estudo.

Relativamente à representação da cidade de Coimbra e à sua envolvente mais próxima, existe uma grande quantidade de gravuras, sendo a mais antiga, e mais reproduzida, ao longo dos tempos, a de Hoefnagel, datada de 1566, incluída na obra *Civitas Orbis Terrarum*, editada em Colónia (2./Fig.1). No que respeita apenas à cidade, existem elementos cartográficos desde 1845, como a carta de Izidoro Emílio de Expectação Baptista (2./Fig.2), e as cartas dos irmãos Goullard, de 1873-1874, à escala 1/500 (2./Fig.3), sendo, assim, relativamente fácil determinar com algum rigor o seu crescimento, quer pela existência de documentos edificados datáveis, quer pela existência de cartografia rigorosa, desde 1873: a área urbana cresceu 10 vezes, entre 1873 e 1940, passando de 1 106 hectares (em 1940), para 3000 hectares (segundo o Plano Director Municipal de 1994)⁹.

Analisando as referidas plantas, verificamos que o arcaboço citadino quinhentista chegou, sem grande alteração, até ao século XIX: a cidade continuava então, na verdade, apertada numa cintura que impedia uma maior expansão (2./Fig.4).

E, uma vez que a demolição, em 19 de Novembro de 1842, do arco da Rua da Alegria, “*para dar mais larga serventia ao público*”¹⁰ não se revelou suficiente, foi preciso, para encontrar uma conveniente saída para sul, estreitar o rio na Portagem e abrir, encostada ao sobranceiro caminho da Alegria, a estrada que ligou directamente aos pequenos lugares da Arregaça e Calhabé¹¹. Para tal, foi expropriado, em 1868, um terreno no lugar do Cerieiro, para abertura da estrada da Beira¹² e, em 19 de Maio de 1871, começaram as obras¹³ (2./Fig.5).

Por análise da planta de 1845¹⁴ (2./Fig.6), e por comparação com a de 1878/74¹⁵ (2./Fig.7), verifica-se que a avenida Emídio Navarro resultou do aproveitamento de parte de terras banhadas pelo Mondego e de parte da colina. A futura avenida era então um pedaço de terreno, incluindo uma faixa triangular que tinha por vértice a Portagem e por base o caminho do porto do Seminário, compreendida entre o Mondego, por um lado, e a couraça da Estrela e rua da Alegria, por outro, e

⁹ *Evolução do espaço físico de Coimbra*, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 2006, p.14-15.

¹⁰ *Anais do Município de Coimbra 1840-1869*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1972-1973, p.66.

¹¹ CARVALHO, J. Branquinho de, *Evolução de Coimbra*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1958, p.7.

¹² *Anais do Município de Coimbra 1840-1869*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1972-1973, p.469.

¹³ *Anais do Município de Coimbra 1870-1889*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1937, p.XIX.

¹⁴ CORREIA, António, *Identificações toponímicas – Largo da Portagem e imediações*, “Arquivo Coimbrão (Boletim da Biblioteca Municipal)”, Volume VI, Coimbra, Coimbra Editora, Lda., 1942, p.290.

que, antes da execução daquela, se ligava ao Rio de Caminho do Porto dos Bentos (ao fundo do parque Dr. Manuel Braga). Este último tinha barcas de passagem entre as duas margens, que serviam a população da cidade e lugares vizinhos¹⁶.

Também as obras do cais das Ameias, aprovadas por D. Maria II em 7 de Outubro de 1852, beneficiaram muito a cidade baixa, reduzindo o risco das inundações¹⁷ (2./Fig.8).

Em 1 de Outubro de 1856, é inaugurada a iluminação pública a gás, substituindo a de azeite que perdurava desde 1836¹⁸.

Quanto à zona da Portagem, o primeiro passo para o alargamento aconteceu em 1835/36, quando a Câmara mandou demolir o pelourinho e a capela¹⁹; depois, em 1852, por ocasião da visita da rainha D. Maria II, foi demolida a torre e os dois arcos existentes à entrada da ponte²⁰ (2./Fig.9); em 10 de Janeiro de 1859 foi apeado o arco da Portagem ou arco de Jorge Vaz (2./Fig.10), em virtude de um incêndio que lavrava numas casas contíguas²¹, pois sobre o arco tinha sido estabelecido um passadiço que permitia a comunicação entre dois prédios que o mesmo proprietário possuía de um e outro lado da rua da Calçada²² (2./Fig.11); e, ainda no mesmo ano, foi abaixo o edifício da cadeia da Portagem²³. Um pouco mais tarde, em 30 de Janeiro de 1860, já se encontravam concluídos os trabalhos da abertura da rua Visconde da Luz²⁴ (2./Fig.12). Mas só em 14 de Julho de 1873 se iniciou a demolição da ponte de pedra²⁵, sendo a nova ponte de ferro de Santa Clara aberta à circulação em 8 de Maio de 1875²⁶.

E, na Estrela, o largo defronte da igreja de Santo António, foi alargado em 1859 (2./Fig.13), na sequência da proposta do Dr. António da Cunha Pereira Bandeira de Neiva, filho e meio irmão de duas das proprietárias do extinto Colégio, e proprietário da casa nobre (vizinha) daquele largo, que se ofereceu para pagar metade das despesas que a Câmara teria com as expropriações²⁷.

2.1. Ana Maria Vila Moura da Fonseca Rocheta Caeiro (1974-2008)

¹⁵ Idem, p.291.

¹⁶ NUNES, Mário, *Ruas de Coimbra*, Coimbra, GAAC, 2003, p.177.

¹⁷ *Anais do Município de Coimbra 1840-1869*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1972-1973, p.226.

¹⁸ Idem, p.XV.

¹⁹ CARVALHO, F. A. Martins de, *Portas e Arcos de Coimbra*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1942, p.131.

²⁰ Ibidem.

²¹ *Anais do Município de Coimbra 1840-1869*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1972-1973, p.319.

²² CARVALHO, F. A. Martins de, *Portas e Arcos de Coimbra*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1942, p.166.

²³ Idem, p.132.

²⁴ *Anais do Município de Coimbra 1840-1869*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1972-1973, p.334.

²⁵ *Anais do Município de Coimbra 1870-1889*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1937, p.XXII.

²⁶ Idem, p.XXIII.

²⁷ *Anais do Município de Coimbra 1840-1869*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1972-1973, p.321.

A actual proprietária, D. Ana Maria Vila Moura da Fonseca Rocheta Caeiro herdou a propriedade da mãe, D. Ângela Maria Vila Moura da Fonseca Rocheta, em 1974 (2./Fig.14). Era filha única e, como tal, herdeira universal²⁸.

Nasceu no palacete da Estrela em 14 de Maio de 1933, e viveu lá até à morte do avô Ângelo Rodrigues da Fonseca, em Julho de 1942. Depois foi, com os pais, viver para Lisboa²⁹, tendo sido arrendada a casa de Coimbra a um instituto cultural alemão, os “Serviços de Propaganda Alemã” (1943-1945).

D. Ana Maria manteve o arrendamento ao Governo Civil do Distrito de Coimbra (2./Fig.15 e 2./Fig.16), iniciado por volta de 1946 (pela sua mãe), até aos dias de hoje³⁰.

2.2. Ângela Maria Vila Moura da Fonseca Rocheta (1924-1974)

Sempre se supôs que a propriedade da Estrela teria chegado a D. Ângela Maria Vila Moura da Fonseca, filha do Dr. Ângelo Rodrigues da Fonseca e de D. Maria Angelina Cardoso da Fonseca e Castro, através da herança do pai. No entanto, e apesar do processo camarário ter sido titulado pelo Dr. Ângelo, e a casa sempre ser referida como “casa do Dr. Ângelo da Fonseca”, verifica-se que foi, unicamente, a filha a verdadeira proprietária (2./Fig.17). De facto, foi ela que, em 1924, comprou a totalidade das acções da firma “Rodrigues Barbosa, Lda.”, firma esta que detinha a posse do terreno e que avançava, então, com a construção de um hotel, projecto do arquitecto Raul Lino.

Mas, para a cidade, e até perante a Câmara Municipal de Coimbra, o proprietário era o pai, personalidade ilustre pois, além de professor universitário, foi Director Geral da Instrução Superior, escolhido por António José de Almeida, seu grande amigo dos tempos de estudante, para reformar a Universidade de Coimbra³¹.

Assim, em 24 de Novembro de 1924, deu-se a cessão de quotas de todos os sócios da firma “Rodrigues Barbosa, Lda.”³², (uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com sede em Coimbra, detentora da propriedade), a favor de Ângela Maria de Castro de Carvalho Lobo Villa Moura da Fonseca. Os cedentes eram:

²⁸ Informação do Exmo. Sr. Eng. José Miguel Caeiro da Fonseca, filho da actual proprietária, a quem temos de agradecer todas as facilidades, informações, e incentivo, bem como à sua Exma. Mãe, D. Ana Maria Vila Moura Rocheta Caeiro.

²⁹ Informação do Exmo. Sr. Eng. José Miguel Caeiro da Fonseca, filho da actual proprietária.

³⁰ *Fundação e destino do colégio da Estrela*, Diário de Coimbra, 17 de Novembro, Coimbra, 1958.

³¹ VASCONCELOS, António Garcia Ribeiro de, *Escritos vários*, Volume I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1838, p.144-147.

³² *Notariais de Coimbra: Tabelaão Jaime Correia da Encarnação*, livro de notas nº 252 (de 1 de Novembro de 1924 a 16 de Janeiro de 1925), cota V-I-Es-11-4-172, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1924-1925.

Dr. Abel Augusto Dias Urbano, com 15 contos em acções da sociedade (morador em Coimbra/Estrela d'Alva, casado, engenheiro);

Dr. Alípio Barbosa de Oliveira, com 30 contos em acções (de Penacova, viúvo, proprietário);

Augusto Barbosa de Oliveira, com 20 contos em acções (de Figueira de Lorvão, casado, proprietário);

Augusto d'Oliveira, com 5 contos em acções (de Coimbra/Arganil, solteiro, proprietário);

João Correia Dias Urbano, com 10 contos em acções (de Coimbra, solteiro, engenheiro);

Dr. João Rodrigues da Silva Couto, com 30 contos em acções (de Lisboa, casado, professor);

Manuel Augusto Rodrigues da Silva, com 20 contos em acções (de Coimbra, solteiro).

A totalidade das acções tinha, assim, um valor de 130c, que foi a quantia entregue pela compradora.

A escritura refere que *“os sócios não quiseram exercer o direito de preferência e resolveram oferecer as suas respectivas quotas à Exma. 2ª outorgante: D. Ângela Maria de Castro Carvalho Lobo Villa-Moura da Fonseca, solteira, maior, proprietária”*. Entre as testemunhas está António Maia, morador em Santo António dos Olivais, casado, construtor civil, sócio do Dr. Ângelo da Fonseca na “Sociedade de Mercarias e Fabril, Lda.”, e futuro construtor da casa da Estrela.

Não foi possível apurar se havia ou não algum laço familiar entre o Dr. Ângelo Rodrigues da Fonseca e os accionistas da “Rodrigues Barbosa, Lda.”, que pudesse ter potenciado a transacção, já que não pode deixar de notar-se a coincidência de apelidos.

Mais tarde, por escritura de 23 de Junho de 1928³³, é ainda D. Ângela Vila Moura da Fonseca, então solteira, que adquire, também, por 9450\$000, à Junta de Freguesia de Almedina, *“uma parte do edifício do Convento da Estrela situado na rua da Estrela, freguesia de Almedina, desta cidade, no todo descrito sob o numero trinta e oito mil oitocentos cinquenta e cinco, no livro B noventa e nove da conservatória privativa do registo predial desta comarca; e a parte vendida, que fica a constituir um prédio distinto, confronta do sul com prédio da compradora; do norte com a parte restante, ou seja com a igreja da Estrela, cuja parede, que serve de divisão, fica, no seu todo, meira para a compradora; do nascente com a referida rua da Estrela e de poente com quintais de José Maria Martins”*, *“e que corresponde, essa parte vendida, a uma quarta parte do inscrito na matriz sob o artigo tresentos cinquenta e cinco”*.

Consta da acta da Junta de Freguesia de Almedina, de 17 de Julho de 1928³⁴, que o Dr. Ângelo Rodrigues da Fonseca, se apresentou na sessão, que originou a referida acta, e em nome da sua filha e com procuração sua, acompanhado do Dr. Octaviano do Carmo e Sá e de António Maia, propondo

³³ *Notariais de Coimbra: Tabelião Jaime Correia da Encarnação*, livro de notas nº 83 (de 23 de Junho de 1928 a 22 de Agosto de 1928), cota V-I-Es-13-3-83, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1928, p.2v-4, e *Notariais de Coimbra: Tabelião Jaime Correia da Encarnação*, maço de documentos referente aos livros de notas do nº 82 ao nº 86, cota V-I-Es-13-5-174, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1928.

³⁴ *Notariais de Coimbra: Tabelião Jaime Correia da Encarnação*, maço de documentos referente aos livros de notas do nº 82 ao nº 86, cota V-I-Es-13-5-174, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1928, documento nº 3.

“adquirir a casa na rua da Estrela nº1 desta cidade, propriedade da Junta de Freguesia de Almedina e (sendo) autorizada a respectiva venda pelo decreto nº 15476 pela quantia de nove mil e quatrocentos e cinquenta escudos”, em nome da sua filha e com uma procuração dela³⁵.

“Perguntado aos presentes se desejavam cobrir a importância oferecida, nenhum respondeu motivo por que se deliberou vender o referido prédio ao unico proponente”³⁶.

Esta casa na rua da Estrela nº1 correspondia ao troço mais a norte do Convento que tinha sido cedido, em 1902, à Junta da Paróquia da Sé Velha, pela baronesa de Paranhos, afim de possibilitar a adaptação de uma nova sacristia para a Igreja da Estrela, também cedida³⁷ (2./Fig.18). E, para garantir os limites correctos da propriedade a alienar “deliberou-se transcrever para esta acta parte do extracto da secção extraordinária do dia 14 de Novembro de 1901, a qual se refere às demarcações do prédio agora vendido e que são as seguintes: 1º A esta Junta fica pertencendo a dita Igreja ... e também a parte norte do extinto Colegio da Estrela, anexo à mesma igreja, parte que é delimitada do resto do Colegio por uma linha horizontal, tirada pela face externa da porta da Antiga sacristia e prolongada pelo nascente até à rua Fernandes Tomas e pelo poente até às trazeiras da casa dos herdeiros de Joaquim Maria Martins, e por uma linha perpendicular tirada de alto a baixo do edifício e na parte que fica (fora deste até ao pavimento do quintal do mesmo Collegio que fica) nas trazeiras da casa dos herdeiros do dito Joaquim Maria Martins”. No entanto as reticências correspondiam a uma condição de cedência que, cuidadosamente, não foi transcrita: “para ser applicada só ao culto religioso”³⁸. A acta regista ainda a nova extrema da propriedade de D. Ângela Maria: “ficando a parte vendida com direito à meação de toda a parede sul da Igreja da Estrela”³⁹.

Pensamos que terá sido decerto a compra deste pequeno troço, que faltava até à antiga igreja da Estrela, que possibilitou a construção da pequena capela, sendo o seu projecto provavelmente posterior, uma vez que não figurava ainda na planta de implantação da segunda versão da casa (2./Fig.19).

2.2.1. O segundo projecto de Raul Lino para a Estrela

Quando a sua filha adquiriu a propriedade em 1924, o Dr. Ângelo da Fonseca mandou Raul Lino alterar o projecto do hotel que tinha feito para a Estrela, adaptando-o a moradia unifamiliar⁴⁰.

³⁵ Idem, documento nº 4.

³⁶ Idem, documento nº 3.

³⁷ *Notariais de Coimbra: Tabelião Joaquim Gaspar de Mattos*, livro de notas nº 98 (de 15 de Janeiro de 1902 a 4 de Março de 1902), cota V-I-Es-11-4-18, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1902, p.20-22.

³⁸ Ibidem.

³⁹ *Notariais de Coimbra: Tabelião Jaime Correia da Encarnação*, maço de documentos referente aos livros de notas do nº 82 ao nº 86, cota V-I-Es-13-5-174, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1928, documento nº 3.

⁴⁰ GONÇALVES, António Nogueira, CORREIA, Vergilio, *Inventário Artístico de Portugal. Cidade de Coimbra*, volume II, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1947, p.150-151.

Apenas ficou pronto no fim de 1925, apesar de, em Maio desse ano, serem vistas no local grandes quantidades de cantaria⁴¹, provavelmente destinada ao hotel.

Este projecto teve duas versões, sendo a primeira consideravelmente maior (2./Fig.20 e 2./Fig.21). A aprovação final do projecto da casa de D. Ângela Maria Vila Moura da Fonseca data de 28 de Maio de 1925, tratando-se de uma segunda versão (2./Fig.22 a 2./Fig.30).

A obra ter-se-á atrasado, uma vez que só em 20 de Janeiro de 1927 seria solicitada, à Câmara Municipal de Coimbra, licença para o arrumo de materiais de construção no local (2./Fig.31).

Também só posteriormente se consumaram as cedências à edilidade, uma vez que em 5 de Abril de 1928 a C.M.C. agradecia ao Dr. Ângelo da Fonseca o terreno cedido para o alargamento da couraça, tendo sido feito o pedido para vistoria a 27 de Setembro desse mesmo ano⁴². Graças a essa cedência foi possível alargar a rua cerca de 2,5m (em média)⁴³, uma vez que a análise das peças desenhadas do projecto nos permitiu visualizar alguns traços que correspondiam certamente à extrema original do terreno⁴⁴.

Por escritura de 23 de Junho de 1928, D. Ângela Maria comprou, à Junta de Freguesia de Almedina, um pequeno troço que faltava até à antiga igreja da Estrela, e que possibilitou a construção da pequena capela (2./Fig.32), que não figurava, ainda, na planta de implantação da segunda versão da casa, e na qual, Raul Lino aproveitou o portal do Colégio (2./Fig.33).

No entanto, em 1929, ainda não estão construídos a garagem e o consultório do Dr. Ângelo da Fonseca, estando a zona da cisterna ainda por arranjar (o vão exterior da cisterna, inclusivamente, está muito mais aberto) (2./Fig.34).

Relativamente ao edifício do consultório/garagem foi, primeiro, edificado só com um piso (2./Fig.35), tendo, mais tarde (em 1942), sido pedida licença para o acrescento de outro piso, superior (2./Fig.36 a 2./Fig.40).

Tal como no projecto do Palace Hotel da Estrela, mantiveram-se, também, no programa de habitação, a base da torre de Belcouce e os paramentos da muralha, tendo-se, tal como já referimos, recuperado e aproveitado o portal barroco do colégio para a entrada da capela (2./Fig.33), bem como os elementos possíveis do claustro⁴⁵.

E o resultado, observado de longe, é eficaz, com uma boa integração dos volumes na encosta edificada, sem deixar de afirmar a nova personalidade edílica do que começou por ser um hotel

⁴¹ <http://www.gov-civil-coimbra.pt>, 25-10-2006, 22h.

⁴² Ibidem.

⁴³ Já tinha existido um primeiro alargamento da rua, aquando da construção do colégio.

⁴⁴ Processo n° 893/25, da Câmara Municipal de Coimbra, titulado por Ângelo Rodrigues da Fonseca, que consultámos em 2 de Novembro de 2007.

⁴⁵ <http://www.gov-civil-coimbra.pt>, 25-10-2006, 22h, <http://www.ippar.pt>, 16-03-2006, 11h.

aberto à urbe, com sofisticados acessos por elevador, desde a entrada baixa, na rampa junto à Portagem, até ao cimo. O arquitecto seguiu aqui os “modelos de encosta” e de “paisagem” expressos em obras como a casa do Cipreste ou a casa dos Penedos, ambas em Sintra (a última executada quase em simultâneo com a de Coimbra): um torreão, coberto por um potente coruchéu-telhado de base quadrangular, pontua de forma marcante todo o jogo de volumes, onde se evocam os mais antigos vestígios medievos locais. Envolvendo a forma maciça e “cheia” do corpo torreado, rasgam-se semi-pátios de certa organicidade, emoldurados em planos verticais de arcadas, que constituem o seu contraponto em vazio. No entanto, os elementos decorativos (pináculos, cornijas, cunhais em pedra) acabam por sobrecarregar, um pouco, a construção com um sentido historicista e de evocação solarenga, que, de algum modo, academiza a obra⁴⁶.

E na casa apalaçada, então construída na Estrela, propriedade da sua filha única, D. Ângela Maria, viveu o Dr. Ângelo da Fonseca, até à sua morte, em 7 de Julho de 1942.

Depois, D. Ângela foi viver para Lisboa, tendo a casa sido arrendada aos Serviços de Propaganda Alemã desde finais de 1943, princípios de 1944⁴⁷, até ao final da guerra de 1939-1945⁴⁸, sendo posteriormente arrendado, em 1946, para a instalação do Governo Civil do Distrito de Coimbra⁴⁹ (2./Fig.17)

2.3. “Rodrigues Barbosa, Lda.” (1922-1924)

2.3.1. A sociedade “Rodrigues Barbosa, Lda.”

Em 1 de Setembro de 1922 foi constituída uma sociedade por quotas chamada “Rodrigues Barbosa, Lda.”⁵⁰, em que os sócios e as respectivas quotas eram:

Dr. Abel Augusto Dias Urbano, com 15 contos (que seria gerente da sociedade, morador em Coimbra, casado, coronel de engenharia);

⁴⁶ FERNANDES, José Manuel, *Duas obras do início do séc. XX na entrada de Coimbra: do hotel Astória à casa Ângelo da Fonseca*, “Monumentos”, nº25, Lisboa, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2006, p.164-169.

⁴⁷ Informação da Exma. proprietária actual D. Ana Maria Vila Moura da Fonseca Rocheta Caeiro, que referiu ter sido feito um arrendamento à Casa da Alemanha, de uma forma oficial, com contrato, mas, infelizmente, já não dispor desses documentos.

⁴⁸ CORREIA, António, *Toponímia Coimbrã. II Zona da Universidade*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1952, p.22.

⁴⁹ Actualmente mantém-se propriedade da família do Dr. Ângelo da Fonseca, da sua neta, a Exma. Sra. D. Ana Maria Vila Moura da Fonseca Rocheta Caeiro. Temos contactado com seu filho o Eng. José Miguel Caeiro da Fonseca, que tem sido amabilíssimo, nos tem incentivado e prestado um auxílio precioso.

⁵⁰ *Notariais de Coimbra: Tabela Jaime Correia da Encarnação*, livro de notas nº 36 (de 1 de Setembro de 1922 a 10 de Outubro de 1922), cota V-I-Es-13-3-36, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1922, p.5-9.

Dr. Alípio Barbosa d'Oliveira, com 30 contos (também gerente, morador em Coimbra, viúvo, médico e industrial);

Augusto Barbosa d'Oliveira, com 20 contos (de Figueira de Lorvão - Penacova, casado, proprietário);

Augusto de Oliveira, com 5 contos (de Arganil, solteiro, advogado);

João Correia Dias Urbano, com 10 contos (de Santa Comba Dão, solteiro, engenheiro civil, filho do Dr. Abel Augusto Dias Urbano);

Dr. João Rodrigues da Silva Couto, com 30 contos (de Coimbra, casado, professor, sobrinho de Manuel Augusto Rodrigues da Silva);

Manuel Augusto Rodrigues da Silva, com 20 contos (que seria igualmente gerente, morador em Coimbra, solteiro, proprietário)

A sociedade era por quotas de responsabilidade limitada na forma dos artigos seguintes:

“1º- A sociedade tem por objecto construir e explorar um Grande Hotel de Turismo nos terrenos e edifícios do antigo Colégio da Estrela.

2º- A sede é em Coimbra.

3º- A duração da sociedade é por tempo indeterminado.

4º- O capital da sociedade é de 130 contos com as quotas referidas. A quota do sócio Dr. João Rodrigues da Silva Couto é constituída pelos terrenos, ruínas e edifícios do antigo Colégio de Santo António da Estrela ou Convento da Estrela, freguesia de Almedina desta cidade e descrito sob o número 2741... com o qual entra para esta sociedade e para ela transfere todo o domínio, direito, acção e posse, para o que está autorizado por sua esposa D. Maria Virgínia da Silva Couto, no valor de 15c e mais 15c em dinheiro já entrado em caixa. E por conta das quotas dos outros sócios estão realizados apenas sessenta por cento, e os restantes quarenta seriam realizados no prazo de 3 meses.

5º- Não serão exigíveis prestações suplementares de capital mas qualquer dos sócios poderá fazer à Caixa Social a título de empréstimo os suprimentos de que esta careça mediante juro cuja taxa seja igual à do desconto do Banco de Portugal no momento do suprimento.

6º- A sociedade poderá aumentar o seu capital quando a assembleia geral assim o deliberar. O aumento será preferencialmente subscrito em prestações suplementares pelos actuais sócios e só poderiam ser admitidos estranhos como sócios por deliberação unânime da assembleia geral.

7º- É livremente consentida a cessão de quotas, ou parte de quotas entre sócios e a favor de filhos, irmãos ou sobrinhos de sócios. Porém, a favor de estranhos só poderá efectuar-se a cessão se a sociedade em primeiro lugar e os sócios em segundo não quiserem adquiri-las.

8º- A gerência fica durante um ano, sem necessidade de caução, a cargo dos sócios Dr. Abel Augusto Dias Urbano, Dr. Alípio Barbosa de Oliveira Coimbra e Manuel Augusto Rodrigues da

Silva ficando a cargo deste a escrita e caixa da sociedade. Todos os gerentes ficam autorizados a usar a firma social e basta somente a assinatura de um para obrigar a sociedade.

9º- No caso de morte ou interdição de sócio, os herdeiros ou representantes podem no prazo de seis meses do falecimento ou interdição passada em julgado, optar pela continuação na sociedade ou pelo reembolso da quota. Nesta segunda hipótese esta será amortizada pelo valor em balanço a que se procederá no prazo de 3 meses e será pago dentro de 2 anos com juro de 7% ao ano desde o apuramento, podendo porém ser antecipado o pagamento.

10º- As reuniões dos sócios serão convocadas por cartas registadas a eles dirigidas pelo presidente da assembleia geral, com a antecedência de 8 dias, salvo os casos para os quais a lei exija outra forma de convocação.

11º- Foi nomeado presidente da assembleia geral o Dr. Augusto d'Oliveira Coimbra e secretários João Rodrigues da Silva Couto e João Correia Dias Urbano.

12º- Nos casos omissos regularão as disposições da lei... ”⁵¹.

Assim, o objecto da sociedade (a construção e exploração de um hotel no terreno pertencente a um dos sócios) fez com que, prudentemente, procurassem um arquitecto de renome para conceber o projecto.

2.3.2. O primeiro projecto de Raul Lino para a Estrela

Recaiu sobre Raul Lino a escolha do projectista, feita pelos sócios da Rodrigues Barbosa, Lda., talvez por se tratar de um arquitecto já famoso em Lisboa. E, de facto, o seu projecto do Palace Hotel da Estrela foi notícia com honras de primeira página, com a qual todos se regozijavam: “*Estivemos... com uma pessoa que já viu... a aguarela do projecto (2./Fig.41) já concluído do edificio destinado ao Palace Hotel Estrela, e cuja impressão não pode ser melhor. O projecto, afirmou-nos, é um trabalho de alto valor artístico de Raul Lino. A fachada principal fica voltada para o Largo Miguel Bombarda, e do antigo edificio da Estrela, serão conservadas a parte ainda existente do claustro e a torre que se avista do Largo Bombarda, uma e outra convenientemente restauradas. A torre parece que ficará, na frente, com um terraço. A ligar o hotel com o fundo da Couraça, junto à casa onde está o Banco Industrial, no referido largo, será estabelecido um confortavel elevador electrico, para transportar dez pessoas de cada vez, pelo menos. O hotel terá rez-do-chão e dois andares, com cerca de 90 quartos e várias salas. A rua, em frente á capela da Estrela será alargada dos dois lados. Ainda este mez, as obras começadas em Maio, vão tomar*

⁵¹ E foi feito o pagamento nas Finanças “*da contribuição de registo por título oneroso devida pela comunhão que os sócios... ficam tendo no prédio do outro sócio Dr. João Rodrigues da Silva Couto*” (nº237 Tesouraria das Finanças), em *Notariais de Coimbra: Tabelaão Jaime Correia da Encarnação*, livro de notas nº 36 (de 1 de Setembro de 1922 a 10 de Outubro de 1922), cota V-I-Es-13-3-36, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1922, p.5-9.

*grande incremento. Outra pessoa... garantiu-nos que á empresa, já foram feitas duas importantes propostas para a aquisição do hotel em construção, e que uma delas é dum banqueiro*⁵².

Raul Lino tinha sido responsável por diversas construções no novo bairro de Santa Cruz, largamente noticiadas na imprensa local⁵³, e obviamente interessava aos accionistas escolher um architecto de renome, o que ajudaria a publicitar o novo hotel e contribuiria para o seu sucesso.

De Raul Lino dizia-se que era *“fértil em ideias originais, e apesar de educado no estrangeiro, querendo ser portuguez, e dar aos seus trabalhos um cunho bem portuguez, o sr. Raul Lino orienta o seu talento pela tradição nacional estudando com amor os nossos velhos edifícios”* e até que *“veremos as novas ruas tomar um ar mais artístico e mais portuguez”*⁵⁴.

Mas, segundo Raul Lino, o anteprojecto elaborado precisava de *“ser acompanhado de algumas considerações que o justificam e que melhor esclarecem todas as disposições encontradas”*, pelo que a memória descritiva⁵⁵ que o acompanhava explicava uma série de questões fundamentais:

- O enquadramento com a envolvente: *“toda a obra architectónica digna deste nome tem de se adaptar ao local a que é destinada”*;
- A orientação do terreno: *“a importância das frentes viradas a Sul e Poente”*;
- A utilização de materiais e técnicas locais: *“muito especialmente neste caso de um hotel na Estrela, a construção tem de se sujeitar às condições materiais do local e ao ambiente artístico da cidade”*;
- A opção pela manutenção das ruínas: *“havia duas orientações a seguir para a instalação naquele local de um bom hotel moderno. Ou desprezar tudo quanto há já construído e terraplenado, considerando o terreno apenas segundo a sua área e nivelamento; ou então aproveitar o mais possível das muralhas, terraplenos, etc. que ocupam aquele espaço todo e cuja simples remoção importaria em avultada quantia. Das duas hipóteses a primeira seria sem dúvida muito mais fácil para o efeito do projecto, mas incomparavelmente mais dispendiosa de executar. Adoptamos*

⁵² *Palace-Hotel-Estrela (O)*, “Gazeta de Coimbra”, ano XIII, nº1473 de 12 de Julho de 1923, Coimbra, editor Diamantino Ribeiro Arrobas, 1923, p.1.

⁵³ *Raul Lino*, “Conimbricense (O)”, ano 55, nº 5732 de 31 de Outubro de 1902, Coimbra, s/e, 1902, p.3; *Raul Lino*, “Resistência”, 8ºano, nº747 de 6 de Novembro de 1902, Coimbra, s/e, 1902, p.1; *Raul Lino*, “Resistência”, 8º ano, nº733 de 18 de Setembro de 1902, Coimbra, s/e, 1902, p.1; *Raul Lino*, “Resistência”, 8º ano, nº736 de 28 de Setembro de 1902, Coimbra, s/e, 1902, p.2; *Raul Lino*, “Resistência”, 10º ano, nº885 de 13 de Março de 1904, Coimbra, s/e, 1904, p.2; *Raul Lino*, “Resistência”, 14º ano, nº1278 de 19 de Janeiro de 1908, Coimbra, s/e, 1908, p.1; *Raul Lino*, “Resistência”, 14º ano, nº1291 de 5 de Março de 1908, Coimbra, s/e, 1908, p.2; *Raul Lino*, “Resistência”, 14º ano, nº1294 de 15 de Março de 1908, Coimbra, s/e, 1908, p.3; *Raul Lino*, “Resistência”, 14º ano, nº1295 de 19 de Março de 1908, Coimbra, s/e, 1908, p.3; *Raul Lino*, “Tribuna Popular (O)”, ano XLVI, nº4834 de 27 de Setembro de 1902, Coimbra, editor José Maria Marques, 1902, p.2; *Raul Lino*, “Tribuna Popular (O)”, ano XLVI, nº4972 de 24 de Fevereiro de 1904, Coimbra, editor José Maria Marques, 1904, p.1;

⁵⁴ *Raul Lino*, “Conimbricense (O)”, ano 55, nº5723 de 30 de Setembro de 1902, Coimbra, s/e, 1902, p.3.

⁵⁵ Cópia em papel dos projectos de Raul Lino para a Estrela, cujos originais pertencem à Fundação Calouste Gulbenkian, que consultámos, em 1991.

portanto a segunda, aproveitando o mais que era possível do que lá existe; pois que se este aproveitamento fosse diminuto, nenhuma razão haveria para não se adoptar a outra solução”.

E a consequência: seguindo-se esta orientação, temos que criar um tipo de hotel especial, talvez novo, perfeitamente adaptado a condições locais muito particulares, correspondendo contudo às exigências de um estabelecimento moderno. É preciso portanto abstrairmos de qualquer modelo existente e imaginarmos um hotel novo, de cujas irregularidades em planta me prevaleci para encontrar aspectos de certo modo surpreendentes, em condições de absoluta propriedade.”

Descrevia, ainda, algumas circunstâncias que influíram de modo primordial na solução das plantas pois *“aproveitada uma grande parte dos alicerces e terraplenos existentes, ficamos com uma disposição de plantas assas complicada à primeira vista, mas clara, prática para o funcionamento do hotel e económica para a construção. A dificuldade maior estava na combinação de níveis tam diversos, sem desperdício de espaço nem prejuízo dos diferentes serviços”:*

- A posição do hall central: “o grande átrio ou “hall” central que estamos habituados a encontrar em todos os bons hotéis, desloco-o aqui para uma posição isolada de pavilhão ao nível do actual terraplano alto (106.00 m), estabelecendo as necessárias comunicações com o interior do estabelecimento. Esta situação foi preferida para o grande átrio pela beleza de vistas que de ali se desfrutam, e a sua forma de pavilhão foi calculada para dar realce a esse ponto central e principal do conjunto de toda a construção, mantendo o contacto com as outras casas importantes. À sua frente e no mesmo nível estende-se o grande terraço – excelente desafogo e recreio – que serve ao mesmo tempo de cobertura ao salão de jantar”;

- A posição da sala de jantar: “é muito necessário que a sala de jantar fique ao nível da cozinha, e como para esta nenhuma posição teríamos tam boa como a do terraplano ao Norte da torre, adoptamos para este conjunto um mesmo nível (100.00m). Sorriu-me também o aproveitamento da cisterna e do outro recinto abobadado para anexos da sala de jantar, com uma decoração simples que imprimiria a estas partes um sabor original”;

- A posição dos quartos: “elevo o nível do primeiro andar corrido de quartos a uns 150 cm acima do ponto onde a Rua da Estela entronca na Couraça; isto permite-nos iluminar e arejar amplamente toda a parte traseira dos baixos do hotel, com a sua importante série de divisões acessórias. A elevação deste primeiro andar dá-nos além disto a vantagem de ficarem as janelas dos quartos a uma altura mais conveniente acima da rua e, pelo outro lado, acima do terraço, da cobertura da cozinha etc.”;

“E para mais fácil compreensão das soluções encontradas”, aconselhava a “encarar a disposição das plantas sob três pontos de vista diferentes: o do hóspede, o do “maître d’hotel” e o do gerente ou administrador”;

- Acompanhamento do “hóspede a todas as partes que dentro do estabelecimento possa percorrer”:

Quando “chega de novo ao hotel sobe naturalmente pelo ascensor até o nível da entrada principal e do escritório onde é recebido pelos empregados da casa e de onde passa para o quarto que lhe é destinado. Logo em frente tem a escada ampla e outro ascensor que põem em comunicação os andares principais. Há aposentos de vários tamanhos e categorias, uns 70 quartos de cama. Sobre a frente principal existem em cada andar uns grupos de quartos com serventia de quarto de banho, que, por uma disposição estudada de portas, pode tornar-se privativo de um, de dois ou de três quartos de cama, ou ainda destinar-se a uso geral, caso não tenha sido reclamado para uso privativo... a bagagem de mão acompanha-o até ao seu quarto, mas as malas maiores, que naturalmente são levadas por ómnibus ou carroça, dão entrada pela porta ao nível da Couraça, junto da qual se encontra também um elevador para este serviço.

Em cada andar existem além dos banheiros privados, outros para uso geral dos hóspedes. Fica também alojada em cada andar uma criada, e há a par da escada de serviço um recinto para arranjo de roupas, limpeza de fato etc., com um pequeno elevador destinado principalmente ao transporte dos pequenos-almoços de pela-manhã.

Do piso da entrada principal os hóspedes sobem por meia-dúzia de cómodos degraus à sala do torreão com seu terraço poligonal aproximadamente ao actual nível. Justifica-se esta diferença de níveis, que nada prejudica, por não convir de uma parte que subisse o pavimento do rés-do-chão (aumento desnecessário do custo), nem por outro lado que houvesse de apeiar uma parte da torre medieva – relíquia arqueológica. Esta sala, na sua posição de certa forma recatada, com o seu delicioso terraço e as suas espessas paredes, presta-se a um retiro para leitura, descanso, ou para receber visitas.

Do mesmo rés-do-chão, querendo-se evitar o ascensor, desce-se por umas curtas escadas (15 degraus) – junto ao ascensor ou a meio do corredor maior – para o pavilhão central que aqui toma o lugar de “hall” ou “lounge”, ficando rés do grande terraço (106.00m). Este pavilhão, cujas conveniências de nível são óbvias, apresenta uma disposição perfeitamente simétrica, mas é colocado de tal forma que permite o arejamento e a iluminação dos quartos que lhe ficam próximos. Pensei aproveitar para aqui as cantarias mais bem conservadas do antigo claustro, e o tecto deve ser de cúpula, a ganhar a maior altura que o madeiramento da cobertura permitir.

Do grande terraço faz-se o acesso também a uma sala de fresco ou de jogo, com decoração adequada, que fica no extremo da ala do Sul.

Para se passar às salas de jantar, ou se desce no ascensor ou se toma a escada suave, com entrada directa pelo átrio pavilhão ou pelo corredor do rés-do-chão.

Aproveito a actual cisterna para estabelecer aí uma bela entrada à principal sala de jantar; também outra casa abobadada já existente daria lugar a um aproveitamento original.

Que sabor não terá, para estrangeiros sobre tudo, apreciar os vinhos do país numa sala assim abobadada e decorada à maneira de uma construção monástica! Ao Sul fica também uma sala de jantar mais pequena que se presta a reuniões particulares, enquanto que no extremo oposto um pequeno jardim dá variedade e frescura a estes já variados aspectos, e realça – com uma ou duas árvores que ali se plantem – o conjunto externo das edificações”.

- Quanto às “dependências que o “maître d’ hotel” tem à sua disposição”:

“Muito importante é frisar que cozinhas e salas de jantar principais se encontram ao mesmo nível. Para o serviço é isto da mais alta conveniência. Nas imediações da cozinha e copa instalam-se câmaras frigoríficas, garrafeira do dia, depósito de combustível etc. onde quer que os baixos da construção permitam um aproveitamento.

Se não se puder dispor da parte do terreno anexo, como propriedade do hotel⁵⁶, seria indispensável arrendar pelo menos o troço anexo à cozinha para aí instalar uma outra dispensa, “garde-manger” etc.

Um elevador e uma escada de serviço põem em comunicação este piso com os anexos à altura da cave alta, de onde há um acesso especial para estes serviços que dá para o pátio da traseira, ao nível da Rua da Estrela.

É de notar como aqui se localiza a entrada do combustível, dos cascos e garrafas e de todos os mantimentos. O combustível pode depois ser lançado por uma calha para junto da cozinha e da caldeira do aquecimento central.

Encontram-se aqui – na cave-alta - também os refeitórios do pessoal do hotel e dos criados ou “chauffeurs” dos hóspedes, adega, garrafeira, dispensa e a cozinha do chá e do café (“cafeterie”), onde se preparam os pequenos almoços e as bebidas quentes de toda a hora, próximo da qual fica o elevador que atravessa os andares.

A parte traseira da cave-alta sobre a Rua da Estrela é toda ocupada por quartos para o pessoal masculino do hotel.

No sotam finalmente instala-se o pessoal feminino que não tiver a sua dormida nos andares inferiores, haverá a rouparia e, em independência destes serviços, quartos para criados dos hóspedes, “chauffeurs” etc.”.

-Quanto ao ponto de vista do gerente ou administrador:

“Os serviços estão quanto possível localizados nos baixos do extremo da ala Norte, só a entrada e saída de bagagem dos hóspedes têm de ser feitas pelo portal da Couraça – devido às condições especiais do terreno em grandes socalcos.

A escada de serviço que passa mesmo junto do escritório permite ao gerente pôr-se rapidamente no centro do movimento em torno da cozinha.

⁵⁶ O troço mais a norte do Convento, antes da Igreja, que tinha sido cedido, em conjunto com esta, em 1902, à Junta de Freguesia da Paróquia (ao tempo, Sé Velha, posteriormente Almedina), e, só em 1928, volta a ser comprado e anexado.

As janelas que da cave-alta deitam para a traseira podem todas ser gradeadas e a única porta para o exterior pode facilmente ter uma disposição pela qual de cada vez que se abrisse seria dado sinal no escritório. Perto deste e por baixo do segundo lanço da escada principal haverá um postigo que permite ao gerente do hotel ver o que se passa à porta do pátio, sem ter de descer à cave”.

No que diz respeito à “parte estética”:

“Sem arcaísmos que se possam chamar rebuscados, o exterior harmoniza-se com o panorama da cidade em que os vários monumentos antigos são a nota dominante e de maior interesse. Aproveitamos a histórica torre, as pedras de cunhal lavradas, a arquitectura do antigo claustro, o lindo portal da Rua da Estrela (para a entrada da Couraça), a cimalha de cantaria antiga, - outra razão para arranjarmos o conjunto de molde a não destoar destes elementos existentes.

Ingrata em toda a fachada de hotel é a repetição interminável de vãos que não podem ser muito afastados nem devem ser muito variados, pela razão que é preciso dar a cada quarto uma certa superfície de iluminação e por não convir variar muito de formas por motivo de economia.

Neste projecto fazemos alguns poucos vãos, onde isso não representa inconveniente – ogivais, para dar uma sugestão medieva, e aproveitamos alguns motivos da nossa arquitectura tradicional, mas tudo num espírito de liberdade que se coaduna com as partes francamente modernas da construção.

A diversidade dos corpos dá-nos relevo suficiente e bastante vida para nos dispensar de sobrecarregar as fachadas de ornamentações inúteis; permite-nos também manter uma grande simplicidade de cobertura para maior vantagem económica, tanto ao edificar como depois para sua conservação.

Animamos os vários planos por agrupamento de vãos, pelo seu molde e pela procura de grandes linhas que dão às fachadas consistência e fisionomia própria. Uma pequena sobrelevação da torre encabeça bem a edificação e é aproveitada no seu arejado esconso para enxugadoiro de roupas, caso a lavandaria se instale no hotel.

O elemento decorativo das plantas vivas é aproveitado nos múltiplos terraços, alegretes, vasos, latadas e varandas e vale este mais com a sua cor e a sua frescura que muito trabalho de ornato, dispendioso e que de longe não pode ser apreciado devidamente.

Quanto a aspectos interiores pouco há que apontar e nada que seja extraordinário, à excepção do que já teve referência com respeito às salas abobadadas. Com muito pouco se obtêm lindos efeitos de carácter acentuadamente meridional, que permite uma grande simplicidade quando se adopte um estilo de sugestão monástica, tam própria para impressionar o estrangeiro... e não é deste que temos a esperar maior soma de oiro para juro do capital empregado?

Será ainda preciso dizer que se tem de adoptar todo o elemento de conforto que um hotel de categoria não pode dispensar? Será também preciso notar que neste hotel não haverá portas com bandeira nem de dois batentes, nos quartos, que serão do tamanho estritamente necessário e que se se quizer dar a nota do luxo, se deve começar por instalar portas duplas isto é – deixando uma caixa d’ar entre quartos”.

E no que diz respeito ao aspecto económico:

“Este hotel conforme está projectado encerra 70 quartos de cama, além dos dos criados que se hospedam no sotam. A sua disposição permite um prolongamento da ala norte sem que tenha de haver a mais pequena alteração nos serviços gerais.

Querendo reduzir-se o custo inicial da construção, pode-se suprimir o átrio-pavilhão ou adiar a sua edificação para mais tarde, sem que o funcionamento da casa com isso sofra. Pode-se ainda, no sentido de aumentar a lotação, substituir a chamada sala do fresco por três quartos para hóspedes, com acesso por um corredor a subtrair ao quarto N° 3 e ao banho anexo.

Na análise das peças desenhadas, deste primeiro projecto para a Estrela⁵⁷, constatamos terem existido duas versões: a primeira não tinha em consideração a preservação da igreja do antigo Colégio (2./Fig.42 a 2./Fig.50), enquanto que na segunda ela é assegurada (2./Fig.51 a 2./Fig.57), tendo inclusivamente sido retirada do limite de propriedade que consta das peças desenhadas (de forma até um pouco expedita).

Pensamos que numa primeira fase (isto é, na 1ª versão do projecto) os investidores se possam ter convencido que poderiam recuperar a igreja e o troço norte do convento a ela anexo (cedido em 1902 à Junta de Freguesia da Sé Velha pela Baronesa de Paranhos⁵⁸), adquirindo-o ou anulando a cedência, pois, apesar de tal estar expressamente referido na escritura de compra de João Rodrigues da Silva Couto⁵⁹, o registo predial mantinha a descrição original, incluindo a igreja, não tendo sido esta, ainda, desanexada⁶⁰.

Já na 2ª versão do projecto aparece implantada a “Igreja da Estrela”, mas é prevista a ocupação do troço norte do convento a ela anexo, pelo que já deveria haver expectativas sobre a hipótese de compra, não da igreja, mas do referido troço norte anteriormente cedido à Junta de Freguesia da Sé Velha para uma nova sacristia.

⁵⁷ Cópia em papel dos projectos de Raul Lino para a Estrela, cujos originais pertencem à Fundação Calouste Gulbenkian, que consultámos, em 1991.

⁵⁸ *Notariais de Coimbra: Tabelião Joaquim Gaspar de Mattos*, livro de notas n° 98 (de 15 de Janeiro de 1902 a 4 de Março de 1902), cota V-I-Es-11-4-18, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1902, p.20-22.

⁵⁹ *Notariais de Coimbra: Tabelião Jaime Correia da Encarnação*, livro de notas n° 36 (de 1 de Setembro de 1922 a 10 de Outubro de 1922), cota V-I-Es-13-3-36, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1922, p.5-9.

⁶⁰ Registo do terreno sito na freguesia de Almedina descrito sob o n° 38855, 1ª Conservatória do Registo Predial de Coimbra.

No entanto, talvez por motivos económicos, as obras pararam quase logo no início. De facto, tinham começado em Maio de 1923, e, através da imprensa, sabemos que havia a intenção de serem aceleradas em Julho do mesmo ano⁶¹, mas a propriedade, com o hotel em construção, é vendida no ano seguinte, em 1924.

Nos trabalhos de demolição do edifício incendiado, com o fim da construção do hotel, ao qual se seguiu o palacete, apareceram, além de fragmentos pavimentares e de construção romana, capitéis duplos e respectivos colunelos, ditos do século XIII, mas provavelmente do XIV (2./Fig.58), bem como restos manuelinos que devem ter pertencido a um palácio anterior⁶². Existem, também, registos de um capitel jónico⁶³, mas não conseguimos saber de que tipo, nem onde se encontram⁶⁴.

2.4. João Rodrigues da Silva Couto (1915-1922)

João Rodrigues da Silva Couto, licenciado em Letras⁶⁵, comprou o antigo Colégio da Estrela, excepto igreja, aos herdeiros da Baronesa de Paranhos, no dia 5 de Novembro de 1915⁶⁶, numa altura em que é, ainda, referenciado como bacharel. Em 1922 é já designado de professor⁶⁷. Casou-se, entre 1916 e 1918, com D. Maria Virgínia Granado da Silva Couto.

Na escritura “*compareceram: por uma parte, como vendedores – os Excelentíssimos Senhores Estevam António d’Oliveira, solteiro, maior, proprietário, Luís Augusto d’Oliveira, casado, proprietário, que outorga por si e como procurador de sua Esposa Dona Maria Augusta d’Oliveira, e Bacharel José Fortunato de Vasconcelos Coutinho e Freitas, casado, proprietário e advogado, que outorga por si e como procurador de sua esposa Dona Maria Leonor d’Oliveira de Vasconcelos e Freitas, todos moradores na vila e comarca de Soure... por outra, como comprador, o Excelentíssimo Bacharel João Rodrigues da Silva Couto, solteiro, maior, proprietário, morador n’esta cidade*”.

⁶¹ *Palace-Hotel-Estrela (O)*, “Gazeta de Coimbra”, ano XIII, nº1473 de 12 de Julho de 1923, Coimbra, editor Diamantino Ribeiro Arrobas, 1923, p.1.

⁶² GONÇALVES, António Nogueira, CORREIA, Vergílio, *Inventário Artístico de Portugal. Cidade de Coimbra*, volume II, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1947, p.150-151.p. 65. Convém referir que a designação do século XIII a respeito dos colunelos encontrados, poderá ser um lapso. De facto parecem posteriores, do século XIV. Igual opinião tem o Doutor Jorge de Alarcão, em ALARCÃO, Jorge de, Coimbra. A montagem do cenário urbano, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p.92

⁶³ ALARCÃO, Jorge de, *Coimbra. A montagem do cenário urbano*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p.38.

⁶⁴ É possível que possam estar no Museu Nacional Machado de Castro; no entanto, este museu, de momento, encontra-se encerrado, devido a obras, e segundo nos informaram é difícil, de momento, devido às condições provisórias, referenciar essas peças.

⁶⁵ *Processos judiciais (Comarca de Coimbra)*, cota Dep.II Sec.II-E Est.9 Tab.4 Nº4, maço 8, 1º Ofício (Almeida Campos), Arquivo da Universidade de Coimbra, 1919, p.21.

⁶⁶ *Notariais de Coimbra: Tabela Augusto Saldanha da Silva Vieira*, livro de notas nº 170 (de 19 de Outubro de 1915 a 29 de Dezembro de 1915), cota V-I-Es-10-3-110, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1915, p.17-18v.

⁶⁷ *Notariais de Coimbra: Tabela Jaime Correia da Encarnação*, livro de notas nº 36 (de 1 de Setembro de 1922 a 10 de Outubro de 1922), cota V-I-Es-13-3-36, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1922, p.5-9.

João Rodrigues da Silva Couto comprava “*um prédio em ruínas denominado o Colégio de Santo António da Estrela, ou Convento da Estrela, sito n’esta cidade, que parte do norte com a igreja da Estrela, do sul e nascente com ruas e do poente com Manuel Augusto Rodrigues da Silva e com herdeiros de Joaquim Maria Martins*”, “*com todas as suas pertenças, pela quantia de onze mil e trescentos escudos*”, sendo registado que o objecto da compra era “*livre e alodial*”.

O texto da escritura especificava “*que se compunha de um andar, lojas, casas de arrumação, quintal, pateo e três capelas, situada na rua da Estrela e Couraça de Lisboa, descrita sob o artigo trescentos cinquenta e cinco da matriz da Sé Velha*”⁶⁸. E é ainda referido que o “*prédio está descrito sob o numero dois mil setecentos quarenta e um no livro B sétimo da conservatória privativa d’esta comarca, disendo-se n’essa descrição que faz d’ele parte a igreja da Estrela, mas é certo que este igreja não faz hoje parte d’aquela prédio, porque pertence atualmente à Junta de Paroquia da freguesia de Almedina, d’esta cidade*”⁶⁹.

De facto, cerca de quinze anos antes, tinha havido um desentendimento entre a Junta de Paróquia da freguesia da Sé Velha (mais tarde de Almedina) e a proprietária, na altura a baronesa de Paranhos, pois aquela achava-se com direito à posse da Igreja. E fora ainda a baronesa a resolver a questão fazendo um acordo com a Junta, cedendo-lhe a Igreja e uma pequena faixa do Convento, a norte⁷⁰. Pelo texto da escritura de 1915 depreende-se que ainda não teria sido feita a actualização dos registos prediais, tendo unicamente ficado regularizada mais tarde, em 24 de Março de 1925, sob o registo nº 38855 (“*predio urbano denominado “Egreja da Estrela”, com sua torre e sacristia a sul, sito na rua Fernandes Tomaz, antiga rua das Fangas, para onde tem o nº 82, também com frente para a rua da Estrela, para onde tem o nº 1, freguesia da Sé Velha*”⁷¹), desanexado do nº 2741⁷² da freguesia de Almedina.

João Rodrigues da Silva Couto aparece também referenciado como o proprietário a poente precisamente na altura da inscrição no registo predial da Igreja da Estrela, em 1925, enquanto que os mesmos, em 1915, são Manuel Augusto Rodrigues da Silva e herdeiros de Joaquim Maria Martins. Assim, pensamos que o motivo da compra de 1915 terá sido vir a fazer negócio com uma propriedade que conhecia bem, uma vez que era contígua à sua, e onde habitava⁷³ (apesar de alegar

⁶⁸ *Processos judiciais (Comarca de Coimbra)*, cota Dep.II Sec.II-E Est.11 Tab.2 Nº9, maço 77, 4º Ofício (Freitas Campos), Arquivo da Universidade de Coimbra, 1919, p.3v.

⁶⁹ *Notariais de Coimbra: Tabelião Augusto Saldanha da Silva Vieira*, livro de notas nº 170 (de 19 de Outubro de 1915 a 29 de Dezembro de 1915), cota V-I-Es-10-3-110, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1915, p.17-18v.

⁷⁰ *Notariais de Coimbra: Tabelião Joaquim Gaspar de Mattos*, livro de notas nº 98 (de 15 de Janeiro de 1902 a 4 de Março de 1902), cota V-I-Es-11-4-18, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1902, p.20-22.

⁷¹ Registo do terreno sito na freguesia de Almedina descrito sob o nº 38855, 1ª Conservatória do Registo Predial de Coimbra.

⁷² *Notariais de Coimbra: Tabelião Jaime Correia da Encarnação*, livro de notas nº 36 (de 1 de Setembro de 1922 a 10 de Outubro de 1922), cota V-I-Es-13-3-36, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1922, p.5-9.

⁷³ *Processos judiciais (Comarca de Coimbra)*, cota Dep.II Sec.II-E Est.9 Tab.5 Nº9, maço 11, 2º Ofício (Faria), Arquivo da Universidade de Coimbra, 1915-1916, p.70v-71.

num processo judicial que se destinaria a habitação própria⁷⁴). Esta última tinha-lhe chegado, provavelmente, por herança, uma vez que Manuel Augusto Rodrigues da Silva era seu tio, e solteiro⁷⁵.

Para a definição perfeita das extremas da propriedade a poente, contribui o registo nº 40984, do troço mais a norte do convento, feito mais tarde, em 1928, mas que ajuda também a esclarecer os limites anteriores, e em cuja descrição predial aparece a confrontação a poente com quintais de José Maria Martins⁷⁶.

Assim, quando o Dr. João Rodrigues comprou a propriedade, em 5 de Novembro de 1915, ela estava arrendada a Manuel Pereira Júnior, desde 1 de Outubro de 1910⁷⁷, altura em que era ainda sua proprietária a Baronesa de Paranhos. E o arrendamento tinha-se mantido sem quaisquer alterações até essa altura. O arrendatário mantinha lá uma “*fábrica de bolachas e biscoitos, fabricando igualmente doce, e que ali possui também, um estabelecimento commercial de balcão*”⁷⁸.

Imediatamente a seguir à compra, a 16 de Dezembro do mesmo ano, o novo proprietário põe uma acção de despejo ao inquilino⁷⁹, alegando irregularidades no contrato de arrendamento, e o não cumprimento do mesmo devido a sub-arrendamentos, não permitidos: por curiosidade, são referidos, uma estrebaria, uma serralharia, um armazém de materiais de construção, habitação de uma Francisca Cândida de Castro e ainda outra habitação de Amélia dos Santos Alturas (esta era a doceira que trabalhava na indústria que lá mantinha o arrendatário⁸⁰). Existia inclusivamente um contrato (não especificado), de 27 de Junho de 1915, à referida Francisca⁸¹.

No entanto Manuel Pereira Júnior defende-se dizendo que “*por várias vezes foi auctorizado pela referida D. Maria Benedicta de Mello e Castro (baronesa de Paranhos), a sublocar o prédio arrendado ou parte d'elle*” e ainda que “*depois do fallecimento da senhoria essa mesma auctorisação foi conferida ao arrendatário impugnante pelos seus herdeiros*”⁸². Apresentou testemunhas, mas sobretudo cartas dos referidos herdeiros a confirmá-lo⁸³.

⁷⁴ *Notariais de Coimbra: Tabelaão Jaime Correia da Encarnação*, livro de notas nº 36 (de 1 de Setembro de 1922 a 10 de Outubro de 1922), cota V-I-Es-13-3-36, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1922, p.98v.

⁷⁵ *Idem*, p.5-9.

⁷⁶ Registo do terreno sito na freguesia de Almedina descrito sob o nº 40984, 1ª Conservatória do Registo Predial de Coimbra.

⁷⁷ *Processos judiciais (Comarca de Coimbra)*, cota Dep.II Sec.II-E Est.9 Tab.5 Nº9, maço 11, 2º Ofício (Faria), Arquivo da Universidade de Coimbra, 1915-1916, p.2v.

⁷⁸ *Idem*, p.37.

⁷⁹ *Idem*, p.1-3.

⁸⁰ *Idem*, p.34.

⁸¹ *Processos judiciais (Comarca de Coimbra)*, cota Dep.II Sec.II-E Est.9 Tab.4 Nº4, maço 8, 1º Ofício (Almeida Campos), Arquivo da Universidade de Coimbra, 1919, p.74.

⁸² *Processos judiciais (Comarca de Coimbra)*, cota Dep.II Sec.II-E Est.9 Tab.5 Nº9, maço 11, 2º Ofício (Faria), Arquivo da Universidade de Coimbra, 1915-1916, p.16.

⁸³ *Processos judiciais (Comarca de Coimbra)*, cota Dep.II Sec.II-E Est.9 Tab.5 Nº9, maço 11, 2º Ofício (Faria), Arquivo da Universidade de Coimbra, 1915-1916, p.18-19v.

A acção foi julgada improcedente pois o contrato de arrendamento e as sublocações foram considerados legais, “baseado na boa fé das partes”⁸⁴.

O Dr. João Rodrigues, não convencido, apelou da sentença para o Tribunal da Relação, em 23 de Março de 1916⁸⁵. Mas o acórdão deste, de 5 de Maio de 1916, confirma a sentença anterior⁸⁶, o que originou ainda um último recurso ao Supremo, que manda igualmente cumprir o acórdão anterior, em 27 de Julho de 1916⁸⁷.

Entretanto, durante esse mesmo ano, Manuel Pereira Junior por várias vezes se viu impossibilitado de pagar a renda por recusa do senhorio, o que o levou a promover, por diversas vezes, autos de consignação em depósito, feitos por ordem do Tribunal Judicial de Coimbra⁸⁸.

Mas passados dois anos, em 12 de Agosto de 1918⁸⁹, João Rodrigues volta a promover uma acção de despejo, desta vez com novos argumentos: agora o motivo da acção já era a necessidade de demolir o prédio arrendado, para depois voltar a reedificá-lo⁹⁰ (2./Fig.59). E para provar essa necessidade arranja testemunhas importantes, nomeadamente José Augusto de Macedo, chefe de serviços na Direcção das Obras Públicas⁹¹. E desta vez consegue o pretendido pois o Tribunal delibera no sentido do despejo do edifício⁹².

Evidentemente que o arrendatário, descontente, apela da sentença para a Relação de Coimbra⁹³, que novamente confirma a sentença, o que dá mais uma vez lugar ao recurso ao Supremo, em 11 de Janeiro de 1919⁹⁴, que nem chega a julgar a acção “*por falta de preparo*” (consideraram-na mal instruída), tal como refere o acórdão de 11 de Fevereiro de 1919⁹⁵.

Condenado a despejar o imóvel, Manuel Pereira Júnior tratou de conseguir novas instalações na rua da Figueira da Foz, ao mesmo tempo que intentava uma acção, no Tribunal Comercial, no sentido de lhe ser atribuída uma indemnização pelo despejo, bem como uma compensação monetária pelas benfeitorias que fizera no edifício. Solicitava, respectivamente, 1800\$00 e 1200\$00⁹⁶.

A sentença, de 30 de Junho de 1919, confirmou o despejo em 1 de Outubro de 1919, mas declarou “*salvos os direitos do réu arrendatário*”⁹⁷. Baseava-se o Juiz no artigo 14º do Código Civil,

⁸⁴ Idem, p.43-43v.

⁸⁵ Idem, p.86.

⁸⁶ Idem, p.93-94.

⁸⁷ Idem, p.1-50.

⁸⁸ *Processos judiciais (Comarca de Coimbra)*, cota Dep.II Sec.II-E Est.9 Tab.2 N°3349, maço 9, 1º Ofício (Almeida Campos), Arquivo da Universidade de Coimbra, 1916.

⁸⁹ *Processos judiciais (Comarca de Coimbra)*, cota Dep.II Sec.II-E Est.11 Tab.2 N°9, maço 77, 4º Ofício (Freitas Campos), Arquivo da Universidade de Coimbra, 1919, p.1.

⁹⁰ *Processos judiciais (Comarca de Coimbra)*, cota Dep.II Sec.II-E Est.10 Tab.4 N°4, maço 2, 3º Ofício (Calisto), Arquivo da Universidade de Coimbra, 1918, p.2.

⁹¹ Idem, p.2v.

⁹² Idem, p.14-14v.

⁹³ Idem, p.18-18v.

⁹⁴ Idem, p.49-50v.

⁹⁵ Idem, p.49v.

⁹⁶ *Processos judiciais (Comarca de Coimbra)*, cota Dep.II Sec.II-E Est.9 Tab.4 N°4, maço 8, 1º Ofício (Almeida Campos), Arquivo da Universidade de Coimbra, 1919, p.2-4v.

⁹⁷ Idem, p.10.

segundo o qual “*quem procura interesses deve ceder a quem pretende evitar prejuízos*”, uma vez que “*grandes prejuízos teria de soffrer o auctor, se tendo adquirido por compra em cinco de Novembro de mil novecentos e quinze o prédio arrendado e que na maior parte fora destruído por um incêndio, ainda agora se visse forçado a não o reconstruir*”⁹⁸, e devido ao estado ruinoso de “*parte do predio, que há annos foi destruído por um incendio e da qual restam apenas as paredes*”, e que era “*a maior*”⁹⁹.

Mesmo assim o Dr. João Rodrigues da Silva Couto não se deu por satisfeito e contestou o direito à indemnização por parte do inquilino¹⁰⁰, tendo posteriormente requerido uma vistoria ao edifício, para o que ambas as partes nomearam peritos, que teriam de responder a um enorme número de quesitos¹⁰¹. Mais uma vez João Rodrigues se rodeou de pessoas muito credíveis, destacando-se, entre elas, o architecto Augusto Carvalho da Silva Pinto e Francisco Colaço, mestre-de-obras da Universidade¹⁰².

Do processo constam dois autos de vistoria, o primeiro de 13 de Dezembro¹⁰³, e o segundo de 20 de Dezembro de 1919¹⁰⁴. Os dois são na sequência um do outro, sendo documentos muito interessantes, na medida que descrevem o estado em que os peritos encontraram a parte que subsistia do antigo Colégio de Santo António da Estrela, com algumas modificações levadas a cabo pelos posteriores arrendatários. Alguns dos detalhes architectónicos, lá referidos, serão analisados em capítulo posterior, relativo ao edifício em si.

Com base nas respostas dos peritos, provados ou não todos os quesitos¹⁰⁵, o Dr. João Rodrigues da Silva Couto foi condenado “*a pagar ao auctor só a quantia de 1500\$00 como importância da indminisação pelo referido despejo*”, já quanto ao resto: o Juiz julgou “*esta mesma acção improcedente e não provada na parte restante, isto é, quanto ao pedido de bemeitorias*”¹⁰⁶, pois enquanto que anteriormente Manuel Pereira Junior tinha conseguido provar que tinha sido autorizado a sublocar pela anterior senhoria, e seus herdeiros, já no que diz respeito às bemeitorias tal não aconteceu. Além do que, os peritos, chegaram à conclusão que, apesar as de haver, inegavelmente, elas não “*aumentaram o valor do prédio, não tendo por isso o auctor direito a reaver a sua importância*”, tendo esta avaliação influenciado o valor de 1500\$00, fixado pelo júri¹⁰⁷.

⁹⁸ Idem, p.9.

⁹⁹ Idem, p.8v.

¹⁰⁰ Idem, p.21-22v.

¹⁰¹ Idem, p.45-46.

¹⁰² Idem, p.81v.

¹⁰³ Idem, p.49-56v.

¹⁰⁴ Idem, p.57-63.

¹⁰⁵ Idem, p.86-89v.

¹⁰⁶ Idem, p.101.

¹⁰⁷ Idem, p.100v.

Assim o arrendatário, em vez de receber os 3000\$00 solicitados, e apesar dos seus prejuízos ascenderem a 2500\$00¹⁰⁸ (valor que ficou provado no processo), recebeu unicamente 1500\$00, ficando, o Dr. João Rodrigues, com a propriedade disponível no início de 1920 (2./Fig.60), tendo mantido a totalidade da sua posse até 1922, altura em que se consuma a sua entrada na sociedade “Rodrigues Barbosa, Lda.”, fazendo, o terreno, parte da sua quota.

2.5. Luiz Augusto, Maria Leonor e Estevão António d’Oliveira (1913-1915)

Luiz Augusto de Oliveira nasceu em 4 de Dezembro de 1883, constando no registo de baptismo a declaração dos padrinhos (Estevam Augusto d’Oliveira e Dona Candida Amalia de Barbosa Castello Branco): “*ser filho de paes incognitos e haver nascido n’esta villa (Soure) pelas onze horas da noite do dia 4 do mês corrente*”¹⁰⁹.

Mas pouco tempo depois, Luiz de Mello Tocho de Almeida Soares de Albergaria de Castro, apressa-se a fazer testamento “*em 28 de Março de 1884 feito nas moradas do testador Luiz de Mello, de pé, com saúde e em seu perfeito júzo, livre de toda e qualquer coacção*”, referindo D. Maria Benedicta de Castro Melo Soares de Albergaria como “*a filha legitima separada judicialmente de pessoas e bens, residente com elle testador*”, e “*dispõe da terça a favor de Luiz Augusto*”, “*instituinto-o seu herdeiro para todos os efeitos legais mas o usufructo victalicio dos referidos bens para a filha (Maria Benedicta), que passaria a proprietária se Luiz Augusto fallecesse antes dos 14 anos*”; mais determina que “*o tutor de Luiz Augusto deveria ser Estevam José d’Oliveira, actualmente residente com elle testador*”. Luiz de Mello assina o testamento “*de seu próprio punho*”, mas a sua assinatura está, a cada documento, cada vez mais tremida¹¹⁰.

Já Maria Leonor de Oliveira (depois de casada Maria Leonor de Oliveira de Vasconcellos e Freitas) nasceu, três anos mais tarde, a 23 de Agosto de 1886, constando no registo de baptismo a declaração dos padrinhos (Estevam Augusto d’Oliveira e D. Maria Eugénia d’ Oliveira representada por procuração por D. Candida Amalia de Barbosa Castello Branco): “*disseram ser filha de paes incognitos e haver nascido n’esta villa (Soure) no dia 23 de Agosto do anno corrente por uma hora e meia da tarde*”¹¹¹.

¹⁰⁸ Idem, p.88v.

¹⁰⁹ *Inventário orfanológico do Dr. Luiz de Melo Tocho de Almeida Soares de Albergaria e Castro*, Soure maço 40 1889, cota VI-II-E-11-4-17, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1889, p.254 (cópia da certidão de baptismo de Luiz Augusto).

¹¹⁰ *Notariais de Soure: Tabelaio Fortunato António de Freitas*, livro de notas nº 127 (de 5 de Janeiro de 1884 a 19 de Julho de 1884), sem cota, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1884, p.42-43v.

¹¹¹ *Inventário orfanológico do Dr. Luiz de Melo Tocho de Almeida Soares de Albergaria e Castro*, Soure maço 40 1889, cota VI-II-E-11-4-17, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1889, p.266-266v (cópia da certidão de baptismo de Maria Leonor).

E Luiz de Mello, ainda no mesmo ano, em Outubro, faz um segundo testamento, este também em casa, que regista igualmente residirem com ele a filha legítima, Maria Benedicta, e o referido Estêvão José d'Oliveira, e em que já refere as duas crianças como seus filhos ilegítimos (Maria Leonor à altura tinha apenas dois meses). Este testamento de 1886 já não é assinado por ele mas pelo tabelião não “*o fazendo o testador por não poder em virtude do seu estado tremulo*”¹¹².

Em Abril de 1888, um terceiro testamento confirma a perfilhação de dois filhos ilegítimos, ainda menores, na altura de quatro e um anos, Luiz Augusto e Maria Leonor, e o estatuto de seus herdeiros, atribuindo-lhes como tutor testamentário Estêvão José d'Oliveira (que é sempre referido a residir com ele)¹¹³.

São precisamente Luiz Augusto e Maria Leonor (e mais um terceiro, de que falaremos seguidamente) que acabam por herdar o edifício do extinto Colégio da Estrela, por falecimento da “meia-irmã” D. Maria Benedicta, em 1913. E, em 1915, na escritura de venda do Colégio, ao Dr. João Rodrigues da Silva Couto, a verdade vem inesperadamente à tona quando estas crianças, à altura já adultos, referem Maria Benedicta como mãe e não como irmã¹¹⁴.

Torna-se então óbvio que foi, a preocupação de um avô com os netos, mas de forma a não prejudicar a imagem da filha, a baronesa de Paranhos, separada judicialmente do marido, que o levou a declará-los seus filhos ilegítimos, perfilhando-os e tornando-os seus herdeiros, mas tendo o cuidado de lhes atribuir como tutor testamentário o verdadeiro pai que também com eles vivia¹¹⁵.

Luiz Augusto, quando atingiu os 18 anos, pediu a sua emancipação, em 22 de Agosto de 1904¹¹⁶. A emancipação foi-lhe dada, por unanimidade dos membros do conselho de família instituído pelo tribunal, em 25 de Agosto de 1904, entrando na posse da herança do avô, oficialmente pai¹¹⁷.

E D. Leonor também pede a emancipação em 17 de Outubro de 1904¹¹⁸, constituindo, em 23 de Outubro de 1904, o irmão seu procurador para assinar por ela os termos da emancipação¹¹⁹.

Desta vez o verdadeiro pai, Estêvão José de Oliveira, também constitui, por procurador um advogado (em 23 de Outubro de 1904), para o representar no conselho de família na emancipação de Leonor¹²⁰.

¹¹² *Notariais de Soure: Tabelião Fortunato António de Freitas*, livro de notas nº 130 (de 24 de Abril de 1885 a 17 de Janeiro de 1886), sem cota, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1885-1886, p.8v-10.

¹¹³ *Inventário orfanológico do Dr. Luiz de Melo Tocho de Almeida Soares de Albergaria e Castro*, Soure maço 40 1889, cota VI-II-E-11-4-17, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1889.

¹¹⁴ *Notariais de Coimbra: Tabelião Augusto Saldanha da Silva Vieira*, livro de notas nº 170 (de 19 de Outubro de 1915 a 29 de Dezembro de 1915), cota V-I-Es-10-3-110, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1915, p.17-18v.

¹¹⁵ *Inventário orfanológico do Dr. Luiz de Melo Tocho de Almeida Soares de Albergaria e Castro*, Soure maço 40 1889, cota VI-II-E-11-4-17, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1889.

¹¹⁶ *Idem*, p.253.

¹¹⁷ *Idem*, p.259-260.

¹¹⁸ *Idem*, p.265.

¹¹⁹ *Idem*, p.269.

¹²⁰ *Idem*, p.270-270v.

Foi emancipada em 10 de Novembro de 1904, e Luiz Augusto de Oliveira assina o documento como Luiz Augusto de Mello e Castro¹²¹.

Assim, em 5 de Novembro de 1915, na escritura de venda ao Bacharel João Rodrigues da Silva Couto, aparecem como co-proprietários e “*vendedores – os Excelentíssimos Senhores Estevam António d’Oliveira, solteiro, maior, proprietário, Luís Augusto d’Oliveira, casado, proprietário, que outorga por si e como procurador de sua Esposa Dona Maria Augusta d’Oliveira, e Bacharel José Fortunato de Vasconcelos Coutinho e Freitas, casado, proprietário e advogado, que outorga por si e como procurador de sua esposa Dona Maria Leonor d’Oliveira de Vasconcelos e Freitas, todos moradores na vila e comarca de Soure*”, “*e por todos os referidos primeiros outorgantes foi dito na presença das mesmas testemunhas: que os dois primeiros e a esposa e constituinte do terceiro foram os únicos herdeiros de sua mãe a Excelentíssima Senhora Dona Maria Benedicta de Melo e Castro, Baronesa de Paranhos, moradora que foi na referida vila de Soure, e assim foram habilitados e julgados por sentença lavrada pelo juiz de direito d’aquela comarca em desasete de Março do corrente ano, que transitou em julgado. Que por este motivo são eles outorgantes os atuais possuidores, em comum, d’um prédio em ruínas denominado o Colégio de Santo António da Estrela, ou Convento da Estrela, sito n’esta cidade, que parte do norte com a igreja da Estrela, do sul e nascente com ruas e do poente com Manuel Augusto Rodrigues da Silva e com herdeiros de Joaquim Maria Martins. Este prédio está descrito sob o numero dois mil setecentos quarenta e um no livro B sétimo da conservatória privativa d’esta comarca, disendo-se n’essa descrição que faz d’ele parte a igreja da Estrela, mas é certo que esta igreja não faz hoje parte d’aquela prédio, porque pertence atualmente à Junta de Paroquia da freguesia de Almedina, d’esta cidade.*” “*por esta escritura vendem ao segundo outorgante o mencionado prédio denominado Colégio de Santo António da Estrela ou Convento da Estrela, com todas as suas pertenças, pela quantia de onze mil e trescentos escudos*” transferindo “*para o comprador todo o domínio, direito, acção e posse que em comum tinham no predio vendido que é livre e alodial.*”¹²².

Mas, aparece aqui mais um co-proprietário, que também tinha herdado (de D. Maria Benedicta), o antigo convento da Estrela: Estêvão António de Oliveira.

Se o estratagema de Luiz de Mello tinha dado resultado com Luiz Augusto e Maria Leonor, já no que diz respeito a Estêvão António, nascido apenas dois dias (em 2 de Julho de 1889) após o desaparecimento daquele (em 30 de Junho de 1889), a solução encontrada teve necessariamente de ser diferente. Aparece então, no registo de baptismo, como “*filho ilegítimo de Estêvão José d’Oliveira, solteiro, proprietário, natural da villa, freguesia e concelho d’Alcochete, do*

¹²¹ Idem, p.273-274.

patriarcado de Lisboa, morador nesta villa de Soure e parochiano desta Igreja, e de mãe incógnita”, sabendo-se contudo, com precisão, o dia e a hora de nascimento: “*que nasceu nesta villa no dia dois do mez corrente pelo meio dia*”. O assento refere ainda os padrinhos: “*foi padrinho Estêvão Augusto d’Oliveira, solteiro, proprietário, e madrinha D. Candida Amalia Castello Branco, solteira*”. Está também averbado lateralmente que “*faleceu na freguesia e concelho de Soure no dia 11 de Maio de 1970*”¹²³. Licenciou-se em Direito¹²⁴ e, aquando da matrícula, em 6 de Outubro de 1909, na certidão de idade ainda consta: mãe incógnita¹²⁵.

Ora, sendo Estêvão António de Oliveira oficialmente filho de Estêvão José d’Oliveira (o verdadeiro pai), e não de Luiz de Mello (como os irmãos), não existindo portanto laços familiares “assumidos” com D. Maria Benedicta, resta saber como aparece referido, na escritura de venda de 1915, como um dos “*únicos herdeiros de sua mãe a Excelentíssima Senhora Dona Maria Benedicta de Melo e Castro, Baronesa de Paranhos*”¹²⁶.

Além disso, existem cartas suas, de 1916, ao seu ex-inquilino da Estrela, Manuel Pereira Júnior, no âmbito de um processo judicial, que confirmam todos os parentescos, referindo como mãe a Baronesa de Paranhos, como pai Estêvão José d’Oliveira, bem como os irmãos e o cunhado¹²⁷.

Assim sendo, a única hipótese será ter sido tudo esclarecido ainda antes do falecimento de D. Maria Benedicta, que provavelmente reconheceu, oficialmente, todos os seus filhos. Creio que esta questão possa figurar no âmbito da habilitação de herdeiros, que transitou em julgado, e cuja sentença foi lavrada pelo Juiz de Direito da comarca de Soure em 17 de Março de 1915¹²⁸, mas infelizmente não foi possível consultá-la.

Quando os três filhos de D. Maria Benedicta de Melo e Castro herdaram a propriedade da Estrela, em 1913, esta estava já estava arrendada a Manuel Pereira Júnior, desde 1 de Outubro de 1910¹²⁹, tendo-se mantido o arrendamento sem quaisquer alterações durante a sua posse. E a julgar pelas cartas atrás referidas, as relações entre proprietários e inquilino eram perfeitamente cordiais. Assim a propriedade mantinha esse mesmo arrendamento por altura da venda que os herdeiros da Baronesa de Paranhos fizeram ao Dr. João Rodrigues da Silva Couto, em 1915.

¹²² *Notariais de Coimbra: Tabelião Augusto Saldanha da Silva Vieira*, livro de notas nº 170 (de 19 de Outubro de 1915 a 29 de Dezembro de 1915), cota V-I-Es-10-3-110, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1915, p.17-18v.

¹²³ *Baptizados de Soure 1889-1890*, Soure B31 1889 1890, cota PT/AUC/PAR/SRE09/002/0031, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1889-1890, p.36-36v.

¹²⁴ *Anuario da Universidade de Coimbra. Anno lectivo de 1910-1911*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1911.

¹²⁵ *Certidões de Idade 1901-1925*, Fundo da Universidade de Coimbra, Cota IV-1ºD-5-3-15 caixa 5 (de Egas F. C. Castro a Gabriel M. Freitas), Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1901-1925, p.226 (nº119).

¹²⁶ *Notariais de Coimbra: Tabelião Augusto Saldanha da Silva Vieira*, livro de notas nº 170 (de 19 de Outubro de 1915 a 29 de Dezembro de 1915), cota V-I-Es-10-3-110, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1915, p.17-18v.

¹²⁷ *Processos judiciais (Comarca de Coimbra)*, cota Dep.II Sec.II-E Est.9 Tab.5 Nº9, maço 11, 2º Ofício (Faria), Arquivo da Universidade de Coimbra, 1915-1916, p.18-19v.

¹²⁸ *Notariais de Coimbra: Tabelião Augusto Saldanha da Silva Vieira*, livro de notas nº 170 (de 19 de Outubro de 1915 a 29 de Dezembro de 1915), cota V-I-Es-10-3-110, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1915, p.17-18v.

¹²⁹ *Processos judiciais (Comarca de Coimbra)*, cota Dep.II Sec.II-E Est.9 Tab.5 Nº9, maço 11, 2º Ofício (Faria), Arquivo da Universidade de Coimbra, 1915-1916, p.2v.

2.6. Maria Benedita de Castro Melo Soares de Albergaria (1889-1913)

D. Maria Benedicta¹³⁰ nasceu, em Soure, a 24 de Agosto de 1850, segunda filha de Luiz de Mello Tocho de Almeida Soares de Albergaria de Castro e de D. Francisca Emília Henriett Pereira Bandeira de Neiva¹³¹. Tinha um irmão dois anos mais velho de nome Bento de Castro¹³².

Casou, em 26 de Julho de 1867, com um primo direito, Sebastião Maria de Gouveia Figueiredo Carvalho e Sousa, filho de uma meia-irmã da mãe, tendo primeiro solicitado a dispensa de parentesco, que lhe foi concedida. A razão invocada foi “*por habitarem lugares estreitos e pequena povoação*”¹³³.

Mas o casamento pouco tempo terá durado, uma vez que por alturas do nascimento da primeira filha do casal, Maria Luiza, em 7 de Julho de 1868, o assento de baptismo desta já refere o pai como morador em Paranhos, concelho de Cêa, e a mãe em Soure¹³⁴.

E Maria Luiza acaba por falecer, em Soure, a 11 de Março de 1872, com “*três annos e oito mezes d’idade*”, sendo referido, no assento de óbito, pela primeira vez o título dos pais: “*filha legítima dos actuais Barões de Paranhos*”.

O título de barão de Paranhos só teve, de facto, um titular: Sebastião Maria de Gouveia (nascido, em Paranhos, a 29 de Outubro de 1837), tendo-lhe sido atribuído, por Decreto de 21 de Junho de 1869, em sua vida, o título referente à terra onde nascera e vivia¹³⁵.

Os barões de Paranhos separaram-se judicialmente em 28 de Julho de 1872, tendo sido feita a escritura de partilhas em 18 de Agosto de 1877, na casa onde Maria Benedicta vivia com o pai, Luiz de Mello, em Soure¹³⁶. Esta escritura foi muito simples, uma vez que antes do casamento existia já o inventário dos bens pertencentes a Maria Benedicta por morte da sua mãe, D. Francisca Emília¹³⁷. Pelo texto, vemos que Maria Benedicta apesar de “*judicialmente separada de seu marido*” estava

¹³⁰ Também assinava Maria Benedicta Melo de Castro Tocho Soares de Albergaria, por exemplo em *Notariais de Coimbra: Tabelião Joaquim Gaspar de Mattos*, livro de notas nº 98 (de 15 de Janeiro de 1902 a 4 de Março de 1902), cota V-I-Es-11-4-18, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1902, p.20-22.

¹³¹ *Baptizados de Soure 1842-1851*, Soure B11 1842 1851, cota PT/AUC/PAR/SRE09/002/0011, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1842-1851, p.287-287v.

¹³² Idem, p.207.

¹³³ *Processos de casamentos de 1867 (de Manuel Henriques a Vítor José Coelho)*, cota Dep III-2ºSec.E-Est.6.-Tab 5 Nº11, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1867, documento nº 78.

¹³⁴ *Baptizados de Soure 1868-1869*, Soure B18 1868 1869, cota PT/AUC/PAR/SRE09/002/0018, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1868-1869, p.33v-34.

¹³⁵ *Nobreza de Portugal e do Brasil, volume terceiro*, dir. Afonso Eduardo Martins Zúquete, Lisboa, Representações Zairol, Lda., 1961, p.106-107.

¹³⁶ *Notariais de Soure: Tabelião José Brandão Pereira de Melo*, livro de notas nº 10 (de 19 de Março de 1872 a 16 de Abril de 1878), sem cota, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1872-1878, p.13v-14.

¹³⁷ *Inventário orfanológico de Francisca Emília Henriqueta de Neiva ou Francisca Emília Henriett de Neive*, Soure maço 39 1854, cota Est 11 Tab 4 nº 16, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1854.

“por este auctorizada a alienar seus bens immobiliarios”, mas constando que ao ex-marido não poderia ser imputada qualquer consequência de nenhum dos seus actos¹³⁸.

E apesar da separação judicial, Maria Benedicta usa, até falecer, o título de baronesa de Paranhos.

O edifício do antigo Colégio de Santo António da Estrela não lhe coube por herança materna, tendo sido o seu pai, Luiz de Mello, a herdá-lo da esposa, primeiro, na totalidade. E só por morte deste, em 1889, a propriedade passou para Maria Benedicta, que a manteve até à sua morte em 1913 (2./Fig.61 a 2./Fig.73).

Assim, na relação dos bens pertencentes à herança do Dr. Luiz de Mello Tocho¹³⁹ situados na comarca de Coimbra aparece, em 12 de Novembro de 1889, com o nº 134, o “*Convento da Estrella situado na Cidade de Coimbra que se compõe de caza com grandes acomodações, pateo, cisterna, dois jardins e uma capella denominada de Santo António da Estrella*” e ainda “*uma propriedade de casas denominado o Convento da Estrella, sita na antiga rua das Fangas, hoje Fernandes Thomaz, que se compõe de casas altas e baixas, pateo, cisterna, jardins e Capella denominada de Santo António da Estrella, nesta casa estão actualmente estabelecidas duas fábricas sendo uma de massas, outra de bolachas confrontando pelo nascente poente e sul com ruas publicas, e norte por Francisco da Costa Pessoa*”, avaliado em 6 500\$000 (sendo referido que não tinham sido avaliadas imagens, nem paramentos, que estavam na capela por não estarem “*relacionados*”).

O total do inventário dos bens de Luiz de Mello era de 66 009 040\$000, sendo 44 006 026\$000 para a filha legítima e 22 003 013\$000 para os dois filhos perfilhados, Luiz Augusto e Maria Leonor. O filho primogénito tinha falecido, em 30 de Abril de 1879, tendo a sua viúva, D. Joana Graça de Melo e Castro, recebido do sogro o correspondente à herança paterna do marido, por ocasião do inventário de maiores feito em 1882 (na sequência da morte de Bento de Castro Coelho de Melo)¹⁴⁰. Foram separados três lotes de 22 003 013\$000, o A, o B e o C, que foram sorteados. O A e o B ficaram para a baronesa de Paranhos, e entre nestes dois figura a totalidade da Estrela com o nº 134. De facto havia metade do nº 134 na fracção A e a outra metade na B. O C foi dividido pelos filhos ilegítimos perfilhados, datando o auto de sorteio de 16 de Abril de 1889¹⁴¹.

¹³⁸ *Notariais de Coimbra: Tabela de Joaquim Gaspar de Mattos*, livro de notas nº 98 (de 15 de Janeiro de 1902 a 4 de Março de 1902), cota V-I-Es-11-4-18, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1902, certidão com nº A051090.

¹³⁹ *Inventário orfanológico do Dr. Luiz de Melo Tocho de Almeida Soares de Albergaria e Castro*, Soure maço 40 1889, cota VI-II-E-11-4-17, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1889, p.53-54v.

¹⁴⁰ *Inventário orfanológico de Bento de Castro Coelho de Melo*, Soure maço 36 1882, cota VI-II-E-10-3-6, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1882. Neste inventário percebemos que existiam muitas dívidas do casal, e que as relações entre D. Joana e o sogro, Luiz de Mello não seriam as melhores, tendo este, nesta ocasião (em 1882) saldado as referidas dívidas com parte da herança que deveria, quando falecesse, deixar ao filho, já não constando este como seu herdeiro em 1889.

¹⁴¹ *Inventário orfanológico do Dr. Luiz de Melo Tocho de Almeida Soares de Albergaria e Castro*, Soure maço 40 1889, cota VI-II-E-11-4-17, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1889, p.195-196.

Assim, D. Maria Benedicta de Castro Mello Soares de Albergaria, Baronesa de Paranhos, era a proprietária à altura do incêndio (2./Fig.62), na madrugada de Domingo, em 27 de Janeiro de 1895 (2./Fig.63), e no edifício, arrendado desde a posse de seu pai, estava, além da fábrica de massas de José Marques Manso, ainda outra de bolachas e biscoitos, pertencente a Augusto da Silva Teixeira¹⁴²:

“ Em 27 de Janeiro de 1895, o antigo Colégio da Estrela foi devorado por um temeroso incêndio. Às duas e meia da madrugada, o toque de sinos alarmou a cidade adormecida. Bombeiros e populares acorreram presurosamente, praticando à compita actos de destemida heroicidade e notável abnegação. Mas, prontidão de socorros, perfeita direcção dos trabalhos de extinção, dedicação até à loucura, tudo foi baldado: edifício e fábricas nele instaladas tudo se subverteu na fornalha em brasa, pouco mais se salvando das chamas do que a igreja do antigo colégio, ainda agora existente, com a fachada principal para a antiga Rua das Fangas (modernamente Rua Fernandes Tomás). Volvidos tantos anos sobre essa catástrofe, em que felizmente se não perderam vidas, ainda não há muito se viam as ruínas do incêndio, conservando-se o local desaproveitado. Mas nele se ergueu novo edifício, onde ao presente se encontra instalado o Governo Civil. À data do incêndio, o edifício pertencia à Baronesa de Paranhos, e nele se encontravam instaladas a importante fábrica de massas fundada por José Marques Manso, e ao tempo já pertencente à sua viúva, e bem assim a fábrica de bolachas e biscoitos de Augusto da Silva Teixeira”¹⁴³.

No final de 1901 (2./Fig.64), um diferendo sobre a propriedade da igreja da Estrela opôs D. Maria Benedicta à Junta da Paróquia da Sé Velha, tendo sido resolvido através de um “acordo ou transacção” depois reduzido a escritura, em 27 de Janeiro de 1902 (2./Fig.65), na qual “à Junta de Parochia da freguesia da Sé Velha fica pertencendo a dita Egreja para ser applicada só ao culto religioso, e também a parte norte do extincto Collegio da Estrella anexo à mesma Egreja”, sendo igualmente aí referido que a Junta de Paróquia “já se acha na posse de todas as alfaias e mais objectos pertencentes à mesma igreja”¹⁴⁴. O acordo, que precedeu o acto notarial, tinha sido aprovado em sessão extraordinária da Junta da Paróquia da Freguesia da Sé Velha de 14 de Novembro de 1901, constando da referida acta os respectivos termos:

“...1º A esta Junta fica pertencendo a dicta Egreja para ser applicada só ao culto religioso, e também a parte norte do extincto Collegio da Estrella, annexo à mesma Egreja, parte que é delimitada do resto do Collegio por uma linha horisontal, tirada pela face externa da porta da

¹⁴² CORREIA, António, *Toponímia Coimbrã. II Zona da Universidade*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1952, p.30, e, VASCONCELOS, António Garcia Ribeiro de, *Escritos vários*, Volume I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1838, p.279.

¹⁴³ LOUREIRO, José Pinto, *O século XIX em Coimbra*, “Diário de Coimbra”, nº 11445, 17 de Março de 1964, p.5.

¹⁴⁴ *Notariais de Coimbra: Tabela de Joaquim Gaspar de Mattos*, livro de notas nº 98 (de 15 de Janeiro de 1902 a 4 de Março de 1902), cota V-I-Es-11-4-18, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1902, p.20-22.

Antiga sachristia e prolongada pelo nascente até à rua de Fernandes Thomaz e pelo poente até às traseiras da casa dos herdeiros de Joaquim Maria Martins, e por uma linha perpendicular tirada de alto a baixo do edifício e na parte que fica fora deste até ao pavimento do quintal do mesmo Collegio que fica nas trazeiras da casa dos herdeiros do dicto Joaquim Maria Martins;

2º Esta Junta é obrigada a separar completamente esta sua parte do Collegio da que pertence à Exma Sr^a D. Maria Benedicta de Mello e Castro, devendo para isso fazer uma parede divisória de 30 centímetros de largura que horisontalmente principiará na face exterior da hobreira sul (da porta que da antiga sachristia e da Igreja dá saída para o claustro, sendo a face interior da mesma parede alinhada pela aduela da hobreira dicta até às pilastras dos arcos do mesmo claustro, e nestes será a parede alinhada exteriormente pela aresta da base das mesmas pilastras até à ultima pilastra do lado do nascente, e neste lado a parede continuará no alinhamento da primeira parte até à rua de Fernandes Thomaz;

3º A parte do extincto Collegio pertencente à Junta é destinada à constituição de uma nova sachristia que substitua a antiga e à comunicação da nova sachristia com a rua Fernandes Thomaz e com o côro da Igreja e com a torre d'ella, bastando para isso que a parede divisoria tenha só trinta centímetros de largura, como já se disse, mas, se a Exma. Sr^a D. Maria Benedicta de Mello e Castro quiser que esta parede tenha mais largura para nella travejar, poderá dar-se-lhe maior largura, pagando a dicta Exma. Senhora a despeza da construcção da parede que for a mais dos trinta centímetros;

4º À Exma. Sr^a D. Maria Benedicta de Mello e Castro fica pertencendo a antiga sachristia da Igreja da Estrella e o oratório de Santo Antoninho, por tanto este como aquella estarem incorporados na parte do Collegio que lhe pertence;

5º A esta Junta ficam pertencendo os Santos do dicto oratorio e os azulejos, armarios, estrados, retabulos e mais objectos que possam aproveitar-se e existem na antiga sachristia, para serem applicados à nova;

6º As águas da parte do Collegio pertencente à Junta serão recebidas em uma caleira que se ha de fazer na parede divisoria a construir com despejo para a rua Fernandes Thomaz;

7º Esta Junta fica com o direito de abrir na parede da nova sachristia, que deita para o quintal da parte do Collegio, pertencente à Exma. Sra. D. Maria Benedicta de Mello e Castro, os dois óculos com as mesmas dimensões que têm os que lá existem, devendo esta Junta pôr do lado de fora da parede uma grade de ferro que impeça que se desça d'estes óculos para o mesmo quintal...¹⁴⁵.

A descrição da divisão de propriedade, feita nos termos deste documento, permitiu-nos localizar (como desenvolveremos em capítulo posterior), em termos relativos, o posicionamento da sacristia

¹⁴⁵ Idem, certidão com nº A051090.

relativamente ao claustro, e concluir que a porta da sacristia se encontrava no lado poente daquele, na esquina noroeste¹⁴⁶.

Alguns anos após o incêndio, mesmo com o edifício principal completamente em ruínas (só restando as paredes¹⁴⁷) (2./Fig.66 e 2./Fig.67), D. Maria Benedicta voltou a arrendar a totalidade da propriedade a Manuel Pereira Junior, em 1 de Outubro de 1910¹⁴⁸ (2./Fig.68 a 2./Fig.74), sendo que “*parte d’este prédio foi destinada a habitação e negócio; e a renda mensal de todo elle foi fixada pelos pactuantes em quinze mil reis...não se tendo discriminado a parte do prédio destinada a habitação da destinada a negocio*”¹⁴⁹. Este novo arrendatário, que supostamente também lá habitava, manteve, até 1 de Outubro de 1919¹⁵⁰, um pequeno estabelecimento comercial (uma mercearia) e industrial (uma indústria de doces, fabricados por Amelia Alturas, doceira, e depois vendidos ao balcão)¹⁵¹, na antiga hospedaria do Colégio da Estrela (a tal “*casa, dependência integrante do edifício*” do Colégio da Estrela, como a refere o Dr. António de Vasconcelos que lá viveu entre 1879 e 1883¹⁵²), sendo a última ocupação antes da construção do actual edifício. Manuel Pereira Júnior obteve, inclusivamente, autorização da C.M.C., para “*levantar 50 centímetros a parede de frontaria*” do edifício, em 11 de Abril de 1910¹⁵³.

2.7. Luiz de Mello Tocho de Almeida Soares de Albergaria (1854-1889)

Luiz de Mello Tocho de Almeida Soares de Albergaria de Castro¹⁵⁴, era natural do Fundão¹⁵⁵.

Bacharel em Direito e proprietário, viveu em Soure, e foi casado, como ficou dito, com Francisca Emília Henriqueta Pereira Bandeira de Neiva, de quem teve dois filhos¹⁵⁶: Bento (nascido em 1848¹⁵⁷) e Maria Benedicta (nascida em 1850¹⁵⁸).

¹⁴⁶ O levantamento feito pelo interior do edifício da antiga igreja da Estrela, actual Junta de freguesia de Almedina, permitiu, também, a confirmação desse facto. Tal levantamento só foi possível graças à gentileza da Presidente da Junta, Dra. Maria Palmira Pedro.

¹⁴⁷ *Processos judiciais (Comarca de Coimbra)*, cota Dep.II Sec.II-E Est.9 Tab.4 N°4, maço 8, 1º Ofício (Almeida Campos), Arquivo da Universidade de Coimbra, 1919, p.8v.

¹⁴⁸ *Processos judiciais (Comarca de Coimbra)*, cota Dep.II Sec.II-E Est.9 Tab.5 N°9, maço 11, 2º Ofício (Faria), Arquivo da Universidade de Coimbra, 1915-1916, p.2v.

¹⁴⁹ *Processos judiciais (Comarca de Coimbra)*, cota Dep.II Sec.II-E Est.9 Tab.4 N°4, maço 8, 1º Ofício (Almeida Campos), Arquivo da Universidade de Coimbra, 1919, p.7v.

¹⁵⁰ *Idem*, p.88v.

¹⁵¹ *Processos judiciais (Comarca de Coimbra)*, cota Dep.II Sec.II-E Est.9 Tab.5 N°9, maço 11, 2º Ofício (Faria), Arquivo da Universidade de Coimbra, 1915-1916, p.34-35.

¹⁵² VASCONCELOS, António Garcia Ribeiro de, *Escritos vários*, Volume I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1838, p.279.

¹⁵³ *Processos judiciais (Comarca de Coimbra)*, cota Dep.II Sec.II-E Est.9 Tab.4 N°4, maço 8, 1º Ofício (Almeida Campos), Arquivo da Universidade de Coimbra, 1919, p..

¹⁵⁴ Também por vezes denominado Luiz de Mello Tocho Cardoso de Almeida de Albergaria e Castro, ou ainda Luiz de Mello Tocho Soares de Albergaria e Castro.

¹⁵⁵ A informação sobre a naturalidade foi gentilmente cedida pelo Exmo. Sr. Dr. Pedro França, a quem agradecemos a disponibilidade e paciência.

Até à morte da esposa, em 1854, estava obrigado, por uma “*escriptura de contrato de casamento e dote*”, celebrada em 20 de Junho de 1845, a conservar intacto o seu dote, no qual se encontrava o edifício do antigo Colégio da Estrela, só vindo a herdar uma parte no caso de terem filhos, e destes estarem vivos aquando da morte de D. Francisca Emília: “*que não queria comunicação de bens entre ella Excellentissima Esposa e seo Illustrissimo futuro Esposo, no cazo de não terem filhos, mas que vindo-os a ter usufruirão todos os pactos dotais deste contrato, e vigoraria a legislação do Reino, como se tivessem cazado por carta de metade, mas se por fatalidade os filhos morressem, e ao tempo do fallecimento de qualquer delles cônjuges não existissem filhos, tornariam a vigorar todos os pactos dotais, como se não ouvessem tido filhos*”¹⁵⁹.

Assim, quando enviuvou, em 1854, e uma vez que se cumpriam as condições para poder herdar da esposa, nomeadamente por existirem dois filhos do casal, herdou da esposa o edifício do Colégio da Estrela¹⁶⁰. Manteve a posse deste até à sua morte em 30 de Junho de 1889, em Soure¹⁶¹.

Mais tarde, em Abril de 1888, em testamento confirma a perfilhação de outros dois filhos, estes ilegítimos (que, como já referimos antes, tudo indica serem, na realidade netos), na altura de quatro e um anos, Luiz Augusto (nascido em 4 de Dezembro de 1883) e Maria Leonor, (nascida em 23 de Agosto de 1886) tornando-os também seus herdeiros¹⁶².

E porque tinha havido problemas com a viúva do filho Bento de Castro (falecido em 1879), D. Joanna Graça de Mello e Castro¹⁶³, garantia por escrito que “*se por ventura algum interessado apparecer a impugnar a sua qualidade de filhos illegitimos reconhecidos, nesse caso quero e determino que pervaleça a instituição d’herdeiros universais em favor dos mesmos Luiz Augusto e Maria Leonor*”¹⁶⁴.

¹⁵⁶ *Inventário orfanológico do Dr. Luiz de Melo Tocho de Almeida Soares de Albergaria e Castro*, Soure maço 40 1889, cota VI-II-E-11-4-17, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1889.

¹⁵⁷ *Baptizados de Soure 1842-1851*, Soure B11 1842 1851, cota PT/AUC/PAR/SRE09/002/0011, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1842-1851, p.207.

¹⁵⁸ *Idem*, p.287-287v.

¹⁵⁹ *Notariais de Coimbra: Tabela Manuel José de Sousa*, livro de notas nº 4 (de 10 de Novembro de 1844 a 11 de Dezembro de 1847), cota V-I-Es-8-6-44, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1844-1847, p.38v-40.

¹⁶⁰ Curiosamente herdou de seu pai, D. José Maria de Mello Cardoso Almeida Albuquerque Soares d’Albergaria de Castro, o edifício do Convento de S. Francisco, tendo, por algum tempo reunido na sua posse ambos os conventos franciscanos.

¹⁶¹ *Inventário orfanológico do Dr. Luiz de Melo Tocho de Almeida Soares de Albergaria e Castro*, Soure maço 40 1889, cota VI-II-E-11-4-17, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1889, e *Óbitos de Soure 1889*, Soure O36 1889, cota PT/AUC/PAR/SRE09/004/0036, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1889, p.20-20v.

¹⁶² *Inventário orfanológico do Dr. Luiz de Melo Tocho de Almeida Soares de Albergaria e Castro*, Soure maço 40 1889, cota VI-II-E-11-4-17, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1889.

¹⁶³ No *Inventário orfanológico de Bento de Castro Coelho de Melo*, Soure maço 36 1882, cota VI-II-E-10-3-6, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1882, são notórias as más relações familiares: o casal tinha inúmeras dívidas, e Luiz de Mello acaba por dar, em 1882, à viúva do filho tudo o que lhe competia por herança, pelo que já não figura nos seus testamentos, que são posteriores.

¹⁶⁴ *Inventário orfanológico do Dr. Luiz de Melo Tocho de Almeida Soares de Albergaria e Castro*, Soure maço 40 1889, cota VI-II-E-11-4-17, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1889.

Se, em algum momento, o antigo Colégio da Estrela (2./Fig.75) foi destinado ou não a habitação de Luiz de Mello e D. Francisca Emília, até porque os pais dela moravam junto ao arco da Portagem, e o meio-irmão possuía a propriedade da rua das Fangas, contígua, a norte¹⁶⁵, é um dado que, de momento, não possuímos. Certo é que o casal já vivia, em 1848, em Soure, onde nasce o seu primeiro filho, e que, em 1851, houve o propósito de instalar lá um “*colégio de educação da mocidade*”, não tendo ido adiante esta iniciativa¹⁶⁶ dos Drs. António Luís de Sousa Henriques Seco, Gonçalo Telo de Magalhães Colaço e Manuel dos Santos Pereira Jardim (em que o director seria Felisberto de Sousa Ferreira). E, ainda no ano de 1851, realizaram-se na casa da Estrela reuniões da sociedade secreta S. Miguel da Ala, do partido miguelista¹⁶⁷.

Assim, sobre a ocupação do edifício durante a posse de Luiz de Mello, a partir de 1854 (data do falecimento da esposa), sabemos que, imediatamente a seguir, em 1855, acabou por se fundar, lá, um colégio, de que era proprietário o Dr. José Máximo Lopes da Silva Rebelo. Não encontramos, no entanto, nenhum documento que comprovasse este arrendamento, pelo não deve ter sido uma ocupação muito prolongada no tempo¹⁶⁸ (2./Fig.76 a 2./Fig.82).

E, em 1863, em Fevereiro e Março, a sociedade “o Raio”, que se tinha reorganizado¹⁶⁹ como loja maçónica, celebrava no edifício do antigo Colégio da Estrela as suas sessões clandestinas. Mas esta sociedade pouco tempo durou, pois extinguiu-se na sequela da crise académica de 1862¹⁷⁰.

Mas, em Outubro de 1863, instalou-se lá outra loja maçónica, “Liberdade”, que funcionou até 1864 e que integrava os monárquicos históricos e progressistas da cidade¹⁷¹, bem como a imprensa periódica do mesmo nome que a ela pertencia¹⁷². A curta duração desta loja deveu-se às desinteligências que se manifestaram entre os “Irmãos”, e António Vasconcelos referiu que, muitos

¹⁶⁵ O Dr. António da Cunha Pereira Bandeira de Neiva, Professor da Faculdade de Direito, em *Inventário orfanológico do Dr. António da Cunha Pereira Bandeira de Neiva*, Coimbra maço 3 1872, cota VI-I-D-12-4-9, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1872, p.6v, 7v e 8v.

¹⁶⁶ *Fundação e destino do colégio da Estrela*, Diário de Coimbra, 17 de Novembro, Coimbra, 1958.

¹⁶⁷ CORREIA, António, *Toponímia Coimbrã. II Zona da Universidade*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1952, p.30.

¹⁶⁸ *Ibidem*.

¹⁶⁹ Fora organizada em Abril de 1861 com a finalidade de derrubar o Reitor Basílio Alberto de Sousa Pinto. Atingido o seu objectivo foi reorganizada com a forma maçónica, tomando a 27 de Maio de 1863 o nome de Loja-Reforma. Estas informações constavam de VASCONCELOS, António Garcia Ribeiro de, *Escritos vários*, Volume I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1838, p.277, e de LAMY, Alberto Sousa, *A Academia de Coimbra 1537-1990*, Lisboa, Rei dos Livros, 1990, p.106-109.

¹⁷⁰ CATROGA, Fernando, *Mações, liberais e republicanos em Coimbra (década de 70 do século XIX)*, Separata do Arquivo Coimbrão Vol. XXXI-XXXII, Coimbra, Coimbra Editora, Lda., 1990, p.8.

¹⁷¹ *Ibidem*.

¹⁷² CATROGA, Fernando, *Mações, liberais e republicanos em Coimbra (década de 70 do século XIX)*, “Arquivo Coimbrão (Boletim da Biblioteca Municipal)”, Volume XXXI-XXXII, Coimbra, 1988-1989, p.265.

anos decorridos, ainda existia, no edifício da Estrela, o “templo” desta loja: uma sala de planta triangular, com o tecto brilhantemente pintado de azul vivo, com numerosas estrelas douradas¹⁷³.

Evidentemente, tal não poderia acontecer sem o acordo do proprietário, e como na altura o edifício ainda não estava arrendado, tentámos averiguar, mas sem sucesso, se Luiz de Mello seria também um membro destas lojas. Penso no entanto ser legítimo pensar que a probabilidade é grande, ou então, seria unicamente um simpatizante deste tipo de movimentos.

Alguns dos mais notáveis membros da referida loja Liberdade, foram: o professor da faculdade de Medicina e mais tarde Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Dr. Lourenço de Almeida Azevedo; Pedro Augusto Monteiro Castelo Branco, também professor da faculdade de Direito (e, mais tarde, chefe do Partido Progressista no distrito de Coimbra); Pedro Monteiro; José Joaquim Fernandes Vaz; Bernardo de Albuquerque; e Manuel Pereira Dias; parecendo comprovar assim as relações fortes entre a maçonaria e a política, em Coimbra¹⁷⁴.

No entanto, sem utilização permanente, o edifício começou a degradar-se (2./Fig.77 a 2./Fig.80), e em Novembro de 1860 desabou o muro da Estrela¹⁷⁵(2./Fig.82), e um mês depois, em Dezembro, já se falava na catástrofe que poderia originar o desabamento do torreão¹⁷⁶.

Mas, a Câmara, só em Maio de 1863, pediu a comparência de Luiz de Mello¹⁷⁷, e em sequência da não comparência¹⁷⁸ avançou com uma vistoria para “*verificar se está realmente em ruínas, como se diz*”¹⁷⁹.

É entregue em 9 de Julho o relatório da peritagem, no qual os peritos “*foram de parecer que era necessário construir uma forte muralha, a partir do cunhal que faz frente para a Couraça de Lisboa até à parede norte da demolida cadeia, para se evitar a ruína do torreão da Estrela*”¹⁸⁰. E na sequência, em 18 de Agosto de 1863 Luiz de Mello é intimado a “*segurar ou demolir o torreão da Estrela*”¹⁸¹, com novo ofício a 9 de Outubro¹⁸².

Talvez por segurança, no final de Outubro, a Câmara resolve fazer nova vistoria ao torreão, desta vez com os engenheiros Ricardo Frederico Guimarães e José Carlos de Lara Everard¹⁸³. E o

¹⁷³ VASCONCELOS, António Garcia Ribeiro de, *Escritos vários*, Volume I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1838, p.277-278.

¹⁷⁴ CATROGA, Fernando, *Mações, liberais e republicanos em Coimbra (década de 70 do século XIX)*, “Arquivo Coimbrão (Boletim da Biblioteca Municipal)”, Volume XXXI-XXXII, Coimbra, 1988-1989, p.294-296.

¹⁷⁵ *Anais do Município de Coimbra 1870-1889*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1937, p.348.

¹⁷⁶ Idem, p.351.

¹⁷⁷ Idem, p.391.

¹⁷⁸ Idem, p.392.

¹⁷⁹ Ibidem.

¹⁸⁰ Idem, p.393.

¹⁸¹ Idem, p.394.

¹⁸² Idem, p.396.

¹⁸³ Idem, p.398.

resultado da vistoria de 12 de Novembro de 1863 confirma o estado de desabamento já antes declarado¹⁸⁴.

Mas Luiz de Mello nada terá feito, pois em 1 de Abril de 1864 é novamente intimado a comparecer na Câmara “*a propósito do muro de suporte ao torreão da Estrela*”¹⁸⁵ e em 30 de Abril “*a fazer-lhe obras de consolidação*”¹⁸⁶ (2./Fig.82).

E em 10 de Junho de 1864, o executivo já farto da indiferença de Luiz de Mello, e com a presença do advogado da Câmara, José Ribeiro Rosado, delibera o modo de “*compelir o proprietário do torreão da Estrela a fazer obras de consolidação*”¹⁸⁷. A questão deve ter ido parar a tribunal pois em 1 de Outubro de 1866 a Câmara manda cumprir a sentença obtida na questão do muro adjacente à antiga cadeia da Portagem¹⁸⁸.

Mas o proprietário terá eventualmente recorrido da sentença, protelando a resolução da questão, tendo, inclusivamente, mantido o edifício arrendado, de 1866 a 1874 (2./Fig.83 a 2./Fig.85), ao Dr. Manoel Bernardo de Sousa Enes¹⁸⁹, afamado lente da faculdade de Teologia, para lá funcionar o *Colégio de educação e ensino secundário da Estrela*¹⁹⁰, estabelecimento de ensino que alcançou, rapidamente, muita fama.

De facto, só em 1 de Setembro de 1873 a Câmara consulta o advogado para que se execute a sentença que manda dois proprietários edificarem o muro que sustenta o alicerce do Colégio da Estrela (um deles é Luiz de Mello (2./Fig.86 a 2./Fig.88), e o outro o proprietário do terreno onde se encontrava a antiga cadeia, na base do torreão quinário da Estrela)¹⁹¹.

E em Agosto de 1874 o muro construído junto à base do torreão já se encontra praticamente concluído, tendo a edilidade mandado, a 3 de Setembro, arrematar a sua conclusão, e “convidado”, oficialmente, a 1 de Outubro, o proprietário a entrar com metade da despesa feita com o muro de suporte¹⁹².

Talvez em virtude deste facto, e, talvez, para fazer face às despesas, em 7 de Junho de 1874, Luiz de Mello hipoteca à Caixa Filial do Banco Commercial de Vianna por “*2 contos de reis a juro de sette e meio por cento ao anno*” “*uma propriedade denominada Convento de Santo António da Estrela, sita nesta cidade que foi o antigo Colegio do mesmo nome e consta de casas com sua Igreja pateos*

¹⁸⁴ Idem, p.411.

¹⁸⁵ Idem, p.409.

¹⁸⁶ Idem, p.411.

¹⁸⁷ Idem, p.412.

¹⁸⁸ Idem, p.448.

¹⁸⁹ O Dr. Sousa Enes veio a ser Bispo de Macau, motivo porque suprimiu o colégio. E mais tarde Bispo de Bragança e posteriormente de Portalegre até falecer em 1887, em VASCONCELOS, António Garcia Ribeiro de, *Escritos vários*, Volume I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1838, p.278. E não deixa de ser curioso o tal templo maçónico, que António Vasconcelos refere, não ter sido destruído aquando da instalação deste colégio.

¹⁹⁰ VASCONCELOS, António Garcia Ribeiro de, *Escritos vários*, Volume I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1838, p.278.

¹⁹¹ *Anais do Município de Coimbra 1870-1889*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1937, p.44.

¹⁹² Idem, p.56-57.

e jardins e mais perttenças, partem do Norte com herdeiros do Doutor Neiva, Nascente Sul e do poente com ruas publicas” sendo o seu valor “três contos e duzentos mil reis”.

Na escritura é ainda referido “*que o prédio aqui hypothecado pertence em partilhas a ele devedor por fallecimento da sua Exma. Esposa e é livre, e alodial isempto de dote ou outro onnos*”, e ainda que “*foi feito o registo provisorio na conservatoria para segurança deste empréstimo*”. Curiosamente, é ainda referido que o “*prédio se acha seguro na Companhia contra incêndios Fedellidade*” situação que era obrigatória unicamente enquanto durasse a hipoteca, mas que, a ter-se mantido, teria sido providencial vinte e dois anos mais tarde¹⁹³.

E talvez para evitar outra situação de ruína semelhante à que acontecera, em 2 de Fevereiro de 1877 (2./Fig.89), Luiz de Mello arrenda a Adelino Augusto da Silva, negociante e morador em Coimbra, para uma fábrica de massas alimentícias, por “*duzentos setenta mil reis*”, a “*sua casa chamada da Estrella sita n’esta cidade que parte do Norte com herdeira do Doutor Neiva digo do Poente com herdeira do Doutor Neiva, Norte com a rua Couraça da Estrella, Sul e Nascente com a Couraça de Lisboa*”¹⁹⁴.

O arrendamento começaria “*no dia de S. Miguel*” e prolongar-se-ia “*por nove annos*” (até 1886) e do arrendamento ficariam excluídas “*a capella, seo coro e sacristia, que terão livres as servidões, pela porta de ferro, e escada do coro que sobe da sachristia, a loja do torrião com suas pias, com servidão pelo portão de carros, a casa no terraço inferior, que avista sobre a Portagem com a mesma servidão*”, ficando incluído “*tudo o mais do edificio desde a capella até à Couraça*” mas é referido “*no estado em que se acha o prédio*”¹⁹⁵, sendo obrigado a permitir que se façam os reparos urgentes”, e ainda que “*não poderá o inquilino fazer benfeitorias que não forem permittidas por escripto do senhorio, e que sem a mesma permissão se não possam sublocar para uso illicito, inconveniente que deteriore o prédio, ou o ponha em perigo*”¹⁹⁶.

De referir, em particular, que António de Vasconcelos também aqui viveu (não conseguimos saber se como arrendatário ou sub-arrendatário), neste mesmo período, enquanto estudante, entre Outubro de 1879 e Fevereiro de 1885, habitando uma dependência da tal casa no terraço inferior (a antiga hospedaria do Colégio, que ficou excluída do contrato de arrendamento, e que terá eventualmente sido arrendada directamente por Luiz de Mello), aproximadamente onde hoje se encontra a entrada

¹⁹³ *Notariais de Coimbra: Tabelião Simão Maria de Almeida*, livro de notas nº 16 (de 2 de Fevereiro de 1874 a 10 de Junho de 1874), cota V-I-Es-10-2-166, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1874, p.94v-95v.

¹⁹⁴ Nesta escritura, o tabelião José Lourenço da Costa ter-se-á enganado nas confrontações, pois de facto a confrontação com a herdeira do Doutor Neiva era a Norte.

¹⁹⁵ O Dr. Luiz de Mello tinha tido problemas graves, em tribunal, relativamente ao arrendamento para colégio do Convento de S. Francisco, que herdara do pai, situação exaustivamente relatada no seu inventário orfanológico.

¹⁹⁶ *Notariais de Coimbra: Tabelião José Lourenço da Costa*, livro de notas nº 7 (de 22 de Novembro de 1876 a 2 de Março de 1877), cota V-I-Es-11-3-146, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1876-77, p.36-36v.

e o jardim contíguo ao alpendre a sul¹⁹⁷. O seu quarto localizava-se no ângulo nascente/sul, dispondo de uma porta de sacada voltada para o fundo da couraça de Lisboa, e duas janelas de peitoril que olhavam para o rio, desfrutando de uma paisagem magnífica sobre a cidade (2./Fig.60)¹⁹⁸.

Em 18 de Setembro de 1883, o jornal O Conimbricense referia-se à tal fábrica, denominada Marques Manso & Companhia, da seguinte forma: “o falecido Sr. Adelino Augusto da Silva tinha estabelecido uma fábrica de massas alimentícias no Collegio da Estella” e “pelo seu falecimento comprou em 1880 este estabelecimento o Sr. José Marques Manso, acreditado negociante d’esta cidade, o qual posteriormente deu sociedade a seu cunhado o Sr. José Victorino Botelho de Miranda, debaixo da firma Marques Manso & C.^a”¹⁹⁹.

Afinal, devido ao falecimento do arrendatário em 1880, o contrato de arrendamento (que só terminava em 1886) terá continuado com novo arrendatário entre 1880 e 1885, e só terá sido reformulado em 8 de Maio de 1885, quando Luiz de Mello prolonga o contrato existente, nos mesmos moldes, ao referido José Marques Manso arrendando as “suas casas denominadas da Estrella, na Cidade de Coimbra, freguezia de São Christovão a qual confina do norte com a rua da Estrella, nascente e sul com a Couraça de Lisboa, e do poente com herdeiros do Doutor Neiva”, mantendo-se a renda anual de duzentos e setenta mil reis, e começando o arrendamento a 29 de Setembro de 1886 e acabando a 9 de Setembro de 1896. Do contrato de arrendamento continuava excluída “a capella com seu coro e sachristia”, e mantinha-se que não podia “o segundo outorgante exigir ao Senhorio, o preço ou valor de quaes quer bemfeitorias... não expressamente autorizadas por escripto”²⁰⁰.

E, pelo menos desde 1883, já lá estava estabelecida mais uma fábrica de bolachas e biscoitos²⁰¹, esta pertencente a Augusto da Silva Teixeira²⁰², mantendo-se a de massas, partilhando, as duas, o mesmo espaço²⁰³.

2.8. Francisca Emília Henriqueta Pereira Bandeira de Neiva (1844-1854)

¹⁹⁷ VASCONCELOS, António Garcia Ribeiro de, *Escritos vários*, Volume I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1838, p.279.

¹⁹⁸ Ibidem.

¹⁹⁹ CARVALHO, Joaquim Martins de, *Fabrica de massas Marques Manso & C.^a no Collegio da Estrella*, “Conimbricense (O)”, Coimbra, s/e, 4 de Setembro de 1883 (anno XXXVI, nº3762), 18 de Setembro de 1883 (anno XXXVI, nº3766), p.2.

²⁰⁰ *Notariais de Soure: Tabelião Fortunato António de Freitas*, livro de notas nº 130 (de 24 de Abril de 1885 a 17 de Janeiro de 1886), sem cota, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1885-1886, p.10-11v.

²⁰¹ *Fabricas em Coimbra*, “Conimbricense (O)”, anno XXXVI, nº3762 de 4 de Setembro de 1883, Coimbra, s/e, 1883, p.2.

²⁰² CORREIA, António, *Toponímia Coimbrã. II Zona da Universidade*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1952, p.30, e, VASCONCELOS, António Garcia Ribeiro de, *Escritos vários*, Volume I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1838, p.279.

Francisca Emília Henriqueta Pereira Bandeira de Neiva²⁰⁴ nasceu em Ançã a 30 de Agosto de 1816²⁰⁵, filha legítima de Bento José Ferreira Leitão e de sua mulher D. Antónia Francisca de Paula de Neiva, de quem herdou o extinto Colégio de Santo António da Estrela, aquando da morte desta, em 16 de Agosto de 1844 (2./Fig.90).

D. Antónia Francisca não tinha deixado testamento²⁰⁶, pelo que devem ter sido feitas partilhas²⁰⁷ ainda antes do casamento de D. Francisca Emília, que teve lugar pouco tempo depois, entre 20 de Junho de 1845 e 7 de Outubro de 1846²⁰⁸, uma vez que na escritura de contrato de casamento e dote, em 20 de Junho, se refere “*que ella Excellentissima Esposa se dota com os bens da sua legitima materna*”²⁰⁹, sabendo-se exactamente quanto lhe coube em bens móveis e de raiz: “*que ella Excellentissima Esposa se dota com os bens da sua legitima materna, e mais que lhe pertencem e vem a ser em bens moveis e de raiz, incluindo os no valor de oito centos mil reis... e ouve por testamento de Catherina Rosa dos Reis, de Ançã, o valor de cinco contos novecentos quarenta e três mil sette centos e vinte reis*”. Assim, se descontarmos ao valor de 5 943\$720, o que lhe chegou de Catherina Rosa dos Reis (800\$000), da mãe recebeu, em bens móveis e de raiz, 5 143\$720, valor que deveria incluir o edifício do antigo Colégio da Estrela, avaliado pouco tempo depois em 3 200\$000²¹⁰.

No entanto o dote não incluía unicamente estes bens, pois “*em Direitos e acções portugueses Estrangeiros dezasette contos quinhentos cincoenta e seis mil duzentos e oitenta reis. Em dinheiro quinhentos mil reis, sendo o tatal com que se dota vinte e quatro contos de reis, e bem assim como a sua futura legitima paterna, que possa vir a tocar-lhe, e com quaisquer outros bens, que adquirir*”²¹¹.

²⁰³ *Inventário orfanológico do Dr. Luiz de Melo Tocho de Almeida Soares de Albergaria e Castro*, Soure maço 40 1889, cota VI-II-E-11-4-17, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1889, p.195-196.

²⁰⁴ Também por vezes denominada Francisca Emília Henriett Pereira Bandeira de Neive, ou ainda Francisca da Cunha.

²⁰⁵ *Baptizados de Cantanhede-Ançã 1806-1822*, Cantanhede-Ançã B2 1806 1822, cota PT/AUC/PAR/CNT01/002/0002, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1806-1822, p.180.

²⁰⁶ *Óbitos de Coimbra (S. Bartolomeu) 1833-1859*, Coimbra O6 1833 1859, cota PT/AUC/PAR/GBR19/004/0006, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1833-1859, p.45.

²⁰⁷ Não foi possível encontrar qualquer escritura de partilhas no intervalo de tempo que refiro no texto, apesar de termos pesquisado todos os notariais de Coimbra e de Ançã.

²⁰⁸ Também não conseguimos chegar à data de casamento de D. Francisca Emília e Luiz de Mello, tendo pesquisado todos os assentos de casamentos de Coimbra (todas as freguesias), de Ançã e de Soure no referido intervalo de tempo, bem como os processos de casamentos de 1845 e 1846. Seria lógico que se tivessem casado na capela da Estrela, onde tinha sido sepultada a mãe da noiva, mas de facto os registos não o confirmam. À data de 7 de Outubro de 1846 chegamos, a partir duma escritura, de Ançã, em que já figura o casal, em *Notariais de Ançã: Tabelião Joaquim Maria Lopes*, livro de notas nº 3 (de 1 de Outubro de 1846 a 6 de Novembro de 1846), cota V-I-Es-1-3-28, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1846, p.4v-5v.

²⁰⁹ *Notariais de Coimbra: Tabelião Manuel José de Sousa*, livro de notas nº 4 (de 10 de Novembro de 1844 a 11 de Dezembro de 1847), cota V-I-Es-8-6-44, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1844-1847, p.38v-40.

²¹⁰ *Inventário orfanológico de Francisca Emília Henriqueta de Neiva ou Francisca Emília Henriett de Neive*, Soure maço 39 1854, cota Est 11 Tab 4 nº 16, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1854, p.30.

²¹¹ *Notariais de Coimbra: Tabelião Manuel José de Sousa*, livro de notas nº 4 (de 10 de Novembro de 1844 a 11 de Dezembro de 1847), cota V-I-Es-8-6-44, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1844-1847, p.38v-40.

Tratava-se assim de um enorme património que o futuro marido poderia gerir, mas não reduzir: “*que estes actos de administração já mais afectarão os capitais, e mais bens do dote, e este se conservará em toda a sua integridade, sem que por qualquer acto de administração sofra desfalque, ou onus, pois que todos os contras, ou contingencias desfavoráveis desses actos só... correrão por conta delle Illustrissimo Outorgante, nem os eventuais, que a elle não seja possível poder pervenir, ou augurar suas consequências*”²¹².

E Luiz de Mello aceitou todas as condições, dando para tal a garantia dos seus próprios bens: “*disse mais o mencionado Illustrissimo Luiz de Mello Toxo Soares de Albergaria e Castro, que asseitava este Instrumento com todas as condições, penas, e obrigações estipuladas as quais se obrigava a cumprir, e que à manutenção, e integridade do dote obrigava em geral todos os seus bens, e rendimentos presentes e futuros*”²¹³.

Curiosamente, esta escritura tem lugar “*nesta Cidade de Coimbra, rua das fangas, edefício digo fangas, e extinto Collegio da Estrella moradas do Illustrissimo Bento José Ferreira Leitão, desta mesma Cidade, onde eu tabellião vim para fazer este Instrumento*”²¹⁴. E apesar do antigo Colégio figurar como morada de Bento Leitão, não nos parece que tal corresponda à verdade, pois a propriedade já devia pertencer à filha, como já referimos atrás, mesmo porque também não aparecem registos de nenhuma venda da casa da Calçada, junto ao arco da Portagem, onde vivera Bento com D. Antónia Francisca, e onde provavelmente continuava a viver²¹⁵.

Assim, algum tempo depois da morte da mãe, D. Francisca Emília casou com o Dr. Luiz de Mello Tocho de Almeida Soares de Albergaria e Castro, de quem teve dois filhos: o primeiro Bento de Castro Coelho de Mello Bandeira, em 15 de Junho de 1848²¹⁶, e D. Maria Benedicta de Mello e Castro (mais tarde Baronesa de Paranhos), em 24 de Agosto de 1850²¹⁷.

Faleceu repentinamente, em Soure, a 3 de Janeiro de 1854²¹⁸, deixando dois filhos menores, motivo pelo qual é feito um inventário orfanológico, no qual consta, com o nº 189 o edifício do extinto Colégio da Estrela, com o valor de 3 200\$00²¹⁹. A descrição é: “*...umas casas com sua Igreja, patteos, e jardins que é o Collegio denominado de Santo António da Estrella avaliado em trez conttos e duzentos mil reis...*”. Não deixa de ser curioso o valor que os louvados atribuem ao

²¹² Ibidem.

²¹³ Ibidem.

²¹⁴ Ibidem.

²¹⁵ *Notariais de Coimbra: Tabelião José Pinto de Magalhães, José Bernardo de Oliveira e Joaquim Jorge Pinto*, livro de notas nº 16 (de 4 de Março de 1846 a 15 de Agosto de 1847), cota V-I-Es-10-1-64, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1846-1847, p.75-76v.

²¹⁶ *Baptizados de Soure 1842-1851*, Soure B11 1842 1851, cota PT/AUC/PAR/SRE09/002/0011, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1842-1851, p.207.

²¹⁷ Idem, p.287-287v.

²¹⁸ *Óbitos de Soure 1854-1859*, Soure O6 1854 1859, cota PT/AUC/PAR/SRE09/004/0006, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1854-1859.

²¹⁹ *Inventário orfanológico de Francisca Emília Henriqueta de Neiva ou Francisca Emília Henriet de Neive*, Soure maço 39 1854, cota Est 11 Tab 4 nº 16, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1854, p.30.

imóvel: inferior ao valor base da arrematação em 1843, de 4 800\$000²²⁰, inferior aos 6 000\$000 da avaliação oficial de 1834²²¹, e muito inferior aos 7 420\$000 por que foi, efectivamente, arrematado perante a Junta de Crédito Público no dia 21 de Janeiro de 1843²²².

Nos quadros de partilhas do inventário, D. Luiz ficou com metade do património que era de D. Francisca, no valor de 11 213\$400, incluindo o edifício do Colégio. A outra metade foi dividida em dois lotes o A e o B, o primeiro para Maria Benedicta e o segundo para Bento, ambos com o mesmo valor de 5600\$851 $\frac{1}{4}$ ²²³.

2.9. Antónia Francisca da Cunha Pereira Bandeira de Neiva (c.1843-1844)

D. Antónia Francisca de Paula da Cunha Pereira Bandeira de Neiva nasceu em São Pedro de Miragaia (c. Porto)²²⁴, ou em Viana do Minho²²⁵, apesar de tida por natural de Ançã²²⁶.

Foi casada em primeiras núpcias com António da Cunha Pereira e Neiva²²⁷, natural de Viana do Castelo, e falecido em Ançã a 23 de Junho de 1811²²⁸. Desse casamento nasceram D. Maria Angelina da Cunha Pereira Bandeira de Neiva²²⁹ (não conseguimos chegar à data de nascimento, em Ançã²³⁰), José da Cunha Pereira Bandeira de Neiva (nascido em 1802 e falecido em 1870, em Ançã²³¹) e D. António da Cunha Pereira Bandeira de Neiva²³² (nascido em Ançã em 1804, falecido em Coimbra -Sé Velha em 1872²³³).

²²⁰ *Diário do Governo*, do nº299 de 19 de Dezembro, Lisboa, Imprensa Nacional, 1842, p.1098.

²²¹ *Convento de Santo António da Estrela de Coimbra. Ordem de São Francisco*, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, Caixa 2209, documento nº 116, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1834.

²²² *Carta de arrematação nº 1336 A*, livro 496, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1843.

²²³ *Inventário orfanológico de Francisca Emília Henriqueta de Neiva ou Francisca Emília Henriet de Neive*, Soure maço 39 1854, cota Est 11 Tab 4 nº 16, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1854.

²²⁴ *Baptizados de Soure 1842-1851*, Soure B11 1842 1851, cota PT/AUC/PAR/SRE09/002/0011, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1842-1851, p.207.

²²⁵ *Processos de casamentos de 1867 (de Manuel Henriques a Vítor José Coelho)*, cota Dep III-2ºSec.E-Est.6.-Tab 5 Nº11, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1867.

²²⁶ *Baptizados de Cantanhede-Ançã 1806-1822*, Cantanhede-Ançã B2 1806 1822, cota PT/AUC/PAR/CNT01/002/0002, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1806-1822, p.108.

²²⁷ Em várias fontes aparece o primeiro marido de D. Antónia Francisca como sendo José da Cunha Neiva, nomeadamente no inventário orfanológico de Bento Leitão, mas verificámos depois, através da comparação da totalidade dos documentos, ser apenas um lapso.

²²⁸ *Óbitos de Cantanhede-Ançã 1790-1827*, Cantanhede-Ançã O1 1790 1827, cota PT/AUC/PAR/CNT01/004/0001, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1790-1827, p.106.

²²⁹ *Inventário orfanológico de Francisca Emília Henriqueta de Neiva ou Francisca Emília Henriet de Neive*, Soure maço 39 1854, cota Est 11 Tab 4 nº 16, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1854, onde aparece referida como irmã, a propósito de umas acções.

²³⁰ *Processos de casamentos de 1867 (de Manuel Henriques a Vítor José Coelho)*, cota Dep III-2ºSec.E-Est.6.-Tab 5 Nº11, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1867.

²³¹ *Óbitos de Cantanhede-Ançã 1860-1874*, Cantanhede-Ançã O3 1860 1874, cota PT/AUC/PAR/CNT01/004/0003, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1860-1874, p.75v.

Casou novamente, entre Janeiro de 1812 e Janeiro de 1813²³⁴, com Bento José Ferreira Leitão²³⁵, natural de Coimbra (São Tiago)²³⁶, e que chegou a ser vereador da Câmara Municipal²³⁷, do qual teve dois filhos: D. Francisca Emília Henriqueta Pereira Bandeira de Neiva (nascida em Ançã em 1816²³⁸), e Joaquim da Cunha Pereira (nascido em Ançã em 1819²³⁹).

Começaram por viver em Ançã, tendo-se depois mudado para Coimbra²⁴⁰, onde habitavam na rua da Calçada²⁴¹, junto ao arco da Portagem²⁴².

Uma vez que se tratava de um segundo casamento, com filhos do primeiro, o casal deveria estar casado em regime de separação de bens, pelo que D. Antónia Francisca poderia certamente dispor livremente dos seus bens.

Não conseguimos chegar à forma como o extinto convento passou para a posse de D. Antónia Francisca, no prazo de um ano e meio, no máximo, desde a arrematação em 21 de Janeiro de 1843.

Deve ter existido uma venda que transmitiu a propriedade, mas não foi feita, nem em Coimbra, nem em Ançã, uma vez que pesquisámos todos os registos notariais do período em causa.

²³² *Inventário orfanológico do Dr. António da Cunha Pereira Bandeira de Neiva*, Coimbra maço 3 1872, cota VI-I-D-12-4-9, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1872, p.6v, 7v e 8v, onde é referido ser irmão de D. Angelina e de Joaquim, além do que também herdara do avô materno José da Cunha Pereira de Neiva, falecido em Londres, a mesma quantia de libras esterlinas que os irmãos. Existem também em *Matriculas 1823-1824*, cota IV-1º D-2-4-43, Fundo da Universidade de Coimbra, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1823-1824, p.34, em que é referido ser “filho de Outro”, tendo assim o mesmo nome do pai. E ainda em *Memoria Professorum Universitatis Conimbrigensis 1772-1937*, dir. Manuel Augusto Rodrigues, volume II, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1992, p.122 e p.163-164, em que figura como Professor da Faculdade de Leis em 1836, depois Professor da Faculdade de Direito de 1837 a 1868, e filho de António da Cunha Pereira de Neiva.

²³³ *Certidões de Edade 1834-1900*, Fundo da Universidade de Coimbra, Volume XLVIII (de Antonio A. a Antonio Cunado), Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1834-1900, p.12, e Matrículas na Universidade de Coimbra 1772-1833, Volume III (de António Brandão a António Francisco Jordão), cota IV-1º D-5-2-3, Fundo da Universidade de Coimbra, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1772-1833.

²³⁴ *Notariais de Ançã: Tabelião José Alexandre de Macedo*, livro de notas nº 67 (de 28 de Junho de 1810 a 28 de Janeiro de 1814), cota I-Es-V-1-2-42, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1810-1814, p.36v-37v e p.63-63v.

²³⁵ *Inventário orfanológico de Bento José Ferreira Leitão*, Soure maço 39 1866, cota Est 11 Tab 4 nº 16, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1866, p.56-57v.

²³⁶ *Baptizados de Coimbra (São Tiago) 1774-1795*, Coimbra B7 1774 1795, cota PT/AUC/PAR/CBR37/002/0007, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1774-1795, p.139v.

²³⁷ De 2 de Janeiro de 1845 a 20 de Maio de 1846, e novamente, de forma interina, em 4 de Janeiro de 1847, na sequência da derrota em Tomar das Forças Populares que apoiavam a revolta do Minho, em *Anais do Município de Coimbra 1840-1869*, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 1972-1973, p.113 e p.145-146.

²³⁸ *Baptizados de Cantanhede-Ançã 1806-1822*, Cantanhede-Ançã B2 1806 1822, cota PT/AUC/PAR/CNT01/002/0002, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1806-1822.

²³⁹ *Idem*, p.147.

²⁴⁰ *Notariais de Ançã: Tabelião Tomás António de Sousa Falcão*, livro de notas nº 3 (de 1 de Julho de 1840 a 26 de Dezembro de 1840), cota I-Es-V-1-3-6, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1840, p.31v-33, e *Notariais de Ançã: Tabelião Tomás António de Sousa Falcão*, livro de notas nº 5 (de 2 de Janeiro de 1843 a 15 de Novembro de 1843), cota I-Es-V-1-3-8, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1843, p.50v a 51v.

²⁴¹ *Notariais de Coimbra: Tabelião José Pinto de Magalhães*, livro de notas nº 12 (de 15 de Agosto de 1843 a 10 de Maio de 1844), cota V-I-Es-8-6-21, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1843-1844, p.107-108, e *Notariais de Coimbra: Tabelião Manuel José de Sousa*, livro de notas nº 6 (de 27 de Janeiro de 1843 a 9 de Novembro de 1844), cota V-I-Es-8-6-46, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1843-1844, p.21-23v.

²⁴² *Notariais de Coimbra: Tabelião José Pinto de Magalhães, José Bernardo de Oliveira e Joaquim Jorge Pinto*, livro de notas nº 16 (de 4 de Março de 1846 a 15 de Agosto de 1847), cota V-I-Es-10-1-64, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1846-1847, p.75-76v.

Pode, a escritura, ter sido feita em Lisboa, e, uma das razões para a compra, poderá ter sido a proximidade da habitação do seu filho António da Cunha Pereira Bandeira de Neiva, figura proeminente, lente de Direito da Universidade, que havia comprado, em 1840, o terreno imediatamente contíguo ao Colégio, a norte, estando a construir, aí, um sumptuoso palacete²⁴³.

Certo é que quando D. Antónia Francisca morre, em 16 de Agosto de 1844, sem ter feito testamento, é sepultada “*dentro da sua Cappela da Estrella*”²⁴⁴.

2.10. João António Lopes Bastos (1843)

O extinto Colégio de Santo António da Estrela foi arrematado perante a Junta de Crédito Público no dia 21 de Janeiro de 1843, por 7 420\$000²⁴⁵.

O arrematante foi João António Lopes Bastos, tal como figura na carta de arrematação nº 1336A²⁴⁶ (2./Fig.90).

É curioso verificar que havia sido apontado outro nome antes: Padre Manoel Simões Dias Cardozo, ou Carvalho, pois quem redige a carta escreve primeiro Cardozo (2./Fig.91), mas posteriormente, quando muda de página, passa a escrever Carvalho (2./Fig.92), o que acontece por duas vezes. Supomos que o nome Carvalho se trate de lapso, pois, em 14 de Maio de 1849, foi vendido, em hasta publica, o Colégio da Trindade (com exclusão da igreja e do claustro), precisamente a um Padre Manuel Simões Dias Cardoso²⁴⁷, pelo que deverá ser o mesmo, não tendo, supostamente, a arrematação de 1843, pela mesma pessoa, sido consumada.

O Padre Manuel era professor do Liceu de Coimbra²⁴⁸, e não conseguimos saber qual a finalidade da compra do Colégio da Trindade, o que teria algum interesse, pois deveria ter sido o mesmo motivo que o teria levado, num primeiro momento a pensar no Colégio da Estrela.

Pela análise do texto da carta “...*arrematou em hasta publica, perante a Junta do Credito Publico, no dia 21 de Janeiro de 1843, (o Padre Manoel Simões Dias Cardozo, por seu procurador) João António Lopes Bastos, pela quantia de 7 420\$000 reis...*”, e, ainda, porque foi integralmente preenchida (frente e verso), primeiro, com o nome do Padre, estamos convencidos que João Lopes

²⁴³ A construção durou de 1840 a 1859.

²⁴⁴ *Óbitos de Coimbra (S. Bartolomeu) 1833-1859*, Coimbra O6 1833 1859, cota PT/AUC/PAR/CBR19/004/0006, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1833-1859, p.45.

²⁴⁵ Nunca teríamos chegado à carta de arrematação, se não se tivesse dado o feliz acaso de, na lista das cartas de arrematação, ao lado do nº do bem (o nº 549), alguém ter escrito, a lápis, o número da carta de arrematação (2./Fig.93). Agradecemos ao Dr. Joaquim Cochicho, do Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, toda a ajuda preciosa que nos prestou, nomeadamente o facto de ter reparado neste pequeno pormenor, que, ainda por cima foi perfeitamente fortuito, em *Lista nº 268 das cartas de arrematação*, bem nº 549, livro 908, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, Lisboa, Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo.

²⁴⁶ *Cartas de arrematação*, 1336 A, livro 496, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, Lisboa, Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, 1943.

²⁴⁷ *Anais do Município de Coimbra 1840-1869*, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 1972-1973, p.VIII.

²⁴⁸ VASCONCELOS, António Garcia Ribeiro de, *Escritos vários*, Volume I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1838, p.242.

Bastos actuou, primeiro, como procurador, e, depois, fruto das circunstâncias, passou a arrematante, eventualmente já com a venda a terceiros contratada. Terceiros esses que podiam ser, devido ao curto intervalo de tempo, D. Antónia Francisca da Cunha Pereira Bandeira de Neiva.

Mas não conseguimos, de facto, dados nenhuns sobre quem seria este João António Lopes Bastos, que não aparece nunca nomeado em nenhum documento respeitante a Coimbra, e que até pode ser alguém de Lisboa, que só mantém a posse do edifício, no máximo, por um ano e meio.

Como já referimos, apesar de termos pesquisado todos os documentos notariais de Coimbra e Ançã, neste período, não encontramos nenhuma escritura de venda, nem qualquer documento que estabelecesse alguma ligação a D. Antónia Francisca de Paula da Cunha Pereira Bandeira de Neiva, a proprietária seguinte.

2.11. A propriedade do Estado Português (1834-1843)

Em Outubro de 1834, depois de terem sido extintas as ordens religiosas, tal como a grande maioria das casas religiosas masculinas, o Convento de Santo António da Estrela, da Ordem de S. Francisco, foi abandonado e incorporado nos bens do Estado, tendo a Lei de 15 de Abril de 1835 permitido a sua venda. Mas imediatamente a seguir, em 30 de Maio de 1835, a Câmara Municipal solicitou ao Governo que fosse retirado da lista dos edifícios destinados à venda em praça²⁴⁹, pois era-lhe necessário para ser transformado em cadeia (“*o collegio da Estrella e a sua egreja*”²⁵⁰), renovando o pedido a 22 de Julho²⁵¹. Na altura, o Governo mandou consultar a Comissão interina do Crédito Público para se conhecer se havia algum inconveniente na concessão²⁵². E existe um ofício do Governo Civil, de 5 de Setembro de 1836, referindo a possibilidade da mudança da cadeia para o extinto Colégio da Estrela²⁵³. E, em virtude desta petição o edifício, foi, por portaria de 2 de Setembro de 1836, excluído da referida lista.

Depois, não conseguimos perceber o que aconteceu, pois ainda existiu um ofício da comissão municipal para o administrador geral e contador do distrito, em 6 de Outubro de 1837, para “*o dicto administrador remetter a copia da portaria de 2 de Setembro de 1836, que da venda dos bens nacionaes exceptuara o collegio da Estrella, destinado para cadeia, a fim de tomar d’elle posse e*

²⁴⁹ *Anais do Município de Coimbra 1840-1869*, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 1972-1973, p.205, referência na sessão de 9 de Janeiro de 1851.

²⁵⁰ *Índices e summarios dos livros e documentos mais antigos e importantes do archivo da Câmara Municipal de Coimbra. Segunda parte do inventário do mesmo archivo*, fascículo III, Coimbra, Imprensa Litteraria, 1872, p.296 (nº4).

²⁵¹ *Ibidem*.

²⁵² *Situação dos edifícios de Institutos Religiosos ao serviço do Estado e das Corporações - I Conventos de frades*, Lisboa, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, 1941, p.167-168. O Colégio de Santo António da Estrela, da Ordem de S. Francisco, consta do livro 1º das Requisições, fl.65v, Inventário nº 116, 2209.

²⁵³ CARVALHO, José Branquinho de, *Roteiro do Arquivo Municipal de Coimbra*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1947, p.128.

dar principio ás obras necessárias”²⁵⁴. Mas esta situação nunca foi avante, e o edifício ainda foi, novamente, requisitado pelo Administrador Geral para o fim referido (em lugar do de Santa Cruz, que tinha sido destinado para tal efeito, por portaria da Fazenda de 28 de Fevereiro de 1838). E foi, então, ordenado que se fizesse uma consulta (a segunda), com urgência, à Junta de Crédito Público²⁵⁵.

Certo é que, felizmente, esta utilização não chegou a concretizar-se²⁵⁶, tendo, a cadeia da Portagem continuado onde estava, até 1856, e, o edifício do Colégio outro destino²⁵⁷.

Mas, na realidade o edifício nunca esteve devoluto, pois, mal saiu o último frade, logo, em Outubro de 1834, se instalou ali a Associação Conimbricense, “*com o objectivo de promover reuniões das melhores famílias da cidade*”²⁵⁸, e, desde 10 de Abril de 1836 até 29 de Outubro de 1837, também funcionou lá a Escola do Asilo da Infância Desvalida²⁵⁹, cujo presidente da Direcção chegou, também, a requisitar oficialmente o edifício, para este fim²⁶⁰.

A referida associação alterou a sua denominação, em Abril de 1835, para Assembleia Conimbricense, com um mais vasto e ambicioso programa, “*tendo por fim promover a civilização nacional, facilitando a instrução, a convivência e trato civil, pelo estabelecimento de um gabinete de leitura, e de uma sala acessória para conversação e “companhias”, e por qualquer outros meios que a direcção julgasse conveniente*”. Curioso, ainda, é que “*os dias destinados para as “companhias” ordinárias eram os segundo e quartos domingos de cada mês, salvo no tempo da Quaresma*”, e, nessa altura, “*e, na conformidade do regulamento, servia-se um modesto chá, sem aparato, havendo musica instrumental e vocal, dança e jogos lícitos*”. Já no que diz respeito às “*companhias extraordinárias (bailes oficiais) faziam-se para solenizar os dias de festividade nacional*”, e o primeiro foi promovido para festejar o casamento da rainha D. Maria II.

O primeiro presidente desta associação foi o “*lente canonista*” Guilherme Henriques de Carvalho (depois bispo de Leiria e patriarca de Lisboa), e um dos últimos o “*lente jurista*” Basílio Alberto de Sousa Pinto (depois visconde de S. Jerónimo), tendo-se dissolvido em 1844²⁶¹.

²⁵⁴ *Índices e summarios dos livros e documentos mais antigos e importantes do archivo da Câmara Municipal de Coimbra. Segunda parte do inventário do mesmo archivo*, fascículo III, Coimbra, Imprensa Litteraria, 1872, p.298 (nº6).

²⁵⁵ *Situação dos edificios de Institutos Religiosos ao serviço do Estado e das Corporações - I Conventos de frades*, Lisboa, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, 1941, p.167-168.

²⁵⁶ VASCONCELOS, António Garcia Ribeiro de, *Escritos vários*, Volume I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1838, p.276-277.

²⁵⁷ *Fundação e destino do colégio da Estrela*, Diário de Coimbra, de 17 de Novembro, Coimbra, 1958.

²⁵⁸ *Ibidem*.

²⁵⁹ CORREIA, António, *Toponímia Coimbrã. II Zona da Universidade*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1952, p.30.

²⁶⁰ *Situação dos edificios de Institutos Religiosos ao serviço do Estado e das Corporações - I Conventos de frades*, Lisboa, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, 1941, p.167-168.

²⁶¹ *Fundação e destino do colégio da Estrela*, Diário de Coimbra, de 17 de Novembro, Coimbra, 1958.

E, durante este período de “ocupações provisórias” (2./Fig.94 e 2./Fig.95), foram sendo equacionadas várias hipóteses de utilização definitiva do edifício, mas nenhuma das tentativas terá sortido o efeito desejado, pois em Outubro de 1841 aparece referido pela primeira vez numa lista de arrematação do Diário do Governo, a nº 53 (bem nº 960), a ser levada a praça perante a Junta do Crédito Público no dia 11 de Novembro: ”...*Collegio de Santo António da Estrella, da Ordem de S. Francisco, da Província da Conceição, em Coimbra. O edificio do dito Collegio, situado no fundo da Couraça de Lisboa, a partir do nascente com a mesma rua, e do poente com o Doutor José Ignacio; do norte faz sua frente para a rua das Fangas e S. Christovão, e do Sul para um pequeno cerco da banda do rio, que também lhe pertence; tem cisterna, pateo, e hospedarias 6 000\$000...*”²⁶².

No entanto, não foi licitado pois aparece novamente, em Janeiro de 1842, na lista nº 111 (bem nº 1819), sendo referido como “*uma das propriedades que não tiveram lançadores*”²⁶³, sendo nova arrematação perante a Junta de Crédito Público no dia 5 de Fevereiro de 1842.

Volta depois a aparecer em Fevereiro de 1842 na lista nº 135 (bem nº 2276), sendo a arrematação perante a Junta de Crédito Público no dia 31 de Março de 1842²⁶⁴.

Novamente, em Abril de 1842, na lista nº 158 (bem nº 2855), sendo a arrematação perante a Junta de Crédito Público no dia 16 de Maio de 1842²⁶⁵.

E, pela última vez, em Dezembro de 1842, na lista nº 268 (bem nº 5439), sendo a arrematação perante a Junta de Crédito Público no dia 21 de Janeiro de 1843. No entanto, desta vez, apesar de se manter a descrição do bem, ele aparece com o valor base reduzido de 20%, ou seja 4 800\$000, em vez dos 6 000\$000 anteriores²⁶⁶. Talvez devido a esta redução, ele foi, de facto, arrematado em Janeiro de 1843.

Uma dúvida que não conseguimos esclarecer foi o motivo da redução do valor do bem, uma vez que, na pesquisa das arrematações em Diário do Governo, não encontramos mais nenhum caso semelhante. Terá sido um lapso que facilitou a venda? Ou existiria uma orientação, interna, na Junta do Crédito Público em que, após um determinado número de arrematações, sem sucesso, se permitiria reduzir em 20% o valor por que havia sido avaliado oficialmente o bem em questão? Ou tal seria feito convencionando-se a redução do valor do bem, caso a caso?

Outra situação estranha é o aparente desconhecimento por parte da Câmara Municipal, ou um mal entendido por parte do Governo Civil, no que diz respeito à arrematação do Colégio da Estrela, uma vez que, sete anos após a arrematação, em 7 de Novembro de 1850, o Governo Civil vem lembrar

²⁶² *Diário do Governo*, do nº235 de 5 de Outubro, Lisboa, Imprensa Nacional, 1841, p.1142.

²⁶³ *Diário do Governo*, do nº3 de 4 de Janeiro, Lisboa, Imprensa Nacional, 1842, p.10.

²⁶⁴ *Diário do Governo*, do nº46 de 23 de Fevereiro, Lisboa, Imprensa Nacional, 1842, p.182.

²⁶⁵ *Diário do Governo*, do nº85 de 12 de Abril, Lisboa, Imprensa Nacional, 1842, p.348.

que “*tendo a Câmara pedido ao Governo para a ela (cadeia) se destinar o extinto Colégio da Estrela, informa que o referido colégio é propriedade particular*”²⁶⁷.

²⁶⁶ *Diário do Governo*, do nº299 de 19 de Dezembro, Lisboa, Imprensa Nacional, 1842, p.1098.

3. O Colégio de Santo António da Estrela (1707-1834)

Anexos às universidades medievais, e como que fazendo parte integrante dos seus organismos, existiam os Colégios, agremiações em que viviam, agrupados segundo as respectivas proveniências, os estudantes universitários²⁶⁸.

Estes colégios tinham organizações regulares e personalidade jurídica, usavam selos simbólicos com que autenticavam os seus contratos e compromissos (3./Fig. 1). Não eram institutos de ensino incorporados na universidade, mas sim albergues, onde viviam em comunidade os estudantes, subordinado, cada colégio, à regra da respectiva ordem, e obedecendo a regulamentos ou estatutos próprios.

Assim, quase todos os colégios de Coimbra foram fundados pelas mais variadas ordens monásticas, para apoiar o ensino dos seus frades e também de alguns leigos. Ali pousavam, comiam, dormiam, cumpriam quotidianamente os deveres religiosos, e dali saíam para as aulas. Esses colégios traduziam uma verdadeira necessidade dos Estudos Gerais medievais²⁶⁹.

Depois da transferência da universidade, em 1537, o primeiro colégio (o de S. Tomás) estabeleceu-se, em 1539, existindo já catorze aquando da morte do seu principal patrocinador, D. João III, em 1557. No final do séc. XVI, eram dezasseis, e quando terminou o séc. XVII, contavam-se vinte. O número máximo, de vinte e três, foi atingido no último quartel do século XVIII, que se conservou até 1834²⁷⁰. O Colégio de Santo António da Estrela foi o vigésimo-primeiro, em 1707²⁷¹.

3.1. A fundação do Colégio e as remodelações posteriores

A Província Franciscana da Imaculada Conceição era constituída por frades da reforma capucha²⁷², uma modalidade de reforma que nada tem a ver com os capuchinhos. Nem com os actuais franciscanos capuchinhos (pela primeira vez chegados a Portugal em 1934), nem tampouco com os

²⁶⁷ *Anais do Município de Coimbra 1840-1869*, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 1972-1973, p.203, na sessão extraordinária de 7 de Novembro de 1850.

²⁶⁸ VASCONCELOS, António Garcia Ribeiro de, *Escritos vários*, Volume I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1838, p.156.

²⁶⁹ *Idem*, p.157.

²⁷⁰ VASCONCELOS, António Garcia Ribeiro de, *Escritos vários*, Volume I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1838, p.161, p.162-164, estando incorrecta a data de 1612 que consta da carta topográfica de Coimbra de Isidoro Emílio da Expectação Baptista, em BRITO, A. da Rocha, *Finanças quinhentistas do município coimbrão*, Coimbra, Coimbra Editora, Lda., 1943, p.97-103.

²⁷¹ VASCONCELOS, António Garcia Ribeiro de, *Escritos vários*, Volume I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1838, p.164-165.

²⁷² Agradecemos ao Frei António de Sousa Araújo, autor de *Antoninhos da Conceição. Dicionário de Capuchos Franciscanos*, que nos orientou, amavelmente, quanto à bibliografia disponível.

antigos capuchinhos italianos e franceses que, nos meados do século XVII, tiveram hospício em Lisboa, para nele se alojarem a caminho das suas missões em África.

A Província da Conceição resulta do desmembramento amigável, em 1705, da de Santo António dos Capuchos, que, com os conventos àquela pertencentes a norte do Mondego, se constituiu sob aquela denominação (pelas Letras Apostólicas *Nuper pro parte*, de 24 de Abril de 1705, executadas em Fevereiro de 1706).

Comportava inicialmente, além dos conventos de Mosteiro, Ínsua de Caminha e S. Francisco do Monte (Viana), todos três vindos já de 1392, os de S. Francisco de Orgens (Viseu), Sto. António de Ponte do Lima, S. Francisco de Lamego, S. Francisco da Torre de Moncorvo, S. Francisco de Vila Real, Sto. António de Viana do Castelo, Sto. António de Caminha, Sto. António de Viseu, Sto. António de Serem (Macinhata do Vouga, Águeda) e S. Bento dos Arcos de Valdevez, de 1705 a 1706, a que se acrescentariam, depois daquelas datas, o Colégio Universitário de Sto. António da Estrela, em Coimbra (1707), o Hospício de N. S. da Conceição da Bemposta em Lisboa (1708), Sto. António de Vila Cova de Sub-Avô em Arganil (1713), Sto. António de Pinhel (1731), N. S. da Conceição de Melgaço (1746), Hospício de N. S. da Conceição do Porto (em 1747, na R de Sta. Catarina, e em 1762, referenciado ao padrão das almas), Senhora da Glória e S. Bento de Monção (1748), Senhor Santo Cristo da Fraga, em Ferreira d’Aves em Sátão (1749), e S. José de S. Pedro do Sul (1751). E, transferido de Sta. Catarina para S. Lázaro, em 1780, o hospício do Porto, tornar-se-ia, desde 1791, convento e Casa Capitular, com o título de Sto. António da Cidade²⁷³.

A denominação de Estrela, da couraça, não resultou da construção do Colégio do mesmo nome, uma vez que tal denominação já era utilizada em 1678, e até anteriormente, em 1532²⁷⁴. Frei Pedro de Jesus Maria José, em 1760, relaciona-a, como veremos, com uma das divisas usadas por D. Sancho I: quatro estrelas²⁷⁵.

O colégio era, então, dos frades menores reformados de S. Francisco²⁷⁶, ou Capuchos da Ordem de São Francisco, da Província da Imaculada Conceição da Beira e do Minho (ou *Seraphica Província de Nossa Senhora da Conceição*), que, em Coimbra, também ficaram conhecidos por frades estrelas²⁷⁷.

²⁷³ ARAÚJO, António de Sousa, *Antoninhos da Conceição. Dicionário de Capuchos Franciscanos*, Braga, Editorial Franciscana, 1996, p.18-19.

²⁷⁴ CORREIA, António, *Toponímia Coimbrã. II Zona da Universidade*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1952, p.20-21. Refere um documento que fala de um cidadão que paga foro à Câmara de uma casa “*junto a Nossa Senhora da Estrela, para a banda do rio*”.

²⁷⁵ JOSÉ, Frei Pedro de Jesus Maria José, *Chronica da Santa, e Real Província da Immaculada Conceição de Portugal, da mais estreita, e regular observância do Serafim chagado S. Francisco*, tomo I, Lisboa, Officina de Miguel Manescal da Costa (2ª impressão), 1760, p.168 parágrafo 41.

²⁷⁶ *Inventário Artístico de Portugal. Cidade do Porto*, volume XIII, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1995, p.44.

²⁷⁷ CORREIA, António, *Toponímia Coimbrã. II Zona da Universidade*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1952, p.29-30.

Já a denominação de “Santo António da Estrela” talvez tenha sido porque, ali, junto à torre de Belcouce, havia um suposto arco romano, onde, num nicho (3./Fig. 2), fora colocada uma imagem de Santo António²⁷⁸, coincidindo com a afirmação de Ayres de Campos: “*tomando o collegio o nome de S. António da Estrella da imagem do thaumaturgo, que de tempos antigos estava exposta à veneração pública dentro de uma capellinha contígua à casa do doador*”²⁷⁹.

A Câmara ainda tinha tentado obstar à criação do Colégio, mas não o conseguiu.

A maior parte dos historiadores supõe terem sido as obras, a que então se procedeu, a alterarem o aspecto do local, fazendo desaparecer muito do que restava e tinha resistido ao tempo, nomeadamente pela demolição de um pedaço de muralha, que ligava com a parte que seguia encostada à couraça de Lisboa.

Mas, no que respeita à torre quinária da Estrela, a opinião geral é que já se encontrava, antes, parcialmente demolida, tendo-se erguido, nessa altura, sobre a sua base um mirante, uma vez que a imagem de Pier Maria Baldi, de 1669, a representa já cortada (3./Fig. 3).

Em nossa opinião estas afirmações são verdadeiras, mas não correspondem a factos datáveis da instalação do colégio de Santo António da Estrela, em 1707.

Foram, de facto, alterações no edifício do colégio que originaram essa demolição de muralha, mas, só bastantes anos decorridos após a instalação do mesmo.

Quanto à torre, e após uma análise exaustiva, da zona da Estrela, na referida imagem, parece-nos que a referida torre nunca terá sido, afinal, cortada, sendo construída, de origem, mais baixa do que a torre quadrada da Estrela (que estava posicionada imediatamente atrás). Seria assim, como uma espécie de antepassado do baluarte²⁸⁰ (também de planta pentagonal, mas, ainda, sem dois dos ângulos reentrantes), permitindo, de qualquer forma, melhorar o ângulo de tiro de um engenho, provavelmente um trabuquete.

Voltaremos a este assunto, no capítulo dedicado aos elementos da muralha. Para já o que interessa extrapolar é que, em nossa opinião, os frades terão executado, de raiz, a torre que se apoia, parcialmente, nessa torre abaluartada quinária (3./Fig. 4), tendo, eventualmente, incorporado a lápide de fundação da outra torre mandada construir por D. Sancho I (que acreditamos que fosse a quadrada), posicionada imediatamente atrás, e que acabou por ficar absorvida no edifício do

²⁷⁸ DINIZ, Cruz, *Separata do Museu Nacional da Ciência e da Técnica*, Coimbra, Coimbra Editora, Lda., 1975.

²⁷⁹ *Índices e sumários dos livros e documentos mais antigos e importantes do arquivo da Câmara Municipal de Coimbra. Segunda parte do inventário do mesmo arquivo*, fascículo II, Coimbra, Imprensa Litteraria, 1869, p.120.

²⁸⁰ Baluarte é o elemento arquitectónico característico da fortificação abaluartada. É uma pequena fortificação, de planta pentagonal (com três ângulos salientes e dois reentrantes, situada num ângulo saliente da fortaleza, que albergava artilharia de fogo. Cada baluarte era concebido em conjunto com os baluartes que lhe estavam próximos, de modo a assegurarem entre si fogo cruzado, em MONTEIRO, João Gouveia, PONTES, Maria Leonor, *Castelos portugueses*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 2002, p.21.

colégio, ou forneceu o material de construção para a nova. A nova torre iria ficar em posição de destaque, e a intenção dos frades deverá ter sido manter visível a lápide fundacional.

De facto, sempre nos fez alguma confusão o carácter pioneiro das torres quinárias de Coimbra (do tempo de D. Sancho I): custa a acreditar que este tipo de torres fosse construída cerca de um século antes do que seria de esperar, mas há a questão da similitude de aparelhos com a quinária do castelo, que, supostamente, tinha também uma lápide de datação. Ficou-nos a dúvida, mas, enquanto se mantiver, como certa, a atribuição da torre quinária do castelo a D. Sancho, vamos continuar a atribuir, igualmente, a torre abaluartada quinária da Estrela ao mesmo rei.

Retomando a questão da datação das obras no colégio, e baseando-nos no relato de Frei Pedro de Jesus Maria José, parece-nos que as obras mais profundas só terão tido lugar a partir de 1729²⁸¹, altura em que o rei dá um auxílio monetário para as referidas obras.

Até lá devem ter-se limitado à construção da igreja, e a pouco mais, pelo que se depreende da história da congregação que nos legou Frei Pedro: em 17 de Janeiro de 1707, o Ministro Provincial, Frei Ambrósio de Santo Agostinho, com a licença de D. João V, fundou, em Coimbra, o Colégio da Estrela, nas casas que o Conde D. Martinho de Mascarenhas lhe cedera, junto à porta de Belcouce: *“grandes forão os (benefícios) que recebemos na licença, que nos concedeo a Real piedade do referido Monarca (D. João V) para podermos fundar Collegio em Coimbra, e na generosa liberalidade, com que o seu Mordomo Mor, então Conde de Santa Cruz, D. Mascarenhas liberal, e gratuitamente nos queria fazer esmola das suas famosas e antigas casas, que tinha naquella Universidade, para que nellas fundássemos o dito Collegio”*²⁸². Sem dúvida que D. João V teve um papel preponderante na erecção deste colégio. Frei Pedro de Jesus Maria José refere ainda que este *“grande monarca apenas empunhou o sceptro não só tomou esta nossa Província debaixo da sua Real protecção, e se constituiu Padroeiro Geral dela, mas também com generosa, e Real liberalidade lhe fez mercê na Universidade de Coimbra de hum Collegio, de que muito necessitava”*²⁸³. Essa necessidade derivava também das contendas havidas entre os religiosos da Província de Santo António e os da nova Província da Conceição que, no início, chegaram a partilhar o Colégio de Santo António da Pedreira: *“distinguirão-se estas (as Províncias) na real divisão, que tiverão; porem ainda no Collegio de Santo António da Pedreira ficarão unidas tiverão entre si contendas”, “também no Collegio não faltarão logo dissensões, que derão causa à separação, que brevemente tiverão com o favor e Real patrocínio do Fidelíssimo Rei o Senhor D. João V de gloriosa memoria, o qual conhecendo quão necessária era a divisão, e separação nos Collegios, assim como a tinha havido nas Províncias, liberal e generosamente a concedeo no*

²⁸¹ JOSÉ, Frei Pedro de Jesus Maria José, *Chronica da Santa, e Real Província da Immaculada Conceição de Portugal, da mais estreita, e regular observância do Serafim chagado S. Francisco*, tomo I, Lisboa, Officina de Miguel Manescal da Costa (2ª impressão), 1760, p.176, parágrafo 53.

²⁸² Idem, p.172, parágrafo 47.

*mesmo anno, em que se tinha executado a da Província, por seu especial decreto de 22 de Dezembro de 1706” e “estabelecido o Collegio, para que se distinguisse do outro, de quem se dividia, tomou o título de Santo António da Estrella, dando-lhe este nome o lugar, e sitio, em que se fundou”*²⁸⁴.

O rei compensou, inclusivamente, o Conde de Santa Cruz dos prejuízos resultante da cedência das suas casas de Coimbra: D. João V, por alvará régio de 17 de Agosto de 1707²⁸⁵, determina “*que Eu (El Rei) fora servido tomar a dita Província debaixo da minha Real protecção, dando-lhe licença para fundarem na Cidade de Coimbra hum Collegio, e mandar por hum Decreto meu, que o Concelho da Fazenda passasse um Padrão de setenta mil reis no rendimento da Casa dos Sincos cada anno para o Conde de Santa Cruz, meu Mordomo Mor, sobrogar este rendimento em lugar do que tinha nas suas casas da rua das Fangas, da Cidade de Coimbra, por serem do seu morgado, em razão de Eu haver por bem que nas ditas casas se fizesse um Collegio para os Religiosos da Província delles suplicantes poderem estudar na Universidade daquella cidade; pedindo-me lhes fizesse mercê por esmola, em consideração do referido, mandar ouvir ao dito Conde, e ao seu immediato sucessor sobre a referida sobrogação, e sobre o rendimento das ditas casas..., declarando rendiãõ as ditas casas setenta mil reis ...*”²⁸⁶. Seria, talvez, interessante conseguir averiguar de que forma as casas poderiam render, ao Conde, esta quantia.

E, apesar de D. Martinho ter sido totalmente compensado pelo Monarca, mesmo assim, foram considerados, ele e a família, beneméritos do convento: “*o Conde de Santa Cruz, meu Mordomo-Mór, e seus sucessores ficarão sendo Padroeiros do Convento, que nas ditas casas se fundar...*”²⁸⁷.

Mas, houve ainda que vencer mais uma dificuldade, uma vez que, como referido, a Câmara Municipal se opunha à instalação do colégio, alegando uma razão deveras estranha para uma cidade com tantos conventos e colégios como Coimbra: “*havendo nessa cidade tantos conventos*”²⁸⁸.

Mas Frei Pedro conta-nos em pormenor o que aconteceu: “*vencida a sobredita, e principal dificuldade com a Real generosidade, e singular clemencia do nosso Soberano Padroeiro, e Real Protector, se levantou outra pela opposição, que fez o Senado da Camera de Coimbra, para que não tivesse effeito o Real Decreto, que nos concedia a licença para a fundação do novo Collegio. Logo que teve noticia desta mercê, fez um requerimento ao Desembargo do Paço, em que com mais razões que razão lhe representava, que não só era inconveniente, mas prejudicial à mesma Cidade*

²⁸³ Idem, s/p., e p.170 parágrafo 44, p.170-171 parágrafo 46.

²⁸⁴ Idem, p.169, parágrafo 43.

²⁸⁵ *Índices e sumarios dos livros e documentos mais antigos e importantes do archivo da Câmara Municipal de Coimbra. Segunda parte do inventário do mesmo archivo*, fascículo II, Coimbra, Imprensa Litteraria, 1869, p.120.

²⁸⁶ JOSÉ, Frei Pedro de Jesus Maria José, *Chronica da Santa, e Real Província da Immaculada Conceição de Portugal, da mais estreita, e regular observância do Serafim chagado S. Francisco*, tomo I, Lisboa, Officina de Miguel Manescal da Costa (2ª impressão), 1760, p.173, parágrafo 49.

²⁸⁷ Ibidem.

²⁸⁸ Idem, p.174, parágrafo 50.

*a nova fundação do Collegio, para que Sua Magestade tinha concedido licença. E precedendo primeiro várias diligências, e sendo exactamente examinada esta pertença, resultou por ultimo o expedir a nosso favor o mesmo Desembargo huma Provisão em 19 de Novembro de 1706*²⁸⁹. Essa provisão mandava executar os alvarás antecedentes, tendo os religiosos agradecido, todos os favores reais, em 14 de Janeiro de 1707 “*com um padrão gratulatório de que se fez offerta ao Rei D. João V*²⁹⁰”.

Superados todos os obstáculos, o colégio instalou-se, então, no local dominante do sítio da Estrela, compreendido entre a antiga porta de Belcouce e a extremidade da rua Fernandes Tomás, nas casas que o conde de Santa Cruz cedera (3./Fig. 5). No entanto, não sabemos se essa cedência abrangia, ou não, a totalidade da propriedade do conde, ou se o terreno e as restantes casas (que supomos lhe terem pertencido), já teriam sido destacadas por um anterior proprietário.

De qualquer modo, Frei Pedro refere maravilhas sobre o colégio que possuíam na Universidade de Coimbra: “*se achar fundado em hum sumptuoso Palácio, e antigo edifício, em o qual ainda hoje existe, como parte mais nobre, e principal de todo ele, aquella mesma Torre, que nelle mandou fazer o Senhor Rei D. Sancho I, o qual entre outras divisas, de que usou no escudo das suas Reaes Armas, tinha também quatro estrellas, das quaes, como de próprio braço deste Monarca, poderia succeder tomasse o título huma antiga, e devota Imagem de Santo António da Estrella, que está colocada em hum nicho immediatamente contíguo a este Palácio, razão, por que fundando-se nelle o dito Collegio, ficou este com a mesma denominação de Santo António da Estrella...*”²⁹¹.

Assim, a fazermos fé neste documento, pelo menos parte de um anterior palácio ainda se mantinha, muitos anos depois da instalação do colégio, sendo, no dizer do frade, não o palácio de D. Garcia (e que até havia sido muito célebre), mas mesmo de D. Sancho I, pois teria nele mandado fazer uma torre. E, outro pormenor curioso é a possibilidade dum edifício civil ter antecedido a torre, pois o frei refere a torre construída “*nelle*” (palácio), denunciando, assim, a possibilidade de pré-existências civis, de uma certa classe, naquele local.

No entanto, e após a investigação que apoia esta tese, acreditamos que Frei Pedro está, afinal, a falar do palácio de D. Garcia de Almeida, e a supor que teria sido, anteriormente, também de D. Sancho, isto é, com a mesma implantação. Talvez o tal palácio das filhas do rei, e a torre quinária (ou a quadrada), mandada construir também pelo monarca, tenham contribuído para estabelecer alguma confusão. Pois, de facto, um edifício residencial, naquele ponto, naquela época, além de muito exposto, atrapalharia as movimentações militares, o que seria incompatível com o reforço do sistema de defesa, levado a cabo por D. Sancho, com a construção de uma, ou duas, novas torres, e, provavelmente, o reforço da porta.

²⁸⁹ Ibidem.

²⁹⁰ Idem, p.175, parágrafo 52.

No entanto, esta referência do frade faz com que tenhamos de colocar, também, a hipótese de terem lá existido, anteriormente, habitações, ao abrigo de um recinto muralhado anterior, pois, de facto, a topografia até apresenta, numa área restrita, uma configuração de curvas de nível com a orientação contrária à que seria normal²⁹², podendo ser interpretada através da existência, em tempos mais remotos, de um pequeno castro fortificado (3./Fig. 6), mais tarde reaproveitado para um castelejo roqueiro, absorvido, depois, por um sistema de defesa bem mais complexo, e abrangendo uma área muito maior. Mas a este assunto voltaremos, também, num capítulo posterior.

Assim, e como não há registos de grandes ajudas monetárias até esta altura, acreditamos que a cerimónia presidida pelo bispo-conde D. António de Vasconcelos e Sousa, que, a 29 de Março de 1715, lançaria a primeira pedra, não teria sido, então, o início da construção do colégio, mas somente da igreja do colégio, ou desta e de alguma pequena reabilitação para melhor adaptação das pré-existências aos cânones da Província. E, dois anos depois, em 1717, celebrou-se a primeira missa na nova igreja do Colégio, e que ainda hoje existe, sendo o edifício da Junta de Freguesia de Almedina, reabilitado há poucos anos (3./Fig. 7). É de uma só nave, de capela-mor simples (3./Fig. 8), com um abobadamento completo em tijolo (3./Fig. 9).

E, em 29 de Setembro de 1719, uma provisão régia confirma a licença da Câmara de Coimbra autorizando os religiosos do colégio de Santo António da Estrela a taparem uma abertura junto ao nicho do mesmo santo no arco da Estrela “*pello grande deterimento que tinham de serem devassados de todo o povo de hum e outro sexo*”²⁹³. Supomos que fosse um buraco existente na porta de Belcouce, que permitisse a visualização para dentro da torre de Belcouce que lhe estava contígua, e que já estaria, talvez, ocupada pelo colégio.

Desta forma, o texto de Frei Pedro parece apontar no sentido de pequenas remodelações sucessivas, não uma construção de raiz (excepto a igreja), até 1729: “*e se logo no princípio ostentou a sua generosidade (El Rei) em nos dar sítio para a fundação do Collegio de Coimbra, não menos a mostrou depois na grandiosa esmola, que se dignou mandar dar, para que as casas, que nos tinha concedido para estabelecimento do dito Collegio, se pusessem em forma regular. A falta desta regularidade causava muitos, e grandes descomodos aos Religiosos; e sendo disto informado o*

²⁹¹ Idem, p.168 parágrafo 41.

²⁹² Opinião também partilhada pelo Doutor Jorge de Alarcão, em ALARCÃO, Jorge de, *Coimbra. A montagem do cenário urbano*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p.97 e 219.

²⁹³ *Livro da Correia n°4 (1713-1736)*, cota B14/4, A.H.M.C., 1719, p.10-70v.

*referido Soberano, com liberal piedade foi servido mandar dar de esmola trez mil cruzados por sua Real resolução de 12 de Maio de 1729*²⁹⁴”.

Portanto, segundo este documento (que data de 1760), as casas que o monarca “mandou dar” mantiveram-se, tal como haviam chegado às mãos dos frades, até 1729, ano em que o rei oferece uma boa quantia de dinheiro para a remodelação, e “*anos depois concedeu o mesmo Monarca um Alvará que isenta de pagar direitos a todos os conventos da Província*”²⁹⁵”.

E, estas obras de adaptação, devem, certamente, ter incidido muito particularmente, primeiro, em questões prementes, ou seja, no edifício em si, pois, apesar da importância do elemento claustro para a Ordem em causa (“*nestas fadigas perdiam os collegiais o appetite de sahir do claustro...*”²⁹⁶), e da hospedaria, estes não figuram, nas plantas de José Carlos Magne, do último quartel do séc. XVIII (3./Fig. 10), pelo que, devem ser ambos posteriores.

Acreditamos que terá sido na sequência destas obras que o colégio ficou com a forma que ostenta nas referidas plantas, sendo, as extremas, praticamente as actuais (à excepção da sul que foi objecto de um pequeno acerto nas obras do séc. XX).

Assim, elas devem ter incidido na construção do edifício principal, incluindo a nova torre (já referida) construída sobre a torre quinária, no corpo orientado a nascente-poente. E o corpo com a orientação norte-sul terá sido implantado entre o que supomos terem sido as antigas ruas das Fangas (que incluía a artéria de ligação da rua Fernandes Tomás para a couraça) e de Belcouce (3./Fig. 11). Datará então, desta altura, o primeiro alargamento deste troço da rua das Fangas²⁹⁷, tendo, certamente, existido uma contrapartida, que supomos ter sido a ocupação de parte do arruamento público onde se fazia a entrada na porta de Belcouce, resguardando os pátios do colégio dos olhares do povo, e permitindo a adaptação de parte da casamata a cisterna. Ficou, então, inviabilizada a função de porta, mas manteve-se o edificado da porta de Belcouce (parcialmente cortado é certo) e o seu interior foi adaptado a capelinha (para onde terá transitado a imagem que estaria no nicho do arco romano). Esta capelinha seria pública, com a entrada voltada para a couraça, tendo, necessariamente, de ter sido alterada a ligação entre as ruas, às custas da demolição de mais um pouco do que restava do antigo arco romano.

²⁹⁴ JOSÉ, Frei Pedro de Jesus Maria José, *Chronica da Santa, e Real Província da Immaculada Conceição de Portugal, da mais estreita, e regular observância do Serafim chagado S. Francisco*, tomo I, Lisboa, Officina de Miguel Manescal da Costa (2ª impressão), 1760, p.176, parágrafo 53.

²⁹⁵ Idem, p.176, parágrafo 54.

²⁹⁶ Acerca do Colégio da Estrela, mas provavelmente, reportando-se a época posterior, quando já existia claustro, em *Letras na Ordem Terceira de S. Francisco (As)*, “Panorama (O)”, Volume terceiro, segunda série, Lisboa, Typographia da Sociedade, 1844, p.151.

²⁹⁷ CORREIA, António, *Toponímia Coimbrã. II Zona da Universidade*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1952, p.29-30.

E não foi o decorrer do tempo que fez com que as relações com a Câmara melhorassem muito. De facto, a petição apresentada pelos religiosos, em 23 de Maio de 1750, para que lhes fosse dada licença para encanar e conduzir para o seu colégio a água que se desperdiçava dos “*tanques do terreiro da feira e do largo da Sé*”²⁹⁸, enlameando as ruas e perturbando a passagem das procissões, foi uma primeira vez recusada, tendo a Câmara posteriormente reconsiderado, talvez, e mais uma vez, pressionada pelas altas protecções dos religiosos.

Autorizou, então, a construção de um tanque junto do Colégio, “*podendo os frades utilizar-se das ditas águas*”²⁹⁹. E este tanque acabou até por ser construído com dinheiros públicos, pois o monarca ordena, em 10 de Outubro de 1750, “*para formarsse hum tanque que receba as ditas agoas ficando estas expostas, e patentes ao servisso do bem publico, e para remedio de algum evento ainda nam pensado (incêndio?), e no simo do bordo do dito tanque formarlhe hum cano pello qual incaminhem as agoas que sobejarem do tal tanque para o interior do Collegio dos ditos Rellegiosos. Porque estando sempre xeyo tinha o commum continuado proveito e o sobejo tanto de dia como de noute o recebiam os supplicantes cuja despesa por ser para obra publica podia sahir do Cofre do Real dagoa: Unico fim para que foi destinado*”³⁰⁰.

Assim, o tanque, chafariz ou fonte, era público e estaria, localizado no largo da Estrela, em frente à igreja do colégio, estrategicamente colocado para, facilmente, dele sair um cano que conduzisse a água para o futuro claustro (bastante próximo) e divisões anexas (cozinha, etc.) (3./Fig. 12). E a água da cisterna terá, provavelmente, continuado a servir para usos em que não fosse necessária água potável (lavagens, regas, etc.)³⁰¹.

E, em 13 de Março de 1753, uma provisão de D. José, a pedido do Padre Mestre Frei António das Chagas, incorpora, finalmente, o Colégio da Estrela na Universidade de Coimbra, gozando dos mesmos privilégios que o Colégio de Santo António da Pedreira³⁰².

Acreditamos que a demolição do arco (ordenada em 1778) não se referisse ao arco romano. Este só teria sido demolido, anos mais tarde, como consequência da construção da hospedaria (provavelmente ao mesmo tempo que o claustro). De facto, um artigo de “O Instituto” refere uma “*nota manuscripta e anonyma de 1786*”, dizendo que “*seria somente neste, ou poucos annos antes, que a referida obra (arco romano) foi posta em terra por estar a cahir e estorvar a serventia,*

²⁹⁸ *Registo da Correspondência n.º2 (1747-1784)*, cota B2/13, A.H.M.C., 1771, p.74v-78v.

²⁹⁹ CORREIA, António, *Toponímia Coimbrã. II Zona da Universidade*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1952, p.29.

³⁰⁰ *Registo da Correspondência n.º2 (1747-1784)*, cota B2/13, A.H.M.C., 1771, p.74v-78v.

³⁰¹ Quase em paralelo, são pedidos os sobejos da água do tanque do terreiro da Feira (defronte da Sé Nova) e do largo da Sé (Velha), para três pontos distintos: mosteiro de Santa Cruz, para um particular na zona de Quebra-Costas (fórum medieval), e para a Estrela.

*construindo-se então a capelinha para a qual se transferiu a imagem do Thaumaturgo, e onde actualmente (em 1865) permanece*³⁰³. E apesar de se tratar de uma nota anónima, 1786, é, de facto, uma data na qual acreditamos para as referidas obras. Então, nessa data, o conjunto torre e porta de Belcouce terá sido absorvido pela construção de um edifício independente, implantado sobre terreno anteriormente público, mas que, na altura das obras, já faria parte do colégio (3./Fig. 13).

Assim, a falta de travamento poderá ter originado a remoção do que restava do arco, aliada à vontade de alargar a passagem para o rio e rua da Alegria, razão por que se terá cortado ainda um pouco mais à muralha da couraça, recuando um pouco o entroncamento das vias, apesar da consequência do agravamento da inclinação do pavimento. As plantas pombalinas de José Carlos Magne, do último quartel do séc. XVIII, têm as indicações (no canto inferior direito) do alteamento ou rebaixamento dos perfis das ruas, para obstar ao referido agravamento: o último troço da rua das Fangas desceria 3 palmos (66cm), o do fundo da couraça desceria 1 palmo (22cm), e, o troço até “à capella de Santo Antonio da Estrella”, desceria, também, 1 palmo (22cm) (3./Fig. 14).

Assim, e pelas razões expostas, não concordamos com a afirmação de que a instalação do colégio, não influenciou o traçado urbano, tendo os arruamentos da zona conservado os seus traçados primitivos³⁰⁴.

Nem tão pouco no que diz respeito à toponímia³⁰⁵, pois foi graças ao Colégio de Santo António da Estrela que se vulgarizou o nome de “largo da Estrela”, por onde se entrava para a sua igreja, apesar da invocação desta ser de Nossa Senhora dos Anjos (ao tempo do colégio). Ao que supomos, esta designação, teria transitado do largo que envolvia o antigo arco romano, onde depois se veio a implantar a porta de Belcouce (e onde até se manteve uma pequena capelinha de Santo António), para referido largo defronte do Colégio da Estrela e da sua Igreja, tendo, inclusivamente afectado a toponímia das duas torres aí situadas, a quinária e a quadrada, que passaram igualmente a ser designadas “da Estrela” (3./Fig. 15).

3.1.1. Aforamentos da muralha neste período

Não foi a instalação do colégio que impediu que os aforamentos na envolvente continuassem: de facto, em 4 de Maio de 1707, Cristóvão Luís, alfaiate de Coimbra solicitou licença para fazer uma casa encostada ao arco chamado da Estrela, mas em “terra” do Rev. Duarte de Mello (talvez o

³⁰² JOSÉ, Frei Pedro de Jesus Maria José, *Chronica da Santa, e Real Província da Immaculada Conceição de Portugal, da mais estreita, e regular observância do Serafim chagado S. Francisco*, tomo I, Lisboa, Officina de Miguel Manescal da Costa (2ª impressão), 1760, p.176, parágrafo 54.

³⁰³ C., J. C. A. de, *Apontamentos históricos de Coimbra. O arco romano, vulgo de Sancto António da Estrella*, “O Instituto”, volume 12º, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1865, p118-120.

³⁰⁴ CORREIA, António, *Toponímia Coimbrã. II Zona da Universidade*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1952, p.29-30.

³⁰⁵ Ibidem.

Guardião do Colégio de Santo António da Estrela), e abrir uma porta junto do arco. Foi feita uma vistoria com o mestre das obras da cidade, e este achou que a obra não causava prejuízo ao bem comum, mas estipulou que a porta a abrir teria de ficar desviada da do arco um “*covado de medir panno*” (cerca de um metro) e que o foro seria de 20 réis ao ano. Punha-se também a questão de se colocar o painel de Nossa Senhora da Estrela no mesmo arco, sendo o emprazamento “*para sempre*”³⁰⁶. Parece-nos que esta casa poderia ter sido no espaço atrás da torre de Belcouce, espaço esse que teria sido, mais tarde, adquirido pelo colégio, aquando da construção do seu edifício principal, um pouco depois de 1729.

Já em 12 de Julho de 1771, uma provisão do Paço, refere uma tentativa de aforamento, de Francisco de Moura, de Coimbra, morador no fundo da couraça de Lisboa (3./Fig. 16 e 3./Fig. 17), sem sucesso, mas cujo documento revela pormenores curiosos, e que nos ajudaram, também, a reconstituir o painel arquitectónico do local, à época³⁰⁷.

Assim, após uma primeira recusa da Câmara, Francisco de Moura recorre ao monarca, expondo que a sua “*boa e nobre morada de cazas que se compoem de cinco andares de altura, sitas no fundo da rua chamada da Couraça de Lisboa, junto ao Arco da Estrella da mesma cidade e observando que ellas por cauza de terramotos e de temporais aque estão sugeitas por não terem outras que lhe sirvam de amparo se haviam sentido e amiaçavam como ainda hoje pelas mesmas cauzas promete ruína no anno de mille settecentos e sesenta e houto, recorre a V. Magestade pelo Supremo Tribunal do Desembargo do Paço para lhe fazer a graça de aforarlhe a Muralha da Cidade fronteira as mesmas cazas a fim de poder em cima della firmar e edeficar hua caza e desta formar para as outras hum Arco queasam parede e indemnisse da ruína que pormettem*”.

Na mesma exposição queixa-se que “*tem a infelicidade de ser vezinho dos Rellegiozos de S. Antonio da Estrella da mesma cidade os quaes seguindo o ambecioso e abominavel sistema dos proscritos Jesuítas*” e “*como a dita obra lhes empedia a vista do seu Collegio para não assentirem a portenção do supplicante porem como o supplicante sente cada vez mais percizado de segurar o seu nobre edefficio que excede no valor a seis mil cruzados e de que paga sinco mil e tantos reis a V. Magestade e aformozea muito aquela Cidade pedio por segundo requerimento ao Senado da mezma que... lhe concedece faculdade para somente poder fazer hum Arco alto e correspondente ao outro conteguo chamado da Estrella em sima da mezma Moralha empondolhe o foro e condições que parecesem racionaveis afim de ficar também com o uzo da mezma Muralha para que della se lhe não devaçasem as ditas nobres cazas e hortas mais acautelladas da ruína ponderada*”. Refere, ainda, que já levava ao local o “*mesmo Mestre das obras publicas da Cidade da qual também consta ou nemhum prejuízo que resulta ou pode resultar à mezma ou a dita Muralha que*

³⁰⁶ Livro de notas nº13 (1700-1721), cota B2/13, A.H.M.C., 1707, p.67v-69v.

³⁰⁷ Registo da Correspondência nº2 (1747-1784), cota B2/13, A.H.M.C., 1771, p.74v-78v.

he capaz de sustentar maiores edificios do que tendo Arco e assim como sustenta mais de duzentas moradas de cazas que se tem edificado e existem sobre as mesmas Muralhas da Cidade que todas pagam foro à Câmara da mesma servindolhe as mesmas muralhas de alicerces” pelo que só não conseguira o pretendido devido ao “orgulho e insasiavel intriga dos mesmos Rellegiozos”.

Mas a resposta da Câmara ao monarca (D. José), de 7 de Dezembro, desmonta, um por um, todos os argumentos de Francisco de Moura: *“a elevação de cinco andares em que se funda o supplicante pera persuadir a necessidade de firmar hum Arco na Muralha fronteira he o maior argumento por donde se mostra a inutilidade desta obra; porque tendo o muro de altura naquele sitio somente dezoito palmos e meio (4,07m), bem se deixa ver que o Arco firmado nelle não pode servir de sustentaclo ao dito edificio pella grande desigualdade de sua elevação que não corresponde com a pequena altura da muralha”*; acusa, até, o requerente de mentir acerca da altura *“de cinco sobrados do seo edificio quando na verdade se compõem tam somente de trez andares”*, do *“valor de seis mil cruzados ou mais que o supplicante estima amurada das suas cazas, tambem não corresponde com os cinco mil e tantos reis que paga de decima”*, e sobre a questão *“que da muralha se devassam as suas cazas ao mesmo tempo que nella não habita pessoa alguma defronte de seu edificio”*, avisando-o que existiam *“leis que empõem penna aos que não dizem a verdade ao seu Soberano”*.

Esclarece, também, que não se cumprem as condições estipuladas por lei: *“a lei do Reyno permite a faculdade de edificar sobre o muro e encustar se a ele, porem he somente aquele que tiver campo ou pardieiro a par do muro e para ele ser a rezam deste beneficio o entereçe a utilidade publica na redeficação ou levantamento desse edificio no pardieiro, ou campo junto ao muro, pela formozura que delle resulta no conjunto da Cidade”*, e, assim, *“o supplicante além de não ter campo ou pardieiro a par da muralha, e estar o seo edificio distante dela, todo aquelle espazo que ocupa a rua publica intremedia tem as casas perfeitas e acabadas sem perdizam de se acostar a muralha de forma que aformoseam muito esta cidade”*.

E também as questões urbanisticas pesavam, pois a inclinação do arruamento não era de molde a favorecer a pretensão *“porque sendo a rua naquele sitio bastantemente empinada e ladeirenta e muito estreita e a muralha de pequena altura de necessidade e hade o arco servir de empedimento a passagem de qualquer carruagem ou carro carregado de palha, alem de ficar a rua mais estreita se nella se firmar o arco da parte das cazas: delle rezulta adesformidade e muito maior pela vezinhança do arco da Estrela que se acha formado ao fundo da couraça: delle procede a devacidam de alguns vezinhos e especialmente do Collegio de Santo António denominado da Estrella; cuja vista também vem a empedir e tambem a devaçarem muita parte do interior delle”*. Ficava bem claro que a edilidade entendia que Francisco de Moura, ao invés de querer impedir que a sua intimidade fosse devassada, pretenderia, na verdade, devassar a do colégio.

É, ainda, expressa a preocupação com o património pois *“que a muralha he do tempo de criação da Cidade e que fora edificada ha muitos séculos; e tendo este largo giro de tempo feito nella os seus*

costumados estragos seria mais disculpavel e util a pertença de a reparar das ruínas da sua veneranda antiguidade que procurarse agravalla com o pezo de hum edificio do qual pode rezultar a sua ultima decadencia”.

Acrescentam, como remate, o facto de o requerente “*nunca ter feito a Regia Coroa algum serviço e exerceto atualmente a occupação de sangrador*”, como razões só por si suficientes para lhe ser negada a pretensão.

Assim, todos estes argumentos, evitaram uma situação que poderia ter sido de facto complicada, se atendermos à topografia do local. De acordo com a nossa proposta de implantação, Francisco de Moura pretendia, então, construir um arco, perpendicular à muralha, alto e correspondente ao contíguo da Estrela, que seria talvez o arco que ainda restava ao “tetrapilo”³⁰⁸ romano (3./Fig. 16).

Não pudemos, também, deixar de notar que a preocupação com o património da cidade aqui expressa é contraditória com a ordem de demolição do arco de Belcouce, sete anos mais tarde, acordada na reunião de vereação de 10 de Junho de 1778 (e que tentámos justificar atrás), que refere “*acordarão mais que se demolisse o Arco da Estrella, para se cortar parte da muralha quanto seja bastante para daquelle sitio haver serventia corrente e larga e que depois se guarnecesse a muralha para não ficar disforme, fazendoselhe por remate hum Torreão da mesma pedra do Arco, para fazer boa vista á referida entrada*”³⁰⁹, e que se efectivou, parcialmente, a 14 de Julho desse ano³¹⁰, pois, em 19 de Agosto de 1778, a vereação resolve “*que por ora se suspendesse a obra do remate da muralha junto da Estrella até segunda ordem assignarão no dia 22 do corrente para se fazer vistoria na dita obra e na parte da muralha de que há informação ameassa ruína*”³¹¹.

Não nos parece que o torreão tenha alguma vez sido feito, para podermos analisar a pedra, continuando em aberto a possibilidade do documento não se referir ao arco romano, mas a outro dos arcos da Estrela, por exemplo, o da porta de Belcouce, o dos Alpains, apesar do romano ser o que lhe ficava mais próximo.

3.2. Os colegiais

Era colegial o padre matriculado no Colégio de Santo António da Estrela, ou no Colégio de Teologia Moral, tendo este funcionado em conventos de diversas localidades, indicados segundo as conveniências pelo Capítulo provincial.

³⁰⁸ Um dos dois tipos de arcos comemorativos, ou triunfais, romanos, com quatro faces, e um vão por face, em PELLETIER, André, *L’urbanisme sous l’empire*, Paris, Picard, 1982, p. 106.

³⁰⁹ *Vereações nº66 (1765-1781)*, cota B0/66, Coimbra, A.H.M.C., 1778, p.179v-180.

³¹⁰ DINIZ, Cruz, *Separata do Museu Nacional da Ciência e da Técnica*, Coimbra, Coimbra Editora, Lda., 1975, p.31.

³¹¹ *Vereações nº66 (1765-1781)*, cota B0/66, Coimbra, A.H.M.C., 1778, p.182.

No curso de Coimbra havia de manhã artes e teologia no convento. De tarde os teólogos iam às “cadeiras de Escoto ou de S. Tomás”, à Universidade.

Eram três anos de filosofia e três de teologia com exames no fim de cada ano.

Quem reprovasse, no fim do ano era excluído do Colégio, indo durante seis anos exercer o ofício de sacristão em conventos da província.

Quem superasse os seis anos do curso fazia exame geral perante dois mestres. Passando, eram os aprovados destinados a pregadores, ou iam para as *Relações*, ou ficavam *Passantes* (isto é, candidatos a Lentes ou Leitores), sendo-lhes permitido aceder à *oposição* (ou concurso de Leitores de Artes) perante o *definitório*. Reprovando neste exame geral ficavam incapacitados para o ofício de confesores e para todos os outros cargos da ordem, por vinte anos.

Quanto ao Colégio de Teologia Moral, ninguém o podia frequentar sem ter pelo menos dezasseis anos de hábito, o que em termos de idade correspondia à idade mínima de trinta e dois anos.³¹²

Chamava-se *artista* ao religioso estudante do curso de filosofia, também dito “de artes”, ou seja do *trivium* - gramática, retórica e dialética, e do *quadrivium* - música, aritmética, geometria, geografia ou astronomia.

Na Província da Conceição estudava-se em dois colégios: em Coimbra, e no Colégio de Santo António da Cidade do Maranhão³¹³.

A título de curiosidade: nas horas de ócio uma das actividades seria jogar gamão, uma vez que este jogo figura no inventário dos bens do Colégio³¹⁴.

Registos de alguns frades que passaram por Santo António da Estrela³¹⁵:

- António da Esperança, padre, confessor, natural da cidade de Coimbra, faleceu nesta mesma cidade, no Colégio, a 2 de Dezembro de 1706³¹⁶.
- António da Expectação, padre pregador, natural de Arcos de Valdevez, faleceu no Convento de Santo António de Ponte de Lima por causa de um delírio, em Março ou princípios de Abril de 1758.
- Francisco de Jesus Maria, irmão leigo, natural de Vila Real, foi um dos mais famosos architectos do séc. XVIII. Participou na obra da reedificação do Convento de S. Francisco de Orgens (3./Fig. 18), cuja igreja tem bastantes semelhanças com a da Estrela, quer exterior, quer interiormente. Trabalhou dez anos no colégio de Coimbra e oito em Orgens (de 1741 a 1749). Era além disso

³¹² ARAÚJO, António de Sousa, *Antoninhos da Conceição. Dicionário de Capuchos Franciscanos*, Braga, Editorial Franciscana, 1996, p. 229-230.

³¹³ Idem, p.222-223.

³¹⁴ *Traslado do inventário dos bens moveis e de raiz do extincto Colégio de Santo António da Estrela de Coimbra*, Convento de Santo António da Estrela de Coimbra. Ordem de São Francisco, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, Caixa 2209, documento nº 116, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1834, p.5.

³¹⁵ ARAÚJO, António de Sousa, *Antoninhos da Conceição. Dicionário de Capuchos Franciscanos*, Braga, Editorial Franciscana, 1996, p.40,41,89,113.

³¹⁶ O decreto que permitiu a constituição do colégio é de 22 de Dezembro, por isso é estranha a data anterior para o falecimento, lá.

“*insigne escultor*”, a ele se devendo a imagem de N. S. da Conceição numa capelinha do Convento de Orgens. Faleceu no Convento de S. Francisco da Torre de Moncorvo, a 27 de Setembro de 1794.

- João dos Inocentes, irmão leigo, natural de Fornelos. Interferiu na consecução dos requisitos necessários para a construção do novo colégio de Coimbra. Faleceu neste colégio antes de Dezembro de 1724.

Um facto curioso é: apesar da referência de vários frades terem falecido no colégio de Coimbra, não há, no entanto, registo de terem sido lá sepultados, ao contrário do que acontece nos outros conventos, em que se indica, inclusivamente, o número da sepultura.

3.3. A extinção

O conjunto dos documentos para efeito de inventariação e avaliação do recheio do Colégio³¹⁷ fornece algumas indicações, preciosas, sobre os espaços e sua articulação.

Não farei, no entanto, uma descrição exaustiva com a totalidade dos bens móveis ou imóveis aí referenciados, vamos realçar, apenas, o que poderá ser importante para o entendimento dos espaços, ou para dedução do número de habitantes.

Curiosamente, o primeiro documento, de 26 de Maio de 1834³¹⁸, começa por referir os religiosos que não tinham ainda abandonado o colégio, bem como os outros que já o haviam abandonado.

Assim, em 26 de Maio, sete religiosos não tinham ainda abandonado o colégio.

Eram:

- O “*Padre Presidente Frei João de Santa Anna*”, sacerdote, presidente, que mais tarde foi Prior da freguesia de Castel Viegas³¹⁹. Aliás, em 1 de Julho já Frei João era “*Prior na Igreja da Freguesia de Castel Viegas, porem residente ainda neste colégio*” sendo referido no inventário como estando a ajudar na sua execução³²⁰.

- O “*Collegial Frei José de Jesus*”, colegial, sacerdote.

³¹⁷ *Colégio da Estrela (26 e 30 de Maio, 2 de Junho, 3 de Julho, 12, 26 e 28 de Agosto, 14 de Novembro de 1834)*, Colégios, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1834, e em *Traslado do inventário dos bens moveis e de raiz do extinto Colégio de Santo António da Estrela de Coimbra*, Convento de Santo António da Estrela de Coimbra. Ordem de São Francisco, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, Caixa 2209, documento nº 116, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1834.

³¹⁸ *Autos de inventário dos bens do Colégio da Estrela (26 de Maio)*, Colégio da Estrela, Colégios, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1834, e em *Traslado do inventário dos bens moveis e de raiz do extinto Colégio de Santo António da Estrela de Coimbra*, Convento de Santo António da Estrela de Coimbra. Ordem de São Francisco, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, Caixa 2209, documento nº 116, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1834 p.2-2v.

³¹⁹ ARAÚJO, António de Sousa, *Antoninhos da Conceição. Dicionário de Capuchos Franciscanos*, Braga, Editorial Franciscana, 1996, p.257-258.

- O “*Collegial Frei Luiz do Coração de Jesus*”, colegial, sacerdote.
- O “*Collegial Frei Domingos de Santa Clara*”, colegial, subdiácono.
- *Frei António das Dores*, colegial, professo.
- *Frei António de São Boaventura*, colegial, professo.
- O “*Irmão José da Purificação*”, irmão.
- Eventualmente também Domingos Martins de Santa Clara, que se terá ordenado e, até 1860, assistiu a Ordem Terceira de Monção³²¹.

Relativamente aos que já o tinham abandonado, eram:

- *Reverendo Padre Mestre Guardião Frei João de Jesus Maria*, guardião, padre, mestre.
- *Frei Manoel de São João Baptista*.
- *Frei Manoel dos Santissimos Corações*.
- *Frei Joaquim da Trindade*.
- *Frei João da Rainha dos Anjos*.
- *Frei António de Santa Maria dos Anjos*.
- *Frei Manoel da Guia*.
- *Frei António de Jesus Maria José*.
- *Frei Fernando do Amor Divino*.
- *Frei José do Nascimento*.
- *Frei José da Famillia Sagrada*.
- *Frei Jacintho de Santa Clara*.
- *Irmão Manoel da Senhora do Rosario*.

Assim, verificamos que, imediatamente antes da extinção das ordens religiosas habitavam no Colégio de Santo António da Estrela vinte religiosos, egressos da Província da Conceição³²².

Seria este número habitual no Colégio da Estrela?

O número de objectos referenciados, no mesmo documento³²³, poderá acrescentar algum dado:

³²⁰ *Traslado do inventário dos bens moveis e de raiz do extinto Colégio de Santo António da Estrela de Coimbra*, Convento de Santo António da Estrela de Coimbra. Ordem de São Francisco, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, Caixa 2209, documento nº 116, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1834, p.11-11v.

³²¹ ARAÚJO, António de Sousa, *Antoninhos da Conceição. Dicionário de Capuchos Franciscanos*, Braga, Editorial Franciscana, 1996, p.257-258.

³²² O nome de Domingos Martins de Santa Clara faz parte da lista de António de Sousa Araújo mas não figura no inventário, e em compensação Frei Luiz do Coração de Jesus figura no inventário mas não na referida lista, pelo que consideramos vinte religiosos, no total.

³²³ *Autos de inventário dos bens do Colégio da Estrela (2 de Junho)*, Colégio da Estrela, Colégios, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1834, e em *Traslado do inventário dos bens moveis e de raiz do extinto Colégio de Santo António da Estrela de Coimbra*, Convento de Santo António da Estrela de Coimbra. Ordem de São Francisco, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, Caixa 2209, documento nº 116, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1834, p.3-11.

- Quanto a camas: “*quatro camas de bancos de pinho com suas cabeceiras*”, “*outo camas de bancos com cabeceiras pintadas de páo de pinho*”, “*huma cama de bancos com a cabeceira pintada pintada de páo com suas pirâmides*”, “*huma cama com bancos de ferro*”. Catorze ao todo. E “*fronhas desaceis*”, “*dezouto travesseiros*”, “*lenções trinta e seis*”, “*desaceis toalhas de mão*”, tudo de linho, “*seis cobertores de varias côres*”, “*trese cobertores de papa*”, “*trinta e quatro mantas brancas*”.

- Para a mesa: “*cinco tábuas de castanho das mesas do refeitório*”, “*cinco mesas de páo de refeitório*”, “*toalhas de Flandres duas*” de linho, “*toalhas de refeitório quatro*” também de linho, “*quarenta pratos de louça fina*”, “*vinte e cinco colheres de estãho e de ferro*”, “*vinte e cinco facas de mesa*”, “*desaceis garfos*”, “*trinta copos de mesa de beber vinho*”, “*mais tres copos de vidro*”, “*mais nove copos de vidro grandes*”, “*duas garrafas de vidro branco*”, “*desouto canecas de louça branca*”.

- Na adega havia “*quatro tonéis*”, “*seis pipas*” e “*huma meia pipa*”, “*huma pia de pedra grande que levará cento e vinte alqueires de azeite*”, outra pia de pedra pequena “*que serve de salgadeira*”, “*hum pote grande de tijollo que levará trinta alqueires d’azeite*”, e “*trinta enxergões*”. O vinho totalizava “*cento e outenta almudes*”.

Assim o número e tipo de objectos descritos não confirmam nem desmentem o número de vinte religiosos como o habitual no Colégio da Estrela.

Em 2 de Junho de 1834 o inventário centrava-se mais no conteúdo dos espaços internos da casa monástica³²⁴.

Na igreja: na capela-mor existia um retábulo com quatro colunas brancas e douradas, com um painel de Nossa Senhora da Conceição pintado em lona, S. Francisco e S. João de Deus, um sacrário pregado ao retábulo e um altar com pedra de ara (3./Fig. 19); no altar lateral oposto à epístola havia um retábulo com Santo António e o Menino e um altar com pedra de ara (3./Fig. 20); no altar da parte da epístola, um retábulo com Nossa Senhora da Conceição vestida de branco com um manto de seda azul e um altar com pedra de ara (3./Fig. 21); ainda da parte da epístola, outro altar de Nossa Senhora das Dores, com pedra de ara e um retábulo pequeno com Nossa Senhora das Dores vestida “*com nobreza com um manto de seda matizado com renda de ouro*” (3./Fig. 22 e 3./Fig. 23); um guarda-vento feito de madeira muito bem entalhado, com vidraças por cima; um órgão; duas pias de água benta; um crucifixo grande sobre o arco cruzeiro (3./Fig. 24)³²⁵; e existia também um coro (de notar que os colégios de Coimbra normalmente tinham uma igreja adjacente pública, ficando os colegiais no coro³²⁶) (3./Fig. 25).

³²⁴ *Autos de inventário dos bens do Colégio da Estrela (2 de Junho)*, Colégio da Estrela, Colégios, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1834.

³²⁵ Na igreja do Convento de S. Francisco de Orgens, existe também um crucifixo grande sobre o arco cruzeiro.

³²⁶ Do seminário de Arquitectura Civil, da responsabilidade do meu orientador, o Doutor António Filipe Pimentel.

Depois está referenciada a sacristia (3./Fig. 26 e 27), que dispunha de “*huma campainha com cadêa de ferro*”, bem como a portaria.

Esta última dispunha também de uma capela do Senhor dos Passos com uma imagem de Santo António, na entrada do convento³²⁷.

No claustro: uma capela de Nossa Senhora da Piedade, um “*pano azul novo bordado para a porta da igreja*”, duas portas de confessionário “*que deitam para a capela do dito colégio*” (3./Fig. 28 e 3./Fig. 29), uma “*porta que dá para o púlpito*” (3./Fig. 30).

Existia ainda a enfermaria, uma vez que está referenciada a capela da enfermaria, com um pequeno retábulo de Nossa Senhora dos Remédios, pintada, um altar com pedra de ara, e um sacrário portátil.

O refeitório dispunha, igualmente, de “*huma campainha com cadêa de ferro*”³²⁸.

A cozinha tinha, anexa, uma adega com 4 tonéis, sete pipas e uma pia de pedra grande, para 120 alqueires de azeite.

A livraria apresentava 1141 obras em estantes, em sete *casas* (divisões), servidas com escada (a “*escada da livraria*” foi inventariada e avaliada de forma independente³²⁹) e duas campainhas *de tocar à aula*.

A cisterna dispunha de “*huma roldana com cadeias a dois varões tudo de ferro, e balde que se acha na sisterna*”³³⁰ (3./Fig. 31 a 35).

Havia mais duas campainhas: uma para “*tocar à aula*”, e ainda outra (esta sem qualquer especificação)³³¹.

Em 12 de Agosto de 1834, foi feito o termo de avaliação dos edifícios do Colégio da Estrela³³², “*que he cituado no fundo da Couraça de Lisboa, parte do Nascente com a mesma Rua e do Poente com Doutor José Ignacio desta cidade fáz a sua frente da parte do Norte para a Rua das Fangas e São Christovão, e do Sul para um pequeno Cerco da banda do Rio, a que davão o vallor de seis contos de reis*”, por Luiz António Marques do Amaral, Domingos Rodrigues de Andrade e José da Silva.

A propriedade foi repartida: “*ceparando o citio da cisterna, pateo, e hospedarias e o pequeno cerco avaluavão isto tudo em tresentos mil reis, que se deverião diminuir no capital supra*.”

³²⁷ *Termo de avaliação do edifício do Colégio da Estrela (12 de Agosto)*, Colégio da Estrela, Colégios, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1834, e em *Traslado do inventário dos bens moveis e de raiz do extinto Colégio de Santo António da Estrela de Coimbra*, Convento de Santo António da Estrela de Coimbra. Ordem de São Francisco, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, Caixa 2209, documento nº 116, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1834, p.8.

³²⁸ *Ibidem*.

³²⁹ *Idem*, p.6v.

³³⁰ *Idem*, p.8-8v.

³³¹ *Idem*, p.8.

³³² *Idem*, p.12-13.

Quanto aos rendimentos: “*avaluavam o rendimento da propriedade supra próxima em quinze mil reis. E do Collegio doze mil reis*”.

Assim, inicialmente, em 10 de Outubro de 1834, além da venda da maioria do recheio, pretendeu-se arrendar o edifício, pelo prazo de um ano, tal como consta, também, do inventário³³³: “*no dia treze do corrente mez de Outubro pelas nove horas da manhã no extincto Collegio de Santo Antonio da Estrella desta mesma cidade se ade dar de arrendamento aquém mais der por tempo de hum anno o Edeficio do mesmo Collegio que se acha avaliado na quantia de vinte e sete mil reis – Outro sim se hade proceder na venda e rematação de todos os bens moveis do mesmo extincto Collegio = E para que chegue à noticia de todas as pessoas que quizerem lançar no dito Edifício de Venda por tempo de hum anno, a findar pelo São Miguel do futuro anno de mil e outo centos e trinta e sinco, e rematar os moveis que se acharem no mesmo extincto Collegio mandei passar o presente mais quatro do theor dele, os quaes todos serão publicados pelo Official de Bordão nos lugares públicos desta Cidade, e depois afixados nos mesmos*”.

No “*auto de arrematação do Edifício do Collegio da Estrella com exclusão da Igreja, Sachristia e Cõro, e mais que diga respeito à Igreja por vinte e sete mil e quinhentos reis*”³³⁴ é referido que “*o maior lanço era de quinhentos reis sobre o preço da avaliação*” de Manuel da Costa Martins, de Coimbra, que, assim, arrendou o edifício por um ano.

Já o recheio leiloado do extinto colégio rendeu ao estado “*cento e hum mil e noventa reis*”³³⁵.

Quanto à livraria do colégio, existe a descrição das obras³³⁶ e o termo da sua entrega à Universidade de Coimbra, datado de 14 de Novembro de 1834, cumprindo o indicado na Portaria de 6 de Outubro de 1834, que determinava a entrega ao Vice-Reitor. Este havia já nomeado, em 24 de Outubro, Joaquim dos Reis, lente da faculdade de Cânones, e Adrião Pereira Forjaz “*bacharel formado em leis*” para que em conjunto com o bibliotecário da Universidade (Manuel de Serpa Machado) procedessem à recepção e inventário das livrarias dos extintos conventos e mosteiros da cidade³³⁷.

Verificamos, na lista, que as obras estavam catalogadas por estantes e casas, parecendo também estar separadas por temáticas. E algumas eram, de facto, curiosas, tais como: “*Ballet diversas praticas*” em “*desanove volumes*”, na “*estante nona = casa segunda*”³³⁸, próximos de algumas obras francesas; e “*O Amigo da Mocidade*”, na “*estante decima outava = casa primeira*”³³⁹.

³³³ Idem, p.49.

³³⁴ Idem, p.49v-50.

³³⁵ Idem, p.56v.

³³⁶ Idem, p.13v-48

³³⁷ *Termo de entrega da livraria do extinto Colégio da Estrela (14 de Novembro)*, Colégio da Estrela, Colégios, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1834 e em *Traslado do inventário dos bens moveis e de raiz do extincto Colégio de Santo António da Estrela de Coimbra*, Convento de Santo António da Estrela de Coimbra. Ordem de São Francisco, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, Caixa 2209, documento nº 116, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1834, p.57-60v.

³³⁸ *Termo de avaliação do edifício do Colégio da Estrela (12 de Agosto)*, Colégio da Estrela, Colégios, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1834, e em *Traslado do inventário dos bens moveis e de raiz do extincto Colégio de Santo*

Uma vez que a livraria teria sido entregue à Universidade de Coimbra, tentámos encontrar algumas das obras menos comuns, na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. Todavia, por enquanto, só conseguimos encontrar duas: a “*Chronica da Santa, e Real Província da Immaculada Conceição de Portugal, da mais estreita, e regular observância do Serafim chagado S. Francisco*”, de Frei Pedro de Jesus Maria José, de 1760, cujo tomo I consultámos (3./Fig. 36), e que pensamos ser a mesma obra que aparece na “*estante vigésima quinta*”, na “*casa quarta*”, com o título de “*Chronicha da Província da Conceição =Três Volumes*”; e a “*Chronica dos Carmelitas Descalços*”, de Frei Belchior de Sancta Anna, provavelmente, a mesma que figura na “*estante vigésima primeira*”, na “*casa segunda*”, com o mesmo título.

Consultámos, também, na biblioteca do Seminário Maior de Coimbra³⁴⁰, uma obra, de 1789, que aparece na “*estante quarta*”, na “*casa terceira*”, com o título “*Mestre de Cerimonias*”³⁴¹.

Além da livraria, à Universidade também devem ter sido entregues os “*paramentos e mais utensilios*”, pois esta instituição mandou-os, por sua vez, entregar aos Jesuítas³⁴². Não deve ter sido, no entanto, a totalidade, pois um acordo em 1902, entre a baronesa de Paranhos e a Junta de Freguesia da Sé Velha refere que esta “*já se acha na posse de todas as alfaias e mais objectos pertencentes à mesma igreja*”³⁴³.

Aparece, também, no inventário, uma lista mais tardia, de 17 de Agosto de 1839, “*das alfaias preciosas que se acharão na extinção do Collegio de Santo António da Estrella*”: uma coroa de prata com pedras falsas da Senhora da Conceição, três resplendores de prata do Senhor dos Passos e da Senhora das Dores e de São João de Deus, outro de São Francisco com “*huma pedra no meio*”, ainda outro com uma “*estrella no meio*”, uma custódia de prata, um vaso de prata, um vaso “*de pau forrado de tartaruga marchetado de prata*” e sua chave de prata, duas chaves de prata uma com “*fitta bordada a ouro*”, sete cálices de prata com colher e patena, um deles de prata lavrada, dois brincos, um “*adresse*” e três anéis de prata todos com “*pedras*”, da Senhora da Conceição, umas “*contas de madre pérola com espécie de brinco de pedras*”, uma cruz, uma estrela e um

António da Estrela de Coimbra, Convento de Santo António da Estrela de Coimbra. Ordem de São Francisco, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, Caixa 2209, documento nº 116, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1834, p.24v.

³³⁹ Idem, p.33.

³⁴⁰ Graças à gentileza do Sr. Reitor, Cónego Aurélio de Campos, a quem muito agradecemos. Trata-se de S. LUIZ, Frei António de, *Mestre de Cerimónias, que ensina o rito Romano, e Seráfico aos religiosos da reformada, e real província da Conceição no Reino de Portugal*, Lisboa, officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

³⁴¹ *Termo de avaliação do edifício do Colégio da Estrela (12 de Agosto)*, Colégio da Estrela, Colégios, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1834, e em *Traslado do inventário dos bens moveis e de raiz do extincto Colégio de Santo António da Estrela de Coimbra*, Convento de Santo António da Estrela de Coimbra. Ordem de São Francisco, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, Caixa 2209, documento nº 116, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1834, p.19v.

³⁴² *Traslado do inventário dos bens moveis e de raiz do extincto Colégio de Santo António da Estrela de Coimbra*, Convento de Santo António da Estrela de Coimbra. Ordem de São Francisco, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, Caixa 2209, documento nº 116, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1834, p.59v.

³⁴³ *Notariais de Coimbra: Tabela de Joaquim Gaspar de Mattos*, livro de notas nº 98 (de 15 de Janeiro de 1902 a 4 de Março de 1902), cota V-I-Es-11-4-18, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1902, p.20-22.

resplendor, todos de prata com “pedras”, de Santo António, um resplendor de prata com “pedras” e “umas contas de madre=pérola” do Menino Jesus³⁴⁴. E esta lista está de acordo com a descrição, de 2 de Junho de 1834, dos espaços monásticos, nomeadamente no que diz respeito às imagens existentes.

3.4. O edifício

Como já referimos, num capítulo anterior, D. João V autorizou a fundação do Colégio, por decreto, em 22 de Dezembro de 1706, e, em 17 de Janeiro de 1707, o Ministro Provincial fundava oficialmente o novo Colégio.

E a localização encaixa-se perfeitamente nos cânones dos conventos franciscanos, normalmente estabelecidos na periferia das cidades e vilas, e, até, integrando frequentemente as obras defensivas dos burgos: precisamente a situação que acontece no caso do Colégio de Santo António da Estrela³⁴⁵.

No entanto, na altura da fundação, as obras de adaptação das casas cedidas devem ter sido mínimas, pois, por um lado, depois de todas as dificuldades por que haviam passado, a prioridade dos franciscanos foi, provavelmente, tomar posse das casas e do terreno (o que é revelado no pouquíssimo tempo entre a emissão do decreto e a fundação). Além disso, o monarca tinha concedido, unicamente, o terreno e as casas para a instalação do colégio (“*logo no princípio ostentou a sua generosidade (El Rei) em nos dar sítio para a fundação do Collegio de Coimbra*”³⁴⁶), pelo que os frades não terão tido, inicialmente, sequer, dinheiro para remodelações, o que se reflecte, inclusivamente, na data da construção da igreja (1715-1717).

As maiores obras só aconteceram, então, a partir de 1729, altura em que o Rei concede uma “*grandiosa esmola, que se dignou mandar dar, para que as casas, que nos tinha concedido para estabelecimento do dito Collegio, se pusessem em forma regular*”, uma vez que “*a falta desta regularidade causava muitos, e grandes descommodos aos Religiosos; e sendo disto informado o referido Soberano, com liberal piedade foi servido mandar dar de esmola trez mil cruzados por sua Real resolução de 12 de Maio de 1729*”³⁴⁷.

E essas primeiras obras devem ter incidido, muito particularmente, na construção de um edifício, praticamente de raiz (3./Fig.37 a 3./Fig.40), ficando o claustro, e eventualmente a hospedaria, para depois, pois, apesar de serem elementos importantes para a Ordem Franciscana, esta tinha uma

³⁴⁴ *Traslado do inventário dos bens moveis e de raiz do extinto Colégio de Santo António da Estrela de Coimbra*, Convento de Santo António da Estrela de Coimbra. Ordem de São Francisco, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, Caixa 2209, documento nº 116, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1834, p.116-116v.

³⁴⁵ BRAUNFELS, Wolfgang, *Arquitectura monacal en occidente*, Barcelona, Barral editores, 1975, p.200.

³⁴⁶ JOSÉ, Frei Pedro de Jesus Maria José, *Chronica da Santa, e Real Província da Immaculada Conceição de Portugal, da mais estreita, e regular observância do Serafim chagado S. Francisco*, tomo I, Lisboa, Officina de Miguel Manescal da Costa (2ª impressão), 1760, p.176, parágrafo 53.

maior liberdade de disposição arquitectónica dos seus edifícios³⁴⁸, devido à pouca importância que os seus fundadores atribuíam a esta matéria³⁴⁹.

E foi fruto deste desinteresse que os franciscanos acabaram por adoptar o esquema beneditino nos seus edifícios, mesmo porque se tratava, em muitos casos da reocupação de conventos anteriores, não discutindo o esquema arquitectónico já existente. Mesmo em situações de construção de raiz (em que utilizavam operários e artesãos externos à ordem, ao contrário de outras ordens), mantiveram, normalmente, o claustro como elemento estrutural, e em volta deste a igreja, a sala capitular, o dormitório e o refeitório³⁵⁰. E, na sala capitular, no refeitório e no claustro mantiveram a forma beneditina³⁵¹. No entanto, a sala capitular servia, muitas vezes, e ao mesmo tempo, de capela³⁵². De facto, a menor unidade da Ordem Franciscana não era o convento mas a cela individual, da qual saíam e à qual retornavam os frades, na sua missão espiritual no mundo e para o mundo³⁵³.

Pensamos que, em 1750, a cisterna adaptada de uma antiga casamata, e utilizada até então (3./Fig.31 a 3./Fig.35), por ocasião das obras de 1729, estaria a causar problemas, talvez no que diz respeito à qualidade da água. Procuraram, assim, os frades, uma solução alternativa, e sabendo que não seria muito difícil conduzir para o seu colégio a água que se desperdiçava dos chafarizes do largo da Feira e da Sé Velha (eventualmente através do conhecimento de alguma sota, que por lá passasse³⁵⁴), e porque já tinha havido precedentes³⁵⁵, apresentaram, para tal, uma petição à C.M.C., em 23 de Maio de 1750, tendo sido autorizada a construção de um tanque junto do Colégio. E, posteriormente, em 10 de Outubro de 1750, o monarca considerou que devia ser público (*“para formarsse hum tanque que receba as ditas agoas ficando estas expostas, e patentes ao servisso do bem publico, e para remedio de algum evento ainda nam pensado”*), e que estaria *“sempre xeyo”*, tendo os frades o *“commum continuado proveito e o sobejo tanto de dia como de noute o recebiam”*. Assim sendo, a *“despesa por ser para obra publica podia sahir do Cofre do Real dagoa: unico fim para que foi destinado”*³⁵⁶.

Assim, o tanque, chafariz ou fonte, estaria provavelmente localizado no largo da Estrela, em frente à igreja do Colégio (3./Fig.12), estrategicamente colocado para, facilmente, *“no simo do bordo do*

³⁴⁷ Ibidem.

³⁴⁸ BRAUNFELS, Wolfgang, *Arquitectura monacal en occidente*, Barcelona, Barral editores, 1975, p.197.

³⁴⁹ Idem, p.195.

³⁵⁰ Ibidem.

³⁵¹ Idem, p.197.

³⁵² Idem, p.199.

³⁵³ Idem, p.195.

³⁵⁴ Ouvimos falar da existência de túneis que ligavam, o actual edifício do Governo Civil, à Universidade, e alguns nossos familiares afirmam que chegaram a lá entrar. Pensamos que estariam a falar da zona das caldeiras, sob o pátio (entre a igreja e o torreão), onde se notam sinais de alguns vãos entaipados. Talvez se tratasse de alguma sota que por ali passasse.

³⁵⁵ Primeiro foram os frades do Colégio Novo que o solicitaram, seguiram-se os da Estrela, e, finalmente, em 1764, um particular que vivia na zona do Quebra-Costas.

*dito tanque formarlhe hum cano pello qual incaminhem as agoas que sobejarem do tal tanque para o interior do Collegio dos ditos Rellegiosos”*³⁵⁷. E a água da cisterna terá, provavelmente, continuado a servir para usos em que não fosse necessária água potável (lavagens, regas, etc.)³⁵⁸.

Já no último quartel do século XVIII (em princípio em 1786, como veremos), supomos que tenha sido construída a hospedaria, a sul (mantendo-se a pequena capela de Santo António da Estrela, que se conservou até 1928), e transformado, em claustro, um dos pátios (o norte) (3./Fig.41), posicionado de forma muito favorável a receber a água que vinha do tanque público (bastante próximo), que já abasteceria, à data, as divisões anexas (cozinha, etc.). As nossas conclusões são, aliás, compatíveis com as afirmações do Dr. António de Vasconcelos, que refere ser possível “marcar-se aproximadamente o local onde se erguia o arco, tendo em consideração que esse local foi depois da demolição aproveitado pelos frades para ali construirem uma casa suplementar ao Colégio, na extremidade sul deste”³⁵⁹.

Não se tratou, com certeza, de obras sumptuosas, pois o edifício do colégio, e, de acordo com o ideal franciscano, era a costumada obra utilitária dos colégios pobres, só se impondo pelas dimensões: corria, estreito, ao longo da rua, tendo um corpo perpendicular, mais largo, no sentido da torre quinária da Estrela.

A sua imagem ficou registada nas gravuras mais antigas, anteriores à extinção do Colégio:

- de 1808 (3./Fig.42),
- de 1813 (3./Fig.43),
- de 1828 (3./Fig.44),
- e de 1830 (3./Fig.45).

Bem como nas gravuras e fotografias, da cidade, posteriores à extinção, mas anteriores ao incêndio, que destruiu o edifício da Estrela, na madrugada de 27 de Janeiro de 1895:

- de 1838 (3./Fig.46),
- de 1856 (3./Fig.47 e 3./Fig.48),
- de 1859/60 (3./Fig.49),
- de 1861 (3./Fig.50),
- de 1871 (3./Fig.51),
- de 1872 (3./Fig.52 e 3./Fig.53),

³⁵⁶ *Registo da Correspondência n.º2 (1747-1784)*, cota B2/13, A.H.M.C., 1771, p.74v-78v.

³⁵⁷ *Ibidem*.

³⁵⁸ Quase em paralelo, são pedidos os sobejos da água do tanque do terreiro da Feira (defronte da Sé Nova) e do largo da Sé (Velha), para três pontos distintos: mosteiro de Santa Cruz, para um particular na zona de Quebra-Costas (fórum medieval), e para a Estrela.

³⁵⁹ VASCONCELOS, António Garcia Ribeiro de, *Escritos vários*, volume I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1838, p.276.

- de 1873 (3./Fig.54),
- de 1874 (3./Fig.55),
- de 1890 (3./Fig.56).

Na construção do edifício do Colégio de Santo António da Estrela participou Francisco de Jesus Maria, um irmão leigo, natural de Vila Real, que trabalhou dez anos no Colégio de Coimbra (e oito no Convento de São Francisco de Orgens, cuja igreja apresenta muitas semelhanças com a do Colégio da Estrela (3./Fig.18)), e que era um dos arquitectos mais famosos do século XVIII, falecido em 1794.

Hoje só resta a igreja (3./Fig.7 e 3./Fig.57), pequena, de uma só nave e capela-mor (3./Fig.8), ambas abobadadas em tijolo (3./Fig.9).

Do lado esquerdo está, ainda, a bacia do púlpito (3./Fig.30) e, em frente, há um altar (3./Fig.22 e 3./Fig.23).

Junto ao cruzeiro foram cavadas as paredes laterais, provavelmente para melhor colocação dos altares (3./Fig.24 e 3./Fig.58), situação que pode indicar a utilização de uma pré-existência, ou seja, das casas que antecederam o Colégio. Acreditamos, inclusivamente, tal como veremos em capítulo próprio, que o portal da casa de D. João Álvares da Cunha/D. Garcia de Almeida, se manteve exactamente no sítio original, com a função de portal da igreja do Colégio.

Foi azulejada como indicam os sinais na argamassa.

Sobre a entrada, encontra-se uma abóbada abatida para sustentar o coro alto (3./Fig.59).

A frontaria da igreja é enquadrada de cunhais rusticados, e fechada por cordões moldurados, simulando frontais, com óculo oval e deitado, ao centro do triângulo³⁶⁰ (3./Fig.60). O portal manuelino é envolvida num cordão de nós, partindo de bases compostas, e tem na chave um escudo liso cercado duma fita, onde se lê: SPES MEA IM/DEO ESTE”³⁶¹ (3./Fig.61). Ao nível do coro alto, há duas janelas rectangulares com nicho central, vazio³⁶² (3./Fig.60).

Se um portal anterior, manuelino, foi aplicado à igreja, já o do colégio foi aplicado à recente capela (3./Fig.62), encostada à igreja, e construída (aproximadamente) ao mesmo tempo que o palacete: arco rebaixado entre pilastras, com remate de motivos barrocos e frontão interrompido. Ao meio do remate, destaca-se vigoroso e revolteado rótulo com o emblema da congregação: a Senhora da

³⁶⁰ DINIZ, Cruz, *Separata do Museu Nacional da Ciência e da Técnica*, Coimbra, Coimbra Editora, Lda., 1975, p.32.

³⁶¹ Teria sido aproveitado, na igreja do Colégio, um portal anterior, uma vez que esta divisa é a da casa dos Cunhas de Pombeiro da Beira.

³⁶² DINIZ, Cruz, *Separata do Museu Nacional da Ciência e da Técnica*, Coimbra, Coimbra Editora, Lda., 1975, p.32.

Conceição cercada do cordão franciscano, sobrepujando as armas de Portugal, a cujos lados pendem as pontas do referido cordão³⁶³ (3./Fig.63).

Tentámos estudar primeiro a implantação, através do cruzamento de todos os elementos de que dispúnhamos.

Partindo das plantas do Palace de Raul Lino, e, por sobreposição às plantas topográficas actuais, acrescentando a análise dos vãos que aparecem nas imagens do Colégio atrás referidas, chegamos à conclusão que o edifício, no corpo paralelo à rua, seria muito mais fino, permitindo um maior número de vãos nos corpos perpendiculares, situação que de facto também aparece esboçada nas cartas antigas apresentadas (3./Fig.37 a 3./Fig.41). Nota-se, que os dois corpos perpendiculares ao do torreão da Estrela (antes de existir o claustro) não têm a mesma espessura, sendo o de norte ligeiramente mais estreito.

No entanto, ao passarmos para escalas maiores, o posicionamento da rua tem de ser preciso, residindo aí uma primeira dificuldade. Assim, foi preciosa uma ligeira marcação na planta de implantação do projecto para a casa na Estrela, correspondente aos antigos limites das fachadas nascente e sul (3./Fig.64).

Por outro lado, a reentrância na fachada norte poderá ter sido estudada de acordo com fundações anteriores, suposição apoiada em linhas que aparecem (à direita), sobrepostas, na planta do 1º andar, na primeira versão do mesmo projecto (3./Fig.65).

E, ainda relativamente à análise das plantas, ao contrário das do final do séc. XVIII (3./Fig.37 a 3./Fig.40), a de 1873-1874 acrescentava já o pequeno claustro (3./Fig.41), numa posição para onde experimentámos transpor as dimensões do actual, com sucesso (3./Fig.66). Assim, partimos do princípio que o existente (3./Fig.67), sendo o reaproveitamento do claustro do colégio (Raul Lino refere que aproveita as suas cantarias (3./Fig.68), seria muito próximo do original, construído, de raiz, para o Colégio, no último quartel do século XVIII (provavelmente, em 1786, tal como vimos atrás).

Depois, ainda tentámos começar a esboçar os alçados do Colégio, socorrendo-nos da pouca pormenorização constante de algumas imagens, mas infelizmente nenhuma da totalidade da fachada nascente, para a actual rua da Estrela:

- Para o alçado poente contribuiu a fotografia de 1859/60 da imagem (3./Fig.69); a de 1890 da imagem (3./Fig.70), as fotos do largo da Portagem de 1902 (3./Fig.71), de 1910 (3./Fig.72), de 1911 (3./Fig.73), de 1912 (3./Fig.74) e a de 1913 (3./Fig.75).
- Para o alçado sul os perfis da couraça do último quartel do séc. XVIII (3./Fig.76 a 3./Fig.78) e a foto da mercearia onde se vendiam os produtos da fábrica de bolachas e biscoitos (3./Fig.81).

³⁶³ GONÇALVES, António Nogueira, CORREIA, Vergílio, *Inventário Artístico de Portugal. Cidade de Coimbra*, volume II, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1947, p.150-151.

- Para o nascente alguns dos referidos perfis (3./Fig.79 e 3./Fig.80).
- Para o norte o “recanto do Colégio da Estrela” (3./Fig.82), e os vãos que se notam (na parede correspondente) no interior da antiga igreja, actual edifício da Junta de Freguesia de Almedina (3./Fig.19, 3./Fig.83 e 3./Fig.84).

Quanto às plantas, piso a piso, não temos a pretensão de conseguir concretizá-las (3./Fig.85 e 3./Fig.86), mas talvez de poder nomear os (prováveis) espaços em cada uma delas e tentar relacioná-los, com base na descrição dos registos prediais, do inventário (mais centrado no Colégio propriamente dito), e das vistorias (que referem, principalmente, a zona a sul, da antiga hospedaria):

O registo mais antigo que aparece referido, e que, infelizmente, já não existe na 1ª Conservatória do Registo Predial de Coimbra, é o nº 355 da matriz da Sé Velha, que supomos ser anterior ao nº 2741 de 6 de Junho de 1874³⁶⁴ (que me foi, sempre, indicado como o inicial). Sabemos, no entanto, que enquanto que este último registo refere “*casas com sua igreja pateos e jardins*”, o primeiro referia “*uma casa em ruínas, denominada o Colégio da Estrela, que se compunha de um andar, lojas, casas de arrumação, quintal, pateo e três capelas, situada na rua da Estrela e Couraça de Lisboa*”³⁶⁵. É a única descrição com “três capelas”, que poderiam corresponder uma à igreja, outra à capela de Santo António da Estrela no local da porta de Belcouce, e outra, eventualmente, à capela no claustro (eventualmente na sala do capítulo), ou à da enfermaria.

Já os dois autos de vistoria do processo judicial de 1919³⁶⁶, de 13 de Dezembro e de 20 de Dezembro, respeitantes essencialmente à área menos afectada pelo incêndio de 27 de Janeiro de 1895 (provavelmente a correspondente à antiga hospedaria, e que se manteve com utilização), referem como benfeitorias do arrendatário da altura: “*um frontal de alvenaria por cima da capela de Santo António da Estrela*”, com dez anos pelo menos; o “*madeiramento e telhado de veladio por cima da mesma capela*”; o “*aljeroz no mesmo telhado*”; “*dois vãos de caixilho no andar superior a sul*”, construídos cinco anos antes; “*uma porta de batente no quarto contíguo*”; “*pavimento na cozinha do andar térreo*”, em cimento, com três anos; mais “*dois vãos de porta para a rua da Estrela*”, construídos cerca de sete anos antes; uma “*escada de caracol do 1º para o 2º andar do prédio, 1º e 2º andares esses tomando para referencia a couraça da Estrela*”, e escada essa que

³⁶⁴ *Notariais de Coimbra: Tabelaão Augusto Saldanha da Silva Vieira*, livro de notas nº 170 (de 19 de Outubro de 1915 a 29 de Dezembro de 1915), cota V-I-Es-10-3-110, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1915, p.17, *Registo do terreno sito na freguesia de Almedina descrito sob o nº 2741*, f. 188v do livro B sétimo, 1ª Conservatória do Registo Predial de Coimbra, e *Registo do terreno sito na freguesia de almedina descrito sob o nº 40984*, 1ª Conservatória do Registo Predial de Coimbra.

³⁶⁵ *Processos judiciais (Comarca de Coimbra)*, cota Dep.II Sec.II-E Est.11 Tab.2 N°9, maço 77, 4º Ofício (Freitas Campos), Arquivo da Universidade de Coimbra, 1919, p3v.

³⁶⁶ *Processos judiciais (Comarca de Coimbra)*, cota Dep.II Sec.II-E Est.9 Tab.4 N°4, maço 8, 1º Ofício (Almeida Campos), Arquivo da Universidade de Coimbra, 1919, p.49-63.

devia começar próxima de uma entrada uma vez que permitia “*ser a casa dividida para ser habitada por dois inquilinos*” apesar do inconveniente de “*os quartos onde nasce e acaba a escada ficam transformados em corredor*”. E, como já se referiu anteriormente, o referido arrendatário teve, até, autorização da C.M.C., datada de 11 de Abril de 1910, para levantar a parede 50 centímetros.

Assim, e com base nos referidos autos, sobre a zona sul do Colégio, onde os frades tinham construído a hospedaria, vou tentar descrever os diferentes espaços, tendo em atenção as alterações atrás descritas.

No piso térreo, no troço sudeste (voltado para a couraça de Lisboa), correspondente à hospedaria, e com entrada directa do exterior: uma loja (3./Fig.81), a “*casa de entrada*”, e a capela de Santo António da Estrela (que terá existido até 1928). E existia “*madeiramento e telhado de veladio, na entrada*”. Quanto ao alçado nascente (voltado para a actual rua da Estrela), já correspondente ao colégio, em si, além dos vãos originais, tinham sido acrescentados mais “*dois vãos de porta*”. E, pelo menos, uma das portas deste último alçado, tinha “*dois degraus de pedra de Bordalo*” (o que está de acordo com o rebaixamento de 3 palmos (66cm) desta rua registado nas plantas de José Carlos Magne, do último quartel do séc. XVIII) (3./Fig.14).

A loja tinha o pavimento ventilado (inclusivamente com um ventilador de ferro forjado), um alçapão e uma porta para o corredor “*de dois batentes de vidraça*”. Do recheio fazia parte um contador. A porta de entrada da loja tinha uma “*fechadura de canhão e muleta*”.

Na “*casa de entrada*” existia uma porta para a casa de jantar e de lá partia, também, o vão de escada para o 1º piso, com um “*guarda-vassouras*” no desvão. Faltou localizar a tal cozinha de pavimento térreo, mas localizar-se-ia certamente próxima da casa de jantar, e será lógico que tivesse sido arranjada para ficar afecta às habitações arrendadas, na altura do seu sub-arrendamento.

Havia uma porta para o pátio com “*postigos de vidraça*”, com certeza no alçado posterior, e que pela sequência descritiva deveria estar em comunicação com o compartimento de entrada, eventualmente na outra extremidade do mesmo corredor para onde também comunicava a loja.

A entrada para a cisterna localizava-se no pátio (3./Fig. 89) e tinha uma suspensão de ferro para a corrente do balde e uma bomba com manivela e “*embulo*” de ferro.

Ainda existem no interior da cisterna (3./Fig. 31) os degraus, extremamente estreitos, com cerca de 50 cm de largura (3./Fig. 32 a 35), que conduziam ao tal pátio, hoje patamar do jardim do poço (3./Fig. 86), estando a boca da cisterna disfarçada de poço (3./Fig. 88). No primeiro degrau nota-se claramente um desgaste no centro (3./Fig. 32), o que nos faz supor que resultasse da fricção da dita corrente de ferro, sendo por aí que os frades retiravam a água, onde estaria instalada a “*roldana com cadeias e*

*dois varões tudo de ferro, e balde que se acha na sisterna*³⁶⁷. Estas escadas ao início têm uma abóbada de tijolo (3./Fig. 35), depois a cobertura passa a ser com lajes de pedra, com alguma dimensão (3./Fig. 34), e finalmente, surgem os degraus de pedra, que ladeiam o jardim (3./Fig. 33), e que acabam por tamponar completamente a saída (3./Fig. 89).

Ainda no pátio, uma porta dava acesso à casa da lenha, e existia “*madeiramento e telhado de veladio, na casa da lenha*”.

No interior da capela existia um armário com portas e prateleiras.

O pavimento do 1º piso era constituído de vigamento, soalho e forro. E todos os soalhos eram antigos mas de diferentes épocas.

Existia um compartimento ao cimo da escada do primeiro andar com um armário com portas e prateleiras.

O documento refere de seguida um corredor, pelo que suponho ser também no 1º andar, e a seguir ao compartimento antes descrito. Neste corredor havia também um armário e prateleira, e no vão desse armário a caixa e a retrete. Deveriam existir outros dois compartimentos a que se chegava a partir do corredor, um provavelmente a servir como quarto, e o outro donde partia a tal escada em caracol para o 2º piso. O primeiro teria então, a este, “*a sacada que deita para a couraça da Estrela*” (3./Fig. 81), e a sul os dois novos “*vãos de caixilho*” acrescentados pelo arrendatário da altura (e que se nota serem um pouco diferentes nas fotografias) (3./Fig. 70 e 3./Fig. 71).

Assim o 2º piso devia ser constituído por dois compartimentos contíguos: um onde desembocava a escada e o outro o tal quarto superior.

Parece-nos que o segundo corresponde ao “*compartimento (que resultou do tal aumento) de construção também mais recente que o resto do predio*”, referindo-se ao aumento na “*frontaria que deita para a Couraça da Estrela*”, que, sendo um aumento de 50 cm não permitiria ocultar um andar a mais, a não ser que se tratasse de um andar recuado, hipótese em que acreditamos, até mesmo porque algumas fotografias parecem confirmá-lo (3./Fig. 72).

Existia também um salão abaixo do nível da couraça da Estrela, e a amassaria localizar-se-ia, igualmente, num piso inferior, pois é referida uma porta lá existente, ao fundo da escada. Esta escada devia partir directamente da loja, ou, mais provavelmente, do corredor do piso térreo (uma vez que a loja não constituía um espaço de raiz). Até podia conduzir, primeiro, ao referido salão. E

³⁶⁷ *Termo de avaliação do edifício do Colégio da Estrela (12 de Agosto)*, Colégio da Estrela, Colégios, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1834, e em *Traslado do inventário dos bens moveis e de raiz do extinto Colégio de Santo António da Estrela de Coimbra*, Convento de Santo António da Estrela de Coimbra. Ordem de São Francisco, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, Caixa 2209, documento nº 116, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1834, p.8v.

não sei se correspondia à descrita como “*escadas para o sub-solo*” com “*guias das escadas e guarda mão*”, podendo, esta última ser, até, exterior.

A amassaria comunicava, por sua vez, com a casa do forno, tendo esta “*vãos de caixilho*”, um deles descrito como junto à chaminé, e no seu interior um tubo de água e outro de gás, ambos em chumbo. E esta casa do forno, ainda com mais divisões contíguas, tinha um telhado independente, claramente perceptível nas fotografias da época, localizando-se ao nível do “cerco”, mais tarde denominado de jardim, isto é, no patamar exterior mais baixo, tendo sido executada como o prolongamento de um pequeno pavilhão que existia na extremidade do jardim (3./Fig. 71 e 3./Fig. 72).

As descrições oficiais do edifício referem como “casamata” as dependências no subsolo (3./Fig. 90), isto é, pelo menos a cisterna (3./Fig. 31, 3./Fig. 88 e 3./Fig. 93) e o que penso ter sido uma casa de fresco, contígua (3./Fig. 91).

Recorremos a enciclopédias para melhor analisar o termo: “fortificação baixa, às vezes parcialmente subterrânea e com a parte superior abobadada, para armazenamento ou alojamento de soldados”³⁶⁸ e “a fim de proteger as guarnições dos fortes permanentes, havia no interior dos seus muros, e mais tarde sob a massa cobridora, salas abobadadas onde viviam os soldados quando não estavam de serviço”³⁶⁹.

Assim, há de facto a consciência de terem existido antigas salas sob o jardim e poço (3./Fig. 90), teoria com a qual concordamos pois os dados de que dispomos, de momento, conduzem-nos à adaptação, de uma dessas salas, a cisterna (3./Fig. 31, 3./Fig. 88 e 3./Fig. 93), e a outra a “casa de fresco” (3./Fig. 91), aquando das obras de edificação do edifício do Colégio (por volta de 1729).

O projecto do Palace até as utilizava, tendo inclusivamente mais um compartimento referenciado, onde Raul Lino implantava as escadas que conduziam até ao nível do pavimento da cisterna (3./Fig. 94 e 3./Fig. 95). Esse terceiro compartimento, está, ao que supomos, levemente indicado através de um vão entaipado (cerca de 4m acima do nível do solo), numa das paredes da cisterna, precisamente na vertical do ponto de chegada das referidas escadas (3./Fig. 93). Assim, pensamos que seja uma outra torre pois não acreditamos que o arquitecto, depois de todas as teorias economicistas descritas na memória descritiva, fosse escavar sobre muralha para implantar uma simples escada, por mais distribuidora que fosse.

No entanto, o tempo foi passando sem alguém se lembrar de pesquisar a sua origem, apesar de se poder fazer a prospecção sem perturbar o edifício ocupado pelo Governo Civil. Na nossa opinião deveria, pelo menos, ser retirada uma amostra de uma camada de reboco da cisterna, e analisados os pigmentos, uma vez que, a olho nu, parecem existir restos de pinturas anteriores, com cromatismo

³⁶⁸ *Dicionário Houaiss da língua portuguesa (Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia Portugal)*, tomo II, Lisboa, Circulo de Leitores, 2002, p.831.

³⁶⁹ *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Lisboa, Verbo, s. d., p.1311.

(3./Fig. 93), uma das razões porque optamos pela hipótese da cisterna se tratar, unicamente, de uma adaptação.

A outra razão foi o nível de chegada das estreitas escadas de acesso à cisterna (que estão entaipadas ao nível superior) ser sensivelmente o mesmo do pavimento do outro compartimento contíguo (o da suposta “casa de fresco”) (3./Fig. 31), o que pode ser interpretado como existindo ali, um compartimento único, que foi seccionado (existe até um vão fechado) (3./Fig. 92), e sendo, assim, as referidas escadas de acesso à cisterna, seriam posteriores, resultando da adaptação feita pelos frades. E, finalmente: as reduzidas dimensões da casamata, se descontássemos a área da cisterna, e contássemos só com a área da “casa de fresco” (mesmo que alargada).

Se os autos de vistoria, de 1919, nos ajudam a descrever parte do conjunto que constituía o Colégio da Estrela “*ceparando o citio da cisterna, pateo, e hospedarias e o pequeno cerco*”³⁷⁰, o inventário de 2 de Junho de 1834 é quase tudo o que temos sobre o edifício do colégio em si, centrando-se um pouco mais no conteúdo dos espaços internos da casa monástica³⁷¹:

Na igreja, a capela-mor era consagrada a Nossa Senhora da Conceição, S. Francisco e S. João de Deus (3./Fig. 8) e havia um crucifixo grande sobre o arco cruzeiro (3./Fig. 9). Tinha um altar lateral, oposto à epístola, dedicado a Santo António e o Menino (3./Fig. 20), e dois altares da parte da epístola, dedicados, um a Nossa Senhora da Conceição (3./Fig. 21) e o outro a Nossa Senhora das Dores, todos com pedra de ara (3./Fig. 22). Existiam duas pias de água benta e dispunha de um órgão, sendo a porta protegida por um guarda-vento, feito de madeira, muito bem entalhado, com vidraças por cima. Um coro permitia separar os colegiais do público (3./Fig. 25).

A sacristia, interior, tinha uma campainha.

Na entrada do convento, provavelmente contígua à igreja, a portaria, dispunha de outra campainha, existindo lá uma capela do Senhor dos Passos, com uma imagem de Santo António.

Paredes-meias com a igreja, o claustro, dispunha de quatro vãos para aquela: uma porta directamente para a igreja, com “*pano azul novo bordado*” (3./Fig. 26 e 3./Fig. 27), uma “*porta que dá para o púlpito*” (3./Fig. 30), e duas portas de confessionário “*que deitam para a capela do dito colégio*” (3./Fig. 28 e 3./Fig. 29). A partir da referência a estas portas, e através das dimensões das cantarias reaproveitadas do claustro, chega-se à localização deste (3./Fig. 97).

³⁷⁰ *Termo de avaliação do edifício do Colégio da Estrela (12 de Agosto)*, Colégio da Estrela, Colégios, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1834, e em *Traslado do inventário dos bens moveis e de raiz do extinto Colégio de Santo António da Estrela de Coimbra*, Convento de Santo António da Estrela de Coimbra. Ordem de São Francisco, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, Caixa 2209, documento n° 116, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1834, p.12-13.

³⁷¹ *Autos de inventário dos bens do Colégio da Estrela (2 de Junho)*, Colégio da Estrela, Colégios, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1834.

Por outro lado, a capelinha (apesar de ser de construção recente) apresenta, ainda, o que penso serem dois destes vãos: um deles, o mais próximo da porta de entrada, seria um dos confessionários (3./Fig. 29); o outro, a porta de comunicação do claustro directamente para a igreja (3./Fig. 27).

Além disso, do lado da igreja identificam-se, também, três destes vãos (3./Fig. 97): da porta, para a capela-mor; primeiro um confessionário (agora uma instalação sanitária), que estará na espessura do muro (exterior) mieiro (3./Fig. 28); depois outro confessionário, parcialmente cortado (agora um arrumo atrás das escadas em caracol para o coro), correspondente ao da capelinha (3./Fig. 28); e, finalmente, a referida porta de comunicação com o claustro (3./Fig. 26).

Faltam, ainda, do lado da capelinha, ou do pátio, isto é, do lado do antigo claustro, as escadas para o púlpito, que não conseguimos localizar. No claustro, localizava-se mais uma capela de Nossa Senhora da Piedade, eventualmente no compartimento também destinado a Sala do Capítulo, tal como era comum em conventos franciscanos. O outro documento, anteriormente referido (o da vistoria de 1919), regista, ainda, uma “*porta que dá para o claustro*”, creio que inserida num percurso vindo da hospedaria.

Já relativamente à enfermaria, não tenho nenhum dado para a localizar, mas é certa a sua existência, uma vez que está referenciada a capela da enfermaria, dedicada a Nossa Senhora dos Remédios, também com um altar com pedra de ara, e um sacrário portátil.

O refeitório, com certeza também com entrada directa a partir do claustro, também dispunha de uma campainha.

E próxima estaria, certamente, a cozinha e, eventualmente, a adega, esta com quatro tonéis, sete pipas e uma pia grande de pedra para 120 alqueires de azeite.

Todas estas divisões provavelmente estariam no piso térreo, umas no claustro, como é o caso do refeitório, outras próximas, mas também estrategicamente colocadas relativamente ao exterior, como a cozinha.

Já a enfermaria poderia fazer sentido estar, também, no piso térreo, mas a uma distância menor da hospedaria.

No primeiro piso localizar-se-iam os dormitórios e as celas, com ligação, a partir do corredor, ao coro da igreja. Essa ligação ainda hoje se vê no referido coro da antiga igreja, hoje a sede da Junta de Freguesia de Almedina (o edifício vizinho), e não é, de todo, ortogonal (3./Fig. 96 e 3./Fig. 98).

A livraria, com 1141 obras em estantes, em “sete *casas*”, servidas por uma escada (a “*escada da livraria*”), tinha duas campainhas *de tocar à aula*, e poder-se-ia localizar, por exemplo, também no piso 1, no torreão, uma vez que se trataria dum compartimento dum certo prestígio³⁷².

O edifício tinha ainda mais duas campainhas “*de tocar à aula*”.

Há um outro documento que ajuda, igualmente, a localizar alguns espaços em planta, e que também já referi num capítulo anterior:

Trata-se da escritura da cedência da igreja, bem como de um troço do extinto colégio, anexo, a norte, que a baronesa de Paranhos fez à Junta de Freguesia da Sé Velha, em 27 de Janeiro de 1902³⁷³.

Os termos do acordo descrevem as novas extremas, fazendo uma série de considerações das quais se podem tirar mais alguns dados para o posicionamento dos espaços em planta, partindo da sacristia:

A separação era o “plano formado por uma linha horizontal pela face externa da porta da sacristia, prolongada para nascente até à rua Fernandes Tomás, e para poente até às traseiras da segunda casa que confrontava a noroeste, e pela perpendicular de alto a baixo do edifício, e na parte fora deste, até ao pavimento do quintal (creio que o mesmo que “cerco”, atrás citado), que fica nas traseiras da dita casa”.

E havia uma porta que da sacristia, e da igreja, dava saída para o claustro, sendo, a divisória, uma parede de 30cm que começava na face exterior da ombreira sul dessa porta, com a face interior alinhada pela aduela da tal ombreira até às pilastras dos arcos do claustro, e nestes alinhava exteriormente pela aresta da base dessas pilastras, até à última do lado do nascente, continuando no alinhamento até à rua Fernandes Tomás.

Como a sacristia não comunicava com a rua Fernandes Tomás, nem com o coro da igreja, nem com a torre, a parte cedida, a norte, destinava-se à construção de uma nova sacristia, que comunicasse com estes espaços, ficando a antiga (e um oratório de Santo Antoninho lá incorporado, mas sem os santos, azulejos, armários, estrados, retábulos e outros objectos aproveitáveis, estes entregues à Junta) na posse da proprietária do edifício do colégio.

Quando se construísse a nova sacristia (o que nunca chegou a acontecer), a Junta abriria, na parede da nova sacristia, para o quintal do colégio de D. Maria Benedicta de Mello e Castro, dois óculos iguais aos que existiam na antiga³⁷⁴.

Assim, a descrição da divisão de propriedade, feita nos termos deste documento permitiu-nos localizar, em termos relativos, o posicionamento da sacristia relativamente ao claustro, e concluir que a porta da sacristia se encontrava no lado poente daquele, na esquina noroeste (**3./Fig. 99**).

³⁷² Enquanto que as restantes suposições se baseiam em raciocínio lógico, esta é uma mera hipótese nossa.

³⁷³ *Notariais de Coimbra: Tabela de Joaquim Gaspar de Mattos*, livro de notas nº 98 (de 15 de Janeiro de 1902 a 4 de Março de 1902), cota V-I-Es-11-4-18, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1902, p.20-22.

³⁷⁴ *Idem*, certidão com nº A051090.

4. Dois séculos, uma linhagem de mordomos-mores e o palácio do 1º reitor

A propriedade da Estrela esteve, desde o início do século XVI a 1707, na posse de uma mesma família, todos mordomos-mores do Reino, excepto os três primeiros, justamente o primeiro reitor da Universidade em Coimbra, D. Garcia de Almeida, o seu sogro (D. João Álvares da Cunha), e o seu filho (D. João de Almeida).

E esta linhagem iniciou-se quando D. João Álvares da Cunha, 6º senhor de Pombeiro, a adquire a D. Afonso de Ataíde, 3º senhor de Atougua (e alcaide de Coimbra), ou a um seu herdeiro.

No entanto, e após esta investigação, achamos que, no preciso local onde edificou o seu palacete, não existiriam, nessa altura, mais do que casas dispersas encostadas à muralha, sendo, assim, um dos responsáveis por uma transformação urbanística mais profunda, contígua à porta de Belcouce. E, não foi, certamente, coincidência tratar-se de uma época de intensa renovação urbana, com a nobreza provincial e a alta burguesia a tentarem marcar a sua presença no casario por construções de relevo.

Assim, parece-nos que a edificação manuelina de D. João Álvares da Cunha se traduziu no primeiro palácio, ou palacete, naquele preciso local, ou o primeiro depois de muito tempo. Local esse que, até ao início do século XVI, seria considerado da mais alta importância estratégica militar, pelo que se devia manter livre de construções.

Provavelmente, até a novidade de poder edificar naquele ponto terá sido uma das motivações da compra, e o senhor de Pombeiro terá optado pela implantação do novo edifício o mais possível para o sul e o poente, aproveitado a topografia e as pré-existências de defesa (muralha, torres, ...), de forma a desfrutar o mais possível das magníficas vistas.

Se palácios anteriores existiram, na propriedade da Estrela, eles seriam (na nossa opinião) recuados, pelo menos a partir do do conde Fernão Peres de Trava, num ponto mais central da rua Fernandes Tomás³⁷⁵ (4./Fig.1). Ou seja, acreditamos que após esta venda, no início do século XVI, a principal edificação da propriedade deixou de o ser, em favor de outra com uma implantação mais panorâmica. E se, com dois edificadas, normalmente, acontece uma situação de destaque, neste caso, não acreditamos que a propriedade se tenha sub-dividido até 1627, devido a uns vestígios descobertos no nº 58 a 66 da referida rua, na designada “Casa das Talhas”, e que referiremos num capítulo posterior.

Dois séculos mais tarde, em 1707, o Colégio mantém a localização do palácio de D. João Álvares da Cunha, mas, aparentemente, a propriedade já teria as extremas muito próximas das actuais, ou

seja, toda na posição alcandorada, donde se conclui que, se a propriedade, em 1627, ainda incluía o terreno e a antiga casa na rua Fernandes Tomás (antiga rua das Fangas), então a (segunda³⁷⁶) subdivisão aconteceu entre 1627 e 1707, ou só na altura da doação para o colégio, em 1707 (4./Fig.2).

4.1. A propriedade dos Mascarenhas

4.1.1. D. Martinho de Mascarenhas, 6º conde de Santa Cruz (1691-1707)

O belo prédio da Estrela chegou, nos finais do século XVII, por herança do pai (falecido em 1691), à posse do 3º marquês de Gouveia e 6º conde de Santa Cruz (das Flores³⁷⁷), D. Martinho Mascarenhas, conservando-se ainda, à altura, a torre e as ruínas do arco de Belcouce, assim como a pequena capela que existia desde tempos muito recuados, junto à casa apalaçada³⁷⁸.

Filho secundogénito (mas o primeiro varão) de D. João de Mascarenhas, 5º conde de Santa Cruz, e de D. Teresa de Moscoso Osório, D. Martinho nasceu em Lisboa, em 1681, e aí habitava.

Casou, muito novo, em 2 de Junho de 1698, com D. Inácia Rosa de Távora, filha do 2º marquês de Távora, tendo cedido o terreno e casas de Coimbra aos franciscanos em 1707, quando contava vinte e seis anos.

Foi mordomo-mor, de D. Pedro II e de D. João V³⁷⁹, e, provavelmente, a cedência não teria tido lugar sem a pressão deste último, que, como já referi num capítulo anterior, chegou a compensar, monetariamente, D. Martinho pela perda da propriedade de Coimbra.

Pertenceu, igualmente, ao Conselho de Estado, e foi senhor de Lavre, Estepa, Santa Cruz e Lajes e das ilhas de Santo Antão, Flores e Corvo, com todas as suas jurisdições, comendador de Mértola na Ordem de Santiago, e de Mendo Marques e Vargem, na Ordem de Cristo, e, ainda, alcaide-mor dos castelos de Mértola, Grândola e Alcácer do Sal.

D. João V renovou-lhe o título de marquês de Gouveia por Carta de 17 de Janeiro de 1714, com o tratamento e honras de parente³⁸⁰.

³⁷⁵ Serão talvez importantes, nesta perspectiva, os resultados da prospecção arqueológica a decorrer numa casa da Rua Fernandes Tomás, designada de casa das Talhas, nº 58 a 66, agora propriedade da C. M.C., uma vez que apostaríamos nesse local, pela sua centralidade e vizinhança, para localizar a extrema à época.

³⁷⁶ Pois a propriedade já se havia subdividido, uma primeira vez, no séc. XII.

³⁷⁷ *Nobreza de Portugal e do Brasil, volume terceiro*, dir. Afonso Eduardo Martins Zuquete, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Lda., 1961, p.291.

³⁷⁸ CORREIA, António, *Toponímia Coimbrã. II Zona da Universidade*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1952, p.29.

³⁷⁹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *D. João V*, Rio de Mouro, Circulo de Leitores, 2006.

³⁸⁰ *Nobreza de Portugal e do Brasil, volume segundo*, dir. Afonso Eduardo Martins Zuquete, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Lda., 1960, p.642.

Faleceu em 9 de Março de 1723, ainda antes de completar quarenta e dois anos, tendo, assim, sido poupado de assistir à morte do seu terceiro filho, D. José Mascarenhas da Silva e Lancastre (o 8º e último duque de Aveiro), executado anos mais tarde, em 1759, em Belém, por ordem de D. José³⁸¹.

A marquesa, D. Inácia Rosa de Távora, depois de enviudar professou no Mosteiro da Luz³⁸².

Segundo António de Vasconcelos o aspecto das casas de D. Martinho deveria, ainda (vinte e dois anos mais tarde), ser o registado no famoso desenho de Baldi, de 1669 (4./Fig.3, 4./Fig.4 e 4./Fig.5), afirmação com a qual concordamos pois qualquer modificação arquitectónica, significativa, teria sido pouco provável devido à não permanência, em Coimbra, dos proprietários deste período: “*as casas que... ficam por trás e ao lado (da porta e arco de Belcouce), ocupando precisamente o local do velho palácio (de D. Garcia de Almeida), são casas vulgares apenas*”, acrescentando ainda que “*quando alvorecia o século XVIII, pertenciam essas casas ao (6º) Conde de Santa Cruz, D. Martinho de Mascarenhas*”³⁸³.

4.1.2. D. João de Mascarenhas, 5º conde de Santa Cruz (1686-1691)

D. João de Mascarenhas (c.1650), 5º conde de Santa Cruz, terá, por sua vez, herdado a propriedade de seu tio materno, mais precisamente, D. João da Silva, o irmão mais velho de sua mãe, D. Juliana de Lancastre³⁸⁴, tendo nele vindo também a cair a sucessão da casa dos marqueses de Gouveia e condes de Portalegre.

Era filho primogénito dos 4º condes de Santa Cruz: D. Martinho Mascarenhas e D. Juliana de Lancastre.

D. Juliana era o quarto filho (o primeiro do sexo feminino) do terceiro casamento de seu pai D. Manrique da Silva, 1º Marquês de Gouveia e 6º conde de Portalegre, com D. Maria de Lancastre.

³⁸¹ *Genea*, baseado em CANEDO, Fernando de Castro da Silva CASTRO, Rodrigo Faria de, SANTOS, Fernando, *Descendência Portuguesa de El-Rei D. João II*, vol. I, Braga, 2ª edição, 1993, p.31, e em BASTO, Carvalhos de, GAYO, Felgueiras, *Nobiliário das Famílias de Portugal*, vol. VI, 2ª edição, Braga, 1989, p.557, em http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=4621, 26 de Julho de 2008, 13.10h.

³⁸² *Nobreza de Portugal e do Brasil, volume segundo*, dir. Afonso Eduardo Martins Zuquete, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Lda., 1960, p.642.

³⁸³ VASCONCELOS, António Garcia Ribeiro de, *Escritos vários*, Volume I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1838, p.272.

³⁸⁴ SOUSA, D. António Caetano de, *História Geneológica da Casa Real Portuguesa, Tomo IX*, Coimbra, Atlântida – Livraria Editora, Lda., 1951, p.46.

O primogénito, D. João da Silva, herdou a Casa e os títulos, mas não deixou descendência, apesar de ter sido casado por duas vezes³⁸⁵; o segundo, D. Álvaro da Silva, foi cónego da Sé, bispo da Guarda e de Coimbra; e o terceiro morreu novo.

Assim, os títulos de marquês de Gouveia, e de conde de Portalegre, passaram para o filho primogénito de D. Juliana, em virtude do falecimento desta em 3 de Dezembro de 1658, ainda anterior ao falecimento, em 1686, do seu irmão. No entanto apenas o título de marquês de Gouveia acabou por ser atribuído a um neto de D. Juliana (talvez devido, também, à morte, muito próxima, do filho, D. João de Mascarenhas, em 1691), D. Martinho Mascarenhas, extinguindo-se o segundo, mas transitando estas duas ilustres Casas dos Silvas para os Mascarenhas³⁸⁶.

Assim, D. João de Mascarenhas foi unicamente o 5º conde de Santa Cruz, tendo casado com D. Teresa de Moscoso Osório (c.1660), filha dos 5º marqueses de Almazan e 9º condes de Monteagudo (em Espanha).

Foi confirmado nas donatárias e senhorios da sua Casa por Carta de D. Pedro II de 5 de Dezembro de 1684: era senhor das vilas de Lavre, Estepa, Santa Cruz, Lagens, Ilhas de Santo Antão, Flores e Corvo, comendador de Mértola na Ordem de Santiago e, ainda, alcaide-mor de Mértola, Montemor-o-Novo, Grândola e Alcácer do Sal.

Foi mordomo-mor (a partir de 24 de Outubro de 1686), do rei D. Pedro II, tendo também neste cargo, sucedido a seu tio, o 2º marquês de Gouveia³⁸⁷. Mas, se o cargo lhe foi imediatamente concedido, já o título nunca chegou a ser seu, provavelmente devido a ter falecido num curto período de tempo, em 12 de Agosto de 1691.

D. Teresa de Moscoso Osório foi, já depois de viúva (no tempo de D. João V), posteriormente a 1714, aia do príncipe D. José e seus irmãos, tendo sido elevada a marquesa de Santa Cruz³⁸⁸.

António Nogueira Gonçalves e Vergílio Correia também referem o aspecto das casas de um conde de Santa Cruz (provavelmente este 5º Conde, uma vez que fala da casa que sucedeu ao palácio de D. Garcia de Almeida, sendo este o proprietário mais antigo com este título): “*um edifício sem carácter, avultando só um torreão, em situação anterior à torre da Estrela, que àquela data já*

³⁸⁵ *Nobreza de Portugal e do Brasil, volume segundo*, dir. Afonso Eduardo Martins Zúquete, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Lda., 1960, p.642.

³⁸⁶ *Genea*, baseado em CANEDO, Fernando de Castro da Silva, CASTRO, Rodrigo Faria de, SANTOS, Fernando, *Descendência Portuguesa de El-Rei D. João II, vol. I*, Braga, 2ª edição, 1993, p.30, e em BASTO, Carvalhos de, GAYO, Felgueiras, *Nobiliário das Famílias de Portugal, vol. VI*, 2ª edição, Braga, 1989, p.557, em http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=4000, 26 de Julho de 2008, 15.55h.

³⁸⁷ *Genea*, baseado em CANEDO, Fernando de Castro da Silva, CASTRO, Rodrigo Faria de, SANTOS, Fernando, *Descendência Portuguesa de El-Rei D. João II, vol. I*, Braga, 2ª edição, 1993, p.30, e em BASTO, Carvalhos de, GAYO, Felgueiras, *Nobiliário das Famílias de Portugal, vol. VI*, 2ª edição, Braga, 1989, p.557, em http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=4225, 26 de Julho de 2008, 15.42h.

³⁸⁸ *Nobreza de Portugal e do Brasil, volume terceiro*, dir. Afonso Eduardo Martins Zúquete, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Lda., 1961, p.290.

*estava cortada, ficando, assim, ilibados os frades de tal destruição*³⁸⁹. Mais uma vez, verificamos que é a imagem de Baldi que justifica o aspecto, não só das casas de 1669, mas igualmente as dos períodos posteriores (4./Fig.5), pressupondo-se, assim, que não existiram quaisquer obras de vulto entre 1669 e a implantação do colégio, afirmação com que concordamos pois os proprietários, deste período, não habitavam em Coimbra.

4.2. A propriedade dos Silvas

4.2.1. D. João da Silva, 7º conde de Portalegre (1648-1686)

D. João da Silva (c.1625), 2º marquês de Gouveia e 7º e último conde de Portalegre³⁹⁰, era filho primogénito varão do 1º marquês de Gouveia, D. Manrique da Silva, com D. Maria de Lancastre (3º casamento), tendo herdado a propriedade da Estrela de seu pai.

Casou, em primeiras núpcias, com D. Maria Pereira Pimentel, filha dos 6º condes da Feira, e, em segundas, com D. Luísa Maria de Meneses, filha dos 9º senhores de Vila Verde, não tendo havido descendência de nenhum dos enlaces.

Era senhor das vilas de Celorico, S. Romão, Moimenta, Valesim, Vila-Nova, Nespereira, Nabainhos, Rio Torto, Vila Cova e Coelheira³⁹¹, e sucedeu a seu pai também como mordomo-mor, de D. João IV, Afonso VI e D. Pedro II³⁹².

Teve o tratamento de marquês parente e o título de juro e herdade, conforme a Lei Mental.

Desempenhou, em 1668, um papel crucial como ministro plenipotenciário, por parte de Portugal, na paz com Espanha, tendo ficado, como consequência, embaixador em Madrid³⁹³, o que não impediu que fosse o protagonista de um incidente diplomático entre as duas cortes, em 1673: em 2 de Outubro escreve à rainha espanhola a comunicar-lhe que se retiraria pois tinha sido insultado na sua corte, e em 9 de Outubro, comunica ao regente D. Pedro (futuro D. Pedro II) que se achava detido em Badajoz até que saísse, de Elvas, o seu homólogo espanhol.

Pertenceu ao Conselho de Estado³⁹⁴ e foi presidente do Desembargo do Paço.

Faleceu a 16 de Março de 1686³⁹⁵.

³⁸⁹ GONÇALVES, António Nogueira, CORREIA, Vergílio, *Inventário Artístico de Portugal. Cidade de Coimbra*, volume II, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1947, p.150-151.

³⁹⁰ *Nobreza de Portugal e do Brasil, volume terceiro*, dir. Afonso Eduardo Martins Zúquete, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Lda., 1961, p.167.

³⁹¹ SOUSA, D. António Caetano de, *História Geneológica da Casa Real Portuguesa, Tomo X*, Coimbra, Atlântida – Livraria Editora, Lda., 1953, p.80.

³⁹² LOURENÇO, Ana Paula Marçal, *D. Pedro II*, Rio de Mouro, Circulo de Leitores, 2007, p.107.

³⁹³ *Nobreza de Portugal e do Brasil, volume segundo*, dir. Afonso Eduardo Martins Zúquete, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Lda., 1960, p.641.

³⁹⁴ LOURENÇO, Ana Paula Marçal, *D. Pedro II*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2007, p.33.

Quanto à propriedade da Estrela neste período: pelo menos a envolvente deveria estar bastante degradada, em 1653, pois os vereadores recorrem ao rei para fazer as obras, referindo que *”por cima da ponte da dita cidade onde chamam a Couraça está um monte junto ao mesmo rio por cima do qual vai uma calçada que é a melhor serventia da cidade, o qual monte está ameaçando ruína e em partes se vai desfazendo pelo que é necessário fortificar-se de maneira que fique seguro e não se perca a dita serventia, o que se fará com menor despesa do que depois de se arruinar o dito monte e serventia...”*³⁹⁶.

Apesar desta degradação, em 14 de Agosto de 1660, é aforado por 80 reis um *“pardieiro iunto a nossa Snora da Estrella da couraça”* a Bartolomeu Correia e sua mulher. O documento refere *“o pardieiro que fica iunto a nossa snora da estrella sobre o rio por nella se botarem muitas emmundicias sugidadas as quaes causarão muitos maõs cheiros e estando tam chegado a Snora per ficar o dito pardieiro ahi iunto”*, e a intenção era o *“aforamento do dito pardieiro per nelle fazerem a dita caza com as ditas condições do despacho”*. Uma das condições era *“se necessário pera a fortificação dessa cidade ou se ouver necessidade publica desfazersse a dita caza”*, além do que teria de fazer *“resparos no muro em que fica accostado”*³⁹⁷.

E, em 28 de Maio de 1664, a requerimento do Juiz do Povo, a Câmara mandou tapar *“o buraco que está em Nossa Senhora da Estrela”*³⁹⁸. De que se trataria, este *“buraco”* supostamente mandado tapar pela edilidade em 1664, mas que, como veremos, ainda podia estar a ser referido em 1678 (no caso de ser o mesmo)? Seria um simples buraco na muralha? Ou uma antiga serventia desactivada? Ou estaria, de alguma forma, ligado ao arco romano? Ou à porta de Belcouce? Ou seria antes o acesso em arco ao recinto poligonal sobre a casamata (que se distingue claramente no desenho de Baldi)? É difícil dizer.

Analisando a vista da cidade desenhada pelo artista florentino Pier Maria Baldi (4./Fig.3 e 4./Fig.4), vindo a Coimbra na comitiva do príncipe Cosme, onde permaneceu três dias, em Fevereiro de 1669, verifica-se, segundo António de Vasconcelos, *“a verdadeira feição do afamado arco romano de Belcouce... a porta principal do oppidum Emínio”*, notando também que *“as casas que lhe ficam por trás e ao lado, ocupando precisamente o local do velho palácio, são casas vulgares apenas”*³⁹⁹.

Convém notar que o registo, de 1669, é considerado uma imagem de Coimbra bastante fidedigna, e apresenta, também, as casas da Estrela à época (4./Fig.6), sendo bastante provável que não tenham

³⁹⁵ *Genea*, baseado em CANEDO, Fernando de Castro da Silva, CASTRO, Rodrigo Faria de, SANTOS, Fernando, *Descendência Portuguesa de El-Rei D. João II*, 3 volumes, Braga, 2ª edição, 1993, em http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=3961, 3 de Agosto de 2008, 23.15h.

³⁹⁶ *Anais do Município de Coimbra 1640-1668*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1940, p.22.

³⁹⁷ *Livro de notas nº10 (1650-1662)*, cota B2/10, A.H.M.C., 1660, p.153v-154.

³⁹⁸ *Anais do Município de Coimbra 1640-1668*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1940, p.351.

³⁹⁹ VASCONCELOS, António Garcia Ribeiro de, *Escritos vários*, Volume I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1838, p.272.

sofrido grandes alterações até ao estabelecimento do Colégio de Santo António da Estrela, uma vez que os proprietários não as habitavam. Mas, António de Vasconcelos confunde, em nossa opinião, a porta de Belcouce com o arco romano que se vê (mal), mas á direita da porta na referida imagem, e completamente absorvido na muralha.

Como já referimos antes, António Nogueira Gonçalves e Vergílio Correia também descrevem o aspecto das casas desse mesmo desenho, mais ou menos nos mesmos termos: “*um edifício sem carácter, avultando só um torreão, em situação anterior à torre da Estrela, que àquela data já estava cortada, ficando, assim, ilibados os frades de tal destruição*”⁴⁰⁰. É interessante referir que António Nogueira Gonçalves e Vergílio Correia destacaram o torreão que estava “*em situação anterior à torre da Estrela*”, ou seja, assumiram, claramente outra torre para além da quinária, imediatamente atrás desta.

E relativamente a fontes históricas, no que respeita a este período, José Pinto Loureiro afirma que “existem referências documentais fidedignas da existência, à Estrela, em 1678, de uma igreja da invocação de Nossa Senhora da Estrela, uma vez que dela falam uns autos de reconhecimento de “*casas térreas ao cimo da Couraça, junto a Nossa Senhora da Estrela*” confinando com o caminho da Alegria, fronteiras ao rio, e partindo de nascente com “*o buraco de Nossa Senhora da Estrela*”. Estas referências são as existentes na Torre do Tombo, mais especificamente o *Tombo de 1678, t II, fls. 48v*⁴⁰¹. E mais uma vez aparece referido o tal “*buraco de Nossa Senhora da Estrela*”.

Na nossa opinião a antiga denominação de “Estrela”, teria sido sempre, na origem, “Nossa Senhora da Estrela”, na envolvente do antigo arco romano, posicionado numa “estrela” de caminhos, e quiçá transformado, já em épocas remotas numa capelinha onde se venerava uma imagem de Nossa Senhora, mais tarde acompanhada ou substituída por uma de Santo António, mantendo-se, sempre a capelinha sensivelmente no mesmo sítio, mas deslocando-se, mais tarde, a toponímia “estrela”, para norte, aquando da implantação, em 1707, da entrada do Colégio de Santo António da Estrela e da sua igreja no largo que acabou por ser designado “da Estrela” (4./Fig.6).

4.2.2. D. Manrique da Silva, 6º conde de Portalegre (c.1627-1648)

D. Manrique da Silva (c.1585-1648), 1º marquês de Gouveia e 6º conde de Portalegre, terá herdado a propriedade que fora de seus pais, mais precisamente de sua mãe, D. Filipa da Silva, 4ª condessa de Portalegre⁴⁰², e, posteriormente, do seu irmão mais velho D. Diogo da Silva.

⁴⁰⁰ GONÇALVES, António Nogueira, CORREIA, Vergílio, *Inventário Artístico de Portugal. Cidade de Coimbra*, volume II, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1947, p.150-151.

⁴⁰¹ LOUREIRO, José Pinto, *Coimbra no passado*, volume I, Coimbra, Edição da Câmara Municipal, 1964, p.128.

⁴⁰² *Genea*, em http://genealogia.netopia.pt/pessoas/pes_show.php?id=4225, 11 de Dezembro de 2006, 17.30h.

Era o secundogénito varão de D. João da Silva e de D. Filipa da Silva; no entanto, o primogénito, D. Diogo da Silva, 5º conde de Portalegre e mordomo-mor, não casou, nem teve sucessão, tendo renunciado à Casa e ao título de conde de Portalegre a favor de D. Manrique. Foi assim o 6º conde de Portalegre pela renúncia do irmão, o 5º conde, tendo durante algum tempo existido dois condes de Portalegre.

Casou três vezes: primeiro com D. Margarida Coutinho filha dos 1º marqueses de Castelo Rodrigo (sem descendência); depois com D. Joana de Castro, filha dos 2º condes de Tentúgal (deixando descendência através de D. Mariana da Silva, casada com o 1º duque de Linhares); e, finalmente, em 1625, contraiu matrimónio com D. Maria de Lencastre, filha dos 3º duques de Aveiro, e que lhe assegurou uma descendência numerosa (seis filhos).

Foi, também, mordomo-mor, de Filipe III⁴⁰³, que lhe concedeu, inclusivamente, o título de marquês de Gouveia, por carta de 20 de Janeiro de 1625⁴⁰⁴, mas isso não o impediu, quando rebentou a revolução de 1640, de arriscar a sua posição (era presidente da Misericórdia de Lisboa), e a própria vida, apoiando a causa do duque de Bragança.

E uma vez D. João IV no trono pertenceu ao seu Conselho de Estado, mantendo o cargo de mordomo-mor⁴⁰⁵.

Faleceu a 4 de Dezembro de 1648⁴⁰⁶.

4.2.3. D. Diogo da Silva, 5º conde de Portalegre (1590-d.1627)

D. Diogo da Silva, 5º conde de Portalegre, nascido em Janeiro de 1570, era filho primogénito e sucessor dos 4º condes de Portalegre. Sucedeu no título e casa de sua mãe (D. Filipa da Silva, a 4ª condessa de Portalegre), ainda em vida de seu pai, D. Juan da Silva, tendo tido o assentamento como conde logo a partir de 1590, data da morte da condessa.

Herdou toda a Casa com seus senhorios e alcaidarias-mores e teve igualmente o cargo de mordomo-mor de Filipe II e Filipe III, cargo que lhe foi entregue no próprio dia da cerimónia de pranto e quebra dos escudos do falecido rei Filipe I, em 22 de Setembro de 1598⁴⁰⁷.

⁴⁰³ *Genea*, baseado em CANEDO, Fernando de Castro da Silva, CASTRO, Rodrigo Faria de, SANTOS, Fernando, *Descendência Portuguesa de El-Rei D. João II*, vol. I, Braga, 2ª edição, 1993, p.29, e em SOUSA, D. António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo V, 1946, p.78, em http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=3578, 26 de Julho de 2008, 23.00h.

⁴⁰⁴ SOUSA, D. António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo X, Coimbra, Atlântida – Livraria Editora, Lda., 1953, p.78.

⁴⁰⁵ *Nobreza de Portugal e do Brasil*, volume segundo, dir. Afonso Eduardo Martins Zúquete, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Lda., 1960, p.641, e em COSTA, Leonor Freire, CUNHA, Mafalda Soares da, *D. João IV*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2006, p.133.

⁴⁰⁶ SOUSA, D. António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo X, Coimbra, Atlântida – Livraria Editora, Lda., 1953, p.79.

⁴⁰⁷ OLIVAL, Fernanda, *D. Filipe II*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2006, p.80-81.

De notar que a sua posse coincide, de facto, com registos documentais que referem que, no princípio do século XVII, as casas eram propriedade do conde de Portalegre⁴⁰⁸.

Projectou casar, sucessivamente, com duas irmãs de D. João Balthasar da Sylva, conde de Cifuentes, mas ambos os casamentos falharam: a primeira candidata a noiva, D. Inês da Sylva, morreu, e a segunda, D. Anna da Silva, casou-se, em 1603⁴⁰⁹, com um sobrinho do poderoso ministro, o duque de Lerma.

Desgostoso, não tornou a pensar em casar, passando, mais tarde, a dedicar-se exclusivamente a obras de piedade e caridade, renunciando antes à sua Casa a favor do seu irmão D. Manrique⁴¹⁰, com licença de Filipe III⁴¹¹, e provavelmente em data posterior a 1627⁴¹², pois ainda chegou a ser um dos governadores do Reino, por Filipe III, de 1626 a 1627.

Mas manteve o título até morrer, muitos anos depois, existindo, como já referi, no entretanto, dois condes de Portalegre⁴¹³.

A sua morte deu-se poucos dias após a restauração, em Dezembro de 1640, em Madrid, e muitos anos mais tarde o seu corpo acabou por ser trasladado para o Convento de S. José de Ribamar⁴¹⁴.

Relativamente à propriedade, durante a posse do 5º conde de Portalegre, a muralha, à Estrela, já deveria estar em muito mau estado, pois na sessão de 18 de Agosto de 1601, a câmara resolve tomar providências para a sua conservação, mandando-se reconstruir um muro de suporte no chamado cais do Cerieiro (4./Fig.7), para que não tivessem que registar-se “*prejuízos na ponte e na serventia da Couraça*”. De facto, a rua da Couraça era uma das mais importantes e movimentadas da cidade, especialmente o lanço que liga o largo da Estrela com a rua da Alegria (4./Fig.8), pois, durante séculos, até se abrir a comunicação ao longo do rio pela actual avenida Emídio Navarro, o caminho para a Beira era feito pela rua da Alegria⁴¹⁵.

Sabe-se, também, que no dia 18 de Junho de 1603, se instalou nas casas do 5º conde de Portalegre, D. Diogo da Silva, à Estrela, transitoriamente, o Colégio de S. José dos Marianos, da Ordem dos Carmelitas Descalços⁴¹⁶, até à construção de edifício próprio (de que foi lançada a primeira pedra

⁴⁰⁸ *Anais do Município de Coimbra 1640-1668*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1940, p.28.

⁴⁰⁹ *Genea*, em http://www.geneall.net/H/per_page.php?id=236982, 6 de Agosto de 2008, 23.40h.

⁴¹⁰ SOUSA, D. António Caetano de, *História Geneológica da Casa Real Portuguesa, Tomo X*, Coimbra, Atlântida – Livraria Editora, Lda., 1953, p.78.

⁴¹¹ *Idem*, p.77.

⁴¹² Partimos do princípio que, apesar do segundo desgosto de amor ter sido em 1603, terá mantido a sua casa, pelo menos enquanto exercia o alto cargo de Governador do Reino por Filipe II e Filipe III (1626-1627), razão pelo que optamos pela data de 1627 para a transferência da Casa de Portalegre para o seu irmão, D. Manrique da Silva.

⁴¹³ SOUSA, D. António Caetano de, *História Geneológica da Casa Real Portuguesa, Tomo X*, Coimbra, Atlântida – Livraria Editora, Lda., 1953, p.77.

⁴¹⁴ *Nobreza de Portugal e do Brasil, volume terceiro*, dir. Afonso Eduardo Martins Zúquete, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Lda., 1961, p.167.

⁴¹⁵ CORREIA, António, *Toponímia Coimbrã. II Zona da Universidade*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1952, p.22.

⁴¹⁶ *Anais do Município de Coimbra 1640-1668*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1940, p.29.

em 11 de Outubro de 1606)⁴¹⁷. Assim, este Colégio deve ter lá estado instalado, aproximadamente, até ao final da primeira década do século XVII, após o que se mudou para o edifício onde hoje está o hospital Militar.

Curioso é o facto de, na rua Fernandes Tomás (antiga rua das Fangas) nº 58 a 66 (4./Fig.1), numa casa, agora propriedade da C.M.C., denominada “casa das Talhas” (4./Fig.9), terem aparecido alguns vestígios arqueológicos, dessa época, compatíveis com uma utilização de colégio⁴¹⁸. Assim, convém lembrar que, este colégio, podia ter sido instalado num outro edifício igualmente na propriedade do conde, mas não necessariamente o principal, à época. Este edifício da casa das Talhas poderia corresponder, pelo menos em termos de implantação, ao de D. Teresa Sanches (filha ilegítima de D. Sancho I), que, como veremos mais tarde, supomos poder ter sido o primeiro numa localização mais recuada relativamente ao novo sistema defensivo da Estrela (que integrava, nomeadamente, a torre quinária abaluartada da Estrela, a torre quadrada da Estrela, a torre de Belcouce e a porta de Belcouce), em princípio, implementado pelo monarca referido.

Este facto, em nossa opinião, permite enquadrar no período entre 1627 e 1707 uma sub-divisão da propriedade (4./Fig.2), uma vez que a extrema norte do Colégio de Santo António da Estrela terminava na igreja do Colégio.

4.2.4. D. Filipa da Silva, 4ª condessa de Portalegre (a.1572-1590)

D. Filipa da Silva (c.1550-c.1590), 4ª condessa de Portalegre, era casada, desde 1577, em segundas núpcias, com D. Juan da Silva, conde de Salinas, em Espanha, grande fidalgo espanhol, embaixador de Filipe II, comendador de Calatrava, e que passou a ser conde de Portalegre pelo casamento, tendo tido cinco filhos⁴¹⁹.

O primeiro marido fora D. Pedro Dinis de Lancastre, seu tio⁴²⁰, sobrinho do rei, filho do 1º duque de Aveiro, mas, em 1575, já não existiam descendentes desse casamento, pois uma filha, D. Juliana da Silva, tinha falecido ainda criança.

D. Filipa era filha única, e neta do 3º conde de Portalegre (D. Álvaro da Silva, que morreu em finais de 1579, inícios de 1580⁴²¹), e herdou a propriedade de sua mãe D. Margarida da Silva que se havia casado, igualmente em segundas núpcias, com o filho de D. Álvaro, D. João da Silva (curiosamente

⁴¹⁷ LOUREIRO, José Pinto, *Coimbra no passado e no presente – o meado do século XIX*, “Arquivo Coimbrão (Boletim da Biblioteca Municipal)”, volume XVII, Coimbra, Coimbra Editora, Lda., 1959, p.205-206 e VASCONCELOS, António Garcia Ribeiro de, *Escritos vários*, Volume I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1838, p.264.

⁴¹⁸ Na opinião da Dra. Berta Duarte, e que, amavelmente, nos autorizou a registar, nesta tese, a existência de vestígios, apesar da investigação arqueológica se encontrar de momento parada, e não concluída.

⁴¹⁹ *Genea*, baseado em CANEDO, Fernando de Castro da Silva, CASTRO, Rodrigo Faria de, SANTOS, Fernando, *Descendência Portuguesa de El-Rei D. João II, vol. I*, Braga, 2ª edição, 1993, p.23, e em SOUSA, D. António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa, tomo X e XI*, 1946, p.76 e p.37, em http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=3217, 26 de Julho de 2008, 23.30h.

⁴²⁰ SOUSA, D. António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa, Tomo X*, Coimbra, Atlântida – Livraria Editora, Lda., 1953, p.75.

com o mesmo nome do futuro genro, o que originou, entre outras, confusão com o cargo de mordomo-mor, pois ambos o foram, e aparecem como a mesma pessoa⁴²²).

E se ostentou o título foi graças ao seu avô, o 3º conde, que sobrevivendo ao seu único filho varão (falecido em Fevereiro de 1573), conseguiu, a favor da neta, a dispensa da Lei Mental⁴²³, o que permitiu que D. Filipa viesse a ser, a partir de 1580⁴²⁴, a 4ª condessa de Portalegre.

O segundo marido, D. Juan da Silva, nascera em Toledo em 1528 (onde também morreu em 1601), e era filho do comendador de Guadalzerza na Ordem de Calatrava e de uma senhora portuguesa D. Beatriz da Silveira⁴²⁵, dama da Imperatriz D. Isabel.

D. Juan foi embaixador de Castela em Portugal desde Dezembro de 1575⁴²⁶, e fora pajem de Filipe II⁴²⁷, sendo muito bem aceite por D. Sebastião embora jogasse com habilidade defendendo os interesses do Rei de Espanha, seu senhor.

Acompanhou, inclusivamente a bordo da galé real⁴²⁸, o monarca português a Alcácer-Quibir, onde se portou com a maior bravura, caindo, no entanto, prisioneiro, depois de gravemente ferido na batalha (ficando com um braço inutilizado para sempre⁴²⁹).

Mas foi resgatado pelo rei espanhol, e, apesar de não tornar, neste período de transição, a assumir funções na corte portuguesa⁴³⁰, foi por ele nomeado para fazer parte da Junta em que se debatia a sucessão de Portugal. Nela defendeu os direitos do rei espanhol ao trono português, com convicção: na sua perspectiva a união ibérica era sobretudo de uma grande utilidade defensiva⁴³¹.

Filipe I de Portugal agradeceu fazendo-o conde de Portalegre (para além do direito que já tinha ao título, pelo matrimónio) e nomeando-o mordomo-mor da sua corte portuguesa, tendo já o exercício deste cargo nas Cortes de Tomar, em 19 de Abril de 1581.

E quando o monarca criou o Conselho do Governo de Portugal (1593-1599), dos cinco governadores, o conde foi um dos mais preponderantes⁴³².

⁴²¹ Idem, p.78.

⁴²² Resolvemos denominar um de João da Silva e o outro de Juan da Silva, para tornar mais claro o texto.

⁴²³ Lei em defesa do património da Coroa, promulgada no reinado de D. Duarte, que vigorou de 1434 até ao liberalismo. Previa, por exemplo, a masculinidade das transmissões, excepto por especial doação ou mercê do rei, tendo sido esta excepção à lei que D. Álvaro solicitou a favor de D. Filipa.

⁴²⁴ SOUSA, D. António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa, Tomo X*, Coimbra, Atlântida – Livraria Editora, Lda., 1953, p.75.

⁴²⁵ *Genea*, baseado em SOUSA, D. António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa, tomo X e XI*, Coimbra, Atlântida Editora, 1946, p.76 e p.38, em http://www.geneall.net/H/per_page.php?id=3224, 30 de Julho de 2008, 19.15h.

⁴²⁶ CRUZ, Maria Augusta Lima, *D. Sebastião*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2006, p.244.

⁴²⁷ OLIVAL, Fernanda, *D. Filipe II*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2006, p.15.

⁴²⁸ CRUZ, Maria Augusta Lima, *D. Sebastião*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2006, p.268.

⁴²⁹ OLIVAL, Fernanda, *D. Filipe II*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2006, p.15.

⁴³⁰ POLÓNIA, Amélia, *D. Henrique*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005, p.204.

⁴³¹ BOUZA, Fernando, *D. Filipe I*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005, p.43.

⁴³² BOUZA, Fernando, *D. Filipe I*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005, p.155, e em SOUSA, D. António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa, Tomo X*, Coimbra, Atlântida – Livraria Editora, Lda., 1953, p.77.

No entanto, como membro do Conselho, D. Juan era o único que não cumpria a condição da fórmula de governação colectiva estipulada em 1581, em Tomar: não era natural do reino, pois embora titular do condado de Portalegre pelo casamento, nascera em Toledo, e o “estrangeiro” era, ainda por cima, o capitão-geral no comando das tropas das guarnições estrangeiras. Ou seja, esta nomeação acabou por ser mais um factor de instabilidade, dos muitos que D. Juan da Silva comunicava por carta ao monarca, e de muita valia deveria ser, certamente, para Filipe I, para o fazer romper o privilégio de natureza com que fora concebida a agregação de Portugal à sua monarquia⁴³³.

Foi de tal forma próxima a relação entre os dois que D. Juan se atreve, por carta, mas com toda a clareza, a acusar o sistema de trabalho, seguido pelo rei, de ser o responsável pela paralisia da monarquia, porque o monarca queria que todos os assuntos, grandes ou pequenos, relevantes ou insignificantes, passassem pelas suas mãos, sem entregar parte deles aos seus ministros, até mesmo os de menor importância. E D. Juan sugeria, inclusivamente, uma solução que passava por um modelo de rei menos burocrata e a plena restauração de um sistema de governo por conselhos⁴³⁴.

E, em 19 de Outubro de 1584, o monarca confirma-lhe o título, que já lhe havia dado por Carta.

De facto, a prudência do conde reflectiu-se, por exemplo, na aprovação da construção torriforme, peça de arquitectura efémera erguida no cruzeiro da igreja dos Jerónimos, nas atrasadas exéquias de Filipe I (em 22 de Dezembro de 1599), pois, apesar da ruptura com a tradição piramidal portuguesa (seguindo padrões emanados de Madrid mas com raízes italianas), na arquitectura efémera erigida apenas havia uma inscrição, nela não se fixando outras acções do monarca que não as relativas ao espaço lusíada⁴³⁵.

Posteriormente ao falecimento da sua esposa (em 1590), retirou-se para Toledo, demitindo-se antes de todos os seus cargos⁴³⁶.

É tido como verdadeiro autor *Dell’Unione del Regno de Portogallo alla Corona di Castiglia*⁴³⁷, publicado assinado por Conestaggio, tendo deixado, igualmente, numerosas cartas relativas aos acontecimentos políticos em Portugal, de 1579 a 1601.

D. Filipa da Silva, seria então a quem António Correia se referia quando dizia, no seu livro, que alguns anos depois do incêndio de 1554, por volta de 1572, a casa pertencia a uma neta de D. Garcia de Almeida, mas sem o carácter da que a tinha antecedido⁴³⁸ (4./Fig.5).

⁴³³ BOUZA, Fernando, *D. Filipe I*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005, p.201.

⁴³⁴ Idem, p.235.

⁴³⁵ OLIVAL, Fernanda, *D. Filipe II*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2006, p.86.

⁴³⁶ *Nobreza de Portugal e do Brasil, volume terceiro*, dir. Afonso Eduardo Martins Zúquete, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Lda., 1961, p.166-167.

⁴³⁷ CRUZ, Maria Augusta Lima, *D. Sebastião*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2006, p.244., p.272.

⁴³⁸ CORREIA, António, *Toponímia Coimbrã. II Zona da Universidade*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1952, p.28.

A ser considerada precisa a data de 1572, e uma vez que o pai de D. Filipa (D. João da Silva) ainda não tinha falecido, tal pressupõe que a propriedade da Estrela tivesse passado, por herança da mãe (de facto a verdadeira proprietária), directamente para a sua posse. No entanto, não conseguimos chegar à data do falecimento de D. Margarida da Silva.

É, também, em 12 de Novembro de 1572, que a Câmara dá de empreitada obras, significativas, na couraça da Estrela, lastimando, os vereadores, o seu estado de ruína e o grande espaço de tempo que já andava em pregão a dita obra.

É nossa convicção que o incêndio de 1554, que destruiu o palácio de D. Garcia de Almeida, terá afectado muito a estabilidade da muralha envolvente, devido à grande frequência de reparações que se verifica, a partir dessa altura, nesses troços.

4.2.5. D. Margarida da Silva (2ª mt. séc. XVI-a.1572)

D. Margarida da Silva⁴³⁹, dama da rainha D. Catarina, era casada com D. João da Silva (c.1525), que D. António Caetano de Sousa refere como seu sobrinho⁴⁴⁰, mas este era filho de D. Álvaro da Silva, 3º conde de Portalegre, e não conseguimos estabelecer qualquer parentesco apesar da coincidência de apelidos⁴⁴¹.

Era filha segunda de D. Garcia de Almeida (o primeiro reitor da Universidade de Coimbra) e de D. Tomásia da Cunha, mas o seu irmão mais velho, e o único varão, D. João de Almeida, não deixou descendência, pelo que a propriedade da Estrela, onde vivera o seu pai, deve ter transitado para D. Margarida⁴⁴².

Quanto a D. João da Silva (c.1525), foi mordomo-mor de D. Henrique, e era o único filho varão do 3º conde de Portalegre, D. Álvaro da Silva (também mordomo-mor, de D. João III, D. Sebastião e D. Henrique⁴⁴³), e de D. Filipa de Vilhena (1º casamento), filha dos condes de Tentúgal.

⁴³⁹ Aparece referida como Maria de Silva na obra *Nobreza de Portugal e do Brasil, volume terceiro*, mas, já no *Genea*, como Margarida da Silva. Optamos por Margarida da Silva, uma vez que as obras referenciadas, neste último, são mais numerosas.

⁴⁴⁰ SOUSA, D. António Caetano de, *História Geneológica da Casa Real Portuguesa, Tomo X*, Coimbra, Atlântida – Livraria Editora, Lda., 1953, p.76.

⁴⁴¹ De facto D. Margarida da Silva não tinha nenhum sobrinho, pois nenhum dos irmãos tinha descendência (para além do irmão referido, teve duas irmãs mais novas ambas religiosas).

⁴⁴² *Genea*, baseado em CANEDO, Fernando de Castro da Silva, CASTRO, Rodrigo Faria de, SANTOS, Fernando, *Descendência Portuguesa de El-Rei D. João II, vol. I*, Braga, 2ª edição, 1993, p.23, e em BASTO, Carvalhos de, GAYO, Felgueiras, *Nobiliário das Famílias de Portugal, volume I*, Braga, 1849, p.281, em http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=43529, 30 de Julho de 2008, 22.20h.

⁴⁴³ CRUZ, Maria Augusta Lima, *D. Sebastião*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2006, p.72-73, e em POLÓNIA, Amélia, *D. Henrique*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005, p.139 e 193.

Tinha sido casado em primeiras núpcias com D. Luísa de Albuquerque, filha única de D. António de Brito, Governador das Molucas, de quem não teve descendência, e, casando-se, em segundas, com D. Margarida⁴⁴⁴.

Morreu, em Coimbra, em Fevereiro de 1573, ainda em vida do pai, pelo que não chegou a ser conde, sendo a sua filha única, D. Filipa da Silva (c.1550), a sucessora do título⁴⁴⁵.

4.3. Propriedade dos Almeidas

4.3.1. D. João de Almeida (d.1554 -2ª mt. séc. XVI)

D. João de Almeida (c.1490) era filho primogénito de D. Garcia de Almeida e de D. Tomásia da Cunha (c.1465), e herdou, ou herdaria, a casa onde seu pai vivera, mas que tinha sido destruída pelo incêndio de 1554, provavelmente ainda em vida de seu pai⁴⁴⁶.

Foi casado com D. Maria de Briteiros da Cunha (c.1500), 9ª senhora de Pombeiro, sua prima, sobre a qual tinha recaído a casa de Pombeiro e não deixou descendência⁴⁴⁷, pelo que a propriedade passou para uma das suas irmãs, D. Margarida da Silva⁴⁴⁸, provavelmente para evitar que saísse da família de D. Garcia de Almeida, pois, de facto, D. Maria de Briteiros da Cunha voltou a casar (com D. António de Castelo Branco), tendo tido descendência desse segundo enlace.

4.3.2. D. Tomásia da Cunha e D. Garcia de Almeida (c.1529-d.1554)

Inácio de Moraes, lente de Artes na Universidade, no seu *Conimbricæ Encomium*, de 1554, cantou as seis casas quinhentistas que então eram consideradas as mais imponentes de Coimbra. Entre elas

⁴⁴⁴ *Genea*, baseado em BASTO, Carvalhos de, GAYO, Felgueiras, *Nobiliário das Famílias de Portugal, volume I*, Braga, 1849, p.281, CANEDO, Fernando de Castro da Silva, CASTRO, Rodrigo Faria de, SANTOS, Fernando, *Descendência Portuguesa de El-Rei D. João II, vol. I*, Braga, 2ª edição, 1993, p.23, e em SOUSA, D. António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, 1946, p.76 e p.37, em *Genea* em http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=2909, 30 de Julho de 2008, 22.30h.

⁴⁴⁵ *Nobreza de Portugal e do Brasil, volume terceiro*, dir. Afonso Eduardo Martins Zúquete, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Lda., 1961, p.166.

⁴⁴⁶ Não foi possível chegar à data do falecimento de D. Garcia de Almeida: não há qualquer indício do local, e em Coimbra, os registos paroquiais só registam óbitos a partir de 1558, e em São João de Santa Cruz, não constando deles esta importante personagem. No entanto, na opinião da Sra. Dra. Cristina Júlia Figueiredo (a quem agradecemos a disponibilidade), que analisou o poema *Conimbricæ Encomium*, de Inácio de Moraes, D. Garcia é descrito como se ainda fosse vivo, em 1554.

⁴⁴⁷ *Genea*, baseado em BASTO, Carvalhos de, GAYO, Felgueiras, *Nobiliário das Famílias de Portugal, volume IV*, Braga, 2ª edição, 1989, p.161, BASTO, Carvalhos de, MORAIS, Cristóvão Alão de, *Pedatura Lusitana, vol. III*, Braga, 2ª edição, 1997, p.257, e em http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=53144, 30 de Julho de 2008, 22.40h.

⁴⁴⁸ Tinha ainda outras duas irmãs, mais novas do que D. Tomásia, que eram religiosas, uma delas em Santa Clara.

(a Casa de Sub-ripas, a Casa dos Sás, o Paço do Conde de Cantanhede, ...) encontrava-se a desaparecida morada do primeiro reitor da Universidade, D. Garcia de Almeida⁴⁴⁹:

*Hinc ad Gartiae praeclara palatia tende,
 Quaque patent tanto limina digna viro:
 Sed partem ah! Magnam hauserunt incendia nuper,
 Dum vento exoritur flamma repente furens;
 Celsaque tecta runt, ardet pretiosa supellex,
 Et versa in cineres gaza opulenta cadit;
 Apparent etiam nunc vastae signa ruinae,
 Luget et, abrupta mole, superba domus.*

Ignatius Moralis, Conimbricae Encomium, distic. 67 a 70.

O poeta cantava a sumptuosidade do palácio, a riqueza das alfaias, a horrenda voracidade do fogo ateado pelo vento, a derrocada, o aspecto das vastas ruínas, o desolador estado em que, ao tempo, se viam os restos da soberba casa⁴⁵⁰.

A casa pertencia a D. Garcia (mais correctamente à sua mulher) pelo menos desde 1529⁴⁵¹, tendo sido, anteriormente, dos Cunhas de Pombeiro da Beira, seus sogros, pais de D. Tomásia da Cunha⁴⁵².

D. Garcia de Almeida (4/Fig.10) era filho bastardo de D. João de Almeida, 2º conde de Abrantes (a mãe era Leonor Lopes⁴⁵³), e sobrinho de D. Jorge de Almeida, bispo de Coimbra (1481-1543), bem como de D. Francisco de Almeida, primeiro Vice-Rei da Índia, descendendo assim também de D. Pedro I e de D. Inês de Castro⁴⁵⁴.

D. Tomásia da Cunha (c. 1465) era o terceiro filho⁴⁵⁵ de D. João Álvares da Cunha e de D. Catarina de Sequeira⁴⁵⁶, e, de facto, era ela a verdadeira proprietária da casa da Estrela, onde vivera também o seu pai. Poder-se-ia questionar o porquê da propriedade estar nas suas mãos, uma vez que ainda tinha dois irmãos mais velhos. Talvez a razão seja a seguinte: o primogénito, D. Mateus da Cunha, que veio a ser o 7º Senhor de Pombeiro, era casado com D. Leonor de Menezes, e teve descendência, mas como o seu primogénito, e único varão, D. Martim Lourenço da Cunha não foi

⁴⁴⁹ DIAS, Pedro, *A arquitectura de Coimbra na transição do gótico para a renascença. 1490-1540*, Coimbra, Epartur, 1982, p.94.

⁴⁵⁰ VASCONCELOS, António Garcia Ribeiro de, *Escritos vários*, Volume I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1838, p.272.

⁴⁵¹ Altura da morte de D. João Álvares da Cunha, seu sogro.

⁴⁵² *Genea*, baseado em BASTO, Carvalhos de, GAYO, Felgueiras, *Nobiliário das Famílias de Portugal, volume I*, Braga, 1849, p.281, http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=47248, 30 de Julho de 2008, 22.45.

⁴⁵³ Idem, 5 de Agosto de 2008, 22.15.

⁴⁵⁴ VASCONCELOS, António Garcia Ribeiro de, *Escritos vários*, Volume I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1838, p.271.

⁴⁵⁵ http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=53128, 30 de Julho de 2008, 22.50.

⁴⁵⁶ http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=61797, 30 de Julho de 2008, 22.50.

casado (apesar de ter sido o 8º Senhor), então a Casa de Pombeiro recaiu na irmã, D. Maria de Briteiros da Cunha (a 9ª Senhora de Pombeiro), que foi casada, em primeiras núpcias com seu primo, D. João de Almeida (filho primogénito de D. Garcia de Almeida e de D. Tomásia da Cunha)⁴⁵⁷. Assim, supomos que foi devido ao acordo de casamento entre a futura senhora de Pombeiro com o primogénito de D. Tomásia que a propriedade terá passado para esta, sendo a única filha e a terceira de quatro irmãos⁴⁵⁸. No entanto, D. Maria de Briteiros não teve filhos desse primeiro enlace, mas sim de um segundo com D. António de Castelo Branco, tendo no entanto a propriedade da Estrela passado para uma irmã do primeiro marido, D. Margarida da Silva, talvez para se manter na posse de descendentes directos de D. Garcia, que já teria, eventualmente, feito grandes investimentos na casa que fora de seu sogro, até mesmo como consequência da instalação da Universidade, que ainda funcionou lá durante alguns meses.

D. Garcia de Almeida foi comendador de Setúbal na Ordem de Cristo, mestre do Infante D. Duarte e vedor⁴⁵⁹ da casa de D. João, ambos filhos de D. João III⁴⁶⁰. E, apesar de não ter formação universitária⁴⁶¹, exerceu o cargo de reitor, por nomeação régia (alvará de 1 de Março de 1537⁴⁶²), gratuitamente, durante sete meses e alguns dias, tendo sido substituído, em 27 de Outubro⁴⁶³, por D. Agostinho Ribeiro, bispo de Angra, que exercera já o cargo de reitor no Estudo Lisboa⁴⁶⁴. Esta escolha terá tido certamente em conta as suas ligações coimbrãs, a sua ligação familiar ao bispo conde e, provavelmente, deveu-se a uma súbita mudança nos planos régios (no decurso de um mês), que até aí se orientavam no sentido da concentração das faculdades no mosteiro de Santa Cruz, ou nas suas imediações⁴⁶⁵.

Assim, D. Garcia tentou auxiliar D. João III oferecendo a sua casa para, provisoriamente, se instalarem as aulas de medicina, jurisprudência e decretais⁴⁶⁶, e o monarca optou mesmo por concentrar, lá, as *escolas maiores* ficando no Mosteiro, como até então, unicamente as Artes e as

⁴⁵⁷ *Genea*, baseado em BASTO, Carvalhos de, GAYO, Felgueiras, *Nobiliário das Famílias de Portugal, volume I*, Braga, 1849, p.281, http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=49296, 10 de Agosto de 2008, 17.30.

⁴⁵⁸ O seu irmão secundogénito, D. Simão da Cunha, não casou e só deixou descendência ilegítima. O outro irmão, mais novo, Artur da Cunha, não casou.

⁴⁵⁹ O cargo de vedor, como administrador do património real e da Fazenda Pública, surgiu na segunda metade do séc. XIV, começando a perder importância no séc. XVII, pelo que D. Garcia seria uma figura altamente prestigiada para ter sido agraciada com semelhante cargo.

⁴⁶⁰ RODRIGUES, Manuel Augusto, *A Universidade de Coimbra e os seus reitores. Para uma história da instituição*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, p.42-43.

⁴⁶¹ *Idem*, p.398 e 402.

⁴⁶² *Idem*, p.42.

⁴⁶³ Apesar de ter sido substituído em 27 de Outubro há ainda uma referência a D. Garcia como reitor em 3 de Novembro de 1537, segundo RODRIGUES, Manuel Augusto, *A Universidade de Coimbra e os seus reitores. Para uma história da instituição*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, p.42.

⁴⁶⁴ PIMENTEL, António Filipe, *A morada da sabedoria. I. O paço real de Coimbra: das origens ao estabelecimento da Universidade*, Coimbra, Almedina, 2005, p.65.

⁴⁶⁵ *Idem*, p.62.

⁴⁶⁶ DINIZ, Cruz, *Separata do Museu Nacional da Ciência e da Técnica*, Coimbra, Coimbra Editora, Lda., 1975, p.31.

Humanidades, acrescentando, depois, em Abril, a Teologia⁴⁶⁷. E, por carta de 16 de Janeiro de 1538, ordenou que também a medicina “*se lesse*” nos mesmos colégios, a pretexto da sua conexão com as Artes e a Filosofia⁴⁶⁸. Em todo o caso, anos mais tarde, em 1544, o rei juntou todas as aulas nos Paços Reais, onde já estavam as que se haviam leccionado em 1537 no palácio do reitor⁴⁶⁹.

Dezassete anos mais tarde, em 1554, este mesmo edifício, que se dizia notável, foi destruído por um grande incêndio, que muito marcou a população coimbrã⁴⁷⁰, não se voltando a reconstruir com a mesma grandeza. É a este incêndio que Inácio de Moraes se refere no poema atrás transcrito, elogiando os ilustres paços de D. Garcia, lamentando o incêndio que, havia pouco tempo, o tinha destruído em grande parte, dizendo que forte ventania atizara as chamas, caindo os tectos, ardendo o precioso recheio, transformando em cinzas toda aquela opulência, causando desmedida pena as grandes ruínas da soberba casa abatida⁴⁷¹:

Deste palácio apenas se conserva, o portal manuelino, aposto como entrada da antiga igreja de Santo António da Estrela⁴⁷² (4./Fig.11), e que supomos estar, ainda, no sítio original. Costuma ser atribuído ao palácio de D. Garcia, apesar de conter a divisa do seu sogro, D. João Álvares da Cunha (o proprietário anterior), o que se explica por, provavelmente, ter pertencido à casa de ambos: é formado por um grosso “calabre” com grandes nós, de feição fortemente naturalista (4./Fig.12), tal como o da casa dos vizinhos Alpains, que lhe fica em frente (esta de 1517⁴⁷³). No entanto, ao contrário desta última (em que o calabre termina por uma pinha de romãs), a base de onde a corda arranca é de um tipo arquitectónico gótico final, pelo que deverá ser anterior. Por baixo do vértice do portal está um escudo de armas, raspado, mas com uma fita com a divisa SPES MEA IM DEOS ESTE, forma corrupta de *Spes Mea in Deo est*⁴⁷⁴, divisa (nem sempre usada) de João Álvares da Cunha (4./Fig.13 e 4./Fig.14). Também foram encontrados alguns capitéis, aquando das obras do

⁴⁶⁷ PIMENTEL, António Filipe, *A morada da sabedoria. I. O paço real de Coimbra: das origens ao estabelecimento da Universidade*, Coimbra, Almedina, 2005, p.62-63.

⁴⁶⁸ Idem, p.62.

⁴⁶⁹ *Sociedade e a cultura de Coimbra no renascimento (A). IV Centenário da morte de João de Ruão. Actas do Simpósio internacional organizado pelo Instituto de História de Arte da Universidade de Coimbra com o patrocínio da Fundação Calouste Gulbenkian*, Coimbra, Epartur, 1982, p.166.

⁴⁷⁰ MORAIS, Inácio, *Encomium*, p.8.

⁴⁷¹ GONÇALVES, António Nogueira, *O Paço dos senhores de Pombeiro da Beira na cidade de Coimbra*, Albergaria-a-Velha, Tipografia Vouga, 1959, p.4-5.

⁴⁷² *Sociedade e a cultura de Coimbra no renascimento (A). IV Centenário da morte de João de Ruão. Actas do Simpósio internacional organizado pelo Instituto de História de Arte da Universidade de Coimbra com o patrocínio da Fundação Calouste Gulbenkian*, Coimbra, Epartur, 1982, p.224.

⁴⁷³ DIAS, Pedro, *A arquitectura de Coimbra na transição do gótico para a renascença. 1490-1540*, Coimbra, Epartur, 1982, p.101.

⁴⁷⁴ Idem, p.102.

princípio do século XX⁴⁷⁵, que poderão ter sido reaproveitados neste palácio (uma vez que parecem ser do séc. XIV)⁴⁷⁶ (4./Fig.15).

O Tombo antigo de 1532 regista doze casas na rua Fernandes Tomás (antiga rua das Fangas) construídas sobre “andaimos dos muros” (isto é sobre a muralha), estando três delas instaladas em torres da muralha. Uma está aforada a João Cerveira, outra a Rui de Sá Pereira (vereador), e uma terceira denominada de “torre do Engenho”, que tinha um “*circuyto*” e que estava aforada aos herdeiros de João Álvares da Cunha por setenta reis, ao ano: “*ittem tem majs a dita cidade hua torre que se chama a do emgenho com hum çircoyto que trazem em fatiota aforada pera sempre os herdeyros de João Alvarez da cunha e paguam dela de foro em cada hum anno por dia de sam migel de Setembro setemta reis*”⁴⁷⁷.

Foi este documento, em conjunto com a imagem de Pier Maria Baldi (4./Fig.5), que nos fez passar a olhar para a torre quinária, não como uma torre semelhante à de Hércules (do castelo), mas como um “*circuyto*” adossado a uma torre quadrada, esta em posição imediatamente anterior. De facto, o significado do termo circuito, conduzia a “circundamento ou cerca”⁴⁷⁸ ou a “parte periférica que cerca alguma coisa (referente a muralhas)”⁴⁷⁹. E pareceu-nos, então, óbvio que seria neste “*circuyto*” que se localizaria o engenho, quase de certeza, um trabuquete (4./Fig.16). Por outro lado, a referência aos “*herdeyros de João Alvarez da cunha*”, torna bastante provável que o aforamento original tenha sido feito por este, o que também está de acordo com a nossa suposição de ter sido o palácio de D. João Álvares da Cunha o primeiro a ocupar aquele local (pelo menos desde o tempo do conde Fernão Peres de Trava) (4./Fig.17).

Relativamente a outros aforamentos próximos, existe uma carta régia de 20 de Março de 1540, em que o monarca (D. João III) recomenda aos vereadores que autorizem o licenciado Sebastião da Fonseca, que tinha o “*cargo das Deligencias e Determinações das propriedades que se tomam para as ruas e obras*”, a “*fazer suas cazas em hum chão da cidade na rua de Belcouce ecostado ao muro que vos já tem falado*”⁴⁸⁰, livre de foro, premiando o seu trabalho, à época nas obras da Almedina, e antes, nas da serventia da couraça⁴⁸¹. Assim, parece-nos que a localização da rua de Belcouce não seria à barbacã pois, nesse caso, seria o almoxarifado (ao qual competia o aforamento da barbacã da cerca), e não os vereadores a concedê-lo, pelo que o rei não necessitaria de “recomendar” nada.

⁴⁷⁵ GONÇALVES, António Nogueira, CORREIA, Vergílio, *Inventário Artístico de Portugal. Cidade de Coimbra*, volume II, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1947, p.150-151.

⁴⁷⁶ De facto, apesar de estarem referenciados, por Vergílio Correia e Nogueira Gonçalves, no *Inventário artístico de Portugal* como do séc. XIII, parecem-nos posteriores, talvez do século XIV.

⁴⁷⁷ *Tombo de 1532*, Coimbra, A.H.M.C., 1532, p. 52v.

⁴⁷⁸ VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa de, *Elucidário das palavras, termos, e frases que em Portugal antigamente se usarão e que hoje regularmente se ignorão*, tomo primeiro A=F, Lisboa, Typographia regia silviana, 1799, p.278.

⁴⁷⁹ *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia Portugal), tomo II, Lisboa, Circulo de Leitores, 2002, p.941.

⁴⁸⁰ *Cartas originais dos reis (1480-1571)*, cota B2/41, Coimbra, A.H.M.C., 1540, p.362.

Localizamos, então, a rua de Belcouce encostada à muralha, conduzindo ao atravessamento, desta, que se visualiza na imagem de Baldi (4./Fig.16).

4.4. A propriedade dos Cunhas de Pombeiro da Beira

4.4.1. D. João Álvares da Cunha (in. séc. XVI-c.1529)

João Álvares da Cunha (c.1450), o 6º senhor de Pombeiro, era o primogénito de Artur da Cunha, 5º senhor de Pombeiro, e de D. Leonor de Sousa. Casou com D. Catarina de Sequeira (c.1450)⁴⁸².

Terá comprado, nos finais do século XV, a propriedade a D. Afonso de Ataíde, ou a um seu herdeiro. Para supormos este facto baseamo-nos num carta régia de 30 de Janeiro de 1520⁴⁸³ (precioso para uma série de raciocínios que apoiam esta tese), e que referiremos por várias vezes: o “*afforamento de huuma torre que esta aa porta de Belcouce*” a Pedro Alpoim, que refere “...*a porta de Bellcouçe jumto das casas da morada delle Pêro dAlpoem o dito senhor tinha huma torre muito daneficada sobre a dita porta de Bellcouçe que parte da parte do Norte com pardieiros de Joam Aluarez da Cunha que foram de dom Afonso de Tayde alcaide moor da dita cidade...*”. À torre em questão dedicaremos um capítulo mais à frente. De momento o raciocínio que nos interessa é que estarão (no nosso entender) a ser descritos os dois últimos proprietários. Tentámos então verificar se teria sido uma venda, ou se haveria qualquer hipótese de herança ou dote: a ligação mais directa que poderia ter existido entre D. João Álvares da Cunha e um Ataíde provinha de uma sua tia, Inês da Cunha, casada com um D. Pedro de Ataíde, sem descendência⁴⁸⁴, sendo o seu pai (irmão da dita Inês), D. Artur da Cunha, 5º Senhor de Pombeiro⁴⁸⁵, o primogénito e o único com descendência⁴⁸⁶. Mas, este Pedro de Ataíde⁴⁸⁷ era unicamente primo em 5º grau de Afonso de

⁴⁸¹ *Índice chronologico dos pergaminhos e forais existentes no archivo da Câmara Municipal de Coimbra. Primeira parte do inventário do mesmo archivo*, fascículo único, Coimbra, Imprensa Litteraria, 1875, p.57 (doc.CIII).

⁴⁸² *Genea*, baseado em BASTO, Carvalhos de, GAYO, Felgueiras, *Nobiliário das Famílias de Portugal, volume IV*, Braga, 1849, p.161, http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=53128, 19 de Agosto de 2008, 15.45h.

⁴⁸³ FARIA, António Machado de, *O Dr. Pedro de Alpõe, partidário do Prior do Crato*, “Anais - Academia Portuguesa de História”, II Série, volume 1, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1946, p.397-399.

⁴⁸⁴ *Genea*, baseado em BASTO, Carvalhos de, GAYO, Felgueiras, *Nobiliário das Famílias de Portugal, volume IV*, Braga, 1849, p.161, http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=53127, 19 de Agosto de 2008, 16.00h.

⁴⁸⁵ Era bisneto de João Lourenço da Cunha (2º Senhor de Pombeiro) e de D. Leonor Teles, depois rainha na sequência do segundo casamento com o rei D. Fernando. João Lourenço, que fugira para Castela pelo menos desde 1372, foi considerado culpado num atentado por envenenamento ao monarca, tendo visto todos os seus bens confiscados. Em GOMES, Rita Costa, *D. Fernando*, de Mouro, Círculo de Leitores, 2005, p.107 e p.124.

⁴⁸⁶ *Genea*, baseado em BASTO, Carvalhos de, GAYO, Felgueiras, *Nobiliário das Famílias de Portugal, volume IV*, Braga, 1849, p.161, http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=53127, 19 de Agosto de 2008, 16.00. Uma outra irmã, mais nova, Isabel da Cunha, não casou, em *Genea*, baseado em BASTO, Carvalhos de, GAYO, Felgueiras, *Nobiliário das Famílias de Portugal, volume IV*, Braga, 1849, p.160, BASTO, Carvalhos de, MORAIS, Cristóvão Alão de, *Pedatura Lusitana*, volume III, 2ª edição, Braga, 1997, p.253. http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=13214, 20 de Agosto de 2008, 16.00h.

⁴⁸⁷ Era um dos partidários de D. Pedro e Deão de Coimbra, e fez parte do conjunto dos doze membros da nobreza que, em conjunto com cinco leigos e dois cidadãos de Évora, se juntaram, por ordem régia, aos dois juizes que julgaram e condenaram os mentores do atentado a D. João II, nomeadamente o Duque de Bragança, e o seu homónimo, e também

Ataíde, pelo que defendemos a teoria da alienação entre conhecidos, mediada por um familiar, primo afastado do vendedor. No entanto, estamos convencidos que, nessa altura, não existiriam mais do que casas dispersas, tendo sido já D. João Álvares da Cunha o responsável por uma transformação mais profunda, até porque foi nos princípios do século XVI que houve uma intensa renovação urbana, com a nobreza provincial e a alta burguesia a marcarem a sua presença no casario por construções de relativo volume⁴⁸⁸. Provavelmente também João Álvaro da Cunha e o seu vizinho Pedro de Alpoim renovaram as suas casas, colocando as suas divisas nos respectivos portais de entrada. Assim, é dessa época (talvez segunda década do século) que datam, aproximadamente, as duas casas: a casa dos Cunhas de Pombeiro da Beira e a dos Alpoins (a primeira talvez ligeiramente anterior por comparação dos portais, a dos Alpoins provavelmente de 1517⁴⁸⁹), ambas à Estrela, e exemplos do manuelino naturalista das construções domiciliárias da altura. Pensamos, assim, que terão sido contemporâneas das obras de melhoramento das rampas naturais de acesso à porta de Belcouce, em 1517, nas quais foram construídos os contrafortes cilíndricos que ainda hoje lá existem (4./Fig.18).

Analisando o desenho de Baldi, apesar de posterior (de 1669), uma torre (já transformada) e a portatorre de Belcouce (e o que restava do arco) parecem formar uma unidade (4./Fig.19), sabendo-se pelo documento referido que separavam os quintais dos Alpoins dos quintais dos Cunhas. Assim, o pequeno casebre, a seguir, era já propriedade dos Cunhas, e depois, implantava-se a casa de João Álvares da Cunha⁴⁹⁰, no alinhamento, para norte, da torre quadrada da Estrela, continuando para além desta.

E, afinal, durante a ocupação civil das muralhas, até à instalação do colégio, a “torre” abaluartada quinária devia ter estado sempre cortada e desocupada, sendo, na realidade, a única torre a quadrada, na posição imediatamente anterior.

Parece existir um espaço livre, mais desafogado, atrás, no arruamento, entre a torre da Estrela e o local onde ainda hoje se vê a igreja de Santo António da Estrela⁴⁹¹ (4./Fig.20), configurando, já, o que viria a ser o (mais tarde) denominado largo da Estrela. Arruamento, esse, que o documento refere ser a rua das Fangas, e passar por entre casas e casas e quintais de João Álvares e muro da cidade. Assim, a casa de D. João Álvares da Cunha parece ter-se implantado numa antiga praça, ou largo

primo em 4º grau, Pedro de Ataíde, bem como o pai deste, D. Álvaro de Ataíde (irmão do 2º Conde de Atouguia e do Prior do Crato). De facto o pai de Pedro de Ataíde era primo direito do pai de Álvaro de Ataíde. Em GOMES, Saul António, *D. Afonso V*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2006, p.73, FONSECA, Luís Adão da, *D. João II*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005, p.72 e p.78, *Genea*, baseado em BASTO, Carvalhos de, GAYO, Felgueiras, *Nobiliário das Famílias de Portugal, volume I*, Braga, 1849, p.506, http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=47667, 25 de Agosto de 2008, 17.00h.

⁴⁸⁸ GONÇALVES, António Nogueira, *O paço dos senhores de Pombeiro na cidade de Coimbra, Albergaria-a-Velha, Tipografia Vouga*, 1959, p.10.

⁴⁸⁹ DIAS, Pedro, *A arquitectura de Coimbra na transição do gótico para a renascença. 1490-1540*, Coimbra, Epartur, 1982, p.101.

⁴⁹⁰ GONÇALVES, António Nogueira, *O Paço dos senhores de Pombeiro da Beira na cidade de Coimbra, Albergaria-a-Velha, Tipografia Vouga*, 1959, p.6.

⁴⁹¹ Actual Junta de freguesia de Almedina.

(4./Fig.17). De facto, na proximidade de uma porta com a importância da de Belcouce, teria de existir um recinto aberto para, em caso de emergência, se reunirem as tropas.

D. João Álvares da Cunha morreu por volta de 1529⁴⁹², e, como já referido, a casa passou para a posse de D. Garcia de Almeida⁴⁹³, que havia casado com uma filha daquele, D. Tomásia. Assim, a casa dos Cunhas e a de D. Garcia seriam a mesma, talvez com melhoramentos e adaptações, a segunda.

Esta casa já não existe, mas dela ficou o portal nobre que foi aproveitado, mais tarde, na frontaria da igreja do colégio franciscano de Santo António da Estrela (4./Fig.11), mantendo-se, ao que supomos, no sítio original (4./Fig.17). A sua identificação foi feita por António Nogueira Gonçalves, em 1958⁴⁹⁴ (4./Fig.12), que identificou o brasão que o portal ostentaria (4./Fig.14), e que hoje já não é visível⁴⁹⁵ (4./Fig.13).

4.4.1.1. O aforamento, vizinho, a Pedro de Alpoim

E, em rigor, neste período, teríamos de acrescentar mais um proprietário da nossa área de estudo: Pedro de Alpoim, uma vez que “*emprazou*” a torre-porta de Belcouce.

Vamos, no entanto, limitar-nos a alguns dados sobre esta personagem, e a detalhar as circunstâncias do aforamento, pois, apesar de terem existido vários outros aforamentos à porta de Belcouce, foi este o que mais polémica causou.

Pedro de Alpoim, ou Alpõe, era conimbricense e cavaleiro fidalgo da casa real, fora ouvidor geral e secretário de estado na Índia, tendo regressado por dois anos em 1512 (casando nessa altura), voltando, definitivamente, no primeiro semestre de 1517⁴⁹⁶. Faleceu, alguns anos mais tarde, em 1525⁴⁹⁷.

Teve, além do emprazamento da “*torre contígua às suas casas de habitação na Rua das Fangas, na parte posteriormente denominada Rua da Estrela*”⁴⁹⁸, o da Quinta do Pombal, comumente designada de Quinta das Lágrimas. Mas supomos que, neste documento específico, a torre aforada

⁴⁹² GONÇALVES, António Nogueira, O paço dos senhores de Pombeiro na cidade de Coimbra, Albergaria-a-Velha, Tipografia Vouga, 1959, p.7.

⁴⁹³ Ou já teria passado, antes, por dote.

⁴⁹⁴ DIAS, Pedro, *A arquitectura de Coimbra na transição do gótico para a renascença. 1490-1540*, Coimbra, Epartur, 1982, p.101-102, referindo-se a, GONÇALVES, António Nogueira, *O Paço dos senhores de Pombeiro da Beira na cidade de Coimbra*, Albergaria-a-Velha, Tipografia Vouga, 1959, p.6.

⁴⁹⁵ GONÇALVES, António Nogueira, O paço dos senhores de Pombeiro na cidade de Coimbra, Albergaria-a-Velha, Tipografia Vouga, 1959, p.8.

⁴⁹⁶ FARIA, António Machado de, *O Dr. Pedro de Alpõe, partidário do Prior do Crato*, “Anais - Academia Portuguesa de História”, II Série, volume 1, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1946, p.278.

⁴⁹⁷ LOUREIRO, José Pinto, *Coimbra no passado*, volumes II, Coimbra, Edição da Câmara Municipal, 1964, p.249.

⁴⁹⁸ Ibidem.

seja a que ele ocupou de facto, a não a que pretendeu ocupar, isto é, a torre imediatamente à direita da torre-porta (4./Fig.21).

Mas a tentativa de ocupação da torre-porta, na sequência de um outro aforamento, em 30 de Janeiro de 1520, e confirmado pelo monarca a 20 de Março⁴⁹⁹, causou-lhe inúmeros problemas. De facto, a Câmara de Coimbra tinha, por acórdão de 6 de Abril de 1519, resolvido que “*em tempo algum se aforassem as torres que estavam sobre e junto das portas da cidade*”, motivo porque até tinha escrito ao rei acerca do emprazamento feito nos anos antecedentes a Diogo Sá “*á porta de Belcouce*”, “*jugado muito oudioso pelos vereadores*”⁵⁰⁰, e Pedro de Alpoim era também vereador! Assim, atendendo aos acórdãos da Câmara, e como “*bão cidadão folgar de goardar e comprir as cousas da homrra e liberdade da cidade*”, desistiu de construir sobre a “torre-porta”, em vereação de 29 de Dez de 1521⁵⁰¹. Mas esta desistência não foi assim tão linear, e teve contrapartidas, sendo as descrições dos acontecimentos, constantes dos diversos documentos, bastante pormenorizadas e fundamentais para conseguirmos localizar os diversos elementos edificados, à época, pelo que optámos por transcrever, e analisar aqui, as mais significativas:

Assim, em 30 de Janeiro de 1520 Pedro de Alpoim, morador em Coimbra, fez o seguinte acordo com Diogo Homem, “*comtador dos almoxarifados*” de Coimbra e Aveiro: “*...como a porta de Bellcouce junto das casas da morada delle Pero dAlpoem o dito senhor tinha uma torre muito daneficada sobre a dita porta de Bellcouçe que parte da parte do Norte com pardieiros de Joam Aluarez da Cunha que foram de dom Afonso de Tayde alcaide moor da dita çidade e do Sull parte com rua pruuica que vay por bayxo da dita torre pela couraça a Via Longa (actualmente a rua da Alegria) e da parte do Levante parte com rua pruuica que vay da Rua das Fangas (actualmente ruas da Estrela e Fernandes Tomás) por amtre suas casas e quimtaes e casas do dito Joham Aluarez e muro da dita çidade e da parte do Ponente parte com barroquas*⁵⁰² *do dito Joham Aluarez da Cunha que estam sobre a dita couraça e sobre o rio de Mondeguo e que elle por fazer serujço ao dito senhor lhe aprazia de correger e aproueitir a dita torre e dar por ella ao dito senhor cada anno aquelle foro que a elle comtador bem e onesto pareçese semdolhe aforada em fateosym e que rjquerja a elle comtador que lhe fezese della aforamento e visto pelo dito comtador como a dita torre estaua muito daneficada e arrunhada dalto a baixo de foguo que se diz que lhe foy lançado em outro tempo de guerra sendo a cidade por alli combatida como por synais que nella ha bem se*

⁴⁹⁹ *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 38, folha 129, e Livro 12 da Estremadura, folha 33 verso, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, documento publicado em FARIA, António Machado de, *O Dr. Pedro de Alpõe, partidário do Prior do Crato*, “Anais - Academia Portuguesa de História”, II Série, volume 1, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1946, p.397-399.

⁵⁰⁰ *Índices e summarios dos livros e documentos mais antigos e importantes do archivo da Câmara Municipal de Coimbra. Segunda parte do inventário do mesmo archivo*, fascículo II, Coimbra, Imprensa Litteraria, 1869, p.53.

⁵⁰¹ FARIA, António Machado de, *O Dr. Pedro de Alpõe, partidário do Prior do Crato*, “Anais - Academia Portuguesa de História”, II Série, volume 1, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1946, p.278.

*parece e mostra asy ser e que serja grande serujço do dito senhor a dita torre ser repairada e aproveitada...*⁵⁰³.

Posteriormente, e a pedido de Pedro Alpoim (“...pedindonos o dito Pero dAlpoem por merçe que lhe confirmasemos a dita carta daforamento...”), D. Manuel confirma-lhe o aforamento, por carta expedida de Évora, a 20 de Março do mesmo ano⁵⁰⁴: “...por seu serujço (de El-rei) elle aforava e de feito aforou deste dia pera todo o sempre em fateosym a dita torre pelas ditas divjsões ao dito Pêro dAlpoem pêra elle e seus filhos e netos e erdeiros e açendemtes e deçendemtes com tall condisam que elle Pero dAlpoem e seus erdeiros em cada huum anno paguem de foro ao dito senhor ou a quem por ele suas remdas dos proprios da dita cidade arrecadar sesenta reaes desta moeda ora corrente de sejs seitis ao reall por dia de Sam Miguel de setembro e começe logo de fazer a primeira pagua no dito dia de Sam Miguell deste anno presente que he o foro e comtia que majs arzeado pareço segundo o grande daneficamento da dita torre e grande despesa que convinha se nela fazer pêra se aproueitar e com tall condiçam que elle Pêro dAlpoem demtro em tres annos primeiros vimdoiros comece de correger a dita torre e a repayre ate aquella altura em que de huma e da outra parte ora esta que seram tres braças pouco majs ou menos (5,40m ou 6,60m⁵⁰⁵) de altura elle e seus erdeiros sempre tenham e sostenham a dita torre bem corregida e aproueitada e a corregam de todo cajam caso fortoito jmçemdio e arrunhamento que lhe vir posa em maneira que a dita torre sempre esteja bem aproueitada melhorada e nom peiorada a sua propia custa deles jmquilinos e com tal comdiçam que sendo a dita torre necesarja pêra defemsam da dita cidade o jmquillino que a pesojr a solte liuremente pera se nella fazer todo o que nesesario for ...”, não podiam, no entanto, “...elles ditos Pêro dAlpoem e seus erdeiros que a dita torre pesojrem em nenhum tempo a dita torre vender nem torcar nem escaymbar nem adoar nem outra cousa della fazer sem licença do dito senhor...”⁵⁰⁶.

Entretanto, Pedro de Alpoim terá, supostamente, tomado conhecimento que “...a dita cidade (de Coimbra) pollo asy semtir por serviço de Deus e d’ el Rey Noso Señor e bem dos moradores della tinha fecto hum acordo que a Torre que esta sobre a Porta de Belcouce numqua em nenhum tempo

⁵⁰² Barroca: terreno irregular, barranco, precipício, caminho irregular entre penedos, em Dicionário Houaiss da língua portuguesa (Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia Portugal), tomo I, Lisboa, Circulo de Leitores, 2002, p.527.

⁵⁰³ Chancelaria de D. Manuel I, livro 38, folha 129, e Livro 12 da Estremadura, folha 33 verso, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, documento publicado em FARIA, António Machado de, *O Dr. Pedro de Alpõe, partidário do Prior do Crato*, “Anais - Academia Portuguesa de História”, II Série, volume 1, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1946, p.397-399.

⁵⁰⁴ Ibidem.

⁵⁰⁵ Consoante a braça tiver o valor de 1,80m ou 2,20m, em ALARCÃO, Jorge de, *Coimbra. A montagem do cenário urbano*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p.217.

⁵⁰⁶ Chancelaria de D. Manuel I, livro 38, folha 129, e Livro 12 da Estremadura, folha 33 verso, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, documento publicado em FARIA, António Machado de, *O Dr. Pedro de Alpõe, partidário do Prior do Crato*, “Anais - Academia Portuguesa de História”, II Série, volume 1, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1946, p.397-399.

se poder aforar nem dar a nenhua pessoa amte sempre estevese asy lyvre e desmbargada...”, tendo, então, como “*çidãõ desta çidade de Coymbra e vereador em ella ...soltou ho emprazamento que tynha da Torre da Porta de Belcouçe*”, em reunião de vereação de 29 de Dez de 1521, mas com determinadas condições:

Na acta da vereação ficou registado que: “*...ho dito Pero d’ Alpoym sabemdo que a çidade tall acordo [...] e por vyver jumto da dita Torre e lhe vyr bem em ella fazer algum edefyçio e cremdo que o comtador d’ el Rei a podia aforar ele lha forara e a confirmara por el Rei Noso Señor segumdo dello tinha seu titulo e por que ello depouys soube como a çidade tinha fecto ho dicto acordo e como boom çidãõ folgar de goardar e comprir as cousas da homrra e liberdade da dita cidade e elle Pero d’ Alpoym dyse que a elle aprazia de nom husar do dito aforamento e deixar a dita torre estar livre e desembargada a dita çidade como sempre esteve e ora estaa com tall entemdimto que se algum tempo alguma pessoa per quallquer vya que seja se queira entremeter ao tapar a dita torre asy da mao da çidade como d’el Rei Noso Señor, que entam elle huse de seu aforamento que do dito Señor tem por com esta comdiçam e cautella a larga ho direito que tem em ello e protesta a todo tempo que se o ho (sic) comtrayro fizer elle husar imteiramente de seu aforamento e o juiz e officiaes lhe agradeceram ho que asy [...] por parte da dita cidade e prometeram em seu nome e de todolos outros juiz e officiaes [...] tempos foramde asy ho compriram [...] por ser cousa de proll e promete[ram] [...]e que semdo caso que por [...] que seja se fizesse ho com [...] Pero de Alpoym ou seu sesesor posam husar e husam livremente de seu aforamento⁵⁰⁷.*

Ou seja, o aforamento ficava em suspenso (e não sem efeito), ficando a torre livre e desocupada, e só se faria uso dele na eventualidade de alguém pretender tapar a torre em questão.

Esta alteração foi registada e assinada, na acta, pelos intervenientes, mas, na mesma reunião, é feita uma espécie de adenda, compensando Pedro de Alpoim, e novamente assinada. No texto é claro que toda esta questão tinha a ver com a paisagem de que Pedro de Alpoim podia usufruir a partir do quintal da sua casa, e, como compensação “*por Pero d’ Alpoym disistyr de seu aforamento da Torre da Porta de Belcouce de que no asento atras faz memçam e por elle dizer que tynha necesydade de ganhar vista de seu quintall comtra ho muro e como requereo que nos aprouvese dar lhe licença que posa fazer huma varamda estreita do dito seu quintall pera o muro direito ao cubello que estaa logo acyma a Porta de Belcouce e ficara ho cubello com elle pera o repairar e nobrecer emfatiosym pera sempre pera elle e pera todos seus herdeiros e ficaram, do qual cubello pagara em quada hum anno dez rs de foro e seram a dita cidade per ho de Sam Miguell de Setembro*”.

Assim, pensamos, do texto ressalta que o que Pedro de Alpoim pretendia aforar era a “*Torre da Porta de Belcouçe*”, isto é, em nossa opinião ele já ocuparia a torre ao lado da torre-porta de

⁵⁰⁷ Documento gentilmente cifrado pela Dra. Paula Cristina Viana França, em *Vereações*, nº 4, Coimbra, AHMC, 1520-21, fl. 26 a 28.

Belcouce (e talvez a que fora antes emprazada a Diogo de Sá), pretendendo, agora edificar sobre a torre-porta, em si (4./Fig.22).

Interessante é perceber que o quintal da casa dos Alpoins não tinha vista (por estar atrás da casa de D. João Alvares da Cunha e do conjunto porta/torre de Belcouce), e que poderia ganhar “*vista de seu quintall contra ho muro*”, tendo-o conseguido através de “*huma varamda estreita do dito seu quintall pera o muro direito ao cubello que estaa logo acyma a Porta de Belcouce*”. Daqui ressalta que foi criada uma ligação superior que unia o quintal dos Alpoins à muralha, ficando aqueles com uma espécie de terraço até ao cubelo, sobre a porta de Belcouce, e com o referido cubelo (4./Fig.23). Por outro lado, este atravessamento devia implicar mais uma passagem inferior na rua pública, atrás da torre que se avista no desenho de Baldi.

Em conclusão, se a ideia inicial de Pedro de Alpoim era converter uma torre em residência, não nos parece que tenha conseguido, nem nessa altura, nem mais tarde, mas unicamente um prolongamento do seu jardim sob forma de um terraço (com fantásticas vista). Aliás, se analisarmos o muro da casa dos Alpoins, encontramos um último troço que, para além de inflectir, tem um sistema de escoamento de águas pluviais (através de duas gárgulas de bombardas) diferente do restante, e forma uma saliência com a casa imediatamente a seguir, a primeira da couraça de Lisboa (4./Fig.24). Esta saliência é também estranha e, no nosso entender, e significa que a referida casa é posterior, ocupando o que seria uma antiga via, de que falaremos mais à frente.

5. Três séculos, outra linhagem e um palácio lendário

Coimbra, no século XIII não era uma cidade muito populosa, nem com uma grande densidade populacional: o perímetro era de modestas dimensões, e no interior existiam bastantes espaços inabitados. Em volta das igrejas é que a população mais se adensava, encostada ao lugar santo, correspondendo, assim, a cada templo, um núcleo de habitações mais compacto⁵⁰⁸.

Do início do séc. XIII ao início do séc. XVI, a propriedade da Estrela estava na posse de uma outra linhagem, apesar de aparentada com a seguinte (cronologicamente falando, mas referida nos capítulos anteriores). E, deste conjunto, mais recuado, de proprietários, constaram também grandes personagens, entre elas: três alcaides de Coimbra, um almirante de Portugal, dois alferes-mor e três mordomos-mores, existindo, inclusivamente, ligações familiares a vários monarcas, e confirmando-se até, neste caso, a tradição de que as lendas se baseiam em factos verídicos.

De facto, acreditamos que esta linhagem se iniciou quando o rei D. Sancho I doou um terreno, contíguo às estruturas de defesa da cidade, a uma sua filha ilegítima, D. Teresa Sanches, e seu marido, D. Afonso Telez, pessoas da sua inteira confiança, certamente com o ónus de, em caso de necessidade, permitirem toda a movimentação militar necessária à defesa de Coimbra num ponto nevrálgico, que teria até já sido reforçado por sua iniciativa, encostado (ou já não) uma das portas principais da muralha da cidade.

Obviamente que no referido terreno existiria, ou deveria ter existido, um edifício principal, pois, antes de ser propriedade régia, pertencera nomeadamente a Mem Baldemires, alvazil de Coimbra, e posteriormente ao conde Fernão Peres. É no entanto difícil propor a sua localização, pois, inclusivamente, até uma nova estrutura defensiva, podia ter-se-lhe sobreposto.

Assim, e como só mais tarde (sobretudo a partir do século XV), as muralhas e as torres começaram a ser cedidas a privados⁵⁰⁹ (também como forma de ajudar a sustentar a degradação), optámos pela hipótese do edifício de D. Teresa Sanches se localizar aproximadamente ao meio da rua Fernandes Tomás⁵¹⁰ (5./Fig.1), contíguo a outra torre já referenciada, em situação menos exposta, na extrema a norte do terreno, uma vez que a propriedade original (que abrangia toda a rua) já havia sido dividida, uma primeira vez, ao meio, no séc. XII (como veremos em capítulos seguintes).

⁵⁰⁸ VASCONCELOS, António de, *A Sé Velha de Coimbra*, volume I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930, p.93-94.

⁵⁰⁹ DUARTE, Berta, *Núcleo Museológico da Cidade Muralhada. Contributo para o estudo da muralha de Coimbra*, “Monumentos”, nº25, Lisboa, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2006, p.154-159.

⁵¹⁰ E daí a importância que atribuímos aos resultados da prospecção arqueológica a decorrer numa casa da Rua Fernandes Tomás, denominada “Casa das Talhas”, no nº 58 a 66 da rua Fernandes Tomás, agora propriedade da C. M.C., pois tem, no nosso entender, a localização que supomos mais favorável ao raciocínio que expusemos.

Esse edifício, apesar de contíguo ao adarve, não deveria ser muito largo, pelo que optámos pela sua localização do lado poente da rua (que se poderia pensar liberto de construções), por duas razões: a pequena dimensão dos edifícios à época (mesmo de figuras ilustres), a descrição das extremas da propriedade de Mem Baldemires (que supomos estar balizada a nascente pela rua Fernandes Tomás), e a existência, no local, de um edifício, agora propriedade da C.M.C., denominado de “Casa das Talhas”⁵¹¹ (5./Fig.2), que no decorrer da intervenção arqueológica revelou algumas características particulares⁵¹².

Assim, desde o início do século XIII, até à venda da propriedade de D. Afonso de Ataíde, no início do XVI, a propriedade terá, provavelmente, mantido as extremas, podendo, eventualmente, ter existido alguma ocupação pontual de alguma área associada às estruturas defensivas da zona.

Já no que diz respeito a estas últimas, se se mantiveram, ou não, completamente operacionais, até ao século XVI, é um dado que de momento não possuímos, mas acreditamos que não foi edificada nenhuma nova casa, em posição mais alcandorada, antes da compra feita por D. João Álvares da Cunha, por volta dessa data.

Mas, não deixa de ser curioso o facto dos três últimos proprietários, antes desta transacção, serem todos alcaides-mores da cidade, bem como os capitéis ali aparecidos, referidos pelo Doutor Jorge de Alarcão, como podendo ter “pertencido a um palácio do séc. XIV, eventualmente sucedâneo da residência de D. Mendo Baldemires e do conde Fernão Peres”⁵¹³ (5./Fig.3).

Ora, o século XIV, na nossa lista de proprietários, coincide com os condes de Barcelos, (iniciam-se com o 1º conde, D. João Afonso de Menezes, e terminam numa filha do 4º conde, D. Leonor de Menezes). Assim, e pelo enorme poder os condes de Barcelos detinham, acreditamos que pudessem ter ocupado, de algum modo, o antigo local de implantação de um palácio anterior, de vistas panorâmicas, apesar da proximidade às estruturas defensivas da cidade; mas não nos parece que se tratasse do principal edifício residencial, pelo grande risco que tal acarretaria.

5.1. A propriedade dos Ataídes

5.1.1. D. Afonso de Ataíde, alcaide de Coimbra (fn. séc. XV-in. séc. XVI)

⁵¹¹ N° 58 a 66, da rua Fernandes Tomás.

⁵¹² Informação amavelmente cedida pela Dra. Berta Duarte a quem muito agradecemos a disponibilidade que sempre manifestou

⁵¹³ ALARCÃO, Jorge de, *Coimbra. A montagem do cenário urbano*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p.92.

D. Afonso de Ataíde (c.1480), 3º senhor de Atouguia, era filho primogénito de D. João de Ataíde e de D. Brites da Silva⁵¹⁴.

D. Afonso de Ataíde terá herdado a Casa de seu avô D. Martinho de Ataíde, 2º conde de Atouguia, em virtude do seu pai se ter tornado frade franciscano. Não herdou, no entanto, o título de conde, sendo unicamente senhor de Atouguia.

Casou, por volta de 1510, com D. Maria de Magalhães⁵¹⁵, filha de Fernão Lourenço da Mina, tendo o seu filho segundo⁵¹⁶, D. Luís de Ataíde (1517-1580), o 10º vice-rei da Índia, retomado, mais tarde, o título de conde de Atouguia (por carta de D. Sebastião)⁵¹⁷.

A já (muitas vezes) referida carta régia, de 30 de Janeiro de 1520, confirmando o aforamento de uma torre a Pedro Alpoim regista “...*pardieiros de Joam Alvarez da Cunha que foram de dom Afonso de Tayde alcayde moor da dita cidade...*”.

Ora tendo elaborado uma listagem⁵¹⁸, o mais completa possível, dos alcaides de Coimbra, não encontramos qualquer Afonso de Ataíde, mas sim Álvaro Gonçalves de Ataíde, bisavô de D. Afonso de Ataíde, em período ainda não muito remoto relativamente à época do documento: 1449-1452. Pensámos, inicialmente, isto é, antes de termos conhecimento da existência de um Afonso de Ataíde contemporâneo de Pedro de Alpoim, que se poderia tratar, então, de D. Álvaro Gonçalves de Ataíde, um antigo alcaide-mor, pessoa ilustre da qual ainda se falava decorridos sessenta e oito anos, tendo existido um lapso de transcrição, uma troca de Álvaro por Afonso. Mas, depois de sabermos da existência dum seu neto, precisamente da época em causa, e com o nome que está transcrito no documento, não temos dúvidas em afirmar que se trata de D. Afonso de Ataíde, que terá sido, também, alcaide-mor, à semelhança do avô (D. Martinho de Ataíde) e do bisavô (D. Álvaro Gonçalves de Ataíde), sendo assim o proprietário imediatamente anterior ao de 1520, significando também, como vimos, que ou ele próprio, ou um seu herdeiro, vendeu a propriedade a D. João Álvares da Cunha, 6º senhor de Pombeiro.

5.1.1.1. O aforamento da barbacã, vizinha, a Pedro Anes, em 1498

⁵¹⁴ *Genea*, baseado em BASTO, Carvalhos de, GAYO, Felgueiras, *Nobiliário das Famílias de Portugal, volume I*, Braga, 1989, p.504, SOUSA, D. António Caetano de, *História genealógica da Casa Real Portuguesa*, 2ª edição, tomo XII-P. I, Coimbra, Atlântida-Livraria Editora Lda., 1946, p. 12, em http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=2406, 3 de Setembro de 2008, 19.20h.

⁵¹⁵ *Ibidem*.

⁵¹⁶ Uma vez que o primogénito não casou, tendo falecido.

⁵¹⁷ *Nobreza de Portugal e do Brasil, volume segundo*, dir. Afonso Eduardo Martins Zúquete, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Lda., 1960, p.332.

⁵¹⁸ A propriedade manteve-se sempre em famílias ilustres, das quais saíram personagens das mais notáveis da cidade, e até do reino como é o caso dos vários mordomos-mores, tal como vimos em capítulos anteriores, e de alcaides-mores, entre outros.

Existe, datada de 17 de Outubro de 1502, uma carta de confirmação do aforamento, em três vidas, da barbacã, vizinha (“*asy como parte de huua parte com a tore do emgenho e core de lomguo ate a tore da rrolaçam*”), e que fora feito por Diogo Homem (contador dos almoxarifados de Coimbra de Aveiro), a Pedro Anes, tesoureiro da Sé de Coimbra, em 26 de Setembro de 1498. O foro era de vinte reis ao ano, e tinha ficado sem efeito o mesmo aforamento que havia sido feito, pelos oficiais da Câmara, a João Lourenço, por quinze reis, uma vez que aqueles não tinham competência para aforar a barbacã (apenas o almoxarifado, em representação de El-Rei)⁵¹⁹.

Tratava-se assim da barbacã que corria a um nível topográfico inferior, mas só do troço entre a torre do Engenho, ou seja, a torre abaluartada quinária onde se encontrava o trabuquete (mais tarde chamada de torre da Estrela, e muitas vezes confundida com a de Belcouce) e a torre da Relação, esta junto à porta de Almedina, ou seja, em plano inferior, um terreno paralelo à rua Fernandes Tomás (antiga rua das Fangas).

Ayres de Campos tinha de facto alguma razão quando, na transcrição deste documento, deixa em nota de rodapé que “*a torre do engenho devia ser para o lado da de Belcouce (collegio da Estrella), e, por ventura, proxima ao rocio, onde se guardava o trabuquete*”. Só que não era, ao que supomos, propriamente, para o lado dessa torre (da Estrela e não de Belcouce), mas sim ela própria, e onde se localizava também o recinto do trabuquete!

5.1.2. D. Martinho de Ataíde, alcaide de Coimbra (1452-2^amt. séc. XV)

D. Martinho de Ataíde (c.1410), 2º conde de Atouguia, era filho primogénito de Álvaro Gonçalves de Ataíde e de D. Guiomar de Castro. O título foi-lhe confirmado por D. Afonso V, por carta de 14 de Novembro de 1452, e foi do Conselho deste rei, capitão-mor dos Reinos de Portugal e dos Algarves, e igualmente alcaide de Coimbra (10 de Novembro de 1452)⁵²⁰.

Casou em primeiras núpcias com D. Catarina de Castro, não tendo havido descendência deste enlace, e segunda vez com Filipa de Azevedo⁵²¹, filha de Luís Gonçalves Malafaia, vedor da Fazenda, mas ao único filho de ambos, D. João de Ataíde, não chegou a ser atribuído o título de conde de Atouguia, pois, já viúvo da sua segunda mulher, D. Brites da silva⁵²² (a primeira fora D.

⁵¹⁹ *Índice chronologico dos pergaminhos e forais existentes no archivo da Câmara Municipal de Coimbra. Primeira parte do inventário do mesmo archivo*, fascículo único, Coimbra, Imprensa Litteraria, 1875, p.57 (doc.CIII).

⁵²⁰ *Nobreza de Portugal e do Brasil, volume segundo*, dir. Afonso Eduardo Martins Zúquete, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Lda., 1960, p.331.

⁵²¹ *Genea*, baseado em BASTO, Carvalhos de, GAYO, Felgueiras, *Nobiliário das Famílias de Portugal, volume I*, Braga, 1989, p.504, em http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=12771, 3 de Setembro de 2008, 17.05h.

⁵²² *Genea*, baseado em BASTO, Carvalhos de, GAYO, Felgueiras, *Nobiliário das Famílias de Portugal, volume I*, Braga, 1989, p.504, SOUSA, D. António Caetano de, *História genealógica da Casa Real Portuguesa*, 2ª edição, tomo XII-P. I, Coimbra, Atlântida-Livraria Editora Lda., 1946, p. 12, em http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=2099, 3 de Setembro de 2008, 18.10h.

Violante de Castelo Branco), mas ainda em vida de seu pai, ingressou na Ordem de S. Francisco, morrendo frade em 1507⁵²³.

E tal como já referimos, acabou por herdar a casa de D. Martinho de Ataíde, mas sem ter o título de conde, o seu neto, D. Afonso de Ataíde⁵²⁴.

5.1.3. D. Guiomar de Castro, alcaidessa de Coimbra (in. séc. XV-1452)

D. Guiomar de Castro (c.1390) era o terceiro filho de D. Pedro de Castro, Senhor de Cadaval e de D. Leonor de Meneses⁵²⁵. Tinha dois irmãos mais velhos e um outro mais novo; o primogénito não teve sucessão, mas os outros tiveram⁵²⁶, pelo que a propriedade poderá ter chegado a D. Guiomar por dote, propriedade que teria sido da sua mãe. Parece ser de facto a única, dos filhos de D. Pedro, que com maior probabilidade habitaria em Coimbra mercê do seu casamento com D. Álvaro Gonçalves de Ataíde, que chegou, até, a ser alcaide da cidade. Foi aia da infanta D. Leonor (depois imperatriz da Alemanha)⁵²⁷.

Quanto a D. Alvaro Gonçalves de Ataíde (c.1390), 1º conde de Atouguia, era filho primogénito de Martim Gonçalves de Ataíde (c.1350), alcaide-mor de Chaves e fidalgo muito honrado dos reinados de D. Fernando e D. João I⁵²⁸, e de D. Mécia Vasques Coutinho, aia dos infantes, filhos de D. João I⁵²⁹.

Casou com D. Guiomar de Castro⁵³⁰ de quem teve vasta prole⁵³¹, sendo o seu 5º filho, e 1ª filha, D. Joana de Castro, ou Joana de Ataíde, que casou com D. Fernando Coutinho, marechal de Portugal e

⁵²³ *Nobreza de Portugal e do Brasil, volume segundo*, dir. Afonso Eduardo Martins Zúquete, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Lda., 1960, p.331.

⁵²⁴ *Idem*, p.332.

⁵²⁵ *Genea*, baseado em BASTO, Carvalhos de, GAYO, Felgueiras, *Nobiliário das Famílias de Portugal, volume IV*, Braga, 1989, p.264, http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=9007, 21 de Agosto de 2008, 17.20h.

⁵²⁶ *Genea*, baseado em BASTO, Carvalhos de, GAYO, Felgueiras, *Nobiliário das Famílias de Portugal, volume IV e VI*, Braga, 1989, p.263 e p.695, BASTO, Carvalhos de, MORAIS, Cristóvão Alão de, *Pedatura Lusitana*, volume II, 2ª edição, Braga, 1997, p.393, BASTO, Carvalhos de, PIZARRO, José Augusto Sotto Mayor, 1ª edição, Ponte de Lima, 1995, p. 195, http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=961, 21 de Agosto de 2008, 17.35h.

⁵²⁷ *Nobreza de Portugal e do Brasil, volume segundo*, dir. Afonso Eduardo Martins Zúquete, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Lda., 1960, p.331.

⁵²⁸ *Genea*, baseado em BASTO, Carvalhos de, GAYO, Felgueiras, *Nobiliário das Famílias de Portugal, volume I*, Braga, 1989, p.503, *Armas e Troféus*, Instituto Português de Heráldica, 1974, p.36, FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*, volume I, 2ª edição, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 1973, p.75, http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=1041, 29 de Agosto de 2008, 23.50h.

⁵²⁹ *Nobreza de Portugal e do Brasil, volume segundo*, dir. Afonso Eduardo Martins Zúquete, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Lda., 1960, p.331.

⁵³⁰ *Genea*, baseado em BASTO, Carvalhos de, GAYO, Felgueiras, *Nobiliário das Famílias de Portugal, volume I*, Braga, 1989, p.504, http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=12829, 21 de Agosto de 2008, 17.15h.

⁵³¹ Um dos seus netos, Pedro de Ataíde (filho do seu quarto filho D. Álvaro de Ataíde), foi esquartejado em Setúbal, uma vez que foi considerado culpado na conjuração do Duque de Viseu, D. Diogo, contra El-rei, em *Genea*, baseado em BASTO, Carvalhos de, GAYO, Felgueiras, *Nobiliário das Famílias de Portugal, volume I*, Braga, 1989, p.504, http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=47667, 30 de Agosto de 2008, 00.20h.

alcaide-mor de Pinhel⁵³². Pensamos, de facto, que a designação de “torre de D. Joana”, que aparece num documento, coevo, de aforamento da muralha vizinha, terá origem nesta filha de D. Guiomar e de D. Álvaro Gonçalves, podendo a torre, ser uma das que confinavam com a propriedade dos pais: ou a que está sob a cabeceira da antiga igreja do colégio (actual sede da Junta de Freguesia de Almedina), ou a do Engenho/Estrela (a quadrada).

Álvaro Gonçalves de Ataíde foi com certeza da confiança do regente D. Pedro, uma vez que este o atribuiu como aio ao rei D. Afonso V, ainda criança, substituindo no cargo D. Nuno Martins da Silveira (este da confiança de D. Leonor de Aragão)⁵³³.

Senhor de Monforte, Vinhais e Cernache⁵³⁴, foi cavaleiro da Ordem da Espada, e, em 1445, armou uma das 26 caravelas que se destinaram à Guiné, e que realizou proezas várias. D. Afonso V concedeu-lhe, então, o título de 1º Conde de Atouguia, com a doação e jurisdição desta vila, por carta de 17 de Dezembro de 1448⁵³⁵.

D. Álvaro Gonçalves de Ataíde foi também alcaide-mor de Coimbra já em período posterior a 1449 (batalha de Alfarrobeira)⁵³⁶, tendo falecido em 1452⁵³⁷.

5.1.3.1. O aforamento da muralha, vizinha, a Fernão da Fonseca, em 1427

Neste período, em 29 de Março de 1427, a Câmara fez uma escritura de aforamento a Fernão da Fonseca e a toda a sua geração, do “lanço do muro ataa tore de dona Johana E asy como uay ataa tore de Belcoyce E asy ataa o Resyo honde soya destar o trabuquete cõ condiçõ q nõ Seia perjuizo aao concelho e q se podese delle ajudar E aproveitar përa defensa da dita cidade em tempo de mester E de uelar e Roldar q sem enbargo deste fernã da Fonseca E deste aforamento podessem andar pelo dito muro e casas e tore e alpenderes e uelar e roldar e em elles e per elles quando conprir ao concelho”, pelo foro anual de dez soldos de moeda antiga no dia de S. João Baptista⁵³⁸.

A descrição deste aforamento corrobora uma das ideias que temos defendido nesta tese, pois dele podemos deduzir que o edifício principal, nesta época, não estaria, ainda, localizado no local onde, mais tarde, veio a existir a casa de D. João Álvares da Cunha (e que já incluía algumas torres da muralha), uma vez que a muralha ainda está aforada, nesta altura, mas sem ocupação permanente.

⁵³² *Genea*, baseado em BASTO, Carvalhos de, GAYO, Felgueiras, *Nobiliário das Famílias de Portugal, volume I e IV*, Braga, 1989, p.504 e p.14, http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=19683, 5 de Outubro de 2008, 17.00h.

⁵³³ GOMES, Saul António, *D. Afonso V*, Rio de Mouro, Circulo de Leitores, 2006, p.55.

⁵³⁴ LOUREIRO, José Pinto, *Forais de Coimbra*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal de Coimbra, 1940, p.118-124.

⁵³⁵ *Nobreza de Portugal e do Brasil, volume segundo*, dir. Afonso Eduardo Martins Zuquete, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Lda., 1960, p.331.

⁵³⁶ LOUREIRO, José Pinto, *Forais de Coimbra*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal de Coimbra, 1940, p.118-124.

⁵³⁷ *Nobreza de Portugal e do Brasil, volume segundo*, dir. Afonso Eduardo Martins Zuquete, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Lda., 1960, p.331.

⁵³⁸ *Índice chronologico dos pergaminhos e forais existentes no archivo da Câmara Municipal de Coimbra. Primeira parte do inventário do mesmo archivo*, fascículo único, Coimbra, Imprensa Litteraria, 1875, p.32-33 (doc.LX).

Percebe-se também que as torres de D. Joana, o rossio do Trabuquete e a torre de Belcouce se encontram próximos e interligados.

Na transcrição deste documento, Ayres de Campos deixou, também, algumas notas sobre o texto, transcrevendo Fr. Belchior de S. Anna, na *Chronica dos Carmelitas* (reconhecível pelos termos usados):

Frei Belchior pertencia aos *Frades Menores Observantes Reformados da Real Província da Conceição*⁵³⁹ e referia na sua crónica que “*a porta de Belcouce estava aberta na torre do mesmo nome, hoje mettida no Collegio da Estrella, fazendo em outro tempo parte da muralha da cerca, ao longo da qual corria em direcção à pedreira a rua de Belcouce. A uma quadrella de distancia da dicta torre ficava a de D. Joanna (1428), onde para defeza da cidade soya d’estar o trabuquete ou catapulta*”. Mas Ayres de Campos optou por alterar um pouco o texto: “*D’ella a uma quadrella de distancia ficava a outra torre de D. Joanna, havendo também a partir do mesmo ponto, e por dentro da barbacã, uma rua de Belcouce, cuja direcção não é possivel determinar*”⁵⁴⁰.

Existem, nesta crónica, inúmeras afirmações que nos ajudaram à localização dos principais elementos da muralha:

- A afirmação sobre a porta de Belcouce estar aberta na torre do mesmo nome, parece confirmar tratar-se de uma porta do tipo que consiste na inserção de portas casteleiras numa torre, com duas entradas (em cotovelo) e um átrio intermédio, designado por “mocheta”, que facilmente podia ser flagelado de cima e de lado, por meio de varandins, bueiros e seteiras⁵⁴¹.

- Desta forma, o que estava “metido” no colégio (e que também fazia parte da “muralha da cerca”), seria todo o conjunto da porta-torre de Belcouce, não sendo, assim, a designação de Belcouce, atribuída a qualquer das torres da Estrela (a quadrada e a quinária) mas à torre/porta.

E a designação de muralha da cerca não nos parece bem traduzida, por Ayres de Campos, pelo termo barbacã.

- Por outro lado, a porta-torre de Belcouce distava “*uma quadrella de distância*” da de D. Joana. Tentámos então saber quanto seria, exactamente, esta distância, mas deparámo-nos com definições imprecisas⁵⁴²: “*quadrella do muro*”, termo referenciado em 1379, significando “*repartição, ou certo espaço de muro, cuja vigia, e defesa, estava comettida a determinada gente na occasião de guerra*” (séc. XVIII); “*quadrela*”, “*face de muro, de torre ou de qualquer edificio*” (séc. XIX,

⁵³⁹ C., J. C. A. de, *Apontamentos históricos de Coimbra. O arco romano, vulgo de Sancto António da Estrella*, “O Instituto”, volume decimo segundo, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1865, p.118-120.

⁵⁴⁰ *Índice chronologico dos pergaminhos e forais existentes no archivo da Câmara Municipal de Coimbra. Primeira parte do inventário do mesmo archivo*, fascículo único, Coimbra, Imprensa Litteraria, 1875, p.32 (doc.LX).

⁵⁴¹ GIL, *Os mais belos castelos e fortalezas de Portugal*, Lisboa, Editorial Verbo, 1986, p.229.

⁵⁴² VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa de, *Elucidário das palavras, termos, e frases que em Portugal antigamente se usarão e que hoje regularmente se ignorão*, Lisboa, Typographia regia silviana, 1799.

contemporânea de Ayres de Campos)⁵⁴³; “termo referenciado desde o século XIV, significando porção ou extensão de muro, parede, fachada, etc. geralmente compreendida entre dois elementos de referência, como, por exemplo, pilastras e patamares”; ou, simplesmente, “lanço” (séc. XXI)⁵⁴⁴. Em conclusão: quadrela seria a distância média de um lance de muralha entre dois pontos notáveis, por exemplo torres, o que nos conduz à torre de D. Joana ser, de facto, a quadrada do Engenho/Estrela.

Mas a questão mais complicada é sem dúvida a da rua de Belcouce: Fr. Belchior diz que ela corria ao longo da muralha da cerca em direcção à pedreira, já Ayres de Campos refere que a partir da torre de Belcouce existia uma rua de Belcouce, por dentro da barbacã, com uma direcção que não era possível determinar.

Não sabemos se Ayres de Campos usa, para semelhante afirmação, mais alguma fonte. Mas, e uma vez que um outro documento atrás referido esclarece que quem aforava na barbacã era o rei, através do almoxarifado (tratando-se aqui dum aforamento da Câmara), parece-nos que a referência, aqui, à barbacã, e não à muralha, só pode ser encarada na perspectiva de uma rua que partindo da torre de Belcouce acompanhasse a muralha até atingir a barbacã. Ou seja, eventualmente através do arco na muralha principal, que até se distingue na imagem de Baldi (entre a torre e a porta), e que conduz a um recinto poligonal que lhe está adossado, delimitado exteriormente por outra muralha mais baixa. Esta última talvez se possa considerar uma barbacã, mas havia ainda a designada “barbacã da cerca”, a um nível mais baixo.

Mas está, ainda, registado que a rua de Belcouce corria, ao longo da muralha da cerca, em direcção à pedreira. Supomos que a pedreira se tratava do local onde se armazenavam os pelouros para o trabuquete (e não, talvez, donde se extraíam⁵⁴⁵), localizada no sítio onde, posteriormente, se veio a edificar a casa de D. João Álvares da Cunha, imediatamente a norte da torre do Engenho/Estrela, assim (convenientemente) próxima do trabuquete.

Acreditamos, de facto, que este nosso estudo nos conduziu à identificação de vários dos elementos da muralha (5./Fig.4). Tentámos, na medida do possível, ir testando a nossa proposta de implantação do que supomos ter sido o sistema defensivo da Estrela, com cada documento.

5.2. A propriedade dos Meneses e dos condes de Barcelos

⁵⁴³ CARVALHO, António José de, DEUS, João de, *Diccionario prosódico de Portugal e Brazil*, Porto, Lopes & C.^a, 1895, p.728.

⁵⁴⁴ *Dicionário Houaiss da língua portuguesa (Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia Portugal)*, tomo V, Lisboa, Circulo de Leitores, 2002, p.3035.

⁵⁴⁵ “Lugar ou rocha de onde se extrai pedra”, mas também “trecho de estrada com muitas pedras”, em *Dicionário Houaiss da língua portuguesa (Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia Portugal)*, tomo V, Lisboa, Circulo de Leitores, 2002, p.2805.

5.2.1. D. Leonor de Meneses (a.1381-fn. séc. XIV)

D. Leonor de Meneses (c.1360) era filha de D. João Afonso Telo de Meneses, 1º conde de Ourém e 4º conde de Barcelos e de D. Guiomar Lopes Pacheco⁵⁴⁶. Era o terceiro filho, a única filha, do casal. Os seus irmãos, o mais velho (D. Afonso Telo de Meneses, 5º conde de Barcelos) e o mais novo não deixaram sucessão, unicamente o secundogénito, D. João Afonso Telo de Meneses, 1º conde de Viana do Alentejo⁵⁴⁷. D. Leonor terá, talvez, recebido, por dote, a propriedade de seu pai, D. João Afonso Telo de Meneses, tendo deixado, assim, de fazer parte da Casa de Barcelos. Casou (c.1370) com D. Pedro Pires de Castro⁵⁴⁸.

Relativamente a D. Pedro (c.1340), senhor de Cadaval, era filho primogénito de D. Álvaro Pires de Castro (irmão de D. Inês de Castro), 1º conde de Arraiolos e 1º conde de Viana da Foz do Lima, 1º condestável de Portugal (título criado a seu favor por D. Fernando I, em 1382) e alcaide-mor de Lisboa, e de Maria Ponce de Leon⁵⁴⁹. No entanto não herdou os títulos do pai, pois D. João I tirou as terras de Arraiolos à sujeição do conde, que apenas conservou o título até morrer⁵⁵⁰, não passando para o seu primogénito, e sendo depois atribuído pelo rei a D. Nuno Álvares Pereira⁵⁵¹.

5.2.2. D. João Afonso Telo de Meneses, 4º conde Barcelos (1357-1381)

⁵⁴⁶ *Genea*, baseado em BASTO, Carvalhos de, GAYO, Felgueiras, *Nobiliário das Famílias de Portugal, volume IV e VI*, Braga, 1989, p.263 e p.695, BASTO, Carvalhos de, MORAIS, Cristóvão Alão de, *Pedatura Lusitana*, volume II, 2ª edição, Braga, 1997, p.393, BASTO, Carvalhos de, PIZARRO, José Augusto Sotto Mayor, 1ª edição, Ponte de Lima, 1995, p. 195, http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=985, 21 de Agosto de 2008, 23.35h.

⁵⁴⁷ *Nobreza de Portugal e do Brasil, volume terceiro*, dir. Afonso Eduardo Martins Zúquete, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Lda., 1961, p.478.

⁵⁴⁸ *Genea*, baseado em BASTO, Carvalhos de, GAYO, Felgueiras, *Nobiliário das Famílias de Portugal, volume VI*, Braga, 1989 p.695, BASTO, José Augusto Sotto Mayor Pizarro Carvalhos de, *Os patronos do Mosteiro de Grijó*, 1ª edição, Ponte de Lima, 1995, p.192 e 195, http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=716, 4 de Setembro de 2008, 16.40h.

⁵⁴⁹ *Genea*, baseado em BASTO, Carvalhos de, GAYO, Felgueiras, *Nobiliário das Famílias de Portugal, volume IV e VI*, Braga, 1989, p.263 e p.695, BASTO, Carvalhos de, MORAIS, Cristóvão Alão de, *Pedatura Lusitana*, volume II, 2ª edição, Braga, 1997, p.393, BASTO, Carvalhos de, PIZARRO, José Augusto Sotto Mayor, 1ª edição, Ponte de Lima, 1995, p. 195, http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=961, 21 de Agosto de 2008, 17.35h.

⁵⁵⁰ *Nobreza de Portugal e do Brasil, volume segundo*, dir. Afonso Eduardo Martins Zúquete, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Lda., 1960, p.321.

⁵⁵¹ *Genea*, baseado em BASTO, Carvalhos de, GAYO, Felgueiras, *Nobiliário das Famílias de Portugal, volume IV e VI*, Braga, 1989, p.263 e p.695, BASTO, Carvalhos de, MORAIS, Cristóvão Alão de, *Pedatura Lusitana*, volume II, 2ª edição, Braga, 1997, p.393, BASTO, Carvalhos de, PIZARRO, José Augusto Sotto Mayor, 1ª edição, Ponte de Lima, 1995, p. 195, http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=961, 21 de Agosto de 2008, 17.35h.

D. João Afonso Telo de Meneses (c.1310), 1º conde de Ourém e 4º conde de Barcelos, era filho primogénito de D. Afonso Martins Telo, rico-homem de Castela e depois de Portugal, alcaide de Marvão e de sua mulher Berenguela Lourenço⁵⁵² (ou Berengária Lourenço de Valadares⁵⁵³).

Tinha uma irmã, D. Maria Afonso Telo, casada com o alcaide-mor de Coimbra Gonçalo Mendes de Vasconcelos, e que não teve descendência⁵⁵⁴. Acreditamos que tenha sido um dos proprietários da Estrela por via da Casa de Barcelos, de que foi o 4º conde.

Casou com D. Guiomar de Vilalobos (também chamada de Guiomar Lopes Pacheco)⁵⁵⁵, filha de Lopo Fernandes Pacheco, senhor de Ferreira⁵⁵⁶, e que tinha sido criada na casa de D. Álvaro Gonçalves Pereira (devido às vicissitudes envolvendo a linhagem dos Pachecos, consequência da morte de Inês de Castro⁵⁵⁷). A partir de 1356, o casal recebe sob sua protecção os sobrinhos, entre os quais a futura rainha D. Leonor Teles, na sequência da violenta morte, em Castela, do pai destes (irmão de D. João Afonso)⁵⁵⁸.

Foi a principal figura da corte do rei D. Pedro I, desempenhando durante duas décadas o cargo de mordomo-mor daquele rei⁵⁵⁹, pelo que, em 10 de Outubro de 1357, lhe foi concedido o título de 4º conde de Barcelos, sucedendo nele a Pedro Afonso⁵⁶⁰, filho bastardo de D. Dinis, ao qual não tinha qualquer ligação familiar, apesar do referido título (até) ter tido origem num primo direito de seu pai (D. João Afonso de Meneses, 1º conde de Barcelos).

Foi o 4º almirante de Portugal⁵⁶¹, senhor donatário da jurisdição da honra de Britiande, do padroado de São Lourenço do Bairro, dos direitos reais de Óis da Ribeira, da vila do Peral, da vila do Cadaval, das de Anção, Torres Novas e seu termo⁵⁶².

Um segundo título, de 1º conde de Ourém, foi-lhe atribuído, entre 5 de Janeiro de 1370 e 25 de Dezembro de 1371, por D. Fernando I. De facto, na primeira destas datas, por carta, foi-lhe doada a vila de Ourém, mas ainda não é designado por conde, mas, na segunda, na doação da quinta de

⁵⁵² *Nobreza de Portugal e do Brasil, volume terceiro*, dir. Afonso Eduardo Martins Zúquete, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Lda., 1961, p.82.

⁵⁵³ *Genea*, baseado em BASTO, Carvalhos de, GAYO, Felgueiras, *Nobiliário das Famílias de Portugal, volume X*, Braga, 1989, p.66, BASTO, José Augusto Sotto Mayor Pizarro Carvalhos de, *Os patronos do Mosteiro de Grijó*, 1ª edição, Ponte de Lima, 1995, p.159, CASTRO, Eugénio de, *Os meus Vasconcelos*, 1ª edição, Coimbra, Coimbra Editora, 1933, p.74, SOUSA, D. António Caetano de, *História genealógica da Casa Real portuguesa*, tomo XII-P. I, 2ª edição, Coimbra, Atlântida - Livraria Editora, Lda., 1946, p.2 http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=9085, 4 de Setembro de 2008, 16.45h.

⁵⁵⁴ *Ibidem*.

⁵⁵⁵ *Ibidem*.

⁵⁵⁶ *Nobreza de Portugal e do Brasil, volume terceiro*, dir. Afonso Eduardo Martins Zúquete, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Lda., 1961, p.82.

⁵⁵⁷ GOMES, Rita Costa, *D. Fernando*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005, p.30.

⁵⁵⁸ *Idem*, p.29.

⁵⁵⁹ *Ibidem*.

⁵⁶⁰ Que falecera em 1354.

⁵⁶¹ *Genea*, baseado em FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*, 2ª edição, Imprensa Nacional -Casa de Moeda, volume III, Lisboa, 1973, p.253, BASTO, José Augusto Sotto Mayor Pizarro Carvalhos de, *Os patronos do Mosteiro de Grijó*, 1ª edição, Ponte de Lima, 1995, p.195, http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=608, 22 de Agosto de 2008, 00.00h.

⁵⁶² *Nobreza de Portugal e do Brasil, volume terceiro*, dir. Afonso Eduardo Martins Zúquete, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Lda., 1961, p.82.

Vilarinho, já é tratado dessa forma⁵⁶³. Quando lhe foi concedido o segundo título, o seu filho, D. Afonso Telo de Meneses (que exercia o cargo de mordomo-mor), passou a ser o 5º conde, mas morreu solteiro, e sem geração, ainda em vida do pai, pelo que o título reverteu novamente para este, acumulando os dois⁵⁶⁴.

D. João Afonso fundou, em 1376, o convento de Santo Agostinho, de Santarém⁵⁶⁵.

O velho magnate continuou até ao seu desaparecimento a ser protagonista de muitos actos de importância política: por exemplo, no testamento de D. Fernando era nomeado como principal executor, designado por “conde velho”, e foi delegado do rei para propor o casamento da infanta D. Beatriz com o filho do rei de Castela⁵⁶⁶.

D. João Afonso Telo de Meneses faleceu pelo Natal de 1381, tendo sido sepultado na igreja da Graça de Santarém⁵⁶⁷.

Mas D. Guiomar, bastante mais nova que o marido, sobreviveu-lhe muitos anos, morrendo só depois de 22 de Agosto de 1404⁵⁶⁸, mantendo sempre uma ligação à rainha D. Leonor Teles, de quem foi a figura materna e o elo de ligação ao velho prior do Crato e a seus filhos, nomeadamente a D. Nuno Álvares Pereira⁵⁶⁹.

No título de conde de Barcelos, sucedeu-lhe seu sobrinho (irmão de D. Leonor Teles)⁵⁷⁰, e homónimo, D. João Afonso Telo de Meneses, 6º Conde de Barcelos⁵⁷¹, mas passou para o partido de Castela, acabando o condado por reverter para a coroa⁵⁷².

5.2.3. D. Pedro Afonso, 3º conde de Barcelos (1329-1354)

A propriedade da Estrela poderá ter chegado a D. Pedro Afonso, filho bastardo de D. Dinis, por herança de D. Afonso Sanches, seu meio-irmão (casado com D. Teresa Martins de Meneses), que lhe deixou alguns dos seus bens; ou através da Casa de Barcelos, de que foi 3º Conde. Assim, e

⁵⁶³Ibidem.

⁵⁶⁴ Que vagou para a coroa, em *Nobreza de Portugal e do Brasil, volume segundo*, dir. Afonso Eduardo Martins Zúquete, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Lda., 1960, p.386-387.

⁵⁶⁵*Nobreza de Portugal e do Brasil, volume terceiro*, dir. Afonso Eduardo Martins Zúquete, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Lda., 1961, p.82.

⁵⁶⁶ GOMES, Rita Costa, *D. Fernando*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005, p.147.

⁵⁶⁷*Nobreza de Portugal e do Brasil, volume terceiro*, dir. Afonso Eduardo Martins Zúquete, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Lda., 1961, p.82.

⁵⁶⁸Ibidem.

⁵⁶⁹ GOMES, Rita Costa, *D. Fernando*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005, p.30.

⁵⁷⁰ O 6º conde, D. João Afonso Telo de Meneses, era primo co-irmão do 5º conde (filho de Martim Afonso Telo, mordomo-mor da rainha D. Maria de Castela, e irmão do 4º conde), tendo sucedido directamente ao 4º conde. Mas passou para o partido de Castela, acabando por morrer na batalha de Aljubarrota a combater as hostes de D. João I, pelo que se extinguiu com sua morte o condado, vagando para a coroa, em *Nobreza de Portugal e do Brasil, volume segundo*, dir. Afonso Eduardo Martins Zúquete, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Lda., 1960, p.386-387.

⁵⁷¹*Nobreza de Portugal e do Brasil, volume terceiro*, dir. Afonso Eduardo Martins Zúquete, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Lda., 1961, p.82.

⁵⁷² Foi 6º conde D. João Afonso Telo de Meneses, primo co-irmão do 5º conde (filho de Martim Afonso Telo, mordomo-mor da rainha D. Maria de Castela, irmão do 4º conde), sucedendo directamente ao 4º conde, mas passou a

apesar de D. Pedro não pertencer, de facto, à família dos Menezes, tratou-se de uma situação pontual, relacionada com a Casa de Barcelos (e com a vontade do rei D. Dinis), pois esta, no período que precedeu, e no que se seguiu ao conde, sempre pertenceu à referida família.

Nasceu por volta de 1280 (ainda antes do casamento de D. Dinis e D. Isabel), talvez na vila de Torres Vedras ou no seu termo. A mãe era uma jovem da nobreza, D. Grácia Anes, descendente, pelo lado materno, do terceiro alcaide de Atougua. Teve por tutora a rainha D. Isabel, tal como o seu meio-irmão, também bastardo, Afonso Sanches, e foi um notável trovador e linhagista.

Casou com D. Branca Peres, filha de Pedro Anes de Portel e de D. Constança Mendes de Sousa, e assim herdeira de duas das maiores Casas do reino, mas enviuvou cedo, cerca de 1310. Terá tido dois filhos, mas morreram meninos. Voltou a casar, pouco depois da morte de D. Branca, ainda antes de 1311, com a condessa D. Maria Ximenes Cornell, dama da rainha, ainda muito nova, também originária de Aragão. Mas este segundo matrimónio não correu bem, ao que parece por incompatibilidade de personalidades.

Era dotado física e espiritualmente, de elevadíssima estatura e um poeta inspirado, pacífico e de “*bom-aviso*”, pelo que, em 1307 foi nomeado mordomo da casa da infanta D. Beatriz (futura rainha e cunhada).

Em 1314 D. Dinis concede-lhe o título de conde de Barcelos, e em 1 de Abril de 1314 faz-lhe a doação da mesma vila para a possuir em vida, sendo-lhe ainda atribuído o cargo de alferes-mor do reino, ou seja, chefe dos exércitos reais. E o monarca refere que lhe concedeu tamanhos benefícios “*pelos muitos serviços que me D. Pedro Afonso, meu filho, fez*”, pois nesse ano conseguira pacificar as relações familiares valendo-se da influência que tinha junto do infante, pois era o único meio-irmão que este via com bons olhos. No entanto o novo cargo também deu origem a que as relações com D. Afonso esfriassem.

Para conseguir reatar essa ligação, em 1318, durante algum tempo, tentou aproximar-se mais dele, o que conduziu a uma interpretação errada dos seus outros dois meios-irmãos, D. João Afonso e D. Afonso Sanches (quando este último sempre se tinha dado muito bem com ele, até fazendo-o herdeiro de uma parte dos seus bens). E, mediante uma cilada, conseguiram-no culpabilizar aos olhos de D. Dinis, que lhe retirou todos os cargos, obrigando-o a exilar-se em Castela, falho de recursos, tendo-se lá endividado.

Entretanto, em Portugal, as desavenças entre D. Dinis e o infante aumentavam cada vez mais, razão pela qual, depois de várias tentativas de reconciliação à distância com o pai, em meados de 1321, D. Pedro aceitou um convite do meio-irmão para voltar a Portugal, com a secreta esperança de

Castela, acabando por morrer na batalha de Aljubarrota combatendo as hostes de D. João I, pelo que se extinguiu com sua morte o condado.

conseguir novamente uma reconciliação. Esperava que tal possibilitasse também a restituição dos seus bens, intenção imediatamente compreendida por D. Dinis.

Assim, nos finais de 1321, estava de novo em Portugal, no meio de uma guerra civil declarada, sendo obrigado, devido às circunstâncias, a ajudar D. Afonso, mas tentando sempre chegar, nas contendas, a soluções mais pacíficas. Assim, quando a rainha D. Isabel tentou pessoalmente a pacificação, imediatamente D. Pedro se lhe juntou, conseguindo “in extremis” a reconciliação de pai e filho. Dessa forma, no acordo de paz de Abril de 1322, uma das cláusulas era a restituição a D. Pedro Afonso de todos os bens, honras e cargos anteriores ao desterro. E D. Maria Ximenes, que não tinha tido qualquer intervenção nos anos anteriores, passou-lhe uma procuração para poder “*emprasar*” e “*escambar*” os seus bens em Portugal.

Mas, em 1323, reacende-se a guerra civil, e D. Pedro segue o infante, deixando D. Dinis perplexo, mas aquele trata de garantir ao pai que nunca o tinha atraído e que, se houvesse de facto o perigo de guerra, estaria do seu lado, ao seu serviço, o que de facto veio a acontecer. E assim o encontramos, em Alvalade, com os outros filhos bastardos, ao lado do monarca, tendo, mais uma vez, a rainha conseguido evitar o confronto no limite. Encetaram-se, novamente, negociações de paz, mediadas por D. Afonso Sanches, mordomo-mor, e D. Pedro Afonso, e uma das exigências que D. Dinis não aceitava era a demissão, do primeiro, do cargo. Mas foi o próprio que se demitiu e abandonou o país para poder haver paz. Paz, dessa vez, definitiva, mas da qual o monarca pouco gozou, falecendo no início do ano seguinte, em 1325, rodeado de todos os outros filhos, incluindo o infante.

A partir desta altura, D. Pedro foi viver para a Beira, nos seus paços de Lalim, tendo as relações com D. Afonso IV esfriado, pois este nunca lhe perdoou tê-lo abandonado em 1323. Estava afastado da mulher D. Ximena, vivendo em união de facto com uma jovem toledana, D. Teresa Anes, que nunca o abandonou ajudando-o, até financeiramente (pois a sua Casa nunca se recuperara totalmente dos acontecimentos do tempo do exílio).

Mas, em 1336, uma ordem régia arranca-o à desejada solidão, sendo obrigado a pegar em armas, por Portugal, contra Castela. Obedece, com relutância, pois dedicava sincera amizade a D. Afonso XI de Castela, seu sobrinho, que conhecera, criança, na ocasião do seu desterro. Cumpre a sua obrigação com sucesso, mas, em 1337, já não está à frente das operações: ou por doença, ou por escrúpulos, fora substituído pelo próprio soberano.

Mas, em 1338, é mais uma vez chamado para negociações de paz, arranjando um pretexto para não ter de o fazer, tendo perdido, com esta atitude, os restos do favor real, além do que D. Maria Ximenes vivia, ostensivamente, em Lisboa, em casa de um valido de D. Afonso IV, talvez por vingança.

Data, no entanto, desta época atribulada, a compilação dos cantares galaico-portugueses no seu *Livro das Cantigas*, e a organização do *Livro de Linhagens*, que tencionava deixar ao rei de Castela.

Em 1345, D. Pedro Afonso e D. Maria Ximenes separam os bens, através de doações mútuas de bens nos respectivos países, e tal só foi possível através do endividamento a D. Teresa Anes, dada a superioridade dos bens do conde, voltando D. Maria Ximenes para Castela.

Mas, em 1348, D. Teresa Anes é vítima da peste, deixando um testamento no qual ordena a construção de um hospital em Lisboa, sendo D. Pedro o testamenteiro e administrador desse hospital. Parece ter ainda resistido até 1350, mas, em 1351, inicia-se a construção da obra, o que parece pressupô-la já falecida.

D. Pedro Afonso morre, também, antes de 5 de Julho de 1354, tendo sido sepultado no mosteiro de S. João de Tarouca onde já estava D. Teresa Anes⁵⁷³ (5./Fig.5).

5.2.4. D. Teresa Martins de Meneses (d.1312-d.1329)

D. Teresa Martins de Meneses (c.1290), 5ª senhora de Albuquerque, era segunda filha de D. João Afonso Teles de Meneses, 1º conde de Barcelos, e de Teresa Sanchez (filha ilegítima de D. Sancho IV, rei de Castela). Tinha uma irmã, mais velha, D. Violante Sanches (c.1285)⁵⁷⁴, casada com D. Martim Gil, 2º conde de Barcelos.

Poderá ter sido proprietária, por herança de sua irmã e cunhado (este falecido em 1312), que não tiveram descendência, no caso da propriedade da Estrela não estar, de raiz, associada ao condado de Barcelos, isto é, ter sido associada numa fase posterior. Mas, tal como ficou patente pelos capítulos anteriores, acreditamos na transmissão da propriedade associada à Casa de Barcelos, e mantivemos D. Teresa na listagem dos nossos proprietários pela dificuldade que temos, de momento, em deslindar uma complicada teia de relações familiares, que terão originado, certamente, algumas situações menos lineares.

D. Teresa Martins de Meneses casou, antes de Fevereiro de 1306, com D. Afonso Sanches⁵⁷⁵, filho bastardo de D. Dinis⁵⁷⁶, e a sua descendência directa protagonizou histórias que acabaram tragicamente: o único filho do casal, D. João Afonso de Albuquerque, o 6º senhor de Albuquerque,

⁵⁷³ *Nobreza de Portugal e do Brasil, volume segundo*, dir. Afonso Eduardo Martins Zúquete, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Lda., 1960, p.376-386.

⁵⁷⁴ *Genea*, baseado em FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*, 2ª edição, Imprensa Nacional - Casa de Moeda, volume I e III, Lisboa, 1973, p.106 e p.241, SOUSA, D. António Caetano de, *História genealógica da Casa Real portuguesa*, tomo I, 2ª edição, Coimbra, Atlântida - Livraria Editora, Lda., 1946, p.150, em http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=417, 5 de Setembro de 2008, 20.00h.

⁵⁷⁵ *Genea*, baseado em BASTO, Carvalhos de, GAYO, Felgueiras, *Nobiliário das Famílias de Portugal, volume I*, Braga, 1989 p.215, BASTO, José Augusto Sotto Mayor Pizarro Carvalhos de, *Os patronos do Mosteiro de Grijó*, 1ª edição, Ponte de Lima, 1995, p.187, PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor, *Linhagens medievais portuguesas*, volume 1, 1ª edição, Porto, Universidade Moderna, 1999, p. 193, SOUSA, D. António Caetano de, *História genealógica da Casa Real portuguesa*, tomo I, 2ª edição, Coimbra, Atlântida - Livraria Editora, Lda., 1946, p.150, em http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=544, 5 de Setembro de 2008, 20.15h.

⁵⁷⁶ Filho de Aldonça Rodrigues da Telha, nascido antes do casamento de D. Dinis com D. Isabel, em 1282, em *Nobreza de Portugal e do Brasil, volume primeiro*, dir. Afonso Eduardo Martins Zúquete, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Lda., 1961, p.193.

apesar de ter sido aio e mordomo-mor de D. Pedro I e de “*esforçado e prudente e muy privado do rey*”, foi assassinado por este com ervas venenosas⁵⁷⁷; por sua vez o seu único filho legítimo, D. Martim Anes de Albuquerque, 7º senhor de Albuquerque, 11º senhor de Menezes, não casou e deve ter morrido novo *com peçonha* (isto é, com veneno)⁵⁷⁸.

Por outro lado, o seu casamento com D. Afonso Sanches, também lhe deve ter trazido muitos dissabores: de facto, o bastardo era muito querido de seu pai, chegando a ser o mordomo-mor, o que provocou violentos ciúmes por parte do futuro D. Afonso IV.

Para acalmar o infante, pediu D. Dinis a D. Afonso Sanches, já então casado, que se retirasse para Castela onde o casal possuía, ele, a vila de Albuquerque, e ela, a de Codiceira. Mas, por volta de 1323, não aguentou o afastamento, e pediu a seu pai licença para voltar a residir em Portugal. A licença foi-lhe concedida, mas deu novamente origem a problemas com o meio-irmão, tendo de se retirar novamente para Castela, onde se encontrava quando morreu D. Dinis, em 1325.

Soube então que o primeiro cuidado do novo rei fora confiscar-lhe os bens e decretar-lhe o exílio, mau grado ter-lhe escrito uma carta na qual o reconhecia como rei e lhe oferecia os seus serviços, D. Afonso IV teimou na sua resolução. Então, D. Afonso Sanches, com os seus vassallos de Castela, e ajudado pelo infante D. Filipe (que lhe era muito afeiçoado), invadiu Portugal, e após a derrota do mestre de Avis (D. Gonçalo Vaz), o monarca português envolveu-se pessoalmente, o que originou a intervenção da Rainha D. Isabel (ao tempo já recolhida no convento de Santa Clara, em Coimbra), e que conseguiu restabelecer a paz entre ambos. E, com tal sucesso, que todos os bens de D. Afonso Sanches lhe foram restituídos, sendo-lhe mesmo permitido residir em Portugal, o que aconteceu até à sua morte, em 1329, em Vila do Conde, onde fundara o mosteiro de Santa Clara. A esposa sobreviveu-lhe ainda bastantes anos, vindo a falecer por volta de 1350. Mais tarde, nessa vila, tanto ele como a sua mulher, eram venerados como santos⁵⁷⁹.

Assim, a ter sido, D. Teresa Martins de Meneses, de facto, proprietária da Estrela⁵⁸⁰, verificamos que a propriedade, provavelmente, não se manteve nos seus descendentes directos, tendo passado para um primo em 3º grau, D. João Afonso Telo, ao qual também foi atribuído precisamente o título

⁵⁷⁷ *Genea*, baseado em BASTO, Carvalhos de, GAYO, Felgueiras, *Nobiliário das Famílias de Portugal, volume I*, Braga, 1989 p.215, BASTO, José Augusto Sotto Mayor Pizarro Carvalhos de, *Os patronos do Mosteiro de Grijó*, 1ª edição, Ponte de Lima, 1995, p.188 e p.209, FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*, 2ª edição, Imprensa Nacional - Casa de Moeda, volume II, Lisboa, 1973, p.195, PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor, *Linhagens medievais portuguesas*, volume 1, 1ª edição, Porto, Universidade Moderna, 1999, p. 196, SOUSA, D. António Caetano de, *História genealógica da Casa Real portuguesa*, tomo I, 2ª edição, Coimbra, Atlântida - Livraria Editora, Lda., 1946, p.149, em http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=689, 5 de Setembro de 2008, 23.05h.

⁵⁷⁸ *Genea*, baseado em BASTO, Carvalhos de, GAYO, Felgueiras, *Nobiliário das Famílias de Portugal, volume I*, Braga, 1989 p.215, BASTO, José Augusto Sotto Mayor Pizarro Carvalhos de, *Os patronos do Mosteiro de Grijó*, 1ª edição, Ponte de Lima, 1995, p.188 e p.209, FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*, 2ª edição, Imprensa Nacional - Casa de Moeda, volume II, Lisboa, 1973, p.195, em http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=966, 5 de Setembro de 2008, 23.20h.

⁵⁷⁹ *Nobreza de Portugal e do Brasil, volume primeiro*, dir. Afonso Eduardo Martins Zúquete, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Lda., 1960, p.193-194.

⁵⁸⁰ Optámos no entanto por manter esta possibilidade.

de 4º conde de Barcelos. Tal facto não será muito estranho em virtude das histórias atribuladas que atrás narramos, corroborado pela possibilidade (em que acreditamos e que desenvolvemos) da propriedade da Estrela ter sido associada ao condado de Barcelos, e, nesse caso teria sido, ainda, propriedade de D. Pedro Sanches, outro filho bastardo de D. Dinis, portanto também cunhado de D. Teresa, ao qual o pai atribuiu o título de 3º conde de Barcelos.

5.2.5. D. Violante Sanches (1304-d.1312)

D. Violante Sanches (c.1285) era filha primogénita (como já referido, tinha uma única irmã mais nova, D. Teresa Martins de Menezes, 5ª senhora de Albuquerque⁵⁸¹) de D. João Afonso Teles de Meneses, 1º conde de Barcelos, e de Teresa Sanchez (filha bastarda de D. Sancho IV, rei de Castela). Casou com D. Martim Gil, 2º conde de Barcelos, não tendo havido descendência deste casamento⁵⁸².

D. Martim Gil (c.1280), também designado de Martim Gil de Sousa, era filho primogénito de Martim Gil de Riba de Vizela e de D. Mília Fernandes de Castro⁵⁸³.

Foi alferes-mor do reino e genro do primeiro conde, por ter casado com sua filha e herdeira, D. Violante. D. Dinis concedeu-lhe, em 15 de Outubro de 1304, cinco meses após a morte do sogro, o título e a doação correspondente.

Teve um filho ilegítimo de nome Afonso Martins da Maia.⁵⁸⁴

Morreu depois de 23 de Novembro de 1312, e foi sepultado em Santo Tirso⁵⁸⁵.

5.2.6. D. João Afonso de Meneses, 1º conde de Barcelos (fn. séc. XIII-1304)

D. João Afonso de Meneses (c.1265), ou João Afonso Telo de Meneses, 1º conde de Barcelos e 4º senhor de Albuquerque, era o único filho de D. Rodrigo Anes de Menezes, 3º senhor de

⁵⁸¹ *Genea*, baseado em FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*, 2ª edição, Imprensa Nacional -Casa de Moeda, volume I e III, Lisboa, 1973, p.106 e p.241, SOUSA, D. António Caetano de, *História genealógica da Casa Real portuguesa*, tomo I, 2ª edição, Coimbra, Atlântida - Livraria Editora, Lda., 1946, p.150, em http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=417, 5 de Setembro de 2008, 20.00h.

⁵⁸² *Genea*, baseado em SOUSA, D. António Caetano de, *História genealógica da Casa Real portuguesa*, tomo I, 2ª edição, Coimbra, Atlântida - Livraria Editora, Lda., 1946, p.150, em http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=558, 5 de Setembro de 2008, 17.55.

⁵⁸³ *Genea*, baseado em FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*, volume III, 2ª edição, Imprensa Nacional -Casa de Moeda, Lisboa, 1973, p.242, PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor, *Linhagens medievais portuguesas*, volume 1, 1ª edição, Porto, Universidade Moderna, 1999, p.552, em http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=7452, 5 de Setembro de 2008, 18.10h.

⁵⁸⁴ *Ibidem*.

⁵⁸⁵ *Nobreza de Portugal e do Brasil, volume segundo*, dir. Afonso Eduardo Martins Zúquete, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Lda., 1960, p.376.

Albuquerque e de D. Teresa Martins de Soverosa⁵⁸⁶. A propriedade da Estrela terá sido sua por herança paterna.

Foi, assim, o 4º senhor de Albuquerque, Medellin e Alconchel, a quem D. Dinis doou a vila de Barcelos e seu termo. Concedeu-lhe também o título de conde, em 8 de Maio de 1298, tratando-se do primeiro condado territorial que houve em Portugal. Foi mordomo-mor, do referido rei (nomeado em 20 de Março de 1302), mas morreu pouco tempo depois em 5 de Maio de 1304, sendo sepultado no Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro (Felgueiras). Foi casado com D. Teresa Sanches, filha bastarda de Sancho IV de Castela, que, depois de viúva, voltou a casar com D. Rui Gil de Vilalobos⁵⁸⁷.

5.2.7. D. Rodrigo Anes de Meneses (1268-2ª mt. do séc. XIII)

D. Rodrigo Anes de Meneses (c.1245), 3º senhor de Albuquerque, era filho primogénito de D. João Afonso Telo de Menezes, o 2º senhor de Albuquerque, e de Elvira Gonzalez Giron.

Casou com D. Teresa Martins de Soverosa⁵⁸⁸.

Tal como o título de 3º senhor de Albuquerque, a propriedade ter-lhe-á talvez chegado por herança de seu pai.

5.2.8. D. João Afonso Telo de Meneses (mds. do séc. XIII-1268)

D. João Afonso Telo de Meneses (c.1225), 2º senhor de Albuquerque, era filho secundogénito (teve um irmão mais velho, 1º senhor de Albuquerque e 2º senhor de Menezes, que morreu novo) de D. Alfonso Tellez e de D. Teresa Sanches. Terá herdado a propriedade da Estrela de seus pais.

Foi alferes-mor de D. Afonso III, rei de Portugal, e rico-homem de Afonso X, rei de Castela, e pertigueiro-mor de Santiago. Casou, cerca de 1245, com Elvira Gonzalez (ou Gonçalves) Giron. Faleceu por volta de 1268⁵⁸⁹.

⁵⁸⁶ *Genea*, baseado em FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*, volume I e III, 2ª edição, Imprensa Nacional -Casa de Moeda, Lisboa, 1973, p.106 e p.241, SOUSA, D. António Caetano de, *História genealógica da Casa Real portuguesa*, tomo I, 2ª edição, Coimbra, Atlântida - Livraria Editora, Lda., 1946, p.150, http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=417, 6 de Setembro de 2008, 0.05h.

⁵⁸⁷ *Nobreza de Portugal e do Brasil*, volume segundo, dir. Afonso Eduardo Martins Zúquete, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Lda., 1960, p.376.

⁵⁸⁸ *Genea*, baseado em BASTO, Carvalhos de, GAYO, Felgueiras, *Nobiliário das Famílias de Portugal*, volume VI, Braga, 1989 p.715, BASTO, José Augusto Sotto Mayor Pizarro Carvalhos de, *Os patronos do Mosteiro de Grijó*, 1ª edição, Ponte de Lima, 1995, p.186, FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*, 2ª edição, Imprensa Nacional -Casa de Moeda, volume I, Lisboa, 1973, p.106, PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor, *Linhagens medievais portuguesas*, volume 2, 1ª edição, Porto, Universidade Moderna, 1999, p. 212, SOUSA, D. António Caetano de, *História genealógica da Casa Real portuguesa*, tomo I, 2ª edição, Coimbra, Atlântida - Livraria Editora, Lda., 1946, p.150, em http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=689, 6 de Setembro de 2008, 0.15h.

⁵⁸⁹ *Genea*, baseado em BASTO, Carvalhos de, GAYO, Felgueiras, *Nobiliário das Famílias de Portugal*, volume V e VI, Braga, 1989 p.518 e p.694, BASTO, José Augusto Sotto Mayor Pizarro Carvalhos de, *Os patronos do Mosteiro de Grijó*, 1ª edição, Ponte de Lima, 1995, p.185, FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*, volume I, 2ª

5.2.9. D. Teresa Sanches (a.1211-1^amt. séc. XIII)

No século XVIII, era tradição que existira, no século XIII, no local, um palácio das filhas de D. Sancho I.

Nas obras para a construção do Palace Hotel da Estrela (o primeiro projecto de Raul Lino para a Estrela), no princípio deste século, apareceram capitéis duplos e colunelos referenciados por Vergílio Correia e Nogueira Gonçalves como sendo do séc. XIII, podendo fazer parte de galeria de palácio, referindo que poderiam talvez confirmar a tradição⁵⁹⁰. No entanto, na nossa opinião, e pela fotografia (5./Fig.3), serão posteriores, do séc. XIV, podendo no entanto haver confusão com vários elementos que tenham aparecido e que ainda não conseguimos localizar⁵⁹¹.

De qualquer maneira, é nossa convicção que as tradições e lendas estão baseadas em factos verídicos que, ao longo dos tempos, foram sendo acrescentados e adulterados, situação que parece ser confirmada pela investigação resultante desta nossa tese, pois, a partir de proprietários documentalmente confirmados, chega-se por via da genealogia à filha bastarda de D. Sancho I, D. Teresa Sanches.

Mas, independentemente dos resultados a que chegamos, de facto, não seria de supor que se tratasse das filhas legítimas, pois, se por um lado D. Sancho, desde muito cedo, as beneficiou com especiais doações (falamos de D. Teresa, D. Sancha e D. Mafalda, que ficaram no reino, ou que a ele regressaram depois de casamentos fracassados)⁵⁹², por outro, essas doações ficaram documentadas, não figurando entre elas a propriedade da Estrela. Além disso, a tradição nada refere sobre se as filhas, em causa, seriam legítimas ou ilegítimas.

Relativamente às ilegítimas, só existiam duas alternativas, no que respeita aos seguintes parâmetros: serem do sexo feminino, que não tivessem morrido na infância, e que não tivessem sido religiosas. Eram elas D. Teresa Sanches, filha de D. Maria Pais Ribeiro, e Urraca Sanches, filha de Maria Aires de Fornelos. Destas, a segunda, casada com D. Lourenço Soares, não teve sucessão⁵⁹³. Assim sendo, e devido à ligação familiar encontrada, estamos convencidos que se trataria da primeira, D. Teresa Sanches, casada com D. Afonso Teles, 1º senhor de Albuquerque e 2º senhor de Menezes, que teria recebido a propriedade por doação de seu pai, antes de 1211.

edição, Imprensa Nacional -Casa de Moeda, Lisboa, 1973, p.106, http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=262, 4 de Setembro de 2008, 19.00h.

⁵⁹⁰ CORREIA, Vergílio, GONÇALVES, António Nogueira, *Inventário Artístico de Portugal. Cidade de Coimbra*, volume II, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1947, p.150.

⁵⁹¹ E que deverão estar no Museu Nacional Machado de Castro, mas infelizmente este encontrava-se em obras no período da nossa tese, pelo que não foi possível analisar os achados da Estrela.

⁵⁹² BRANCO, Maria João Violante, *D. Sancho I*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2006, p.211.

⁵⁹³ *Genea*, baseado em BASTO, Carvalhos de, GAYO, Felgueiras, *Nobiliário das Famílias de Portugal, volume I*, Braga, 1989 p.215, PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor, *Linhagens medievais portuguesas*, volume 1, 1ª edição, Porto, Universidade Moderna, 1999, p. 186, SOUSA, D. António Caetano de, *História genealógica da Casa Real*

Sobre D. Teresa Sanches, sabemos que nasceu em Coimbra, por volta de 1205, que era filha de D. Maria Pais Ribeira, a Ribeirinha⁵⁹⁴, e que foi contemplada com 7000 maravedis no testamento de seu pai⁵⁹⁵. Faleceu em 1230⁵⁹⁶, e foi tetravó de D. Leonor Teles e de D. Inês de Castro⁵⁹⁷.

Casou, em data anterior a 1220, com Alfonso Tellez (c.1170), 2º senhor de Menezes e 1º de Albuquerque, filho de Telo Perez, 1º senhor de Menezes, e de Ximena Ordonez, que fora casado, em primeiras núpcias, com Teresa Rodrigues Giron, donde provêm os senhores de Menezes. Do segundo casamento, com D. Teresa, descendem os senhores de Albuquerque.

Era senhor de Monte Alegre, Castro Verde, Caravayaly, Valladolid, Madrid, Ampudia, etc., tendo povoado Albuquerque, onde edificou o castelo.

Participou na batalha de Navas de Tolosa, e fundou o mosteiro de Palazuelo, da ordem de Cister, onde está sepultado⁵⁹⁸.

portuguesa, tomo I, 2ª edição, Coimbra, Atlântida - Livraria Editora, Lda., 1946, p.125 e 157, em http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=409, 7 de Setembro de 2008, 15.45h.

⁵⁹⁴ *Genea*, baseado em BASTO, Carvalhos de, GAYO, Felgueiras, *Nobiliário das Famílias de Portugal, volume VI*, Braga, 1989 p.693, BASTO, Cristóvão Alão de Morais Carvalhos de, Pedatura Lusitana, volume II, 2ª edição, Braga, 1997, p.511, BASTO, José Augusto Sotto Mayor Pizarro Carvalhos de, *Os patronos do Mosteiro de Grijó*, 1ª edição, Ponte de Lima, 1995, p.183, FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*, 2ª edição, Imprensa Nacional - Casa de Moeda, volume I, Lisboa, 1973, p.105, PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor, *Linhagens medievais portuguesas*, volume 1, 1ª edição, Porto, Universidade Moderna, 1999, p. 169, SOUSA, D. António Caetano de, *História genealógica da Casa Real portuguesa*, tomo I, 2ª edição, Coimbra, Atlântida - Livraria Editora, Lda., 1946, p.56, em http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=213, 6 de Setembro de 2008, 0.55h.

⁵⁹⁵ *Nobreza de Portugal e do Brasil, volume primeiro*, dir. Afonso Eduardo Martins Zúquete, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Lda., 1960, p.142.

⁵⁹⁶ *Genea*, baseado em BASTO, Carvalhos de, GAYO, Felgueiras, *Nobiliário das Famílias de Portugal, volume VI*, Braga, 1989 p.693, BASTO, Cristóvão Alão de Morais Carvalhos de, Pedatura Lusitana, volume II, 2ª edição, Braga, 1997, p.511, BASTO, José Augusto Sotto Mayor Pizarro Carvalhos de, *Os patronos do Mosteiro de Grijó*, 1ª edição, Ponte de Lima, 1995, p.183, FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*, 2ª edição, Imprensa Nacional - Casa de Moeda, volume I, Lisboa, 1973, p.105, PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor, *Linhagens medievais portuguesas*, volume 1, 1ª edição, Porto, Universidade Moderna, 1999, p. 169, SOUSA, D. António Caetano de, *História genealógica da Casa Real portuguesa*, tomo I, 2ª edição, Coimbra, Atlântida - Livraria Editora, Lda., 1946, p.56, em http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=213, 6 de Setembro de 2008, 0.55h.

⁵⁹⁷ *Nobreza de Portugal e do Brasil, volume primeiro*, dir. Afonso Eduardo Martins Zúquete, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Lda., 1960, p.142-143.

⁵⁹⁸ *Genea*, baseado em BASTO, Carvalhos de, GAYO, Felgueiras, *Nobiliário das Famílias de Portugal, volume VI*, Braga, 1989 p.693, BASTO, Cristóvão Alão de Morais Carvalhos de, Pedatura Lusitana, volume IV, 2ª edição, Braga, 1997, p.511, BASTO, José Augusto Sotto Mayor Pizarro Carvalhos de, *Os patronos do Mosteiro de Grijó*, 1ª edição, Ponte de Lima, 1995, p.183, FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*, 2ª edição, Imprensa Nacional - Casa de Moeda, volume I, Lisboa, 1973, p.105, PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor, *Linhagens medievais portuguesas*, volume 1, 1ª edição, Porto, Universidade Moderna, 1999, p. 169, SOUSA, D. António Caetano de,

6. Das origens a propriedade régia (sécs. XI e XII)

6.1. D. Sancho I e a torre quinária da Estrela (1185-a.1211)

Terá chegado à posse de D. Sancho I uma propriedade junto à muralha e a uma das portas de Coimbra (a de Belcouce). Essa propriedade tinha-a o seu pai, D. Afonso I, confiscado ao conde Fernão Peres de Trava, na sequência da expulsão deste para a Galiza, e situava-se num ponto nevrálgico para a defesa da cidade. Assim, o monarca terá aproveitado a posse para facilitar e apoiar as obras de reforço da muralha naquele ponto.

De facto, no século XII, verifica-se uma evolução importante nos castelos portugueses, beneficiando de diversas influências, entre elas, a principal, veio dos Templários, que, à época, tinham conhecimentos muitíssimo avançados de arquitectura militar, adquiridos, por exemplo, por D. Gualdim Pais (depois Mestre da Ordem, entre 1156 e 1195), no Oriente, quando participou na II Cruzada.

Assim, a evolução da arquitectura militar medieval portuguesa fez-se sentir, obviamente, em Coimbra, a principal cidade do reino, tendo D. Sancho I antecipado, até, na remodelação do sistema defensivo da Estrela, as novidades do castelo gótico, como seja, a construção de duas torres quinárias (a do castelo e a da Estrela), ou, citando o Doutor Jorge de Alarcão (referindo-se à do castelo), “assume, assim, um carácter de grande protagonismo na evolução da arquitectura militar portuguesa”.

Frei Pedro de Jesus Maria José até atribui, em 1760, a origem da toponímia “*Estrella*” a D. Sancho I, “*o qual entre outras divisas, de que usou no escudo das suas Reaes Armas, tinha também quatro estrellas... como de próprio braço deste Monarca*”⁵⁹⁹.

E, como veremos seguidamente, não fora a certeza da torre quinária do castelo ter sido, de facto, mandada construir por D. Sancho, que, no caso da Estrela, teríamos bastantes razões para poder pôr em causa se a torre mandada construir por esse monarca teria sido, realmente, a quinária.

Apesar de estranharmos tanta inovação, vamos então supor ser um facto, que D. Sancho “*edificou aquella torre de formosíssima e alegre vista, que he de cinco quinas, que está nos Paços dos Condes de Portalegre em Coimbra, a qual em todo cima tem huma pedra de letras gothicas em*

História genealógica da Casa Real portuguesa, tomo I, 2ª edição, Coimbra, Atlântida - Livraria Editora, Lda., 1946, p.56, em http://www.geneall.net/H/per_page.php?id=176, 6 de Setembro de 2008, 0.40h.

⁵⁹⁹ JOSÉ, Frei Pedro de Jesus Maria José, *Chronica da Santa, e Real Província da Immaculada Conceição de Portugal, da mais estreita, e regular observância do Serafim chagado S. Francisco*, tomo I, Lisboa, Officina de Miguel Manescal da Costa (2ª impressão), 1760, p.168 parágrafo 41.

*latim, que eu com muita curiosidade trasladei, que diz:... Sancho... mandou edificar esta torre no anno de seu reinado 24 e no anno desta cidade ganhada e conquistada dos sarracenos CVI + FMCC:XVIII*⁶⁰⁰.

Já com o novo conjunto de defesa da porta de Belcouce (ou parte dele), concluído, D. Sancho terá doado o que restava da propriedade à sua filha bastarda Teresa Sanches, casada com D. Afonso Telez, garantindo, certamente, um acesso franco a todos os elementos da muralha, e a livre movimentação das tropas em tempo de guerra.

Assim, e, como no local onde o rei construiu a torre quinária (pentagonal) já existia, imediatamente atrás, uma outra torre quadrada⁶⁰¹, não deve ter, aí, existido qualquer edificação civil anterior, pelo que, a casa, ou palácio, de D. Teresa deveria implantar-se recuado, sensivelmente a meio da rua das Fangas (actualmente rua Fernandes Tomás), uma vez que seria esse o limite norte da propriedade do conde Fernão Peres de Trava, e, onde também deveriam estar as casas deste.

Aliás, a existência desta outra torre só vem confirmar a dúvida do Doutor Jorge de Alarcão quando refere que “a simples inflexão do traçado (da muralha) não justifica, porém, obra tão forte como é a da torre (a quinária) ”.

De facto, só a partir da segunda metade do século XIV é que os castelos começaram a adquirir função residencial⁶⁰², e as construções civis, em épocas anteriores, deveriam estar numa posição menos exposta e mais próxima do centro da cidade.

6.1.1. O novo sistema defensivo da Estrela

A inovação do castelo gótico é a adopção de uma atitude de “defesa activa”, pois a arte de atacar também tinha sofrido um desenvolvimento, com a utilização, cada vez maior, de máquinas de guerra. Era um castelo feito não só para resistir aos assédios inimigos, mas também para contra-atacar, mediante processos e soluções inovadoras:

- As portas principais passaram a ser ladeadas por um ou dois torreões;
- Multiplicaram-se as torres adossadas ao pano de muralha (diminuindo consideravelmente o espaçamento entre elas, por vezes não ultrapassando uma dúzia de metros), assinalando cada inflexão do pano de muralha, com uma altura habitual de 8 a 12m, mas áreas muito variadas, e possibilitando o tiro cruzado sobre o embasamento das torres vizinhas;
- Difundiram-se os torreões redondos (cubelos), mais resistentes e económicos;
- Alargaram-se os adarves, para facilitar a movimentação das guarnições;

⁶⁰⁰ GASCO, António Coelho, *Conquista, antiguidade e nobreza da mui insigne, e ínclita cidade de Coimbra*, Lisboa, Impressão Régia, 1805, p.104.

⁶⁰¹ Tal como está patente no desenho de Pier Maria Baldi.

- As escadas de acesso aos adarves passaram a ser em maciços pétreos exteriores ao pano de muralha;
- As ameias tornaram-se mais baixas e largas, reduzindo o espaço das abertas;
- Multiplicaram-se as seteiras nas ameias, passando a ser (além de verticais) também cruciformes;
- As torres de menagem passaram a estar adossadas ao pano de muralha, em posições estratégicas, defendendo zonas difíceis, designadamente portas de entrada, e surgem as plantas poligonais (pentagonais, hexagonais), que garantiam uma maior variedade de tiro⁶⁰³.

Em 1209, D. Sancho I, após a conclusão da torre de menagem (em 1198)⁶⁰⁴, teria iniciado a construção da também torre quinária da Estrela (5 quinás), que viria a concluir-se dois anos depois⁶⁰⁵. Segundo o Dr. José Pinto Loureiro localizava-se “junto ao arco de Belcouce, e seria uma das que protegeriam a muralha da cidade em vários pontos do seu percurso”⁶⁰⁶, sendo a razão da sua forma esquinada.

Convém lembrar que a topografia da cidade seria, à época, bem diferente, uma vez que o leito do rio subiu de forma permanente, embora a ritmo lento, aproximadamente noventa centímetros por século⁶⁰⁷. Mas, como no decorrer da nossa investigação ficamos convencidos que a designação de “torre de Belcouce” não se aplicava nem à quinária, nem sequer à quadrada que antecede esta última, sempre, as designamos, nesta tese, de “torres da Estrela” (toponímia que, a quinária, adquire a partir da instalação do Colégio no séc. XVIII), ou, do Engenho/Trabuquete, devido ao raciocínio que expusemos em capítulos anteriores.

Em resumo: a análise da imagem de Pier Maria Baldi, de 1669, revelou-nos a existência das duas torres, naquele sítio, encostadas uma à outra, de alturas diferentes, sendo que a da frente, a quinária, teria, sido, supostamente, “cortada”.

Assim, esta questão do posicionamento das duas torres contíguas levou-nos a considerar a hipótese da torre quinária ter sido construída unicamente para funcionar como um recinto poligonal associado à torre existente (já saliente da muralha), de forma a poder ser-lhe, lá, instalado um engenho de guerra, melhorando o ângulo de tiro, defendendo, assim, um extenso troço de muro, incluindo a porta de Belcouce. Ou seja, esta torre nunca teria sido cortada, pois aquela já seria a sua forma original. Aliás, nunca tínhamos conseguido encontrar um bom motivo para tal poder ter acontecido. E a lápide, atestando a fundação, se não houvesse a certeza da torre quinária do castelo,

⁶⁰² PONTES, Maria Leonor, MONTEIRO, João Gouveia, *Castelos portugueses*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 2002, p.18.

⁶⁰³ PONTES, Maria Leonor, MONTEIRO, João Gouveia, *Castelos portugueses*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 2002, p.13-14.

⁶⁰⁴ BRANCO, Maria João Violante, *D. Sancho I*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2006, p.175.

⁶⁰⁵ LOUREIRO, José Pinto, *Coimbra no passado*, volume I, Coimbra, Edição da Câmara Municipal, 1964, p.134.

⁶⁰⁶ *Cópia dos documentos latinos III* parte fls. 93, Arquivo da Universidade.

⁶⁰⁷ LOUREIRO, José Pinto, *Coimbra no passado*, volume I, Coimbra, Edição da Câmara Municipal, 1964, p.89.

com um aparelho semelhante ao da Estrela, ser atribuível a D. Sancho I, poderia ter, perfeitamente, pertencido à torre na retaguarda (que, pela imagem de Baldi, parece quadrada). Assim, a intenção de D. Sancho I teria sido de reforçar o sistema defensivo de Coimbra, num ponto sensível como era a porta de Belcouce, que seria, pela sua localização, uma das principais portas da cidade, e como tal objecto de intervenções regulares. Aliás, a documentação de 1419 refere-se a duas couraças, a nova e a velha, confirmando diferentes intervenções, espaçadas no tempo⁶⁰⁸. Será de recordar que, “couraça”, começou por designar um muro provido de duplo parapeito e que arrancava de uma muralha, perpendicular ou obliquamente a ela (6./Fig.1), sendo depois, abusivamente, extrapolada a sua definição⁶⁰⁹.

No entanto, não faz sentido ter-se tratado só de uma alteração pontual, tendo, também, certamente, sido construído de raiz, ou reforçado, na mesma altura, o conjunto de defesa da referida porta, eventualmente através da introdução de outras torres próximas.

No que diz respeito ao conjunto da porta, em si, e descrevendo-o de dentro para fora, pensamos que ele integrava, à direita, a torre de Belcouce, atravessável inferiormente, conduzindo ao recinto da casamata; e, à esquerda, o antigo arco romano amacissado pela muralha, constituindo uma espécie de segunda torre, ficando assim, a porta, flanqueada por ambos os lados.

Ligeiramente acima, no começo da couraça de Lisboa, existia, ou existira, ainda outra torre, orientada no sentido duma importante via romana, agora transformada em travessa, podendo ser a que, em Dezembro de 1629, foi aforada pela Câmara “na Rua da Couraça”⁶¹⁰ (6./Fig.2).

Assim, o adarve da muralha (com cerca de 3m de largura) seguia o percurso da couraça de Lisboa, atravessando uma espécie de terraço elevado (constituído inferiormente pelo que restava do arco romano e que havia sido parcialmente absorvido pela muralha), passava sobre a torre-porta de Belcouce, torre de Belcouce, continuava debruçado sobre o recinto onde estava a casamata, atingia a torre quadrada do Engenho (ligada ao recinto do trabuquete apoiado sobre uma torre abaluartada pentagonal), e continuava apoiado por uma série de torres sucessivas, sendo a primeira a que se vê sob a cabeceira da antiga igreja de Santo António da Estrela (actualmente a Junta de freguesia de Almedina).

⁶⁰⁸ Existe uma carta de renúncia, de 7 de Junho, “do empraçamento da couraça velha de a par da portagem, com seus bordos e terras e pertenças ao redor, partindo com os muros da couraça nova e velha”, em *Pergaminhos avulsos*, nº57, Coimbra, A. H. M. C., 1419.

⁶⁰⁹ ALARCÃO, Jorge de, *Coimbra. A montagem do cenário urbano*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p. 218.

⁶¹⁰ CORREIA, António, *Toponímia Coimbrã. II Zona da Universidade*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1952, p.28.

Entre as torres quadrada/quinária da Estrela, e esta última torre, existiria, do lado de dentro da muralha, um espaço livre, provavelmente para facilitar as manobras e concentração das guarnições de soldados; e aí se localizava também a pedreira, donde saía (ou estava armazenada) a matéria-prima para o funcionamento do trabuquete.

O desenho que apresentamos, com uma proposta de implantação de todas estas estruturas (6./Fig.3), resultou do cruzamento que íamos fazendo dos vários documentos que referenciavam a Estrela com os elementos da topografia actual (a carta topográfica camarária da cidade), mas sem perder de vista o desenho, de 1669, de Pier Maria Baldi, que foi, de facto, o elemento de estudo mais importante (6./Fig.4).

Outros elementos desenhados também foram preciosos, destacando-se o projecto para o Palace Hotel da Estrela, do qual tínhamos cópias em papel⁶¹¹, o projecto para a casa do Dr. Ângelo da Fonseca, que consultámos na C.M.C.⁶¹², e o levantamento do edifício do Governo Civil⁶¹³. Este último, uma vez que se trata de desenhos a escalas menores, permitiu aferir os erros derivados das escalas maiores dos outros elementos⁶¹⁴.

Vamos agora analisar todos estes elementos, um de cada vez, referenciando, em cada, os factos, documentos ou desenhos que ajudaram à localização que agora propomos.

A mais antiga referência à torre de Belcouce é de Janeiro de 1123, e consta, numa descrição de extremas, de um documento do Livro Preto⁶¹⁵, mas parece-nos que se trata da porta-torre de Belcouce (6./Fig.5), e não da torre quinária. Esta, a torre quinária, ou torre da Estrela, supõe-se ter sido parcialmente demolida, ainda antes da fundação do colégio de Santo António da Estrela, aproveitando-se somente a parte voltada a ocidente, e a parte superior, que é agora um mirante (6./Fig.6 e 6./Fig.7). Segundo registos, existia na torre uma inscrição lapidar que depois se colocou no referido mirante, actualmente no Museu Machado de Castro, e que referia ter sido mandada edificar, em 1109, por D. Sancho I, tendo sido concluída em 1211. No desenho de Baldi, já está cortada, em 1669, figurando, atrás, uma outra torre, quadrada (6./Fig.8). Mas, actualmente o torreão apoia, apenas, em parte da torre quinária, e, pelo alinhamento para norte, parece-nos que se trata de uma figuração correcta. Assim, enquanto que os torreões da casa actual, e o do colégio coincidem, as casas anteriores teriam também uma torre, mas em posição recuada, alinhada com um dos ângulos da muralha (e não completamente saliente, como a torre quinária).

⁶¹¹ Cedidas, em 1992, pela Fundação Calouste Gulbenkian.

⁶¹² Processo P893/25, que consultámos em 2 de Novembro de 2007.

⁶¹³ Amavelmente fornecidos pelo Governo Civil do Distrito de Coimbra, a quem agradecemos, e em particular à D. Maria, pela simpatia e disponibilidade para, por várias vezes, nos acompanhar nas pesquisas “*in loco*”.

⁶¹⁴ Pois a carta topográfica da cidade é constituída por desenhos resultantes de levantamentos aéreos, enfermando sempre de alguns erros dimensionais.

⁶¹⁵ Relativo a um escambo do conde Fernão Peres de Trava com o Cabido, de que falaremos, detalhadamente, num capítulo mais à frente, em *Cópia dos documentos latinos* III parte fls. 93, Arquivo da Universidade.

A torre quinária, terá, assim, sido acrescentada eventualmente pela necessidade de avançar, naquele ponto, a linha da muralha (e o alcance da mais antiga, protegendo-a, igualmente), e, sendo quinária, defendia, para norte, a continuação da muralha e adarve, com uma pequena torre, de apoio, a cerca de 16m de distância, que se distingue claramente, e que já referenciámos, na cabeceira da antiga igreja de Santo António da Estrela (6./Fig.9). De referir que, a construção angular, funcionou sempre como uma prevenção contra o colapso da estrutura, em caso de impacto violento (tal como as torres semi-circulares)⁶¹⁶.

E, no desenho de Baldi, imediatamente a norte da torre de Belcouce, atrás do conjunto das duas torres, no local onde hoje está o pátio (das traseiras) do edifício do Governo Civil, parece existir um espaço livre, ou praça, que pensamos ser um ponto, desta forma, muito bem resguardado, destinado a movimentações militares, e onde se localizava também uma “pedreira” para fornecimento (ou armazenamento) dos “pelouros” ao trabuquete (6./Fig.10).

O trabuco foi a variante popular dos chamados “engenhos de contrapeso”, isto é, accionados por energia cinética, ou seja, que dependiam do súbito desprendimento de grandes pesos. Consistia num poste comprido, equilibrado num eixo suportado por dois pilares. O projectil, ou pelouro (designação devido a ser normalmente de pedra, talhado a escopro, com acabamento tosco, com um diâmetro médio, à época, de cerca de 30 cm⁶¹⁷), era colocado numa cavidade em forma de colher, ou então numa funda que se lhe associava (6./Fig.11). Na outra extremidade do poste instalava-se uma caixa de contrapeso carregada de pedras, de areia, de chumbo ou de outros materiais pesados. O engenho era seguro por cordas ou linguetas de madeira, manobradas por uma manivela. Quando as linguetas eram aliviadas, o contrapeso desprendia-se repentinamente e arremessava no ar o míssil (normalmente uma grande pedra, mas também podia ser um pote, ou um barril, com material inflamável), que descrevia no ar uma trajectória parabólica⁶¹⁸.

E, havia três tipos de trabucos, consoante o tipo de fixação do contrapeso. O trabuquete, com o contrapeso fixo, era a variante usada na Península Ibérica, a mais precisa, mas talvez menos prática⁶¹⁹ (6./Fig.12 e 6./Fig.13). Ocuparia, em planta, cerca de 8,5m x 6,5m e teria aproximadamente 7,5m de altura, podendo ser construído no próprio local. Se compararmos estas dimensões com as do nosso recinto do trabuquete, verificamos que este teria uma largura máxima de cerca de 12m

⁶¹⁶ MAN, Adriaan De, *Braun, Hoefnagel e as muralhas da cidade de Coimbra*, “Arquivo Coimbrão (Boletim da Biblioteca Municipal)”, volume XXXVIII, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 2005, p.10.

⁶¹⁷ BARROCA, Mário Jorge, MONTEIRO, João Gouveia, *Pera guerrejar. Armamento medieval no espaço português*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, 2000, p.410-416.

⁶¹⁸ PONTES, Maria Leonor, MONTEIRO, João Gouveia, *Castelos portugueses*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 2002, p.25.

⁶¹⁹ BARROCA, Mário Jorge, MONTEIRO, João Gouveia, *Pera guerrejar. Armamento medieval no espaço português*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, 2000, p.216-217.

(esquina a esquina), ou seja, tinha as dimensões suficientes, sem grande folga, para este tipo de engenho.

Quanto a referências documentais ao recinto do trabuquete, existe uma escritura de aforamento, de 20 de Março de 1427, “*de um lanço de muralha da cidade entre a Torre de D. Joana e a Porta de Belcouce e bem assim até ao Rossio onde soía estar o trabuquete, sem prejuízo de ser utilizado para defesa da cidade e de nele se velar e roldar*”⁶²⁰.

Este documento parece confirmar o posicionamento do “rossio” do trabuquete associado ao espaço da muralha entre a torre de D. Joana a porta de Belcouce, sendo a sequência nele descrita torre de D. Joana, porta, e “também” o rossio. Assim sendo, e ainda pelas restantes razões que atrás expusemos, não concordamos com as denominações “de Trabuquete” e “de D. Joana” atribuídas a torres integradas em edifícios da rua Fernandes Tomás⁶²¹, até porque não nos parece que a localização do trabuquete, nesse ponto, fosse muito favorável, sobretudo em contraponto com a que agora propomos.

Relativamente à porta, e analisando novamente o desenho de Baldi (de 1669), verificamos que a topografia pouco se alterou, e que o posicionamento da porta parece coincidir com o pequeno claustro na entrada do edifício do Governo Civil. E entre a torre quinária e a porta distingue-se uma barbacã e a muralha atrás, visualizando-se até uma porta de atravessamento, delimitando um espaço poligonal, que não é mais que o actual jardim do poço do edifício do Governo Civil, à altura mais fundo, devido ao avanço na implantação do actual edifício (6./Fig.14).

Ora este é o espaço que supomos corresponder à casamata (um espaço abobadado para alojar a guarnição, ou armazenamento), usada, depois, pelos frades do Colégio de Santo António da Estrela, como cisterna (6./Fig.15) e casa de fresco (6./Fig.16).

Por outro lado, quando entrámos na cisterna, e a medimos pelo interior, deparamo-nos com uma espécie de vão, entaipado, a uma altura significativa, cerca de 4m, na parede nascente (6./Fig.17 e 6./Fig.18). Procurando, depois, algum compartimento naquela posição, no projecto do palace-hotel de Raul Lino, e comparando as implantações das salas do piso mais baixo do hotel, e as do actual edifício do Governo Civil, já com a cisterna implantada, verificamos que o primeiro apresentava, nessa posição, o que parecia ser uma torre, que o arquitecto aproveitava para aceder, por escadas, ao piso ao nível do pavimento da cisterna (6./Fig.19). E, no segundo, parecia coincidir com o limite sul/poente do edifício do Governo Civil (6./Fig.20)⁶²². Ou seja, pensamos que existe uma torre, aproximadamente nesse ponto, sob o actual edifício, torre essa que até se visualiza no desenho de

⁶²⁰ CARVALHO, José Branquinho de, SILVA, Armando Carneiro da, *Catálogo dos manuscritos do Arquivo Municipal*, Coimbra, Edição da Câmara Municipal, 1964, p.177 documentos LVII e LX.

⁶²¹ DUARTE, Berta, *Núcleo Museológico da Cidade Muralhada. Contributo para o estudo da muralha de Coimbra*, “Monumentos”, nº25, Lisboa, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2006, p.154-159.

⁶²² Apesar de termos detectado alguns erros de levantamento no projecto de Raul Lino, o que terá, ainda, de ser verificado, pormenorizadamente, com os recursos topográficos de que actualmente dispomos.

Baldi (6./Fig.21), destacando-se no conjunto de edificações contíguas à porta. Esta torre, que supomos ser a de Belcouce, por analogia com a torre-porta que flanqueava, também se destacava no edifício do colégio (uma vez que este estava bastante mais recuado).

Assim, o actual edifício estará no alinhamento da muralha e da torre que flanqueava a porta de Belcouce (estas - torre e porta - sem estarem, exactamente, no mesmo alinhamento⁶²³). Já no edifício do colégio, com o corpo principal bastante recuado, a referida torre se apresentava completamente saliente (6./Fig.22).

No que diz respeito à porta, o primeiro documento que a refere é uma escritura de aforamento feita pela Câmara a Fernão da Fonseca, datada de 29 de Março de 1427⁶²⁴. Por curiosidade: nas Constituições de 1521, do bispo de Coimbra, D. Jorge de Almeida, ela é também referida acerca de certos maus hábitos de alguns clérigos⁶²⁵.

Sabemos que os castelos medievais apresentavam um número pouco elevado de portas, pois estas constituíam sempre pontos vulneráveis e de defesa delicada. Por isso, nas suas imediações concentravam-se elementos de defesa como balcões de matacões, torres de flanqueio, fossos, barbacãs, etc. Além disso, as portas em si eram, obviamente robustas, com sistemas complexos de fecho (gonzos, trancas, ...) e fabrico em madeira, reforçada por chapas de ferro⁶²⁶.

No caso da Estrela, supomos que a porta fosse ela própria uma torre (daí a nossa designação de “torre-porta” ou “porta-torre” de Belcouce), isto é, o tipo que consiste na inserção de portas casteleiras numa torre, com duas entradas (em cotovelo) e um átrio intermédio, designado por “mocheta”, que facilmente podia ser flagelado de cima e de lado, por meio de varandins, bueiros e seteiras⁶²⁷.

Assim, a de Belcouce, seria flanqueada, a norte, pela torre de Belcouce que fazia a ligação ao recinto da casamata, a sul, pelo antigo arco romano, já meio destruído que fora aproveitado como outra “torre” atravessável superiormente e de ligação à couraça (se analisarmos pormenorizadamente o desenho de Pier Maria Baldi, nota-se um maciço bastante “suspeito”, e uma aresta, que poderia ter sido o arco (6./Fig.23)).

Para quem chegava, e depois de entrar na porta, a saída era feita, para a esquerda, através de uma outra posicionada “em cotovelo”, com a primeira, para o eixo rua da Estrela/couraça de Lisboa (antigamente rua das Fangas/couraça). E, como já referimos, todas as torres estavam ligadas

⁶²³ Apesar de termos detectado alguns erros de levantamento no projecto de Raul Lino, o que terá, ainda, de ser verificado, pormenorizadamente, com os recursos topográficos de que actualmente dispomos. Só nessa altura poderemos afirmar (com mais segurança) o avanço, relativamente à porta da torre que a flanqueava.

⁶²⁴ Biblioteca Municipal. Pergaminho LX.

⁶²⁵ CORREIA, António, *Toponímia Coimbrã. II Zona da Universidade*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1952, p.24-26.

⁶²⁶ PONTES, Maria Leonor, MONTEIRO, João Gouveia, *Castelos portugueses*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 2002, p.30.

⁶²⁷ GIL, Júlio, *Os mais belos castelos e fortalezas de Portugal*, Lisboa, Editorial Verbo, 1986, p.229.

superiormente entre si (com passagem sobre o arco romano, à época, já, provavelmente, parcialmente entaipado).

No fundo, o conjunto torre de Belcouce, porta, mais torre sobre o arco romano, ao fundo da couraça, onde esta desemboca, constitui, aproximadamente, uma “torre de couraça” teórica (6./Fig.1). De facto, “couraça” era uma ladeira ou corredor defendido por muralha e, às vezes, torreado no seu percurso, que ligava a zona baixa da povoação, o porto, ou uma substancial nascente de água potável, ao castelo. Daí que, esse ponto de entrada de refúgio ou de abastecimento fosse bem defendido, pois da sua manutenção, ou perda, dependia muito a capacidade de resistência da fortaleza⁶²⁸. Ora todos estes “ingredientes” estão presentes, sem dúvida, na zona da Estrela.

Quanto à rua de Belcouce, a cuja localização pensamos ter chegado a partir da *Chronica dos Carmelitas*, atrás referenciada (séc. XVIII), também se lhe encontram por vezes referências, relativas aos séculos XV e XVI. Martins de Carvalho refere-se-lhe sem apontar um traçado. E, segundo António Correia, era “pouco provável corresponder a qualquer arruamento desaparecido, mas talvez ao prolongamento do largo da Estrela para o lado da couraça, no local onde se erguia a torre-porta de Belcouce”⁶²⁹. Em nossa opinião este grande historiador estaria errado na medida em que afirma ser pouco provável corresponder a um arruamento desaparecido, mas certo quando refere o prolongamento do largo da Estrela para o lado da couraça, pois parece-nos que corresponderia ao arruamento que, por detrás da muralha, fazia, a meio, o acesso, por debaixo da mesma (através do arco que se visualiza no desenho de Baldi), ao recinto da casamata, ligando, na outra extremidade, e como já referimos, por várias vezes, à pedreira, que tanto poderá ser donde se extraía a pedra para o trabuquete, ou, onde era armazenada (hipótese que preferimos).

A couraça da Estrela foi, mais tarde, dotada e segura por grosso muro de contrafortes redondos (sete, ainda hoje existentes) nas obras da época manuelina, de cerca de 1517 (6./Fig.24). Anteriormente, o acesso a este ponto das muralhas, para o lado do rio, era feito por uma rampa que seguia os socalcos do terreno⁶³⁰.

Falta referir a imagem de Santo António que se manteve, enquanto foi possível, num dos nichos do antigo arco romano, e que supomos corresponder a um nicho da face voltada para o exterior, para a couraça, mas, em rigor, também podia ser noutra voltada para o interior da porta.

⁶²⁸ Idem, p.127

⁶²⁹ CORREIA, António, *Toponímia Coimbrã. II Zona da Universidade*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1952, p.28.

⁶³⁰ BORGES, Nelson Correia, *Coimbra e região*, Lisboa, Editorial Presença, 1987, p.91.

Em 1721, quando foi elaborada a monografia da *Rellação das couzas notáveis da cidade de Coimbra*, o pároco de S. Tiago, António da Costa Pacheco, refere-se, na freguesia de S. Cristóvão, a “*huã capela de Santo António junto ao Arco da Estrela*”⁶³¹.

Quando o arco ficou completamente destruído, provavelmente improvisaram-lhe, muito próxima, uma capela, que parece poder ser visualizada nos desenhos da reforma pombalina, e que supomos ter sido no interior da própria porta, tendo esta última sido cortada e adaptada a capela (6./Fig.25), depois também conservada no interior do novo edifício da hospedaria do Colégio da Estrela e demolida unicamente em 1928.

6.2. D. Afonso Henriques e uma igreja de titular desconhecido (1128-1185)

Após o confisco dos bens ao Conde Fernão Peres de Trava, e a sua expulsão para a Galiza, acreditamos que a propriedade, por ele comprada ao cabido, tenha passado para a posse do infante Afonso Henriques, apesar de Fernão Peres ter estado, pelo menos duas vezes, em Portugal (ambas em 1130), confirmando doações do enteado, o que prova que se terão reconciliado ainda antes da morte de D. Teresa⁶³².

Mas a localização desta propriedade era fundamental no contexto da muralha de defesa de Coimbra, pelo que, mesmo que tenham existido devoluções ao conde Fernão Peres, não nos parece que esta fosse uma delas, aproveitando certamente D. Afonso, através, por exemplo, de uma troca, para tirar partido da situação.

D. Afonso Henriques nasceu talvez em Viseu, a 15 de Agosto de 1109, tomando o poder do condado portucalense à mãe, D. Teresa, e padrastrô, Fernão Peres de Trava, após a batalha de S. Mamede, em 24 de Junho de 1128, expulsando-os para a Galiza (donde era originário Fernão Peres). Foi reconhecido rei de Portugal em 4 ou 5 de Outubro, de 1143, após a assinatura do Tratado de Zamora. Casou com Matilde de Maurienne por volta de 31 de Março de 1146. Morre, muitos anos depois, em Coimbra, em 1185⁶³³.

Outra hipótese teria sido a passagem da propriedade para a posse do seu irmão Bermudo Peres de Trava, casado com Urraca Henriques, irmã de D. Afonso Henriques, em cujos descendentes figuram algumas personagens susceptíveis de integrarem uma outra tese sobre o assunto⁶³⁴, mas,

⁶³¹ SILVA, Armando Carneiro da, *Evolução populacional coimbrã*, “Arquivo Coimbrão (Boletim da Biblioteca Municipal)”, volume XXIII, Coimbra, Coimbra Editora, Lda., 1968, p.225-234.

⁶³² MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2006, p.67-68 e p.71.

⁶³³ Idem, p.275-282.

⁶³⁴ Outra hipótese seria: uma sua neta, de nome Sancha Bermudes, foi mãe de Lourenço Soares, casado com a outra filha ilegítima de D. Sancho, D. Urraca Sanches, que, não tendo tido descendentes, poderia ter como herdeira a meia-

aparentemente, e baseando-nos na documentação fidedigna actualmente conhecida, também existiram conflitos com D. Bermudo, e até, aparentemente, quando os problemas já estavam sanados entre o infante e D. Fernão Peres de Trava. Mas, também é certo que a família de D. Bermudo permaneceu sempre em Portugal⁶³⁵.

O Dr. António Vasconcelos refere a existência de uma igreja de invocação desconhecida, deste período, perto da torre de Belcouce⁶³⁶, “construção românica do séc. XII, da qual não se encontra a mais leve referência documental, a sua existência é porém irrecusável, em face das relíquias arqueológicas agora aparecidas”. A certeza baseava-se nos achados durante a demolição do antigo Colégio da Estrela, nomeadamente, capitéis, que se encontravam incorporados nas alvenarias, e que supuseram ser de um edifício religioso anterior⁶³⁷.

De facto, não compreendemos a segurança da afirmação: capitéis de um edifício religioso, e não civil, bem como a sua atribuição ao românico do séc. XII. Não podem, então, ser os das ilustrações que constam do *Inventário Artístico da cidade de Coimbra*⁶³⁸, pois, além da legenda referir outro século “capitel duplo de um edifício à Estrela – séc. XIII” (6./Fig.26), parecem-nos, ainda, posteriores, pelo que os elementos do românico do século XII devem ser outros⁶³⁹. Esta é também a opinião do Doutor Jorge de Alarcão que refere que estes capitéis “terão pertencido a um palácio do séc. XIV, eventualmente sucedâneo da residência de D. Mendo Baldemires e do conde Fernão Peres”⁶⁴⁰.

Assim, e a ter existido uma igreja do séc. XII, talvez a sua invocação fosse de Nossa Senhora da Estrela. De Nossa Senhora, pois aparecem-Lhe algumas referências nos documentos que analisamos. E Estrela, pois, apesar de Frei Pedro de Jesus Maria José atribuir a responsabilidade da toponímica de “estrela”, a D. Sancho I⁶⁴¹, o próprio Egas Moniz (tão próximo do nosso primeiro rei), era muito devoto de Nossa Senhora da Estrela⁶⁴² tendo, inclusivamente, fundado uma capela, dessa invocação, na actual freguesia de Boidobra, no concelho da Covilhã⁶⁴³.

irmã D. Teresa Sanches, pois o irmão, D. Martim Sanches de Portugal, Conde de Trastâmara, também não teve descendência. Achamos, no entanto, a primeira hipótese mais provável.

⁶³⁵ MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2006, p.71.

⁶³⁶ VASCONCELOS, António de, *A Sé Velha de Coimbra*, volume I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930, p.93-101.

⁶³⁷ LOUREIRO, José Pinto, *Coimbra no passado*, volume I, Coimbra, Edição da Câmara Municipal, 1964, p.127-128.

⁶³⁸ CORREIA, Vergílio, GONÇALVES, António Nogueira, *Inventário Artístico de Portugal. Cidade de Coimbra*, volume II, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1947, p.160-161 (Estampa CLXXVII).

⁶³⁹ Mas não foi possível averiguar pois estes elementos fazem parte do Museu Nacional de Machado de Castro, que se encontra de momento em obras.

⁶⁴⁰ ALARCÃO, Jorge de, *Coimbra. A montagem do cenário urbano*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p.92.

⁶⁴¹ JOSÉ, Frei Pedro de Jesus Maria José, *Chronica da Santa, e Real Província da Immaculada Conceição de Portugal, da mais estreita, e regular observância do Serafim chagado S. Francisco*, tomo I, Lisboa, Officina de Miguel Manescal da Costa (2ª impressão), 1760.

⁶⁴² Que o teria supostamente protegido de um animal feroz, numa caçada nas margens do Zêzere, quando a estrela de alva estava reluzente no céu.

⁶⁴³ <http://www.cm-covilha.pt/simples/?f=2431>, 20-11-2006, 10.30h.

Aliás, o reinado do nosso primeiro rei parece ter sido, aliás, profícuo na construção de igrejas, e até, aparentemente, duas bastante próximas: São Cristóvão e a tal igreja à Estrela, de invocação desconhecida, que referimos anteriormente (6./Fig.27 e 6./Fig.28).

Como achamos igrejas demais, e tão próximas, parece-nos que, relativamente a esta última, ela seria antes a adaptação a capela (da invocação de Nossa Senhora), do antigo arco romano, numa zona que era um encontro de caminhos, formando uma estrela. Assim sendo, até a invocação de “Nossa Senhora da Estrela” de outras capelas, poderia ter sido originada por esta.

Relativamente à igreja românica de São Cristóvão, existiu, provavelmente uma outra, mais antiga que a precedeu. A primeira foi iniciada antes de 1169, mas as obras ainda decorriam nos finais da década de 1180⁶⁴⁴. Tinha “*capella-mór ao nascente, porta principal ao poente, travessa ao sul*”, com “*60 palmos (13,20m⁶⁴⁵) de alto, 115 de comprimento (25,30m⁶⁴⁶) e 58 de largo (cerca de 12,76m⁶⁴⁷), obra toscana e de três naves, fabricada de pedra e cal e de abobada, a qual se segura sobre tres columnas de cada parte e por todas são seis. Tem o coro quatorze cadeiras com sufficiente claridade provinda de oito frestas, etre ellas cinco que foram abertas no anno de 1754... também lhe foi posta no mesmo anno uma cruz de pedra no tecto da egreja ficando arvorada para o poente. N’este tempo foram extrahidas do frontispício varias carrancas de pedra*”⁶⁴⁸. Era, assim, uma igreja de três naves, que chegou a meados do século XIX (1857), altura em que foi demolida⁶⁴⁹ (6./Fig.29).

6.3. D. Fernão Peres de Trava, conde de Trastâmara (1123-1128)

Dois documentos transcritos no Livro Preto da Sé, sob os números 397 e 579⁶⁵⁰, registam que, em 25 de Janeiro de 1123, o conde Fernando Peres (de Trava), com autorização da rainha D. Teresa, troca com a Sé de Coimbra a sua Vila de Ázere (concelho de Tábua), bem como o alargamento dos limites do castelo de Coja (concelho de Arganil), por metade de umas casas situadas em Coimbra, junto à muralha (6./Fig.30).

⁶⁴⁴ ALARCÃO, Jorge de, *Coimbra. A montagem do cenário urbano*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p.93.

⁶⁴⁵ Considerando que 22cm correspondem a um palmo.

⁶⁴⁶ Idem.

⁶⁴⁷ Idem.

⁶⁴⁸ SIMÕES, Augusto Filipe, *Relíquias da arquitectura romano-byzantina em Portugal e particularmente na cidade de Coimbra*, Lisboa, Typographia Portugueza, 1870, p.15.

⁶⁴⁹ LOUREIRO, José Pinto, *Coimbra no passado*, volume I, Coimbra, Edição da Câmara Municipal, 1964, p.70.

⁶⁵⁰ COSTA, P. Avelino de Jesus da, VELOSO, Maria Teresa, VENTURA, Leontina, *Livro Preto da Sé de Coimbra*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1979, p. 554-556 (doc.397) e p.777-778 (doc.579), e *Cópia de documentos latinos*, p.III, fol.93, Coimbra, A. U. C..

O documento nº 397 tem o título original de *CARTA CAMBIATIONIS DE AZAR CUM DOMIBUS QUE FUERUNT DOMNI ARTALDI*⁶⁵¹, referindo “*medietate illius domus que in Colimbria, prope murum civitatis, fundata est, quam consul domnus Menendus et soror sua, domna Sisili, sedi Sancte Marie testati sunt*”. Tem uma variante de texto⁶⁵² que já refere o termo “corte” (isto é, uma grande casa com pátio rodeada de outras casas, por exemplo cavaliariças, etc.): “*medietate unus curtis, infra muros Colinbrie sita, nemine suadente sed prompto animo atque propria voluntate, facere curavi. Istam, videlicet, domum Menendus, Baldimiri filius, et soror sua, domna Sisili, sedi Sancte Marie post suum discessum reliquerunt, sicut apud nos in cartulis et in testamentis illorum firmamentum inde retinetur. Cujus vero isti sunt termini; ad Orientalem partem, via que ducit ad illam portam que arabice dicitur Alcouz; ad Occidentalem, murus civitatis; ad Septemtrionalem, platea que ducit ad forum; ad Australem, porta jam dicta*” .

E supomos que a necessidade de autorização de D. Teresa se prendia com a questão do aumento dos limites dum castelo: “*unam villulam nomine Azar, cum suis terminis et cum suis adjeccionibus, et ideo quod augmentari nobis fecistis illos terminos de Cogia, supra illos quos nobis regina domna Tarisia jam dederat et firmitudinem fecerat*”.

O documento nº 579 (p.777-778) tem o título original de *CARTA COMMUTATIONIS ET CAMBIATIONIS CAMBIATIONIS*

E tem o conteúdo idêntico, falando igualmente da “*auctoritate regine domne Tarasie*”, mas especificando a filiação do conde Fernão Peres “*domno consuli Fernando, comitis domni Petri filio*”, “*de medietate unius curtis, infra muros Colinbrie sita, nemine suadente sed prompto animo atque propria voluntate, facere curavi. Istam, videlicet, domum Menendus, Baldimiri filius, et soror sua, domna Sisili, sedi Sancte Marie post suum discessum reliquerunt, sicut apud nos, in cartulis et in testamentis*”, com as seguintes extremas “*sunt termini; ad Orientalem partem, via que ducit ad illam portam que arabice dicitur Alcouz; ad Occidentalem, murus civitatis; ad Septemtrionalem, platea que ducit ad forum; ad Australem, porta jam dicta*”.

Assim, o conde Fernão Peres trocava, em 1123, com o Bispo e Cabido uma vila e terras que possibilitavam alargar os limites de um castelo (de Coja), por uma propriedade (que na realidade até era, provavelmente, uma “meia-propriedade”) limitada a nascente pela rua que conduzia à porta de Belcouce, a oeste pela muralha da cidade, ao norte pela *platea* (rua larga) que levava ao *forum*⁶⁵³ (praça) e a sul pela referida porta (*ad orientalem portam via qua ducit ad illam portam qua*

⁶⁵¹ COSTA, P. Avelino de Jesus da, VELOSO, Maria Teresa, VENTURA, Leontina, *Livro Preto da Sé de Coimbra*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1979, p. 554-556 (doc.397).

⁶⁵² A A)

⁶⁵³ O fórum medieval, e não o romano.

Arabice dicitur Alcous ad occidentallem murus civitatis ad setemptrionallem platea qua ducit ad fórum ad australlem porta jam dicta)⁶⁵⁴.

E a referida propriedade devia ser muito valiosa, comparando os objectos da troca, incluindo o local que deu origem a esta tese, pois confronta a nascente com as actuais ruas Joaquim António de Aguiar e da Estrela, a oeste com muralha que segue da porta de Belcouce para a de Almedina, agora submersa pelas construções que formam o lado oeste da actual rua Fernandes Tomás, a norte com a extrema poente da actual rua de Quebra-costas, e a sul pelo sítio da desaparecida porta de Belcouce (que ficava no jardim/clautro da entrada do edifício do Governo Civil, contíguo ao ponto de convergência da rua da Estrela e couraça de Lisboa)⁶⁵⁵.

A questão do posicionamento da *platea* e do *forum* é polémica, mas, para já, limitamo-nos a indicar a localização que propomos, sendo a razão dessa localização tratada no capítulo correspondente aos proprietários anteriores (Mem Baldemires e Sesilia), uma vez que acreditamos que a descrição de extremas (que refere essas designações), corresponde à propriedade original destes últimos, e não à “meia-propriedade” que o cabido trocou com o conde Fernão Peres de Trava.

Mas, quem era este conde Fernão Peres de Trava, que tanto empenho teve em adquirir uma propriedade que fora de uma das figuras mais ilustres de Coimbra, Mem Baldemires, de tal maneira que ainda era citado no documento após dezenas de anos?

Na sequência do segundo ataque almorávida a Coimbra, em 22 de Junho de 1117, vários nobres galegos vieram colaborar com D. Teresa de Leão e Castela (já viúva do conde D. Henrique desde 1112), e com os cavaleiros que defendiam Coimbra. De entre eles, o mais notável foi Fernão Peres de Trava, filho primogénito de Pedro Froilaz, e que viria a assumir expressamente funções militares como “tenente” dos castelos do Mondego, pelo menos desde o princípio de 1121⁶⁵⁶, detendo o governo da Fronteira, da mesma maneira que antes Mem Baldemires.

A aproximação entre D. Teresa e a mais poderosa família da Galiza, os Travas, tinha vindo a aumentar desde 1116 (altura das primeiras incursões almorávidas), e, em Janeiro de 1121, Fernão Peres já se encontrava na corte de D. Teresa⁶⁵⁷, tendo esta assumido uma ligação ao conde galego.

Mas, a partir de 1122, algum acontecimento significativo alterou o panorama político: desde Novembro desse ano que deixam de figurar como confirmantes dos diplomas da “rainha” os habituais e poderosos ricos-homens da corte, o que só pode significar que uma divergência opôs os

⁶⁵⁴ COSTA, P. Avelino de Jesus da, VELOSO, Maria Teresa, VENTURA, Leontina, *Livro Preto da Sé de Coimbra*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1979, p. 554-556 (doc.397) e p.777-778 (doc.579), e *Cópia de documentos latinos*, p.III, fol.93, Coimbra, A. U. C.

⁶⁵⁵ LOUREIRO, José Pinto, *Coimbra no passado*, volume I, Coimbra, Edição da Câmara Municipal, 1964, p.52-53.

⁶⁵⁶ MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2006, p.29.

⁶⁵⁷ Idem, p.30.

senhores portugalenses a D. Teresa e aos Travas, apesar de não se ter conhecimento dos pormenores⁶⁵⁸.

Para D. Teresa, que sempre reivindicara o direito a herdar pelo menos uma parte do reino do seu pai, e pretendendo obter o seu governo como soberana independente, o apoio de Pedro Froilaz de Trava (pai de Fernão Peres), o mais poderoso magnata da Galiza, era muito importante, pelo que o casamento com o seu filho reforçaria esse projecto, e, provavelmente, ao conde Fernão Peres também não desagradaria ascender à dignidade de consorte de uma rainha. Mas no que diz respeito a esta questão do casamento, as fontes são contraditórias, pois, se por um lado, os documentos lhe atribuem vários títulos, entre os quais “conde com autoridade sobre Coimbra e Portugal”, “senhor dos castelos de Seia, Coja, Santa Eulália e Soure”, que provam que exercia funções equivalentes às exercidas outrora pelo conde D. Henrique (o que só lhe podia advir por concessão de D. Urraca, ou pelo casamento com D. Teresa); por outro, a Igreja, que lutava para impor o modelo de casamento monogâmico e exogâmico (excluindo o divórcio e a união consanguínea ou “incesto”), nunca poderia dar o seu aval, pois o conde estava ligado por um casamento precedente, para além de D. Teresa ter vivido anteriormente com Bermudo Peres, irmão de Fernão, o que configurava também incesto⁶⁵⁹.

O filho de D. Teresa, o jovem Afonso Henriques, tendo sido criado por um aio (eventualmente Ermigio Moniz de Ribadouro), terá vivido com ele, e não com sua mãe, até aos 12 ou 14 anos, isto é, até 1121 ou 1123⁶⁶⁰.

E mais tarde, a vitória obtida por Afonso Henriques em São Mamede, em 24 de Junho de 1128, excluiu Fernão Peres de Trava das funções que desempenhava em Portugal, retirando o poder a D. Teresa.

Sabe-se que o conde se retirou, de facto, para a Galiza com a “rainha” D. Teresa e com as duas filhas de ambos, Sancha e Teresa Fernandes, ainda pequenas⁶⁶¹.

Quanto aos restantes nobres galegos, salvo raras excepções, continuaram a desempenhar os seus cargos curiais e as suas tenências de terras sem qualquer perturbação aparente, tendo, mesmo alguns dos parentes mais próximos dos Trava (vindos para Portugal nas primeiras décadas do século XII, e instalados entre Douro e Minho), desempenhado funções na corte, antes e depois da batalha de S. Mamede. O número dos que acompanharam o senhor de Trava de regresso à Galiza foi muito reduzido⁶⁶².

Está documentado que D. Teresa morre em 1 de Novembro de 1130, pois Fernão Peres de Trava oferece à Sé de Coimbra, em sufrágio pela alma da mulher uma herdade, que aquela lhe tinha dado, em S. Pedro do Sul, e que fora delimitada pelo próprio infante, tendo vindo a Coimbra em boa paz

⁶⁵⁸ Idem, p.36.

⁶⁵⁹ Idem, p.31-32

⁶⁶⁰ Idem, p.32.

⁶⁶¹ Idem, p.67-68 e p.71.

com o seu inimigo de outrora. E, ainda antes da morte daquela, Fernão Peres tinha estado pelo menos duas vezes em Portugal, em 1130, confirmando doações do enteado. A reconciliação dos dois tinha, assim, sido anterior à morte de D. Teresa⁶⁶³.

Por volta do ano de 1150 os dois irmãos Trava, Fernão Peres e Bermudo, foram em peregrinação à Terra Santa, por penitência, sem dúvida para expiarem o grave crime de incesto em que tinham estado envolvidos juntamente com a rainha D. Teresa, acabando mesmo Bermudo por se tornar monge no próprio mosteiro do Sobrado, que, juntamente com o irmão, tinha instituído na Galiza, em 1142⁶⁶⁴.

6.4. A propriedade do Cabido da Sé (1110-1123)

E em 22 de Junho de 1117, a propriedade da Estrela poderá ter sofrido danos quando Coimbra foi alvo de uma tentativa de invasão por parte dos muçulmanos, que entraram, através da porta de Almedina, misturados com os moradores do arrabalde, obrigando D. Teresa, o bispo e outras pessoas notáveis a recolher precipitadamente à alcáçova, que lhes ofereceu abrigo seguro por vinte dias. Ao fim desse tempo retiraram, mas não sem terem causado grandes danos em pessoas e propriedades, tendo, nomeadamente, sido arrasada a igreja catedral e casas onde viviam o bispo e os cónegos⁶⁶⁵. Assim, talvez Fernão Peres tenha adquirido a propriedade (ou melhor, a “meia-propriedade) ao cabido na sequência desses estragos, com a intenção de a reconstruir.

Mas como é que o cabido tinha, a posse, segundo supomos, da tal “meia-propriedade” (6./Fig.31)?

Vejamos, então, a sequência de documentos, e o raciocínio, em que a nossa hipótese de repartição da propriedade da Estrela se baseou:

- Em 5 de Janeiro de 1101, Mendo Baldemires (*Menendus Baldemiri*) doa à sua irmã Sesília (*Sisilli*) metade de todos os seus bens (vila de Vimieira, terras de Alvalade, vinha, casa, tudo o que havia dentro dela), durante a sua vida, como recompensa pelos serviços que aquela lhe prestava, mas com condições: que a metade que lhe doava fosse, após a morte da irmã, por sua vez, dividida em três, sendo uma parte para a filha de Mem Baldemires, Justa (“*filie mee, Juste*”), outra para o sobrinho Mendo (*Menendo Johannis* ou *Mendo Anes*), e outra para o cabido da Sé⁶⁶⁶. Ou seja, o cabido tem, por este documento, garantido, nomeadamente, um sexto da propriedade original de Mem

⁶⁶² Idem, p.70-71.

⁶⁶³ Idem, p.67-68 e p.71.

⁶⁶⁴ Idem, p.32, 64 e 94.

⁶⁶⁵ LOUREIRO, José Pinto, *Coimbra no passado*, volume I, Coimbra, Edição da Câmara Municipal, 1964, p.73-75.

⁶⁶⁶ COSTA, P. Avelino de Jesus da, VELOSO, Maria Teresa, VENTURA, Leontina, *Livro Preto da Sé de Coimbra*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1979, p.448 (doc.305) e p.529-530 (doc.376).

Baldemires à Estrela, apesar de ser difícil perceber como seria possível, legalmente, à época, alguém, com descendentes legítimos, dispor assim, livremente, de todos os seus bens⁶⁶⁷.

- Em 23 de Janeiro de 1110, o genro Artaldo andava em conflito com o cabido, pois a Sé doa-lhe um terreno que fora da mãe de D. Sesnando, um horto, junto aos banhos régios, com a condição de ficar sob a dependência da referida Sé, isto é, de lhe obedecer⁶⁶⁸. Nesta altura já falecera Mem Baldemires (1101) e supomos que também Sesília, devendo haver problemas na sequência das heranças destes. Parece-nos óbvio que, se Mem Baldemires impôs à irmã o terço que teria de deixar em herança à Sé, ele próprio o teria feito também, na metade que lhe restava. Assim estariam garantidos dois terços dos bens originais de Mem Baldemires para o cabido, entre eles a propriedade da Estrela. Esta situação já seria complicadíssima de gerir para a filha Justa e o genro Artaldo, mas ainda se complicaria mais.

- Em 26 de Outubro de 1110, João Gondesendes e Ximena Forjaz, pais do sobrinho Mendo, que entretanto falecera, doam à Sé as propriedades outrora de sua tia Sesília e do seu filho⁶⁶⁹. Ou seja, o cabido tinha acumulado mais um terço dos bens originais de Mem Baldemires, perfazendo agora exactamente a metade, estando a outra metade provavelmente na posse do casal Artaldo/Justa Mendes.

- Em 25 de Janeiro de 1123, os problemas continuavam, pois tendo havido litígio entre a Sé e D. Artaldo, sobre a posse de propriedades doadas à igreja pelo alvazil D. Mendo, foi deliberado, judicialmente, após acordo entre as partes, conceder a D. Artaldo metade da vila da Vimieira (concelho da Mealhada) bem como o referido horto⁶⁷⁰. Assim, depreende-se que a vila da Vimieira faria parte dos bens de Mem Baldemires e que a Sé teria tomado posse da totalidade, só lhe pertencendo metade, da mesma maneira que teria metade da propriedade da Estrela (a sul?), que, curiosamente, neste mesmo dia, viria ceder por troca ao conde Fernão Peres, tendo-se provavelmente mantido a outra metade na posse da família de Artaldo (a norte?).

- Em 9 de Janeiro de 1126, um documento com o título “*Carta de convenção entre o bispo D. Gonçalo e os filhos de D. Artaldus e D. Justa, Menendus e Petrus, sobre a questão que a Sé teve com o mesmo Artaldo por este se recusar a entregar propriedades que lhe não pertenciam a saber: metade de Viminaria e a horta abaixo dos muros da cidade, junto dos banhos de El Rei*”⁶⁷¹, esclarece que os problemas, entre o cabido e D. Artaldo, afinal, não tinham sido sanados em 1123, só se tendo, provavelmente, resolvido em 1126, já com os filhos de Artaldo, Mendo e Pedro, e

⁶⁶⁷ Será eventualmente uma questão de Direito Visigótico, que não procuramos, aqui, analisar.

⁶⁶⁸ COSTA, P. Avelino de Jesus da, VELOSO, Maria Teresa, VENTURA, Leontina, *Livro Preto da Sé de Coimbra*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1979, p.503-504 (doc.352).

⁶⁶⁹ Idem, p.343-344 (doc.222).

⁶⁷⁰ Idem, p.569-570 (doc.409).

⁶⁷¹ Trata-se de um documento da Torre do Tombo, m.III, doc. 43, publicado na *Revista Biblos*, vol. X, Coimbra, Coimbra Editora, Lda., 1934, p.160.

quando a questão foi derimida *in conventu*⁶⁷², tendo existido um *decretum nobilium*, sobre o qual assentou o acordo de que se lavrou escritura⁶⁷³.

6.5. Os irmãos Mendo Baldemires e Sesília (1086-1110)

D. Fernando toma Coimbra em 1064, numa sexta-feira de Julho, véspera de S. Cristóvão. Nos empreendimentos vitoriosos de Fernando, o Magno, teve acção de relevo o cônsul Sisenando Davidiz⁶⁷⁴.

Depois, Coimbra (como cabeça de um condado), e o seu território (“de Lamego até ao mar pelas águas do rio Douro e até aos limites do que os cristãos, a sul, possuíssem”⁶⁷⁵) estiveram entregues a D. Sisenando (1064-1091), que teria como seus subordinados outros governadores. Após a sua morte sucedeu-lhe o seu genro D. Martim ou Martinho Moniz (1092-1093)⁶⁷⁶, mas já sem as mesmas funções de D. Sisenando, e entre 1092 e 1094, na dependência do conde D. Raimundo, foi afastado para o governo de Arouca⁶⁷⁷. D. Raimundo assume então o governo (1094-1100) e, alguns anos mais tarde, D. Henrique (este a partir de 1095, embora subordinado a D. Raimundo)⁶⁷⁸.

Sujeita a um conde que mandava num território muito mais extenso que a cidade, Coimbra tinha, também, governador próprio. E o primeiro de que há notícia, após a reconquista, foi Mendo Baldemires, um dos fideles maiores de D. Sisenando e da Sé, e que governou a cidade pelo menos desde 1086, usando o título de alvazil, mas podendo ter sido até mais do que um simples governador (talvez um lugar-tenente do conde)⁶⁷⁹.

Mendo ou Mem Baldemires foi o primeiro proprietário conhecido da propriedade da Estrela, e, depois, por vontade própria, co-proprietário com sua irmã Sisilli ou Sesília.

⁶⁷² Paulo Merêa é de opinião de que o *conventus* de Coimbra seria, realmente, constituído por nobres, no sentido próprio (*infanções*), em MERÊA, Paulo, *Conventus nobilium*, “Revista Portuguesa de História”, tomo II, Coimbra, F. L. U. C., 1943, p.307.

⁶⁷³ MERÊA, Paulo, *Conventus nobilium*, “Revista Portuguesa de História”, tomo II, Coimbra, F. L. U. C., 1943, p.306.

⁶⁷⁴ LOUREIRO, José Pinto, *Coimbra no passado*, volumes I, Coimbra, Edição da Câmara Municipal, 1964, p.40-42.

⁶⁷⁵ ALARCÃO, Jorge de, *Coimbra. A montagem do cenário urbano*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p.81.

⁶⁷⁶ LOUREIRO, José Pinto, *Coimbra no passado*, volume I, Coimbra, Edição da Câmara Municipal, 1964, p.56-57.

⁶⁷⁷ ALARCÃO, Jorge de, *Coimbra. A montagem do cenário urbano*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p.81.

⁶⁷⁸ LOUREIRO, José Pinto, *Coimbra no passado*, volume I, Coimbra, Edição da Câmara Municipal, 1964, p.59-60, p.97 e LOUREIRO, José Pinto, *Forais de Coimbra*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal de Coimbra, 1940, p.118-124.

⁶⁷⁹ ALARCÃO, Jorge de, *Coimbra. A montagem do cenário urbano*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p.81-82.

Foi pai de Justa Mendes, casada com Artaldo⁶⁸⁰, um francês que terá vindo para Portugal com o conde D. Henrique, foi escudeiro de D. Teresa, e pertencia ao grupo dos *boni homines* do *concilium* de Coimbra⁶⁸¹, substituindo no cargo Mendo Baldemires, quando este faleceu, em 1101⁶⁸², passando a governar “esta terra a mando do conde D. Henrique”⁶⁸³. E a documentação refere que também tinha uma casa junto aos *muros* de Coimbra⁶⁸⁴, que, na sequência do raciocínio que atrás expusemos, supomos ser parte da do sogro, mais precisamente, a metade norte.

Assim, Mem Baldemires e sua irmã Sisili, aparecem referidos como os anteriores proprietários (“... *Istam videlicet domum Menendus Baldimiri filius et soror sua domna Sisili...*”), no contrato de escambo, já referido, feito em 25 de Janeiro de 1123, entre o bispo e o cabido por um lado, e o Conde Fernão Peres de Trava por outro, no qual este recebe metade de uma *curtis* ou corte⁶⁸⁵, junto do muro de Coimbra (“...*de medietate unus curtis infra muros Colimbrie...*”), limitada a este pela rua que conduzia à porta de Belcouce, a oeste pela muralha da cidade, ao norte pela rua (larga) que conduzia à Praça (fórum) e a sul pela referida porta (“...*ad orientalem partem via que ducit ad illam portam que arabice dicitur Alcouz; ad occidentalem murus civitatis; ad setemtrionalem platea qui ducit ad forum; ad australem porta jam dicta...*”)⁶⁸⁶.

A propriedade, com as confrontações referidas, é, na nossa opinião, e como já referimos, a área em estudo, ou pelo menos esta será uma parte daquela. Mas, se o limite sul é claro (a porta de Belcouce), a dificuldade está nos restantes limites:

- A este, pela rua que conduzia à porta de Belcouce ou da Estrela (que ficava, sensivelmente, no jardim da entrada do actual edifício do Governo Civil, próxima do actual ponto de convergência da rua da Estrela e couraça de Lisboa, e supostamente demolida em 1778) ... mas estaremos a falar realmente do eixo rua Fernandes Tomás/rua da Estrela, ou rua Joaquim António de Aguiar/rua da Estrela?

- A oeste pela muralha da cidade... mas, mais uma vez, estamos a falar da muralha que acompanha o troço rua Fernandes Tomás/rua da Estrela, ou rua Joaquim António de Aguiar /rua da Estrela, uma vez que poderá existir um troço mais antigo de muralha que seguia pela rua Joaquim António de Aguiar e se unia ao que vinha da rua Fernandes Tomás precisamente no início da rua da Estrela?

⁶⁸⁰ VENTURA, Leontina, FARIA, Ana Santiago, *Livro Santo de Santa Cruz*, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990, p.51.

⁶⁸¹ Ibidem.

⁶⁸² DAVID, Pierre, SOARES, Torquato de Sousa, *Liber anniversariorum ecclesiae cathedralis colimbriensis (Livro das Kalendas)*, 2 volumes, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1947-1948, p.23.

⁶⁸³ ALARCÃO, Jorge de, *Coimbra. A montagem do cenário urbano*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p.81.

⁶⁸⁴ VENTURA, Leontina, FARIA, Ana Santiago, *Livro Santo de Santa Cruz*, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990, p.51.

⁶⁸⁵ Segundo a Doutora Leontina Ventura (a quem agradecemos a preciosa ajuda e simpatia), *curtis* era uma grande casa com pátio, rodeada de outros edifícios de menor importância (cavalariças etc.).

Será, actualmente, mais óbvio pensarmos na muralha que seguia de Almedina para a porta de Belcouce, muralha mais tarde submersa pelas construções que formam o lado oeste da actual rua Fernandes Tomás.

- A norte, a rua larga que conduzia ao fórum (“...*platea qui ducit ad forum...*”). Por um lado teria de ser uma via sensivelmente perpendicular ou à rua Fernandes Tomás ou à rua Joaquim António de Aguiar, na sequência do raciocínio atrás descrito. A questão da localização do fórum, se na zona da Sé, ou na do quebra-costas, é também fundamental. Alguns autores admitem também a possibilidade do limite norte ser a rua Fernandes Tomás⁶⁸⁷, entre eles o Doutor Jorge de Alarcão, que a localiza no troço mais a norte dessa rua⁶⁸⁸, hipótese com a qual não concordamos uma vez que a orientação desta rua é precisamente norte/sul, pelo que não serve para estabelecer um limite a norte.

Assim, na nossa opinião, e após a análise da topografia e da implantação das edificações, constantes da actual carta topográfica de Coimbra, e compatibilizando com a informação dos documentos que estudamos no âmbito desta tese, a *platea* seria onde o Doutor Alarcão localiza o *Forum Regis*⁶⁸⁹, logo a seguir à porta de Almedina, na parte inferior da actual rua de Quebra-costas (6./Fig.32).

E o fórum, na parte superior dessa mesma rua, dividido ou limitado a nascente por um muro de suporte (eventualmente o prolongamento de uma antiga muralha, nas traseiras da Rua Joaquim António de Aguiar) onde desembocava a rua de Sobre-Ribas, esta a uma cota mais alta (6./Fig.32). Poder-se ia, assim continuar a localizar as *tendas superiores* ou “de cima” (designação do final do séc. XII inícios do XIII) no troço mais elevado, e as *inferiores* ou de baixo, no de cota mais baixa⁶⁹⁰. Por outro lado, e neste ponto de vista, a sota (isto é, uma grande conduta subterrânea de águas pluviais ou sujas), ou cloaca romana, ou bueiro, localizados “sensivelmente no ponto onde a rua de Sobre-Ribas desemboca nas escadas de Quebra-Costas”⁶⁹¹ faz todo o sentido, até como protecção do muro (ou muralha) contra uma grande acumulação de água que a pudesse danificar num ponto para onde confluíam todas as águas que andassem à superfície.

A ligação, não pedonal, do fórum à Sé far-se-ia para sul, entroncando com o troço final da actual rua Joaquim António Augusto de Aguiar (6./Fig.32). Aliás, será talvez por aqui (um espaço público) que mais tarde se faz o encanamento de parte das águas sobejantes do chafariz da Feira, e donde o povo acedia a um tanque (chafariz) construído por um particular no século XVIII “defronte da sua

⁶⁸⁶ COSTA, P. Avelino de Jesus da, VELOSO, Maria Teresa, VENTURA, Leontina, *Livro Preto da Sé de Coimbra*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1979, p. 554-556 (doc.397) e p.777-778 (doc.579), e Cópia de documentos latinos, p.III, fol.93, A. U. C..

⁶⁸⁷ LOUREIRO, José Pinto, *Coimbra no passado*, volume I, Coimbra, Edição da Câmara Municipal, 1964, p.52-53.

⁶⁸⁸ ALARCÃO, Jorge de, *Coimbra. A montagem do cenário urbano*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p.88 e p.92.

⁶⁸⁹ Idem, p.88.

⁶⁹⁰ Idem, p.85.

⁶⁹¹ Idem, p.85.

casa”⁶⁹², e que poderá corresponder a algo que foi localizado há poucos anos nas traseiras de uma casa entre o beco da Imprensa e o outro imediatamente a seguir, a nascente⁶⁹³.

Aliás, em nossa opinião, esta nossa proposta de localização pode-se coadunar com a descrição que o Doutor Jorge de Alarcão transcreve de um terreno localizado na referida *platea* e perto do fórum (*pro illud forum juxta murum civitatis*), com os seguintes confrontos: a oriente, via pública; a ocidente, *muros civitatis*; a norte, *domus* de um Nuno; a sul *domus* de João Vistreliz⁶⁹⁴. Ou seja, seria uma casa no início da rua de Quebra-costas, imediatamente à direita da porta de Almedina, apoiada a nascente na muralha, tendo a oriente uma via pública, que existiria contígua, e imediatamente acima (a nascente) da barbacã (6./Fig.32).

E estes limites, descritos no documento, são os da propriedade inteira, e não os da meia propriedade adquirida por Fernão Peres. Ou seja, ao cabido só pertenceria meia propriedade que fora de Mem Baldemires/Sisili, e não a totalidade da propriedade, tendo *escambado* só meia. Assim, não pudemos deixar de pensar que a casa junto aos muros da cidade, propriedade de Artaldo, genro de Mem Baldemires, seria a metade da propriedade do sogro (que ficou para Justa Mendes), tendo o Cabido ficado com a outra metade, como vimos atrás.

Em resumo, e tentando também dar resposta às interrogações do Prof. Jorge de Alarcão⁶⁹⁵: achamos que a totalidade da propriedade original de Mem Baldemires acompanhava, para oeste, até à muralha, as ruas da Estrela e Fernandes Tomás (6./Fig.33), sendo a metade que manteve na sua posse a do norte (e que se terá mantido na posse dos seus descendentes), e a de Sisili a do sul. Esta última, depois, terá chegado à posse da Sé, que poucos anos depois a “*escambou*” com Fernão Peres de Trava (6./Fig.30 e 6./Fig.31).

Próximas da casa de Mem Baldemires, a catedral tinha sido reconstruída antes de 1108 (entre 1086 e 1109 ou 1094 e 1109)⁶⁹⁶ e a igreja de São Cristóvão já existia, pelo menos em 1108⁶⁹⁷, mas não se trataria da que chegou a 1857. Aquando da demolição desta “*apareceu pela parte anterior, junto*

⁶⁹² Em 19 de Setembro de 1764 foi feito um contrato de concessão das águas vertentes do chafariz da Feira a D. Nicolau Pereira Coutinho de Souza Menezes, fidalgo da casa real, “senhor da redizima da cidade da Baía” que pretendia “*encanar as ditas águas e construir uma fonte para abastecimento do público e de sua casa defronte da mesma*”, propondo “*fazer um aqueduto subterrâneo para correr as ditas águas perdidas, tirando-as da superfície da rua*” “*até se meterem na sota grande da cidade que ia sair ao rio Mondego*”. A referida fonte ou tanque seria privada, mas não teria “*muro, portal, ou chave*”, em *Livro de notas nº 15 (1745-1771)*, cota B2/15, Coimbra, A. H. M. C., 1764, p.155v-158.

⁶⁹³ Informação amavelmente prestada pela Dra. Paula Cristina Viana França, do A. H. M. C.

⁶⁹⁴ ALARCÃO, Jorge de, *Coimbra. A montagem do cenário urbano*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p.92.

⁶⁹⁵ Que são: “porque o bispo lhe cedeu apenas metade da *domus*, viveria Fernando Peres numa residência de que era apenas coproprietário? Ou tratar-se-á de um caso em que um grande prédio foi transformado e convertido em duas habitações autónomas?”, em ALARCÃO, Jorge de, *Coimbra. A montagem do cenário urbano*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p.92.

⁶⁹⁶ ALARCÃO, Jorge de, *Coimbra. A montagem do cenário urbano*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p.99-100.

⁶⁹⁷ LOUREIRO, José Pinto, *Coimbra no passado*, volume I, Coimbra, Edição da Câmara Municipal, 1964, p.70.

da porta um subterrâneo”, que Filipe Simões afirmou ser uma “*crypta*”, em 1870, mas que Manuel Real reinterpretou, em 1995, como uma igreja de menores dimensões, do tempo dos condes D. Henrique e D. Teresa, ou mesmo anterior. A descrição de 1870 refere que tinha “*forma análoga á da igreja, porém em ponto mais pequeno*” (6./Fig.34 e 6./Fig.35), que “*nas paredes deste subterraneo viam-se vestigios de pinturas a fresco*” e, ainda, que “*dois grandes pedestaes de alvenaria quadrangulares e não afeiçoados serviam de apoio às duas columnas do templo que a esta parte correspondiam*”⁶⁹⁸.

Assim, pela primitiva igreja de S. Cristóvão (isto é, pela suposta cripta), podemos extrapolar as dimensões das igrejas que existiriam nos finais do século XI e nos inícios do XII: cobertas de madeira, seriam pequenos templos, excepto a catedral e a igreja de S. João⁶⁹⁹.

⁶⁹⁸ SIMÕES, Augusto Filipe, *Relíquias da architectura romano-byzantina em Portugal e particularmente na cidade de Coimbra*, Lisboa, Typographia Portugueza, 1870, p.15.

⁶⁹⁹ ALARCÃO, Jorge de, *Coimbra. A montagem do cenário urbano*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p.95.

7. A antiga Aeminium, o arco romano e a porta de Belcouce

A abertura de uma porta na área de Belcouce justifica-se pela possibilidade de se poder definir, aí, um acesso, desenvolvendo-se em serpentina através de rampas naturais. Esta entrada, próxima e sobranceira ao local onde a ponte romana alcançava a margem, terá permitido uma ligação quase directa com o espaço urbano (7./Fig. 1 e 7./Fig. 2). Este facto justifica a existência, aí, de um arco romano que (acreditamos agora) estava contíguo à porta medieval, impondo-se a quem entrava pela ponte (a de pedra, cerca de 20m para poente da actual), tendo em atenção que a margem do rio seguia, aproximadamente, o traçado actual da rua da Alegria, e que o nível topográfico era muito mais baixo, à época (menos cerca de 0,90m por cada século).

Por volta do séc XVI, a porta de Belcouce localizava-se ao fundo da couraça de Lisboa, num dos locais mais referenciados em documentos antigos, e onde se podiam ver, também, alguns restos do arco romano (7./Fig. 3 e 7./Fig. 4). Este último poderia ter sido uma porta, ou um arco triunfal, na entrada principal de *Aeminium*, próximo do sítio onde, muitos anos antes, poderia ter existido um castro, se prestarmos atenção à orientação “contra-natura” de algumas curvas topográficas de nível do terreno (na área de São Cristóvão e da Estrela, o beco da Amoreira e a rua das Esteirinhas⁷⁰⁰). Esta anomalia só se explica pela existência de qualquer recinto, ou edifício, muito antigo, que terá desaparecido sem deixar outro vestígio que não seja, na malha urbana, a estranha configuração, uma vez que as curvas de nível naturais, prévias a qualquer edificação (romana ou medieval), formariam uma convexidade voltada a sudoeste⁷⁰¹ (7./Fig. 5 e 7./Fig. 6).

Assim, o sistema defensivo medieval absorvera parte do que ainda existia do velho monumento, ficando o arco romano inserido, ou parcialmente inserido, num troço da muralha, contíguo à porta-arco, em cotovelo (7./Fig. 7).

E aqui começa a confusão toponímica entre o arco, ou arcos, da nova porta, e os do antigo arco romano, e, também, eventualmente, algum que tivesse existido, posteriormente (ou não), na rua, para ligação (eventualmente só do jardim dos Alpoins) ao troço de muralha fronteira.

Um destes arcos foi mandado demolir pela Câmara, na reunião de vereação de 10 de Junho de 1778, em que os seus vereadores “*acordarão mais que se demolisse o Arco da Estrella, para se cortar parte da muralha quanto seja bastante para daquelle sitio haver serventia corrente e larga e que depois se guarnecesse a muralha para não ficar disforme, fazendoselhe por remate hum Torreão da*

⁷⁰⁰ ALARCÃO, Jorge de, *Coimbra. A montagem do cenário urbano*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p.97.

⁷⁰¹ Idem, p.219.

*mesma pedra do Arco, para fazer boa vista á referida entrada*⁷⁰², o que se efectivou, parcialmente, em 14 de Julho⁷⁰³, pois, em 19 de Agosto de 1778, a vereação muda de ideias e resolve “*que por ora se suspendesse a obra do remate da muralha junto da Estrella até segunda ordem assignarão no dia 22 do corrente para se fazer vestoria na dita obra e na parte da muralha de que há informação ameassa ruína*”⁷⁰⁴.

Não nos parece que o torreão tenha, alguma vez, sido feito, mas é pena, pois de contrário poderíamos ficar a saber se se tratava, ou não, do arco romano, consoante o material de que fosse feito o tal torreão, pois, neste momento, já poderíamos comparar com o pouco que dele ficou. Assim sendo, a única forma que nos resta de conseguir, ainda, averiguar se o documento se referia, ou não, ao arco romano, é a partir de quem comprou a pedra do arco demolido, pois a Câmara resolveu vendê-la, em 18 de Julho, “*averiguando-se primeiramente o seu valor, para cujo serviço se notificará o mestre de obras da cidade*”⁷⁰⁵. E, foi, de facto, arrematada, pois, em 24 de Novembro de 1778, os vereadores deliberam que se “*avizasse a Miguel Carlos da Mota e Souza para mandar satisfazer os 30\$000 reis presso da pedra que comprou do arco e muralha da Estrella cuja quantia entregará ao Procurador da Câmara*”⁷⁰⁶. Mas, lateralmente ao texto desta última acta, em forma de resumo, está: “*Avizo ao Dr. Miguel Carlos da Mota e Souza*”. Ora, o facto do arrematante da pedra ser licenciado surpreendeu-nos, pois a compra deve ter tido uma motivação específica, e não de molde a ser utilizada como mais um material de construção indistinto. Assim, pretendemos, a curto prazo, tentar encontrar esta personalidade, de forma a tentar perceber a finalidade da pedra.

Na mais antiga gravura da cidade de Coimbra, de 1566, de Georg Hoefnagel (7./Fig.8), figura o arco romano; no entanto, não se compreende como não estão representados nem a torre, nem a porta de Belcouce (7./Fig. 9). O facto de o arco poder aparecer planificado, isto é, os três arcos restantes, representados no mesmo plano, não nos surpreende, mas sim o facto de não aparecer mais nada à volta. Será que a vontade de dar protagonismo ao arco originou que não tivesse representado a envolvente? É certo que esta gravura só pretendia uma imagem geral, não pormenorizada, de Coimbra, não se preocupando com o pormenor. Seja como for, há um detalhe, na representação do arco de Hoefnagel, que parece querer indiciar uma representação tridimensional (7./Fig. 10), o que já não se nota nas reproduções, posteriores, desse mesmo desenho (7./Fig. 11).

Mas, em Fevereiro de 1669, o florentino Pier Maria Baldi desenhou uma vista da cidade, já muito pormenorizada, na qual se vê o que supomos ser o arco da porta de Belcouce, estando o antigo arco

⁷⁰² Vereações nº66 (1765-1781), cota B0/66, Coimbra, A.H.M.C., 1778, p.179v-180.

⁷⁰³ DINIZ, Cruz, *Separata do Museu Nacional da Ciência e da Técnica*, Coimbra, Coimbra Editora, Lda., 1975, p.31.

⁷⁰⁴ Vereações nº66 (1765-1781), cota B0/66, Coimbra, A.H.M.C., 1778, p.182.

⁷⁰⁵ Idem, p.186.

⁷⁰⁶ Ibidem.

romano inserido na saliência (injustificada, de outra forma), que se nota à direita na imagem (7./Fig. 12).

Apesar de terem sido encontradas, na rua da Estrela, em 2001, pedras almofadadas com toda a aparência de romanas⁷⁰⁷, parecendo ser a base dum pilar, não conseguimos chegar a qualquer relatório da arqueologia⁷⁰⁸. Assim, parece que continua por provar, pelo menos “de forma oficial” a existência, ali, de um monumento romano, o que teria sido possível se a conclusão do relatório de arqueologia confirmasse terem, essas pedras, de facto, pertencido à base de um arco da época romana. Quanto a nós, basta-nos a certeza do Doutor Jorge de Alarcão, e umas fotografias, tiradas entre 17 e 31 de Maio de 2001, numa altura em que os achados estavam à vista de quem passava, e de que agora dispomos (7./Fig. 13)⁷⁰⁹. Além de que, aquela localização, marcando a entrada da cidade, e bem visível para quem chegasse pela ponte, se tornou, depois de a testarmos (através dos documentos, plantas, imagens e fotografias de que dispunhamos), perfeitamente óbvia.

As nossas fotografias tinham, ao contrário das do Doutor Jorge de Alarcão, alguns pontos de referência (o muro do edifício do Governo Civil e um atravessamento de tubagem), que trabalhados por profissionais habituados a levantamentos⁷¹⁰, permitiram uma implantação que consideramos bastante exacta (7./Fig. 15). Essa marcação acabou por ser, depois, confirmada pela existência de uma “tampa”, no que parece ser o local preciso, para além de se notar uma ligeira cedência apenas no terreno envolvente, compatível com os trabalhos de remoção de calçada (de 2001), e com a existência de um elemento de cantaria daquelas dimensões. De referir, também uma árvore que se encontra posicionada no meio dos alicerces do que supomos ser o arco, estando o crescimento das suas raízes condicionado, e a levantar o pavimento do claustro (7./Fig. 16).

Assim, pudemos verificar que a localização do arco romano, proposta pelo Doutor Jorge de Alarcão, não coincide com a nossa devido a um posicionamento do referido pilar demasiado próximo do muro do edifício do Governo Civil, e paralelo a este, quando, afinal, existe uma rotação notória⁷¹¹ (7./Fig. 15).

⁷⁰⁷ ALARCÃO, Jorge de, *Coimbra. A montagem do cenário urbano*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p.40.

⁷⁰⁸ Tentámos na C.M.C., no I.P.A., em Lisboa e no Instituto de Arqueologia da U.C., tendo sido neste último que conseguimos algumas informações, graças à gentileza e paciência do Doutor Jorge de Alarcão que nos ajudou a perceber a suposta forma do arco romano, e que nos referenciou aproximadamente o local do achado, a partir de duas fotografias agora publicadas no seu livro, mas que não incluíam qualquer ponto de referência. Relativamente ao relatório da arqueologia, e estranhamente, nem rastros, apesar de termos conhecimento que teria sido da responsabilidade da Dra. Rosa Simões, na altura arqueóloga na C.M.C..

⁷⁰⁹ Fotografias do espólio pessoal da Dra. Paula Cristina Viana França, que gentilmente as cedeu e datou, esclarecendo as circunstâncias em que foram tiradas, e permitindo a sua publicação, e que se transformaram num dado precioso para a localização exacta do arco romano.

⁷¹⁰ Agradecemos ao Jorge Coelho e ao Ricardo Brito que nos ajudaram nesta difícil tarefa, em 26 de Setembro de 2008.

Assim, e usando a mesma forma (de um arco quadrifronte), e dimensões em planta, chegámos a um posicionamento que se verificou perfeitamente compatível com a nossa localização da porta medieval de Belcouce (7./Fig. 17), para além de confirmar a aresta na muralha, ao lado da porta, na imagem de Baldi (de 1669), e sobretudo, também as descrições de D. Jerónimo Mascarenhas (de 1636) e de Coelho Gasco (de 1666), que se suponham incompatíveis com a referida imagem:

Segundo D. Jerónimo de Mascarenhas tratava-se de um arco triunfal quadrangular, meio desfeito, semelhante a um desenhado por *Jacob Boisardo*, no seu livro *Tipografia da Cidade de Roma*, designado de *Arcus Augusti Quadriformis*, sustentando-se, à época, já somente em duas colunas, pois a terceira estava metida na muralha e a quarta fora removida para o caminho, para o rio e para a ponte, ficar mais desafogado⁷¹².

Segundo Coelho Gasco estava já muito arruinado, sem três dos quatro arcos, localizava-se num alto, junto às casas do conde de Portalegre, no fundo da couraça, sendo imediatamente visualizado por quem vem pela ponte⁷¹³.

Acabámos por conseguir a imagem do *Arcus Augusti Quadriforis* de que falava D. Jerónimo de Mascarenhas (7./Fig. 18 e 19), num livro do séc. XVI de Jean Jacques Boissard, cujo título é *Romanae urbis topographia et antiquitatum*⁷¹⁴, tarefa que não foi fácil devido ao erro que existiu na transcrição, quer do nome do autor, quer da obra, e até no do arco⁷¹⁵.

O posicionamento a que chegamos também nos fez mudar de ideias quanto à velha questão: se se tratava de um arco triunfal comemorativo ou simplesmente de uma porta.

“Os arcos eram decretados pelo Senado para memória das conquistas, triumphos, e outros grandes acontecimentos políticos e militares, ou levantados por particulares para perpetuarem os seus nomes e servirem de ornato a algumas cidades e terras notáveis. Durante a república a sua construção era rude e singela, ordinariamente de tijolo ou alvenaria, tendo a forma semi circular, a que davam o nome de fornix. Mais tarde, particularmente no tempo dos imperadores, architectaram-nos de mármore e cantarias, formando-os de columnas e pilastras, e guarnecendo-os nas intercolumnios e entablamentos de tropheus, estatuas, inscrições, baixos-relevos, e outros labores de precioso e exquisito feitio. Construídos de fôrma quadrangular, alguns d’estes tinham

⁷¹¹ ALARCÃO, Jorge de, *Coimbra. A montagem do cenário urbano*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p.41.

⁷¹² MASCARENHAS, D. Jerónimo de, *História da Cidade de Coimbra (Manuscrito do século XVII)*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1956, p.47.

⁷¹³ GASCO, António Coelho, *Conquista, antiguidade e nobreza da mui insigne, e ínclita cidade de Coimbra*, Lisboa, Impressão Régia, 1805, p.128-129.

⁷¹⁴ BOISSARD, Jean Jacques, *Romanae Urbis Topographia et antiquitatum*, I pars, s.l., Theodoro de Bry Leod, 1597, imagens no final.

⁷¹⁵ Agradecemos à Dra. Isabel João Ramires e à Helena Sousa, da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, que nos ajudaram a saber a que obra corresponderia a descrição, e a facilitar a sua consulta na Biblioteca Nacional.

*uma só passagem ou porta no centro, taes como os de Tito Vespasiano, Domiciano e Galieno; outros tinham três, sendo a do meio mais espaçosa, como no de Septimo Severo*⁷¹⁶.

Quanto às as portas eram quase semelhante aos arcos no estilo e luxo dos ornatos, respeitadas “*como cousas sanctas, e onde antiguamente se collocavam imagens de divindades, substituídas depois pelas dos Césares e imperadores*”⁷¹⁷.

Nunca houve consenso: no cimo da rampa de acesso à cidade, em posição alcandorada e concentrando nele toda uma simbologia e monumentalidade, poderia projectar a imagem da cidade para o exterior, evidenciando ao mesmo tempo a própria ordem do seu espaço interior⁷¹⁸. Mas, enquanto que uns, como Filipe Simões, eram de opinião que só a função de porta urbana poderia ter motivado a construção de um monumento deste tipo⁷¹⁹ “*...a meio de uma ladeira em que, nem parte do nascente, nem parte do poente, nem ainda da parte de sudoeste, se lhe poderia fazer praça por causa do grande declive da encosta...*”⁷²⁰, e outros, ainda mais radicais, como Paula Petiz, afirmavam que “*será de eliminar a hipótese de ter existido um arco triunfal*”⁷²¹, já D. Jerónimo de Mascarenhas, Bispo de Segóvia, inclinava-se para a hipótese de ser um arco triunfal, referindo, em manuscritos do séc. XVII (em princípio anteriores a 1636)⁷²²: “*...porém das obras antigas que hoje se vêem nestes muros, a mais digna de admiração e que denota melhor a sua antiguidade, é a de um arco quadrangular, meio desfeito, que ainda hoje permanece no lugar, a que chamam “Couraça”, obra assim por antiguidade, como por architectura, verdadeiramente romana, e que não tem outra semelhante em toda a circunferência do muro, nem em alguma outra parte da cidade, e porque logo em si mostra ser fabrico romano, e é obra de tanto preço para os que entendem delas, leva atrás si os olhos dos que a vêem, principalmente dos que têm algum conhecimento de architectura como são os italianos artífices de semelhantes obras que, segundo a tradição antiga, que nesta cidade há, tanto que olhavam para ela, diziam estas palavras Belcouce, donde ainda hoje aquela porta, aonde está o arco, se chama, pouco corrupto o vocábulo, a porta de Belcouce. Gregório Braunio no Teatro das Cidades, falando da cidade de Coimbra, chama a este arco: Columnae antiquae Romanos. E a razão é porque depois de destruída esta obra, ficando o arco dela, se sustenta sòmente em duas colunas, que antigamente era o arco quadrado, e como*

⁷¹⁶ C., J. C. A. de, *Apontamentos históricos de Coimbra. O arco romano, vulgo de Sancto António da Estrella*, “O Instituto”, volume 12º, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1865, p118-120.

⁷¹⁷ Ibidem.

⁷¹⁸ PETIZ, Paula, *Aeminium. A ideia do espaço na cidade romana*, “Arquivo Coimbrão (Boletim da Biblioteca Municipal)”, volume XXXV, Coimbra, 2002, p.343.

⁷¹⁹ CORREIA, António, *Toponímia Coimbrã. II Zona da Universidade*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1952, p.24.

⁷²⁰ SIMÕES, Filipe, *Alguns passos num labyrintho*, Portugal Pitoresco, Vol. I, Coimbra, 1871, p.31.

⁷²¹ PETIZ, Paula, *Aeminium. A ideia do espaço na cidade romana*, “Arquivo Coimbrão (Boletim da Biblioteca Municipal)”, volume XXXV, Coimbra, 2002, p.343.

⁷²² Este prelado escreveu uma carta a Jorge Cardoso, em 1636, onde refere já ter posto em limpo três livros do primeiro tomo referente à cidade de Coimbra constando o segundo livro das antiguidades e o terceiro das excelências da cidade, em MASCARENHAS, D. Jerónimo de, *História da Cidade de Coimbra (Manuscrito do século XVII)*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1956, p.4.

*tal sustentava em quatro colunas; e as duas que permanecem (que a terceira está metida com as obras do muro, e a quarta foi totalmente tirada, para que o caminho para o rio e para a ponte ficasse mais desafogado) são fabricadas de muitas pedras quadradas, tão unidas entre si e com tão boa ordem, por todas as partes juntas que escassamente poderá caber uma subtil faca por entre umas e outras...*⁷²³. Chamavam-lhe também Arco de Santo António por *”ter em um nicho uma imagem do santo que depois transitou para a capela”*⁷²⁴. Continua o mesmo autor: *”...Ser este Arco Triunfal, que hoje vemos em Coimbra, obra dos Romanos, não se pode duvidar, porque outros semelhantes a este descreve João Hermelário, ..., e outros da mesma escultura traz Jacob Boisardo, na Tipografia da Cidade de Roma, p.I, onde traz e pinta outro arco semelhante ao nosso, e em tudo a ele correspondente, com esta inscrição: Arcus Augusti Quadriformis...”*⁷²⁵. Também a descrição de António Coelho Gasco, de 1666 (mas só publicada em 1805), está de acordo com a anterior: *“Tem Coimbra hum antiguidade muito para se ennobrecer, a qual tem tanta idade, que diz seu povo, que he da vinda de Christo, vindo isto huns aos outros por tradição. He chamado commummente o arco de Sancto Antonio, por ter sua sancta imagem em hum nicho. Está levantado em hum alto juncto ás casas do Conde de Portalegre, que quem vem pela ponte logo o vê, e no fim da rua, que chamam Couraça. He de obra perfeitissima romana, todo de pedraria, com suas columnas mui bem lavradas, com seus frizos; tem nichos como quem teve antigamente estatuas; remata se com amêas; está já mui arruinado de idade; faltarão lhe três arcos, como se vê por suas ruinas. Este nobre edificio não he arco romano, como o povo commummente diz, senão trofeo, porque o fazião os Romanos com quatro arcos, como ele era, e o levantavão no lugar mais alto...”*⁷²⁶.

Assim, se no início da elaboração da presente tese concordávamos em absoluto com a teoria do arco-porta e não arco triunfal, neste momento acreditamos na possibilidade do arco triunfal, pois, analisando a nossa actual proposta de implantação, talvez, afinal, se lhe *“pudesse fazer praça”*⁷²⁷, e talvez essa praça até fosse, afinal, artificial, construída sobre um pequeno criptopórtico (7./Fig. 20 e 21). Assim, analisando a implantação dos arruamentos da Coimbra romana proposta pelo Doutor Alarcão, e cruzando-a com a topografia em geral (incluindo a forma contra-natura das curvas de nível topográficas na área de São Cristóvão e da Estrela, o beco da Amoreira e a rua das Esteirinhas,

⁷²³ MASCARENHAS, D. Jerónimo de, *História da Cidade de Coimbra (Manuscrito do século XVII)*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1956, p.45-47.

⁷²⁴ D., R. D., ilustrações de A. Augusto Gonçalves, *Roteiro illustrado do viajante em Coimbra*, Coimbra, Typographia Auxiliar d' Escriptorio, 1894, p.42.

⁷²⁵ MASCARENHAS, D. Jerónimo de, *História da Cidade de Coimbra (Manuscrito do século XVII)*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1956, p.47.

⁷²⁶ GASCO, António Coelho, *Conquista, antiguidade e nobreza da mui insigne, e ínclita cidade de Coimbra*, Lisboa, Impressão Régia, 1805, p.128-129.

⁷²⁷ Utilizando os termos empregues por Filipe Simões.

já atrás referidas⁷²⁸), com a posição da igreja pré-românica de S. Cristóvão, e com a altimetria e muros na actual rua de São Cristóvão atrevemo-nos mesmo a propor o acrescento de mais uma via principal à proposta do Doutor Jorge de Alarcão, que começando por aproveitar a topografia resultante de um anterior castro (7./Fig. 5 e 7./Fig. 6) e passando ao lado de um edifício monumental (na localização da referida igreja), conduzisse à zona da Sé, e depois ao fórum (7./Fig. 22). De referir ainda que, nas cartas topográficas mais antigas, como por exemplo a carta topográfica de Coimbra de Isidoro Emílio da Expectação Baptista⁷²⁹, de 1845, tal via, afinal, até aparece bem assinalada.

Voltando à imagem de Baldi, de 1669, comparando o edificado da época com o actual verificamos que, de facto, o primeiro edifício na couraça de Lisboa, não existia, notando-se o arranque da tal via, e no canto dela o que parece ser uma torre, já noutra alinhamento (7./Fig. 23), até desligada do último edifício da couraça (situação que hoje até é perceptível pela forma do telhado, através das imagens por satélite disponíveis na Internet (7./Fig. 24)⁷³⁰). Por outro lado, existe um último troço, no muro do quintal dos Alpoins, que é diferente do restante: tem outra orientação, apresenta duas gárgulas de bombardas (para escoamento de águas) e não está alinhado com os edifícios da couraça de Lisboa, podendo ter correspondido a uma segunda torre, que, em conjunto com a anteriormente referida, formasse uma porta desta via romana que agora estamos a propor, e que devia ser bastante larga, tendo, o arco quadrifronte, afinal, uma face voltada para ela, com uma orientação que lhe é sensivelmente perpendicular. Ou seja, neste momento parece-nos que o arco estava localizado de maneira a permitir o atravessamento em todas as direcções, mas sendo provavelmente a desta rua a mais importante, de tal forma, que nos atrevemos a propo-la como o *decumanus maximus* (isto é rua principal de sentido Este-Oeste) de *Aeminium* (7./Fig. 25), que o Doutor Jorge de Alarcão refere⁷³¹.

O arco estava, assim, num quadrivium, isto é, num cruzamento de duas vias rigorosamente ortogonais, como refere o Doutor Jorge de Alarcão ser normal, ou melhor, estava até num cruzamento de quatro vias, na tal cruz de caminhos a que alude um documento de 1572 (e que certamente originou mesmo a designação de “Estrela”), dando as suas arcadas passagem a todas as vias, num patamar donde se gozava uma vista fantástica sobre o rio, sustentado por um paredão que possivelmente aguentaria o lado sul da descida⁷³².

Podemos, ainda, tentar fazer uma ligação a uma das interpretações da gravura de Georg Hoefnagel, feita por Vasco Gil Mantas, que sustenta poderem ser, as colunas que aí se visualizam, o que ainda subsistiria de algum outro monumento romano entre a porta de Belcouce e a igreja de S.

⁷²⁸ ALARCÃO, Jorge de, *Coimbra. A montagem do cenário urbano*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p.97.

⁷²⁹ BRITO, A. da Rocha, *Finanças quinhentistas do município coimbrão*, Coimbra, Coimbra Editora, Lda., 1943, p.96-97.

⁷³⁰ No *Google Earth*.

⁷³¹ ALARCÃO, Jorge de, *Coimbra. A montagem do cenário urbano*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p.58-59.

⁷³² *Idem*, p.39-43.

Cristóvão⁷³³, e (acrescentamos nós) eventualmente⁷³⁴ na referida via. Aliás, na imagem de Baldi visualiza-se um arco que parece estar, aí, localizado, mais acima (7./Fig. 23).

Parece-nos, agora, uma situação ainda mais sofisticada do que a referida como possível pelo Doutor Jorge de Alarcão, incrível para “uma modesta cidade dos confins do Império”⁷³⁴.

E, aquando da edificação da casa do Dr. Ângelo da Fonseca foram encontrados além dum capitel jónico⁷³⁵, fragmentos de pavimentos romanos⁷³⁶, mas não conseguimos saber de que tipo, nem onde se encontram.

Para além de tudo isto, e no que diz respeito às muralhas de Coimbra, elas têm uma origem romano-muçulmana⁷³⁷, pelo que, a proximidade destas relativamente ao arco romano, e a articulação entre ambos, se configura, afinal, perfeitamente natural, apesar de os arcos honoríficos e triunfais não terem, necessariamente, relação com uma muralha ou qualquer outra construção.

As muralhas, levantadas, possivelmente, pelos romanos por ocasião das invasões bárbaras, foram talvez reconstruídas no séc. IX, rasgadas por quatro portas remanescentes do período da ocupação romana (Almedina, Belcouce, da Traição e do Sol)⁷³⁸. De facto, e apesar das fortificações militares medievais da cidade pertencerem a diversas épocas, a mais provável é a da primeira reconquista, no governo de Afonso III, a seguir à tomada de 878⁷³⁹.

No que diz respeito ao seu traçado: apesar de se poder admitir um ligeiro desvio entre as cercas, a romana (séc. III ou IV) e a medieval (séc. IX), e, em particular na encosta ocidental da cidade, pode acontecer que, em alguns troços, se afastem completamente⁷⁴⁰, existindo, eventualmente, uma inflexão entre a rua das Fangas e a de S. Cristóvão, hipótese que até pode estar de acordo com as várias propostas de localizações constantes desta tese (por exemplo a do decumanos maximus e a do fórum medieval).

Gostaríamos de referir, também, que na análise da implantação dos diversos elementos da muralha, reparamos numa separação (bastante visível num dos projectos de Raul Lino para a Estrela), aproximadamente entre a torre de Belcouce e a porta, aparentemente por debaixo desta, mas estreita demais para poder ser um fosso (7./Fig. 26). A localização é, no entanto, a ideal para o escoamento de águas, pelo que pusemos a hipótese de ser uma antiga cloaca.

⁷³³ Idem, p.37.

⁷³⁴ Idem, p.43.

⁷³⁵ Idem, p.38.

⁷³⁶ <http://www.gov-civil-coimbra.pt>, 25-10-2006, 22h.

⁷³⁷ MAN, Adriaan De, Braun, Hoefnagel e as muralhas da cidade de Coimbra, “Arquivo Coimbrão (Boletim da Biblioteca Municipal)”, volume XXXVIII, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 2005, p.8.

⁷³⁸ Citando Nogueira Gonçalves: LOBO, Rui Pedro, *Os colégios de Jesus, das Artes e de S. Jerónimo. Evolução e transformação no espaço urbano*, Coimbra, Edições do Departamento de Arquitectura da FCTUC, p.3-4.

⁷³⁹ A Dra. Berta Duarte refere no seu artigo Nogueira Gonçalves: DUARTE, Berta, *Coimbra, cidade muralhada*, “Arquivo Coimbrão (Boletim da Biblioteca Municipal)”, volume XXXVIII, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 2005, p. 96.

⁷⁴⁰ MAN, Adriaan De, Braun, Hoefnagel e as muralhas da cidade de Coimbra, “Arquivo Coimbrão (Boletim da Biblioteca Municipal)”, volume XXXVIII, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 2005, p. 12.

Conclusão

Foram elementos encontrados ao longo da pesquisa que acabaram por alargar o objecto da nossa tese de mestrado, quer em termos de área, quer em termos cronológicos.

De facto, vários pontos se tornaram fundamentais para o raciocínio seguido, e que resultaram:

I. Da análise das plantas:

- a) A verificação de que, a localização, em planta, do Colégio da Estrela, não coincidia, com a actual implantação do edifício, sendo, o corpo que acompanhava a rua da Estrela (esta também com uma largura muito inferior), muito mais estreito e recuado.
- b) O estudo do projecto do Palace Hotel da Estrela, essencialmente no que toca aos pisos inferiores, e alguns relatos familiares sobre a suposta existência de mais salas no subsolo levou à “descoberta” do que supomos ser a torre que flanqueava a porta de Belcouce, tornando, assim, mais fácil, a localização desta.
- c) A análise pormenorizada do projecto da casa do Dr. Ângelo da Fonseca, que forneceu, alguns dados (poucos) sobre a edificação pré-existente, indicando que, à excepção do torreão, todo o edifício foi, praticamente, construído de raiz. Foram, no entanto, reaproveitados alguns elementos, tais como as cantarias do claustro, que nos possibilitaram conhecer parte da sua “métrica”.
- d) O aumento da área em estudo, até ao meio da rua das Fernandes Tomás, devido à suspeita da possibilidade de uma ocupação do tipo escolar numa casa a meio dessa rua (denominada Casa das Talhas, nº58 a 66), uma vez que o Colégio de São José dos Marianos esteve, provisoriamente, instalado à Estrela, nas casas do conde de Portalegre (sendo este, também, um dos nossos proprietários).
- e) E, ainda, outro aumento da área em estudo, abrangendo, agora, toda a rua Fernandes Tomás, devido à identificação (através das extremas descritas num documento do séc. XII), de uma propriedade do alvazil Mendo Baldemires, que identificamos como a original, e cujo fraccionamento terá originado a propriedade objecto da nossa tese: acompanhava, para oeste, até à muralha, as ruas da Estrela e Fernandes Tomás, sendo a metade que manteve na sua posse, a do norte (e que se terá mantido na posse dos seus descendentes), e a que ficou para a sua irmã, a do sul. É, precisamente, esta última que, ainda mais uma vez subdividida (antes do séc.XVIII), corresponde à propriedade da Estrela de que partimos.
- f) A consciência de que, anteriores edificações, ter-se-ão implantado recuadas, sensivelmente a meio da rua das Fangas (actualmente rua Fernandes Tomás), uma vez que seria esse o limite

norte da 2ª fase da propriedade, e que, só a partir do séc. XV, as muralhas começam a ser utilizadas para fins privados (quando as estruturas deixam de ter uma função defensiva).

- g) As quatro grandes fases da propriedade (em termos de dimensões ou extremas): a primeira abrangendo todo o lado poente da totalidade das ruas da Estrela e Fernandes Tomás (séc. XI), a segunda desde a porta de Belcouce até, aproximadamente, ao meio da rua Fernandes Tomás (séc. XII-séc.XVII), uma terceira desde a porta de Belcouce até à antiga Igreja de Santo António da Estrela, a actual Junta de freguesia de Almedina (séc.XVIII-XIX), e uma quarta já sem a referida igreja (séc.XX-séc.XXI).
- h) As extremas, descritas no documento do séc. XII, implicaram, ainda, a necessidade da localização do fórum medieval, que sustentámos ter sido na parte superior da rua de Quebracostas.
- i) A forma como se aproveitaram as águas sobrantes do largo da Feira e da Sé, encanadas para três pontos: mosteiro crúzio, zona do fórum medieval, zona da Estrela.
- j) A certeza do arco romano da Estrela ser um arco triunfal, uma vez que, afinal, até podia “fazer praça”.
- k) O acrescento de mais uma via principal, o “*decumanus maximus*”, à proposta do Doutor Jorge de Alarcão, e a sua relação com o arco triunfal.
- l) A localização da igreja pré-românica de S. Cristóvão, no “*decumanus maximus*”, e a possibilidade de terem existido outros monumentos nesta via.
- m) O entendimento do nome de “Estrela” como resultado do cruzamento, no arco romano, de um conjunto de vias principais estruturantes de *Aeminium*, apesar das hipóteses de ligação da mesma toponímica a Egas Moniz ou a D. Sancho I.

II. Da análise da documentação disponível:

- n) A convicção que muitas das “incompatibilidades documentais” poderão ter sido originadas por denominações toponímicas incorrectas, como por exemplo: a denominação de torre do Trabuquete/Engenho, torre de D. Joana, torre de Belcouce. Assim a primeira e a segunda são, em princípio, a mesma; sendo a de Belcouce, ou a porta em si, ou a que a torre que a flanqueia (à direita) ou, ainda, o conjunto em si.
- o) A convicção que outras das “incompatibilidades documentais” poderão ter sido originadas por determinadas afirmações históricas, nunca questionadas, como por exemplo: a atribuição, a D. Sancho I, da edificação da torre quinária da Estrela, a partir, unicamente, de uma lápide, bem como a certeza do seu corte, algures no tempo.
- p) E, apesar da evolução da arquitectura militar medieval portuguesa se ter feito sentir, obviamente, em Coimbra, a principal cidade do reino, ficamos com dúvidas sobre se teriam

sido mesmo reais as antecipações, feitas por D. Sancho I, em Coimbra, das novidades do castelo gótico, quase um século antes da sua generalização.

- q) A compatibilização dos vãos do interior da capela do edifício do Governo Civil e os da antiga igreja do Colégio de Santo António da Estrela “versus” as descrições constantes dos diversos documentos (como por exemplo, inventários, escrituras, autos de vistorias) permitiu relacionar os vãos de ambas, e chegar à localização do claustro.
- r) O cruzamento da generalidade dos dados, e dos documentos sobre o colégio de Santo António da Estrela, possibilitou uma implantação (qualitativa e relativa) dos vários espaços do colégio.
- s) A identificação da época, a partir da qual, as muralhas começam a ser utilizadas para fins privados (séc. XV), quando as estruturas deixam de ter uma função defensiva, mas mantêm um valor estruturante, e até mesmo estético ou honorífico, ajudou ao entendimento da dinâmica da implantação das sucessivas edificações, inseridas na propriedade, ao longo dos tempos.
- t) A localização quase exacta (uma vez que não existem relatórios arqueológicos), a partir de fotografias tiradas em 2001, na couraça da Estrela, do que parece ser, de facto, a base dum pilar do arco romano.
- u) A mudança da toponímia “Estrela” de sítio, da zona do arco para o largo da igreja e do colégio, aquando da instalação deste, no séc.XVIII.
- v) A possibilidade da capela de Nossa Senhora da Estrela ter sido, unicamente, a reutilização do arco romano, adaptado a capelinha, com uma imagem de Nossa Senhora, mais tarde substituída por uma de Santo António.

III. Da análise “*in loco*”, fotográfica e de imagens:

- w) A existência de mais torres entre as portas de Belcouce e Almedina, apesar de não constarem dos documentos de aforamento até agora conhecidos, tal como a da cabeceira da antiga igreja do colégio (actual sede da Junta de Freguesia de Almedina).
- x) O estudo detalhado da imagem de Baldi, por comparação com a carta topográfica actual da cidade, e outras, provou ser, afinal, o referido desenho, uma representação muito perfeita da imagem da cidade, em 1669, permitindo, assim, referenciar a torre quadrada da Estrela, antecedendo um recinto pentagonal, apoiado numa espécie de torre/baluarte, sempre tida, até agora, por uma torre quinária semelhante à do castelo.
- y) A compatibilização do interior da capela do edifício do Governo Civil (de construção recente), com o interior da antiga igreja do Colégio de Santo António da Estrela (actual Junta de Freguesia de Almedina), permitiu relacionar os vãos de ambas, e chegar a conclusões na articulação dos espaços.

IV. Da análise dos proprietários:

- z) A existência de muitos dos mordomos-mores do Reino (sucessivos), como proprietários da Estrela, em determinado período, foi por nós interpretada como uma coincidência, devido ao facto deste cargo ter sido, muitas vezes, “quase” hereditário.
- aa) Também aconteceu, em determinado momento, e por três gerações, a propriedade ser sucessivamente de três alcaides-mores de Coimbra, facto por nós interpretado, igualmente, como coincidência, devido a este cargo, também, ter tido, muitas vezes, um carácter “quase” hereditário.
- bb) Mas já no que diz respeito aos condes de Barcelos, a propriedade poderá ter pertencido a esta grande casa.
- cc) O estudo genealógico permitiu chegar a mais um mordomo-mor: D. Juan da Silva; bem como a outro alcaide de Coimbra: D. Afonso de Ataíde, neto e bisneto de outros dois.
- dd) Como o arrematante da suposta pedra do arco não foi, afinal, um construtor civil, mas antes um licenciado, o Dr. Miguel Carlos da Mota e Souza, talvez consigamos, no futuro, perceber qual foi a utilização da pedra do arco da Estrela, no sentido de verificar qual dos arcos foi, de facto, demolido em 1778.
- ee) Ficou também claro que, afinal, o Dr. Ângelo da Fonseca nunca foi proprietário, mas sim a sua filha única, D. Ângela Maria.

Talvez esta tese levante mais questões do que ofereça respostas, pois, apesar de termos chegado a uma proposta de edificado (ao longo dos tempos (**Conc./Fig.1 a Conc./Fig.6**)), que supomos coerente, verificamos, agora, a necessidade de voltar a rever todos os documentos disponíveis, com base numa distribuição toponímica diferente.

De facto, o que pensávamos ser um (pacato) estudo de várias edificações arquitectónicas sobrepostas, transformou-se num estudo historico-urbanístico de uma área da cidade de Coimbra, área essa que, afinal, até estava na origem da estrutura urbana de *Aeminium*.

Esperamos que futuras pesquisas arqueológicas, ou outras, possam confirmar aquilo que formulamos, baseando-nos, em deduções lógicas. E, se tal não acontecer, pelo menos, que tenha sido mais um contributo para a pesquisa acabar por se fazer (esperemos que em condições bem diversas do sucedido, em Maio de 2001, na couraça da Estrela).

Fontes e bibliografia

A. Fontes

Manuscritas e dactilografadas

Arrematação de foros pertencentes à Fazenda, Fundo de Diversos Conventos, Cota: III- D – 1^a - 5 – 3 – 141, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1865-1902.

Baptizados de Cantanhede-Ançã 1644-1770, Cantanhede-Ançã B1 1644 1770, cota PT/AUC/PAR/CNT01/002/0001, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1644-1770.

Baptizados de Cantanhede-Ançã 1806-1822, Cantanhede-Ançã B2 1806 1822, cota PT/AUC/PAR/CNT01/002/0002, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1806-1822.

Baptizados de Cantanhede-Ançã 1822-1858, M4 1822 1858 (bap), cota PT/AUC/PAR/CNT01/001/0004, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1822-1858.

Baptizados de Coimbra (São Tiago) 1774-1795, Coimbra B7 1774 1795, cota PT/AUC/PAR/CBR37/002/0007, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1774-1795.

Baptizados de Soure 1842-1851, Soure B11 1842 1851, cota PT/AUC/PAR/SRE09/002/0011, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1842-1851.

Baptizados de Soure 1851-1859, Soure B12 1851 1859, cota PT/AUC/PAR/SRE09/002/0012, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1851-1859.

Baptizados de Soure 1868-1869, Soure B18 1868 1869, cota PT/AUC/PAR/SRE09/002/0018, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1868-1869.

Baptizados de Soure 1889-1890, Soure B31 1889 1890, cota PT/AUC/PAR/SRE09/002/0031, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1889-1890.

Baptizados de Soure 1891, Soure B32 1891, cota PT/AUC/PAR/SRE09/002/0032, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1891.

Baptizados de Soure 1892-1893, Soure B33 1892-1893, cota PT/AUC/PAR/SRE09/002/0033, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1892-1893.

Baptizados de Soure 1894, Soure B34 1894, cota PT/AUC/PAR/SRE09/002/0034, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1894.

Baptizados de Soure 1895, Soure B35 1895, cota PT/AUC/PAR/SRE09/002/0035, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1895.

Baptizados de Soure 1896, Soure B36 1896, cota PT/AUC/PAR/SRE09/002/0036, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1896.

Baptizados de Soure 1897, Soure B37 1897, cota PT/AUC/PAR/SRE09/002/0037, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1897.

Cartas de arrematação, nº 66, 69, 70, 80, 81, 83, 93, 99, 246, 266, 301, 304, 371, 426, 492 A livro 2-A, 495, 506, 570, 1336 A, 20990, 23985, 24021, 24845, 29513, 94291, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, Lisboa, Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, séc.XIX.

Cartas de arrematação, 1336 A, livro 496, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, Lisboa, Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, séc.XIX.

Cartas originais dos reis (1480-1571), cota B2/41, Coimbra, A.H.M.C., 1480-1571.

CARVALHOS, Isabel de Moura Anjinho Marques dos, PERPÉTUO, Sónia Cortesão, *A Alta de Coimbra*, Coimbra, trabalho feito no âmbito da disciplina História da Arquitectura I da licenciatura em Arquitectura, 1990.

CARVALHOS, Isabel de Moura Anjinho Marques dos, *Os dois projectos para a Estrela do arquitecto Raul Lino*, Coimbra, trabalho feito no âmbito da disciplina Teoria da Arquitectura da licenciatura em Arquitectura, 1991.

Casamentos de Cantanhede-Ançã 1805-1851, Cantanhede-Ançã M4 1805 1851, cota PT/AUC/PAR/CNT01/001/0004, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1805-1851.

Casamentos de Cantanhede-Ançã 1851-1860, Cantanhede-Ançã C1 1851 1860, cota PT/AUC/PAR/CNT01/001/0004, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1851-1860.

Casamentos de Coimbra – Santa Justa 1723-1831, Coimbra C1 1723 1831, cota PT/AUC/PAR/CBR33/003/0001, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1723-1831.

Casamentos de Coimbra – Santa Justa 1831-1854, Coimbra C2 1831 1854, cota PT/AUC/PAR/CBR33/003/0002, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1831-1854.

Casamentos de Coimbra – São Bartolomeu 1787-1859, Coimbra C3 1787 1859, cota PT/AUC/PAR/CBR19/003/0003, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1787-1859.

Casamentos de Coimbra – São Bartolomeu 1812-1826, Coimbra C4 1812 1826, cota PT/AUC/PAR/CBR17/003/0004, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1812-1826.

Casamentos de Coimbra – São João de Almedina 1797-1855, Coimbra C1 1797 1855, cota PT/AUC/PAR/CBR02/003/0001, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1797-1855.

Casamentos de Coimbra – São João de Santa Cruz 1767-1812, Coimbra C3 1767 1812, cota PT/AUC/PAR/CBR17/003/0003, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1767-1812.

Casamentos de Coimbra – São João de Santa Cruz 1812-1826, Coimbra C4 1812 1826, cota PT/AUC/PAR/CBR17/003/0004, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1812-1826.

Casamentos de Coimbra – São João de Santa Cruz 1826-1854, Coimbra C5 1826 1854, cota PT/AUC/PAR/CBR17/003/0005, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1826-1854.

Casamentos de Coimbra – São Pedro 1772-1833, Coimbra C3 1772 1833, cota PT/AUC/PAR/CBR35/003/0003, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1772-1833.

Casamentos de Coimbra – São Salvador 1719-1854, Coimbra C1 1719 1854, cota PT/AUC/PAR/CBR36/003/0001, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1772-1833.

Casamentos de Coimbra – São Tiago 1807-1854, Coimbra C3 1807 1854, cota PT/AUC/PAR/CBR37/003/0003, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1807-1854.

Casamentos de Coimbra – Sé Nova 1787-1850, Coimbra C3 1787 1850, cota PT/AUC/PAR/CBR25/003/0003, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1787-1850.

Casamentos de Coimbra – Sé Velha 1773-1860, Coimbra C2 1773 1860, cota PT/AUC/PAR/CBR38/003/0002, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1773-1860.

Casamentos de Soure 1784-1818, Soure C2 1784 1818, cota PT/AUC/PAR/SRE09/003/0002, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1784-1818.

Casamentos de Soure 1818-1828, Soure C3 1818 1828, cota PT/AUC/PAR/SRE09/003/0003, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1818-1828.

Casamentos de Soure 1833-1847, Soure C4 1833 1847, cota PT/AUC/PAR/SRE09/003/0004, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1833-1847.

Casamentos de Soure 1847-1856, Soure C5 1847 1856, cota PT/AUC/PAR/SRE09/003/0005, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1847-1856.

Casamentos de Soure 1867, Soure C14 1867, cota PT/AUC/PAR/SRE09/003/014, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1867.

Certidões de Idade 1834-1900, Fundo da Universidade de Coimbra, Volume XLVIII (de Antonio A. a Antonio Cunado), Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1834-1900.

Certidões de Idade 1901-1925, Fundo da Universidade de Coimbra, Cota IV-1ºD-5-3-15 caixa 5 (de Egas F. C. Castro a Gabriel M. Freitas), Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1901-1925.

Colégio da Estrela (26 e 30 de Maio, 2 de Junho, 3 de Julho, 12, 26 e 28 de Agosto, 14 de Novembro de 1834), Fundo dos Colégios, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1834.

Colégio de Santo António da Pedreira, Fundo dos Colégios, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1726-1834 (informação até 1626).

Cópia de documentos latinos, p. III, fol.93, A. U. C..

Correspondência expedida do Governo Civil de Coimbra: copiador de correspondência expedida pelo GC para administradores e provedores 1835-1837, cota AUC/GCC/GID/E1/T1/1, Fundo do Governo Civil, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1835-1837.

Correspondência expedida do Governo Civil de Coimbra: copiador de ofícios expedidos pela 2ª repartição do GC para administradores do concelho 1849-1851, cota AUC/GCC/GID/E1/T1/44, Fundo do Governo Civil, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1849-1851.

Correspondência recebida no Governo Civil de Coimbra: de diferentes ministérios 1842 – 1860, cota AUC/GCC/GID/E2/T3/486, Fundo do Governo Civil, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1842-1860.

Correspondência recebida no Governo Civil de Coimbra: do ministério do Reino e outros Ministérios 1847 – 1851, cota AUC/GCC/GID/E2/T5/595, Fundo do Governo Civil, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1847-1851.

Correspondência recebida no Governo Civil de Coimbra: dos municípios do distrito 1848 – 1865, cota AUC/GCC/TA/E4/T2/256, Fundo do Governo Civil, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1848-1865.

Documento da Torre do Tombo, 2ª incorporação, maço 12, documento 556, linhas 2-3.

Inventário de bens de juntas de paróquias e freguesias entre 1838 e 1854, cota AUC/GCC/TA/E5/T1/370, Fundo do Governo Civil, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1838-1854.

Inventário orfanológico do Dr. António da Cunha Pereira Bandeira de Neiva, Coimbra maço 3 1872, cota VI-I- D-12-4-9, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1872.

Inventário orfanológico de Bento de Castro Coelho de Melo, Soure maço 36 1882, cota VI-II-E-10-3-6, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1882.

Inventário orfanológico de Bento José Ferreira Leitão, Soure maço 39 1866, cota Est 11 Tab 4 nº 16, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1866.

Inventário orfanológico do Dr. Luiz de Melo Tocho de Almeida Soares de Albergaria e Castro, Soure maço 40 1889, cota VI-II-E-11-4-17, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1889.

Inventário orfanológico de Francisca Emília Henriqueta de Neiva ou Francisca Emília Henriet de Neive, Soure maço 39 1854, cota Est 11 Tab 4 nº 16, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1854.

Livro da Correia nº1, cota B14/1, Coimbra, A.H.M.C., 1554.

Livro da Correia nº4 (1713-1736), cota B14/4, Coimbra, A.H.M.C., 1713-1736.

Livro de notas nº10 (1650-1662), cota B2/10, Coimbra, A.H.M.C., 1650-1662.

Livro de notas nº13 (1700-1721), cota B2/13, Coimbra, A.H.M.C., 1700-1721.

Livro de notas nº15 (1745-1771), cota B2/15, Coimbra, A.H.M.C., 1745-1771.

Lista nº 268 das cartas de arrematação, bem nº 549, livro 908, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, Lisboa, Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo.

Matriculas 1823-1824, cota IV-1º D-2-4-43, Fundo da Universidade de Coimbra, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1823-1824.

Matriculas na Universidade de Coimbra 1772-1833, Volume III (de António Brandão a António Francisco Jordão), cota IV-1º D-5-2-3, Fundo da Universidade de Coimbra, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1772-1833.

Miscillanea Sacra (nota sobre as Províncias da Ordem de S. Francisco em Portugal), Reservados da Biblioteca Geral da U.C., s.d..

Notariais de Ançã: Tabelião António da Fonseca Veiga e Joaquim Maria Lopes, livro de notas nº 1 (de 4 de Dezembro de 1837 a 19 de Fevereiro de 1842), cota V-I-Es-1-3-12, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1837-1842.

Notariais de Ançã: Tabelião Joaquim Augusto de Macedo e Joaquim Maria Lopes, livro de notas nº 1 (de 20 de Fevereiro de 1842 a 6 de Dezembro de 1843), cota V-I-Es-1-3-13, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1842-1843.

Notariais de Ançã: Tabelião Joaquim Augusto de Macedo, livro de notas nº 1 (de 4 de Dezembro de 1843 a 26 de Janeiro de 1844), cota V-I-Es-1-3-14, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1843-1844.

Notariais de Ançã: Tabelião Joaquim Augusto de Macedo, livro de notas nº 2 (de 3 de Fevereiro de 1844 a 30 de Março de 1844), cota V-I-Es-1-3-15, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1844.

Notariais de Ançã: Tabelião Joaquim Augusto de Macedo, livro de notas nº 3 (de 22 de Maio de 1844 a 1 de Outubro de 1844), cota V-I-Es-1-3-16, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1844.

Notariais de Ançã: Tabelião Joaquim Augusto de Macedo, livro de notas nº 4 (de 24 de Junho de 1845 a 5 de Outubro de 1845), cota V-I-Es-1-3-17, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1845.

Notariais de Ançã: Tabelião Joaquim Augusto de Macedo, livro de notas nº 5 (de 29 de Maio de 1846 a 14 de Maio de 1847), cota V-I-Es-1-3-18, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1846-1847.

Notariais de Ançã: Tabelião Joaquim Maria Lopes e António da Fonseca Veiga, livro de notas nº 1 (de 4 de Dezembro de 1837 a 19 de Fevereiro de 1842), cota V-I-Es-1-3-12, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1837-1842.

Notariais de Ançã: Tabelião Joaquim Maria Lopes e Joaquim Augusto de Macedo, livro de notas nº 1 (de 20 de Fevereiro de 1842 a 6 de Dezembro de 1843), cota V-I-Es-1-3-13, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1842-1843.

Notariais de Ançã: Tabelião Joaquim Maria Lopes, livro de notas nº 1 (de 8 de Maio de 1844 a 7 de Julho de 1845), cota V-I-Es-1-3-26, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1844-1845.

Notariais de Ançã: Tabelião Joaquim Maria Lopes, livro de notas nº 2 (de 5 de Setembro de 1845 a 20 de Setembro de 1846), cota V-I-Es-1-3-27, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1845-1846.

Notariais de Ançã: Tabelião Joaquim Maria Lopes, livro de notas nº 3 (de 1 de Outubro de 1846 a 6 de Novembro de 1846), cota V-I-Es-1-3-28, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1846.

Notariais de Ançã: Tabelião Joaquim Maria Lopes, livro de notas nº 4 (de 14 de Dezembro de 1846 a 13 de Abril de 1848), cota V-I-Es-1-3-29, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1846-1848.

Notariais de Ançã: Tabelião José Alexandre de Macedo, livro de notas nº 67 (de 28 de Junho de 1810 a 28 de Janeiro de 1814), cota I-Es-V-1-2-42, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1810-1814.

Notariais de Ançã: Tabelião Maximiano Leite Mendes, livro de notas nº 1 (de 30 de Janeiro de 1844 a 20 de Março de 1844), cota V-I-Es-1-3-22, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1844.

Notariais de Ançã: Tabelião Maximiano Leite Mendes, livro de notas nº 2 (de 15 de Outubro de 1844 a 22 de Janeiro de 1845), cota V-I-Es-1-3-23, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1844-1845.

Notariais de Ançã: Tabelião Maximiano Leite Mendes, livro de notas nº 1 (de 3 de Fevereiro de 1845 a 2 de Março de 1845), cota V-I-Es-1-3-24, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1845.

Notariais de Ançã: Tabelião Tomás António de Sousa Falcão, livro de notas nº 3 (de 1 de Julho de 1840 a 26 de Dezembro de 1840), cota I-Es-V-1-3-6, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1840.

Notariais de Ançã: Tabelião Tomás António de Sousa Falcão, livro de notas nº 5 (de 2 de Janeiro de 1843 a 15 de Novembro de 1843), cota I-Es-V-1-3-8, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1843.

Notariais de Coimbra: Tabelião António de Campos Malo, Carlos Elisário Maldonado, e Raimundo José Maldonado e Silva, livro de notas nº 1 (de 20 de Janeiro de 1838 a 4 de Setembro de 1845), cota V-I-Es-14-4-19, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1838-1845.

Notariais de Coimbra: Tabelião António de Campos Malo, Carlos Elisário Maldonado, João Boto Cavaleiro Lobo de Abreu, e José M. da Silva P. de Melo Albuquerque, livro de notas nº 2 (de 13 de Setembro de 1845 a 1 de Agosto de 1861), cota V-I-Es-14-4-20, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1845-1861.

Notariais de Coimbra: Tabelião António de Pádua e Oliveira, livro de notas nº 5 (de 5 de Abril de 1841 a 28 de Fevereiro de 1843), cota V-I-Es-9-5-3, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1841-1843.

Notariais de Coimbra: Tabelião António de Pádua e Oliveira, livro de notas nº 6 (de 2 de Março de 1843 a 4 de Abril de 1845), cota V-I-Es-9-5-4, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1843-1845.

Notariais de Coimbra: Tabelião António de Pádua e Oliveira, livro de notas nº 7 (de 12 de Abril de 1845 a 18 de Setembro de 1846), cota V-I-Es-9-5-5, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1845-1846.

Notariais de Coimbra: Tabelião António de Pádua e Oliveira, livro de notas nº 8 (de 19 de Setembro de 1846 a 6 de Maio de 1848), cota V-I-Es-9-5-6, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1846-1848.

Notariais de Coimbra: Tabelião Augusto Máximo de Figueiredo, livro de notas nº 224 (de 11 de Julho de 1925 a 21 de Agosto de 1925), cota V-I-Es-10-4-4, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1925.

Notariais de Coimbra: Tabelião Augusto Saldanha da Silva Vieira, livro de notas nº 170 (de 19 de Outubro de 1915 a 29 de Dezembro de 1915), cota V-I-Es-10-3-110, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1915.

Notariais de Coimbra: Tabelião Carlos Elisário Maldonado, António de Campos, e Raimundo José Maldonado e Silva, livro de notas nº 1 (de 20 de Janeiro de 1838 a 4 de Setembro de 1845), cota V-I-Es-14-4-19, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1838-1845.

Notariais de Coimbra: Tabelião Carlos Elisário Maldonado, António de Campos Malo, João Boto Cavaleiro Lobo de Abreu, e José M. da Silva P. de Melo Albuquerque, livro de notas nº 2 (de 13 de Setembro de 1845 a 1 de Agosto de 1861), cota V-I-Es-14-4-20, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1845-1861.

Notariais de Coimbra: Tabelião Jaime Correia da Encarnação, livro de notas nº 36 (de 1 de Setembro de 1922 a 10 de Outubro de 1922), cota V-I-Es-13-3-36, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1922.

Notariais de Coimbra: Tabelião Jaime Correia da Encarnação, livro de notas nº 83 (de 23 de Junho de 1928 a 22 de Agosto de 1928), cota V-I-Es-13-3-83, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1928.

Notariais de Coimbra: Tabelião Jaime Correia da Encarnação, maço de documentos referente aos livros de notas do nº 82 ao nº 86, cota V-I-Es-13-5-174, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1928.

Notariais de Coimbra: Tabelião Jaime Correia da Encarnação, livro de notas nº 252 (de 1 de Novembro de 1924 a 16 de Janeiro de 1925), cota V-I-Es-11-4-172, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1924-1925.

Notariais de Coimbra: Tabelião João Boto Cavaleiro Lobo de Abreu, António de Campos Malo, Carlos Elisário Maldonado, e José M. da Silva P. de Melo Albuquerque, livro de notas nº 2 (de 13 de Setembro de 1845 a 1 de Agosto de 1861), cota V-I-Es-14-4-20, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1845-1861.

Notariais de Coimbra: Tabelião João Herculano Sarmento, livro de notas nº 1 (de 7 de Dezembro de 1841 a 18 de Setembro de 1860), cota V-I-Es-11-3-140, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1841-1860.

Notariais de Coimbra: Tabelião João Herculano Sarmento, livro de notas nº 4 (de 6 de Outubro de 1846 a 14 de Fevereiro de 1861), cota V-I-Es-12-2-187, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1846-1861.

Notariais de Coimbra: Tabelião João José de Madureira, Joaquim António de Oliveira, e Sebastião Vieira Pereira de Lemos, livro de notas nº 6 (de 5 de Março de 1835 a 31 de Dezembro de 1843), cota V-I-Es-9-3-55, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1835-1843.

Notariais de Coimbra: Tabelião Joaquim António de Oliveira, João José de Madureira, e Sebastião Vieira Pereira de Lemos, livro de notas nº 6 (de 5 de Março de 1835 a 31 de Dezembro de 1843), cota V-I-Es-9-3-55, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1835-1843.

Notariais de Coimbra: Tabelião Joaquim Gaspar de Mattos, livro de notas nº 98 (de 15 de Janeiro de 1902 a 4 de Março de 1902), cota V-I-Es-11-4-18, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1902.

Notariais de Coimbra: Tabelião Joaquim Jorge Pinto e José Bernardo de Oliveira, livro de notas nº 1 (de 6 de Dezembro de 1845 a 10 de Agosto de 1847), cota V-I-Es-10-1-63, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1845-1847.

Notariais de Coimbra: Tabelião Joaquim Jorge Pinto, José Bernardo de Oliveira e José Pinto de Magalhães, livro de notas nº 1 (de 4 de Março de 1846 a 15 de Agosto de 1847), cota V-I-Es-10-1-64, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1846-1847.

Notariais de Coimbra: Tabelião José Bernardo de Oliveira, livro de notas nº 6 (de 18 de Outubro de 1842 a 4 de Setembro de 1843), cota V-I-Es-10-1-60, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1842-1843.

Notariais de Coimbra: Tabelião José Bernardo de Oliveira, livro de notas nº 7 (de 4 de Setembro de 1843 a 14 de Novembro de 1844), cota V-I-Es-10-1-61, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1843-1844.

Notariais de Coimbra: Tabelião José Bernardo de Oliveira, livro de notas nº 8 (de 19 de Novembro de 1844 a 4 de Março de 1846), cota V-I-Es-10-1-62, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1844-1846.

Notariais de Coimbra: Tabelião José Bernardo de Oliveira e Joaquim Jorge Pinto, livro de notas nº 9 (de 6 de Dezembro de 1845 a 10 de Agosto de 1847), cota V-I-Es-10-1-63, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1845-1847.

Notariais de Coimbra: Tabelião José Bernardo de Oliveira, Joaquim Jorge Pinto, e José Pinto de Magalhães, livro de notas nº 10 (de 4 de Março de 1846 a 15 de Agosto de 1847), cota V-I-Es-10-1-64, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1846-1847.

Notariais de Coimbra: Tabelião José Bernardo de Oliveira e Vítor Madail de Abreu, livro de notas nº 11 (de 28 de Maio de 1837 a 28 de Junho de 1854), cota V-I-Es-10-1-65, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1837-1854.

Notariais de Coimbra: Tabelião José Lourenço da Costa, livro de notas nº 7 (de 22 de Novembro de 1876 a 2 de Março de 1877), cota V-I-Es-11-3-146, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1876-77.

Notariais de Coimbra: Tabelião José Lourenço da Costa, Vítor Madail de Abreu, Manuel Ferreira de Almeida, Sérvulo Maria de Carvalho e Aires Tavares Cabral, registo de instrumentos fora das notas livro nº 3 (de 25 de Maio de 1864 a 11 de Julho de 1877), cota V-I-Es-10-1-142, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1864-77.

Notariais de Coimbra: Tabelião José M. da Silva P. de Melo Albuquerque, João Boto Cavaleiro Lobo de Abreu, António de Campos Malo, e Carlos Elisário Maldonado, livro de notas nº 2 (de 13

de Setembro de 1845 a 1 de Agosto de 1861), cota V-I-Es-14-4-20, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1845-1861.

Notariais de Coimbra: Tabelião José Pinto de Magalhães, livro de notas nº 11 (de 4 de Agosto de 1842 a 8 de Agosto de 1843), cota V-I-Es-8-6-20, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1842-1843.

Notariais de Coimbra: Tabelião José Pinto de Magalhães, livro de notas nº 12 (de 15 de Agosto de 1843 a 10 de Maio de 1844), cota V-I-Es-8-6-21, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1843-1844.

Notariais de Coimbra: Tabelião José Pinto de Magalhães, livro de notas nº 13 (de 19 de Maio de 1844 a 31 de Maio de 1845), cota V-I-Es-8-6-22, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1844-1845.

Notariais de Coimbra: Tabelião José Pinto de Magalhães, livro de notas nº 14 (de 5 de Junho de 1845 a 28 de Setembro de 1846), cota V-I-Es-8-6-23, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1845-1846.

Notariais de Coimbra: Tabelião José Pinto de Magalhães, livro de notas nº 15 (de 19 de Novembro de 1845 a 30 de Junho de 1852), cota V-I-Es-8-6-28, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1845-1852.

Notariais de Coimbra: Tabelião José Pinto de Magalhães, José Bernardo de Oliveira e Joaquim Jorge Pinto, livro de notas nº 16 (de 4 de Março de 1846 a 15 de Agosto de 1847), cota V-I-Es-10-1-64, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1846-1847.

Notariais de Coimbra: Tabelião José Pinto de Magalhães e outros, livro de notas nº 17 (de 29 de Setembro de 1846 a 10 de Junho de 1848), cota V-I-Es-8-6-24, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1846-1848.

Notariais de Coimbra: Tabelião Manuel António Pimentel, livro de notas nº 1 (de 20 de Maio de 1837 a 22 de Maio de 1860), cota V-I-Es-14-5-1, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1837-1860.

Notariais de Coimbra: Tabelião Manuel José de Sousa, livro de notas nº 4 (de 10 de Novembro de 1844 a 11 de Dezembro de 1847), cota V-I-Es-8-6-44, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1844-1847.

Notariais de Coimbra: Tabelião Manuel José de Sousa, livro de notas nº 5 (de 21 de Dezembro de 1841 a 27 de Janeiro de 1843), cota V-I-Es-8-6-45, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1841-1843.

Notariais de Coimbra: Tabelião Manuel José de Sousa, livro de notas nº 6 (de 27 de Janeiro de 1843 a 9 de Novembro de 1844), cota V-I-Es-8-6-46, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1843-1844.

Notariais de Coimbra: Tabelião Raimundo José Maldonado e Silva, António de Campos, e Carlos Elisário Maldonado, livro de notas nº 1 (de 20 de Janeiro de 1838 a 4 de Setembro de 1845), cota V-I-Es-14-4-19, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1838-1845.

Notariais de Coimbra: Tabelião Sebastião Vieira Pereira de Lemos, Joaquim António de Oliveira, e João José de Madureira, livro de notas nº 6 (de 5 de Março de 1835 a 31 de Dezembro de 1843), cota V-I-Es-9-3-55, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1835-1843.

Notariais de Coimbra: Tabelião Simão Maria de Almeida, livro de notas nº 16 (de 2 de Fevereiro de 1874 a 10 de Junho de 1874), cota V-I-Es-10-2-166, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1874.

Notariais de Coimbra: Tabelião Vítor Madaíl de Abreu e José Bernardo de Oliveira, livro de notas nº 1 (de 28 de Maio de 1837 a 28 de Junho de 1854), cota V-I-Es-10-1-65, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1837-1854.

Notariais de Soure: Tabelião Fortunato António de Freitas, livro de notas nº 127 (de 5 de Janeiro de 1884 a 19 de Julho de 1884), sem cota, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1884.

Notariais de Soure: Tabelião Fortunato António de Freitas, livro de notas nº 130 (de 24 de Abril de 1885 a 17 de Janeiro de 1886), sem cota, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1885-1886.

Notariais de Soure: Tabelião José António de Freitas, livro de notas de 21 de Junho de 1841 a 22 de Março de 1845, sem cota, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1841-1845.

Notariais de Soure: Tabelião José Brandão Pereira de Mello, livro de notas de 22 de Outubro de 1841 a 13 de Fevereiro de 1848, sem cota, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1841-1848.

Notariais de Soure: Tabelaão José Brandão Pereira de Melo, livro de notas nº 10 (de 19 de Março de 1872 a 16 de Abril de 1878), sem cota, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1872-1878.

Óbitos de Cantanhede-Ançã 1790-1827, Cantanhede-Ançã O1 1790 1827, cota PT/AUC/PAR/CNT01/004/0001, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1790-1827.

Óbitos de Cantanhede-Ançã 1828-1852, Cantanhede-Ançã M4 1828 1852 (ob), cota PT/AUC/PAR/CNT01/001/0004, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1828-1852.

Óbitos de Cantanhede-Ançã 1852-1860, Cantanhede-Ançã O2 1852 1860, cota PT/AUC/PAR/CNT01/004/0002, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1852-1860.

Óbitos de Cantanhede-Ançã 1860-1874, Cantanhede-Ançã O3 1860 1874, cota PT/AUC/PAR/CNT01/004/0003, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1860-1874.

Óbitos de Coimbra (São Bartolomeu) 1833-1859, Coimbra O6 1833 1859, cota PT/AUC/PAR/GBR19/004/0006, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1833-1859.

Óbitos de Coimbra (São João de Santa Cruz) 1558-1706, Coimbra O1 1558 1706, cota PT/AUC/PAR/GBR17/004/0001, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1558-1706.

Óbitos de Soure 1854-1859, Soure O6 1854 1859, cota PT/AUC/PAR/SRE09/004/0006, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1854-1859.

Óbitos de Soure 1866, Soure O13 1866, cota PT/AUC/PAR/SRE09/004/0013, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1866.

Óbitos de Soure 1872, Soure O19 1872, cota PT/AUC/PAR/SRE09/004/0019, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1872.

Óbitos de Soure 1889, Soure O36 1889, cota PT/AUC/PAR/SRE09/004/0036, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1889.

Ordem dos Frades Menores. Província de Santo António, Província, maço 20, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Papeis Ecclesiast (Ordem de S. Francisco), Reservados da Biblioteca Geral da U.C., s.d..

Pergaminhos avulsos, nº57, Coimbra, A. H. M. C., 1419.

PERPÉTUO, Sónia Cortesão, CARVALHOS, Isabel de Moura Anjinho Marques dos, *A Alta de Coimbra*, Coimbra, trabalho feito no âmbito da disciplina História da Arquitectura I da licenciatura em Arquitectura, 1990.

Processo contra Frei José de São Joaquim religioso capucho da Província da Conceição, Inquisição de Coimbra, documento nº 9770, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1776.

Processos de casamentos de 1811 (de Agostinho Ferreira a Filipe José Dias Brandão), cota Dep III-2ºSec.E-Est.3.-Tab 3 Nº4, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1811.

Processos de casamentos de 1812 (de Balbino Ferreira a Inácio Pereira), cota Dep III-2ºSec.E-Est.3.-Tab 3 Nº9, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1812.

Processos de casamentos de 1813 (de Afonso José a Custódio José Rodrigues), cota Dep III-2ºSec.E-Est.3.-Tab 3 Nº14, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1813.

Processos de casamentos de 1842 (de Leonel da Costa Mesquita a Venâncio Lopes), cota Dep III-2ºSec.E-Est.5.-Tab 2 Nº15, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1842.

Processos de casamentos de 1843 (de José Alexandre de Campos e Almeida a Vitorino Caniceiro), cota Dep III-2ºSec.E-Est.5.-Tab 2 Nº17, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1843.

Processos de casamentos de 1844 (de José de Alarcão Velasques Sarmiento Ozório a Vitorino José das Neves), cota Dep III-2ºSec.E-Est.5.-Tab 3 Nº1, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1844.

Processos de casamentos de 1845 (de José Maria Cabral a Manoel Duarte), cota Dep III-2ºSec.E-Est.5.-Tab 3 Nº5, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1845.

Processos de casamentos de 1846 (de José Custódio a Manoel Correia), cota Dep III-2ºSec.E-Est.5.-Tab 3 Nº9, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1846.

Processos de casamentos de 1847 (de José dos Santos a Manoel José Julião), cota Dep III-2ºSec.E-Est.5.-Tab 3 Nº15, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1847.

Processos de casamentos de 1867 (de Manuel Henriques a Vítor José Coelho), cota Dep III-2ºSec.E-Est.6.-Tab 5 Nº11, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1867.

Processos judiciais (Comarca de Coimbra), cota Dep.II Sec.II-E Est.9 Tab.5 Nº9, maço 11, 2º Ofício (Faria), Arquivo da Universidade de Coimbra, 1915-1916.

Processos judiciais (Comarca de Coimbra), cota Dep.II Sec.II-E Est.9 Tab.2 Nº3349, maço 9, 1º Ofício (Almeida Campos), Arquivo da Universidade de Coimbra, 1916.

Processos judiciais (Comarca de Coimbra), cota Dep.II Sec.II-E Est.10 Tab.4 Nº4, maço 2, 3º Ofício (Calisto), Arquivo da Universidade de Coimbra, 1918.

Processos judiciais (Comarca de Coimbra), cota Dep.II Sec.II-E Est.9 Tab.4 Nº4, maço 8, 1º Ofício (Almeida Campos), Arquivo da Universidade de Coimbra, 1919.

Processos judiciais (Comarca de Coimbra), cota Dep.II Sec.II-E Est.11 Tab.2 Nº9, maço 77, 4º Ofício (Freitas Campos), Arquivo da Universidade de Coimbra, 1919.

Registo da correspondência nº 2 (1747-1784), cota B7/2, Coimbra, A.H.M.C., 1747-1784.

Registo da correspondência nº 4 (1829-1835), cota B7/4, Coimbra, A.H.M.C., 1829-1835.

Registo da correspondência nº 6 (1836-1837), cota B7/6, Coimbra, A.H.M.C., 1836-1837.

Registo do terreno sito na freguesia de Almedina descrito sob o nº 2741, f. 188v do livro B sétimo, 1ª Conservatória do Registo Predial de Coimbra.

Registo do terreno sito na freguesia de almedina descrito sob o nº 38855, 1ª Conservatória do Registo Predial de Coimbra.

Registo do terreno sito na freguesia de almedina descrito sob o nº 40984, 1ª Conservatória do Registo Predial de Coimbra.

Situação dos edifícios de Institutos Religiosos ao serviço do Estado e das Corporações – I
Conventos de frades, Lisboa, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, 1941.

Testamentos (1800 – 1935), Fundo da Provedoria – Administração do Concelho de Coimbra,
Arquivo da Universidade de Coimbra, 1800-1935.

Tombo de 1532, Coimbra, A.H.M.C., 1532.

Traslado do inventário dos bens moveis e de raiz do extinto Colégio de Santo António da Estrela de Coimbra, Convento de Santo António da Estrela de Coimbra. Ordem de São Francisco, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, Caixa 2209, documento nº 116, p.1-116v, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1834.

Vereações, nº 4, Coimbra, A.H.M.C., 1520-1521, p. 26-28.

Vereações, nº 66, Coimbra, A.H.M.C., 1765-1781, p. 179v-180.

Impressas

Anuario da Universidade de Coimbra. Anno lectivo de 1910-1911, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1911.

Anais do Município de Coimbra 1640-1668, Coimbra, Biblioteca Municipal de Coimbra, 1940.

Anais do Município de Coimbra 1840-1869, Coimbra, Biblioteca Municipal de Coimbra, 1972-1973.

Anais do Município de Coimbra 1870-1889, Coimbra, Biblioteca Municipal de Coimbra, 1937.

Anais do Município de Coimbra 1890-1903, Coimbra, Biblioteca Municipal de Coimbra, 1939.

Anais do Município de Coimbra 1904-1919, Coimbra, Biblioteca Municipal de Coimbra, 1952.

Anais do Município de Coimbra 1920-1939, Coimbra, Biblioteca Municipal de Coimbra, 1971.

Anais do Município de Coimbra 1940-1959, Coimbra, Biblioteca Municipal de Coimbra, 1981.

ARAÚJO, António de Sousa, *Antoninhos da Conceição. Dicionário de Capuchos Franciscanos*, Braga, Editorial Franciscana, 1996.

Armorial lusitano. Genealogia e heráldica, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Lda., 1961.

COSTA, P. Avelino de Jesus da, VELOSO, Maria Teresa, VENTURA, Leontina, *Livro Preto da Sé de Coimbra*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1979.

DAVID, Pierre, SOARES, Torquato de Sousa, *Liber anniversariorum ecclesiae cathedralis colimbriensis (Livro das Kalendas)*, 2 volumes, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1947-1948.

DEUS, João de, CARVALHO, António José de, *Diccionario prosódico de Portugal e Brazil*, Porto, Lopes & C.^a, 1895.

Dicionário Houaiss da língua portuguesa (Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia Portugal), tomo I a VI, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002-2003.

Epistolário da Biblioteca Municipal de Coimbra, volume I, Coimbra, Biblioteca Municipal de Coimbra, 1961.

FARIA, Ana Santiago, VENTURA, Leontina, *Livro Santo de Santa Cruz*, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990.

GASCO, António Coelho, *Conquista, antiguidade e nobreza da mui insigne, e ínclita cidade de Coimbra*, Lisboa, Impressão Régia, 1805.

GAYO, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, tomo I de Costados, Braga, Ed. Agostinho de Azevedo Meirelles e Domingos de Araújo Afonso, 1941.

GAYO, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, tomo III de Costados, Braga, Ed. Agostinho de Azevedo Meirelles e Domingos de Araújo Afonso, 1942.

Índice chronologico dos pergaminhos e forais existentes no archivo da Câmara Municipal de Coimbra. Primeira parte do inventário do mesmo archivo, fascículo único, Coimbra, Imprensa Litteraria, 1875.

Índices e sumarios dos livros e documentos mais antigos e importantes do arquivo da Câmara Municipal de Coimbra. Segunda parte do inventário do mesmo arquivo, fascículo I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1867.

Índices e sumarios dos livros e documentos mais antigos e importantes do arquivo da Câmara Municipal de Coimbra. Segunda parte do inventário do mesmo arquivo, fascículo II, Coimbra, Imprensa Litteraria, 1869.

Índices e sumarios dos livros e documentos mais antigos e importantes do arquivo da Câmara Municipal de Coimbra. Segunda parte do inventário do mesmo arquivo, fascículo III, Coimbra, Imprensa Litteraria, 1872.

JOSÉ, Frei Pedro de Jesus Maria José, *Chronica da Santa, e Real Província da Immaculada Conceição de Portugal, da mais estreita, e regular observância do Serafim chagado S. Francisco*, tomo I, Lisboa, Officina de Miguel Manescal da Costa (2ª impressão), 1760.

LISBOA, Frei Marcos de, *Crónicas da Ordem dos Frades Menores*, Porto, Edição da Faculdade de Letras da U.P., 2001.

LOUREIRO, José Pinto, *Enigmas da História de Coimbra*, Coimbra, Biblioteca Municipal de Coimbra, 1955.

LOUREIRO, José Pinto, *Epistolário da Biblioteca Municipal de Coimbra*, Coimbra, Biblioteca Municipal de Coimbra, 1961.

LOUREIRO, José Pinto, *Forais de Coimbra*, Coimbra, Biblioteca Municipal de Coimbra, 1940.

MASCARENHAS, D. Jerónimo de, *História da Cidade de Coimbra (manuscrito do século XVII)*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1956.

Memoria Professorum Universitatis Conimbrigensis 1772-1937, dir. Manuel Augusto Rodrigues, volume II, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1992.

Publicações periódicas portuguesas existentes na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (1911-1226), Coimbra, BGUC, 1991.

S. LUIZ, Frei António de, *Mestre de Cerimónias, que ensina o rito Romano, e Seráfico aos religiosos da reformada, e real província da Conceição no Reino de Portugal*, Lisboa, officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

SILVA, Armando Carneiro da, CARVALHO, José Branquinho de, *Catálogo dos manuscritos do Arquivo Municipal*, Coimbra, Edição da Câmara Municipal, 1964.

SILVA, Innocencio Francisco da, *Diccionario bibliographico português*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1858.

SOARES, Torquato de Sousa, DAVID, Pierre, *Liber anniversariorum ecclesiae cathedralis colimbricensis (Livro das Kalendas)*, 2 volumes, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1947-1948.

SOUSA, D. António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa, indice geral*, Coimbra, Atlântida – Livraria Editora, Lda., 1955.

SOUSA, D. António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa, tomo IX*, Coimbra, Atlântida – Livraria Editora, Lda., 1951.

SOUSA, D. António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa, tomo X*, Coimbra, Atlântida – Livraria Editora, Lda., 1953.

Tombo antigo da Câmara de Coimbra (1532), Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1964.

VASCONCELOS, António Garcia Ribeiro de, *Sé Velha de Coimbra*, volume II, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1835.

VELOSO, Maria Teresa, COSTA, P. Avelino de Jesus da, VENTURA, Leontina, *Livro Preto da Sé de Coimbra*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1979.

Vistorias da Câmara de Coimbra (1664-1906), Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1960.

VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa de, *Elucidário das palavras, termos, e frases que em Portugal antiguamente se usarão e que hoje regularmente se ignorão*, Lisboa, Typographia regia silviana, 1799.

Icononímicas

Cópia em papel dos projectos de Raul Lino para a Estrela, cujos originais pertencem à Fundação Calouste Gulbenkian, e foram consultados pela autora em 1991.

Coimbra – Avenida Navarro, em bilhete postal da “*Union Postale Universelle*” (de cerca de 1911), da colecção da autora.

Coimbra, vista da ponte de Santa Clara, em bilhete postal da “*Union Postale Universelle*” com vista geral de Coimbra (de cerca de 1913), da colecção da autora.

D., R. D., ilustrações de A. Augusto Gonçalves, *Roteiro ilustrado do viajante em Coimbra*, Coimbra, Typographia Auxiliar d’ Escripório, 1894.

SILVA, Armando Carneiro da, *Estampas Coimbrãs*, volume I e volume II, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, IX centenário da reconquista cristã, 1964.

Planta de colecção particular, não datada (entre 1886 e 1908).

B. Bibliografia

Livros

ADAM, Jean-Pierre, *La construction romaine*, Paris, Éditions A. et J. Picard, 1989.

ALARCÃO, Jorge de, *Coimbra. A montagem do cenário urbano*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, tomo III, Coimbra, Imprensa Académica de Coimbra, 1912.

ALMEIDA, Carlos A. Brochado de, *O sistema defensivo da vila de Melgaço; dos castelos da reconquista ao sistema abaluartado*, Melgaço, Câmara Municipal de Melgaço, 2002.

Alta de Coimbra. História. Arte. Tradição, Coimbra, GAAC, 1988.

BANDEIRINHA, José António (texto), JORGE, Filipe (fotografia), *Coimbra vista do céu*, Lisboa, Argumentum, 2003.

BARROCA, Mário Jorge, MONTEIRO, João Gouveia, *Pera guerrejar. Armamento medieval no espaço português*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, 2000.

BOISSARD, Jean Jacques, *Romanae Urbis Topographia et antiquitatum*, s.l., Theodoro de Bry Leod, 1597.

BORGES, Nelson Correia, *Coimbra e região*, Lisboa, Editorial Presença, 1987.

BOUZA, Fernando, *D. Filipe I*, Rio de Mouro, Circulo de Leitores, 2005.

BRANCO, Maria João Violante, *D. Sancho I*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2006.

BRAUNFELS, Wolfgang, *Arquitectura monacal en occidente*, Barcelona, Barral editores, 1975.

BRITO, A. da Rocha, *Finanças quinhentistas do município coimbrão*, Coimbra, Coimbra Editora, Lda., 1943.

BRITO, A. da Rocha, *Uma grave questão de higiene na Câmara Seiscentista de Coimbra*, Coimbra, Coimbra Editora, Lda., 1953.

BUESCU, Ana Isabel, *D. João III*, Rio de Mouro, Circulo de Leitores, 2006.

CAPITEL, Antón, *La arquitectura del patio*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, SA, 2005.

CARVALHO, António José de, DEUS, João de, *Diccionario prosódico de Portugal e Brazil*, Porto, Lopes & C.^a, 1895.

CARVALHO, José Branquinho de, *Cartas originais dos reis enviadas à Câmara de Coimbra (1480-1571)*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1943.

CARVALHO, José Branquinho de, SILVA, Armando Carneiro da, *Catálogo dos manuscritos do Arquivo Municipal*, Coimbra, Edição da Câmara Municipal, 1964.

CARVALHO, F. A. Martins de, *Portas e Arcos de Coimbra*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1942.

CARVALHO, J. Branquinho de, *Evolução de Coimbra*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1958.

CARVALHO, J. Branquinho de, *Saneamento da cidade de Coimbra*, separata do Arquivo Coimbrão volume XIX-XX, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1958.

CARVALHO, Joaquim Martins de, *Apontamentos aos “Apontamentos para a História contemporânea”*, Coimbra, Coimbra Editora, Lda., 1966.

CARVALHO, José Branquinho de, *Roteiro do Arquivo Municipal de Coimbra*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1947.

CARVALHO, José Branquinho de, *Tombo antigo da Câmara de Coimbra (1532)*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1964.

CARVALHO, Sérgio Luís de, *Iniciação à heráldica portuguesa*, Lisboa, Grupo de trabalho do Ministério da Educação para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 1996.

CATROGA, Fernando, *Mações, liberais e republicanos em Coimbra (década de 70 do século XIX)*, Separata do Arquivo Coimbrão vols. XXXI-XXXII, Coimbra, Coimbra Editora, Lda., 1990.

CORREIA, António, *Toponímia Coimbrã. I Zonas da Sé Velha e Arco de Almedina*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1945.

CORREIA, António, *Toponímia Coimbrã. II Zona da Universidade*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1952.

CORREIA, Vergílio, *A arte em Coimbra e arredores*, Coimbra, Atlântida, 1949.

CORREIA, Vergílio, GONÇALVES, António Nogueira, *Inventário Artístico de Portugal. Cidade de Coimbra*, volume II, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1947.

Coimbra ontem e hoje. 1º aniversário do Diário As Beiras, Coimbra, Diário As Beiras, 2004.

Coimbra ontem e hoje. 10º aniversário do Diário As Beiras, Coimbra, Diário As Beiras, 2004.

COSTA, João Paulo Oliveira, *D. Manuel I*, Rio de Mouro, Circulo de Leitores, 2005.

COSTA, Leonor Freire, CUNHA, Mafalda Soares da, *D. João IV*, Rio de Mouro, Circulo de Leitores, 2006.

CRAVEIRO, Lurdes, *Diogo de Castilho e a arquitectura da renascença em Coimbra*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1990.

CRAVEIRO, Lurdes, *Manuel Alves Macamboa. Arquitecto da reforma pombalina da Universidade de Coimbra*, Instituto de História de Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1990.

CRUZ, Guilherme Braga da, *Origem e evolução da Universidade (Separata de Estudos, fasc. I)*, Coimbra, 1954.

CRUZ, Maria Augusta Lima, *D. Sebastião*, Rio de Mouro, Circulo de Leitores, 2006, p.244.

CUNHA, Mafalda Soares da, COSTA, Leonor Freire, *D. João IV*, Rio de Mouro, Circulo de Leitores, 2006, p.133.

DIAS, Pedro, *A arquitectura de Coimbra na transição do gótico para a renascença. 1490-1540*, Coimbra, Epartur, 1982.

DIAS, José Simões, *Portugal e Possessões*, Viseu, s.e., 1883.

DINIZ, Cruz, *Separata do Museu Nacional da Ciência e da Técnica*, Coimbra, Coimbra Editora, Lda., 1975.

Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, Lisboa, Verbo, s. d..

Evolução do Espaço Físico de Coimbra, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 2006.

- FARIA, António Machado de, *O uso dos apelidos em Portugal (separata da revista Brotéria, vol. LII, fasc.2, Fevereiro de 1951)*, Lisboa, Tipografia Porto Médico, Lda., 1951.
- FERNANDES, Hermenegildo, *D. Sancho II*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2006.
- FONSECA, Luís Adão da, *D. João II*, Rio de Mouro, Circulo de Leitores, 2005.
- GIL, Júlio, *Os mais belos castelos e fortalezas de Portugal*, Lisboa, Editorial Verbo, 1986.
- GOMES, Paulo Varela, *Arquitectura, religião e política em Portugal no século XVII. A planta centralizada*, Porto, FAUP, 2001.
- GOMES, Rita Costa, *D. Fernando*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005.
- GOMES, Saúl António, *D. Afonso V*, Rio de Mouro, Circulo de Leitores, 2006.
- GONÇALVES, António Nogueira, *A lanterna-coruchéu da Sé Velha de Coimbra*, Coimbra, Oficina da Coimbra Editora, 1934.
- GONÇALVES, António Nogueira, *A Evocação da obra dos canteiros medievais de Coimbra*, Coimbra, Publicações da Sociedade de Defesa e Propaganda de Coimbra, 1944.
- GONÇALVES, António Nogueira, CORREIA, Vergílio, *Inventário Artístico de Portugal. Cidade de Coimbra*, volume II, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1947.
- GONÇALVES, António Nogueira, *Novas hipóteses acerca da arquitectura românica de Coimbra*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1938.
- GONÇALVES, António Nogueira, *O Paço dos senhores de Pombeiro da Beira na cidade de Coimbra*, Albergaria-a-Velha, Tipografia Vouga, 1959.
- GRAÍNHA, M. Borges, *História da Maçonaria em Portugal 1735-1912*, Lisboa, “A editora Limitada”, 1912.
- GROS, Pierre, *L’architecture romaine. 1-Les monuments publics*, Paris, Picard, 1996.

Histoire des Ordres Monastiques, religieux et militaires, et des congregations seculieres de l'un et de l'autre sexe, qui ont été établies jusq'à present, tome septieme, Paris, Jean-Baptiste Coignard, 1721.

História da Universidade em Portugal, I volume tomo I (1290-1536), Coimbra, Gráfica de Coimbra, Lda. para a Universidade de Coimbra e Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

Inventário Artístico de Portugal. Cidade do Porto, volume XIII, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1995.

JORGE, Filipe (fotografia), BANDEIRINHA, José António (texto), *Coimbra vista do céu*, Lisboa, Argumentum, 2003.

LAMY, Alberto Sousa, *A Academia de Coimbra 1537-1990*, Lisboa, Rei dos Livros, 1990.

LEMOS, José Maria de Oliveira, *Fontes e Chafarizes de Coimbra*, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 2004.

LOBO, Rui Pedro, *Os colégios de Jesus, das Artes e de S. Jerónimo. Evolução e transformação no espaço urbano*, Coimbra, Edições do Departamento de Arquitectura da FCTUC, 1999.

LOPES, Sandra Dias, *Convento de S. Francisco da Ponte. Valor da arte coimbrã*, Coimbra, GAAC – Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, 1998.

LOUREIRO, José Pinto, *Bibliografia Coimbrã*, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 1964.

LOUREIRO, José Pinto, *Coimbra no passado*, volumes I e II, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 1964.

LOUREIRO, José Pinto, *Toponímia de Coimbra*, volume I e II, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 1964.

LOURENÇO, Ana Paula Marçal, *D. Pedro II*, Rio de Mouro, Circulo de Leitores, 2007.

MARQUES, A. H. de Oliveira, *A sociedade medieval portuguesa*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1964.

MATTOSO, José, *A nobreza medieval portuguesa. A família e o poder*, Lisboa, Editorial Estampa, 1980.

MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, Rio de Mouro, Circulo de Leitores, 2006.

Mil imagens para uma ideia – Coimbra, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 1998.

Monarquia portuguesa (A). Reis e rainhas na história de um povo, Lisboa, Selecções do Reader's Digest, SA., 1999.

MONTEIRO, João Gouveia, PONTES, Maria Leonor, *Castelos Portugueses*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 2002.

MONTEIRO, João Gouveia, BARROCA, Mário Jorge, *Pera guerrejar. Armamento medieval no espaço português*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, 2000.

Nobreza de Portugal e do Brasil, volume primeiro, dir. Afonso Eduardo Martins Zuquete, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Lda., 1960.

Nobreza de Portugal e do Brasil, volume segundo, dir. Afonso Eduardo Martins Zuquete, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Lda., 1960.

Nobreza de Portugal e do Brasil, volume terceiro, dir. Afonso Eduardo Martins Zuquete, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Lda., 1961.

NUNES, Mário, *Coimbra Imagens do Passado 1940-1960*, Coimbra, Livraria Minerva, 1990.

NUNES, Mário, *Ruas de Coimbra*, Coimbra, GAAC, 2003.

OLIVAL, Fernanda, *D. Filipe II*, Rio de Mouro, Circulo de Leitores, 2006.

OLIVEIRA, António de, *D. Filipe III*, Rio de Mouro, Circulo de Leitores, 2005.

Passado ao espelho. Máquinas e imagens das vésperas e primórdios da photographia. Exposição no Museu de Física da Universidade de Coimbra, Coimbra, Museu de Física da Universidade de Coimbra, 2006.

PEIXOTO, Jorge, *Para a História do comércio do livro em Portugal. Leilões em Coimbra no século XIX*, Coimbra, Coimbra Editora, Lda., 1970.

PELLETIER, André, *L'urbanisme romain sous l'empire*, Paris, Picard, 1982.

PIMENTEL, António Filipe, *A morada da sabedoria. I. O paço real de Coimbra: das origens ao estabelecimento da Universidade*, Coimbra, Almedina, 2005.

POLÓNIA, Amélia, *D. Henrique*, Rio de Mouro, Circulo de Leitores, 2005.

PONTES, Maria Leonor, MONTEIRO, João Gouveia, *Castelos Portugueses*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 2002.

Postal ilustrado (O). Contributo para a imagem de Coimbra. Exposição Edifício Chiado, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 1986.

Revelar Coimbra. Os inícios da imagem fotográfica em Coimbra 1842-1900, Coimbra, Museu Nacional de Machado de Castro, 2001.

RODRIGUES, Manuel Augusto, *A Universidade de Coimbra e os seus reitores. Para uma história da instituição*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990.

RODRIGUES, Manuel Augusto, *A Universidade de Coimbra. Marcos da sua história*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1991.

SANDRE, A., *Il costume nei tempi*, Torino, Scuola Taglio Moderno, 1960.

SEABRA, Eurico de, *A Igreja, as Congregações e a República. A separação e as suas causas*, Volume II, Lisboa, Typographia Editora José Bastos, s/d (posterior a 1911).

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História das Universidades*, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1983.

SERRÃO, Joel, *Pequeno Dicionário de História de Portugal*, Porto, Figueirinhas, 2004.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *D. João V*, Rio de Mouro, Circulo de Leitores, 2006.

SIMÕES, Augusto Filippe, *Relíquias da architectura romano-byzantina em Portugal e particularmente na cidade de Coimbra*, Lisboa, Typographia Portugueza, 1870.

Sociedade e a cultura de Coimbra no renascimento (A). IV Centenário da morte de João de Ruão. Actas do Simpósio internacional organizado pelo Instituto de História de Arte da Universidade de Coimbra com o patrocínio da Fundação Calouste Gulbenkian, Coimbra, Epartur, 1982.

THOMPSON, Charles Thurston, *Monumentos architectonicos de Coimbra*, s.l., s.e., c. 1866.

TRINDADE, Luísa, *A casa corrente em Coimbra. Dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna*, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 2002.

VASCONCELOS, António Garcia Ribeiro de, *Escritos vários*, volume I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1838.

VASCONCELOS, António Garcia Ribeiro de, *Sé Velha de Coimbra*, volume I, Coimbra, Coimbra Editora, Lda., 1830.

VENTURA, Leontina, COSTA, P. Avelino de Jesus da, VELOSO, Maria Teresa, *Livro Preto da Sé de Coimbra*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1979.

VENTURA, Leontina, FARIA, Ana Santiago, *Livro Santo de Santa Cruz*, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990.

Publicações periódicas

Anais – Academia Portuguesa de História, II Série, volume 1, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1946.

Arquivo Coimbrão (Boletim da Biblioteca Municipal), volume II, Coimbra, Coimbra Editora, Lda., 1930-1931.

Arquivo Coimbrão (Boletim da Biblioteca Municipal), volume V, Coimbra, Coimbra Editora, Lda., 1940.

Arquivo Coimbrão (Boletim da Biblioteca Municipal), volume VI, Coimbra, Coimbra Editora, Lda., 1942.

Arquivo Coimbrão (Boletim da Biblioteca Municipal), volume VII, Coimbra, Coimbra Editora, Lda., 1943.

Arquivo Coimbrão (Boletim da Biblioteca Municipal), volume VIII, Coimbra, Coimbra Editora, Lda., 1945.

Arquivo Coimbrão (Boletim da Biblioteca Municipal), volume XI, Coimbra, Coimbra Editora, Lda., 1952.

Arquivo Coimbrão (Boletim da Biblioteca Municipal), volume XV, Coimbra, Coimbra Editora, Lda., 1957.

Arquivo Coimbrão (Boletim da Biblioteca Municipal), volume XVII, Coimbra, Coimbra Editora, Lda., 1959.

Arquivo Coimbrão (Boletim da Biblioteca Municipal), volume XXIII, Coimbra, Coimbra Editora, Lda., 1968.

Arquivo Coimbrão (Boletim da Biblioteca Municipal), volume XXIX-XXX, Coimbra, Coimbra Editora, Lda., 1982-83.

Arquivo Coimbrão (Boletim da Biblioteca Municipal), volume XXXI-XXXII, Coimbra, Coimbra Editora, Lda., 1988-1989.

Arquivo Coimbrão (Boletim da Biblioteca Municipal), volume XXXV, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 2002.

Arquivo Coimbrão (Boletim da Biblioteca Municipal), volume XXXVIII, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 2005.

Archivo Pittoresco, volume II, Lisboa, Typographia de Castro e Irmão, 1858-1859.

Archivo Pittoresco, volume IX, Lisboa, Typographia de Castro e Irmão, 1866.

Biblos, vol. X, Coimbra, Coimbra Editora, Lda., 1934.

Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra, vols. XXI e XXII (2001-2002), Coimbra, Universidade de Coimbra, 2003.

Brasil-Portugal, nº 271, Lisboa, “A Editora”, 1910.

Chronica Constitucional de Lisboa, do nº1 de 1 de Janeiro ao nº 152 de 30 de Junho, Lisboa, Imprensa Nacional, 1834.

Conimbricense (O), anno XXXVI, nº3762 de 4 de Setembro de 1883, Coimbra, s.e., 1883.

Conimbricense (O), anno XXXVI, nº3766 de 18 de Setembro de 1883, Coimbra, s.e., 1883.

Conimbricense (O), anno XXXVI, 4 de Outubro de 1893, Coimbra, s.e., 1893.

Conimbricense (O), ano 55, nº5723 de 30 de Setembro de 1902, Coimbra, s.e., 1902.

Conimbricense (O), ano 55, nº 5732 de 31 de Outubro de 1902, Coimbra, s.e., 1902.

Correio de Coimbra, ano IV, nº155 de 2 de Maio de 1925, Coimbra, Dr. António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, 1925.

Crónica Constitucional de Lisboa, do nº 1 de 1 de Janeiro ao nº 152 de 30 de Junho, Lisboa, Imprensa Nacional, 1834.

Despertar (O), ano IX, nº 866 de 16 de Setembro de 1925, Coimbra, editor Mário Henriques, 1925.

Despertar (O), ano IX, nº873 de 10 de Outubro de 1925, Coimbra, editor Mário Henriques, 1925.

Diário de Coimbra, de 17 de Novembro, Coimbra, 1958.

Diário de Coimbra, nº 11445 de 17 de Março, Coimbra, 1964.

Diário do Governo, do nº1 de 1 de Janeiro ao nº 308 de 31 de Dezembro, Lisboa, Imprensa Nacional, 1835.

Diário do Governo, do nº1 de 1 de Janeiro ao nº 311 de 30 de Dezembro, Lisboa, Imprensa Nacional, 1836.

Diário do Governo, do nº1 de 1 de Janeiro ao nº 308 de 30 de Dezembro, Lisboa, Imprensa Nacional, 1837.

Diário do Governo, do nº1 de 1 de Janeiro ao nº 309 de 31 de Dezembro, Lisboa, Imprensa Nacional, 1838.

Diário do Governo, do nº1 de 1 de Janeiro ao nº 309 de 31 de Dezembro, Lisboa, Imprensa Nacional, 1839.

Diário do Governo, do nº1 de 1 de Janeiro ao nº 310 de 31 de Dezembro, Lisboa, Imprensa Nacional, 1840.

Diário do Governo, do nº1 de 1 de Janeiro ao nº 309 de 31 de Dezembro, Lisboa, Imprensa Nacional, 1841.

Diário do Governo, do nº1 de 1 de Janeiro ao nº 310 de 31 de Dezembro, Lisboa, Imprensa Nacional, 1842.

Diário do Governo, do nº1 de 2 de Janeiro ao nº 307 de 30 de Dezembro, Lisboa, Imprensa Nacional, 1843.

Diário do Governo, do nº1 de 1 de Janeiro ao nº 309 de 31 de Dezembro, Lisboa, Imprensa Nacional, 1844.

Diário do Governo, do nº1 de 1 de Janeiro ao nº 308 de 31 de Dezembro, Lisboa, Imprensa Nacional, 1845.

Diário do Governo, do nº1 de 1 de Janeiro ao nº 308 de 31 de Dezembro, Lisboa, Imprensa Nacional, 1846.

Diário do Governo, do nº1 de 1 de Janeiro ao nº 309 de 31 de Dezembro, Lisboa, Imprensa Nacional, 1847.

DUARTE, Berta, *Núcleo Museológico da Cidade Muralhada. Contributo para o estudo da muralha de Coimbra*, “Monumentos”, nº25, Lisboa, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2006, p.154-159.

Expresso, 23 de Fevereiro de 1991, Lisboa, 1991.

Gazeta de Coimbra, anno XIII, nº1473 de 12 de Julho de 1923, Coimbra, Diamantino Ribeiro Arrobas, 1923.

Gazeta de Coimbra, ano XII, nº582 de 22 de Fevereiro de 1975, Coimbra, Eugénio Dias, 1975.

Gazeta do Governo, do nº84 de 6 de Outubro ao nº 157 de 31 de Dezembro, Lisboa, Imprensa Nacional, 1834.

Gazeta Official do Governo, do nº1 de 1 de Julho ao nº 83 de 4 de Outubro, Lisboa, Imprensa Nacional, 1834.

Ilustração Portuguesa, Maio a Outubro de 1904, Lisboa, Empreza do jornal O Século, 1904.

Ilustração Portuguesa, volume 8º, Lisboa, Empreza do jornal O Século, 1907.

Ilustração Portuguesa, volume 11º, Lisboa, Empreza do jornal O Século, 1908.

Ilustração Moderna, 4º ano, Porto, Editor-Director Marques Abreu, 1929.

Instituto (O), volume 12º, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1865.

Instituto (O), volume 127º, Coimbra, Coimbra Editora, Limitada, 1965.

Instituto (O), volume 115º, Coimbra, Coimbra Editora, Limitada, 1953.

Instituto (O), Índices ideográfico e onomástico (volumes 1º a 90º), Figueira da Foz, Tipografia Popular, 1937.

Instituto (O), Índices ideográfico e onomástico (volumes 91º a 100º), Coimbra, s/e, 1949.

Itinerarium: colectânea de estudos (volumes 1º a 50º), Braga, Editorial Franciscana, 1955-1965.

Itinerarium: revista trimestral de cultura (volumes 51º a 54º), Braga, Editorial Franciscana, 1966.

Monumentos, nº25, Lisboa, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2006.

Notícia (A), ano I, nº56 de 20 de Julho de 1921, Coimbra, editor Luiz Costa, 1921.

Notícias de Coimbra, anno I, nº54 de 14 de Março de 1908, Coimbra, s.e., 1908.

Notícias de Coimbra, anno I, nº55 de 18 de Março de 1908, Coimbra, s.e., 1908.

Notícias de Coimbra, anno I, nº57 de 24 de Março de 1908, Coimbra, s.e., 1908.

Notícias de Coimbra, anno IV, nº368 de 1 de Abril de 1911, Coimbra, s.e., 1911.

Notícias de Coimbra, anno IV, nº369 de 5 de Abril de 1911, Coimbra, s.e., 1911.

Occidente, volume 26º, 26º Anno, Lisboa, Empreza do Occidente, 1903.

Panorama (O), volume segundo, Lisboa, Typographia da Sociedade, 1838.

Panorama (O), volume terceiro, segunda série, Lisboa, Typographia da Sociedade, 1844.

Panorama Photographico de Portugal, volume I, Coimbra, Typographia do Paiz, 1871.

Panorama Photographico de Portugal, volumes II, III, IV, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872-1874.

Província (A), ano IV, nº321 de 28 de Janeiro de 1916, Coimbra, Joaquim de Assunção, 1916.

Resistência, 8º ano, nº747 de 6 de Novembro de 1902, Coimbra, s.e., 1902.

Resistência, 8º ano, nº733 de 18 de Setembro de 1902, Coimbra, s.e., 1902.

Resistência, 8º ano, nº736 de 28 de Setembro de 1902, Coimbra, s.e., 1902.

Resistência, 10º ano, nº885 de 13 de Março de 1904, Coimbra, s.e., 1904.

Resistência, 14º ano, nº1278 de 19 de Janeiro de 1908, Coimbra, s.e., 1908.

Resistência, 14º ano, nº1291 de 5 de Março de 1908, Coimbra, s.e., 1908.

Resistência, 14º ano, nº1294 de 15 de Março de 1908, Coimbra, s.e., 1908.

Resistência, 14º ano, nº1295 de 19 de Março de 1908, Coimbra, s.e., 1908.

Revista Portuguesa de História, tomo II, Coimbra, F. L. U. C., 1943.

Tribuna Popular (O), ano XLVI, nº4834 de 27 de Setembro de 1902, Coimbra, José Maria Marques, 1902.

Tribuna Popular (O), ano XLVII, nº4972 de 24 de Fevereiro de 1904, Coimbra, José Maria Marques, 1904.

Universo Pittoresco, volume I, 1839.

Artigos

ALMEIDA, Fernando António, *Semide: a bígama Crisóstoma*, “Expresso”, 23 de Fevereiro de 1991, p.38-40.

A minha arquitectura (Raul Lino), “Resistência”, 8º ano, nº736 de 28 de Setembro de 1902, Coimbra, s.e., 1902, p.2.

Acontecimentos de Coimbra (Os), “Occidente”, volume 26º, 26º Anno, Lisboa, Empreza do Occidente, 1903, p.58-61.

BAIÃO, António, *Herculano Inédito: a visita oficial a Coimbra em 1853; elogios à Universidade e como a Faculdade de Direito lhos retribuiu – relações com alguns lentes*, “O Instituto”, volume 115º, Coimbra, Coimbra Editora, Limitada, 1953, p.118-p.145.

BALTAR, Gaspar, *Rainha Santa Isabel*, “Ilustração Moderna”, 4º ano, Porto, Editor-Director Marques Abreu, 1929, p.363-p.377.

BARBOSA, I. de Vilhena, *Cidade de Coimbra*, “Archivo Pittoresco”, volume IX, Lisboa, Typographia de Castro e Irmão, 1866, p.257-259 p.281-283 p.297-299 p.332-333 p.343-344 p.394-396.

Batalha das flores em Coimbra (A), “Ilustração Portuguesa”, 1º anno -Maio a Outubro de 1904, Lisboa, Empreza do jornal O Século, 1904, p.480.

BRITO, A. da Rocha Brito, *Uma carta topográfica de Coimbra em 1845*, “Arquivo Coimbrão (Boletim da Biblioteca Municipal) ”, volume VIII, Coimbra, Coimbra Editora, Lda., 1945, p.134-149.

CAPELO, Ludovina Cartaxo, *Catálogo dos Alvarás e Diplomas do Governo Civil de Coimbra*, “Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra”, vols. XXI e XXII (2001-2002), Coimbra, Universidade de Coimbra, 2003, p.315-414.

Carta do bairro alto – Prédio da Estrela, “Despertar (O)”, Coimbra, editor Mário Henriques, 10 de Outubro de 1925 (ano IX, nº873).

Cartas originaes dos Reis (1480-1571), “Arquivo Coimbrão (Boletim da Biblioteca Municipal) ”, volume VI, Coimbra, Coimbra Editora, Lda., 1942, p.39-118.

CARVALHO, F. A. Martins de, *Fontes e chafarizes de Coimbra e suas imediações*, “Arquivo Coimbrão (Boletim da Biblioteca Municipal) ”, volume VI, Coimbra, Coimbra Editora, Lda., 1942, p.154-203.

CARVALHO, Joaquim Martins de, *Fabrica de massas Marques Manso & C.^a no Collegio da Estrella*, “Conimbricense (O)”, Coimbra, s/e, 4 de Setembro de 1883 (anno XXXVI, nº3762), 18 de Setembro de 1883 (anno XXXVI, nº3766).

CASTRO, A. M. Simões de, *Sé Velha de Coimbra*, “Panorama Photographico de Portugal”, volume III, Coimbra, Imprensa de Coimbra, 1873, p.33-35.

CATROGA, Fernando, *Mações, liberais e republicanos em Coimbra (década de 70 do século XIX)*, “Arquivo Coimbrão (Boletim da Biblioteca Municipal)”, volume XXXI-XXXII, Coimbra, Coimbra Editora, Lda., 1988-1989.

Coimbra, “Archivo Pittoresco”, volume II, Lisboa, Typographia de Castro e Irmão, 1858-1859, p.385-386.

Coimbra, “Brasil-Portugal”, nº 271, Lisboa, “A Editora”, 1910, p.105.

Coimbra na gravura artística - subsídios para um catálogo, “Arquivo Coimbrão (Boletim da Biblioteca Municipal)”, volume XI, Coimbra, Coimbra Editora, Lda., 1952.

Coimbra, “O Panorama (O)”, volume segundo, Lisboa, Typographia da Sociedade, 1838, p.121-123.

CORREIA, António, *Identificações toponímicas – Largo da Portagem e imediações*, “Arquivo Coimbrão (Boletim da Biblioteca Municipal)”, volume VI, Coimbra, Coimbra Editora, Lda., 1942, p.285-301.

C., J. C. A. de, *Apontamentos históricos de Coimbra. O arco romano, vulgo de Sancto António da Estrella*, “O Instituto”, volume 12º, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1865, p118-120.

DIAS, Pedro, *Jerónimo Afonso mestre construtor em Coimbra no século XVI*, “Arquivo Coimbrão (Boletim da Biblioteca Municipal)”, volume XXIX-XXX, Coimbra, Coimbra Editora, Lda., 1982-83.

DIAS, Pedro, *Recordando Raul Lino*, “Gazeta de Coimbra”, ano XII, nº582, Coimbra, editor Eugénio Dias, 22 de Fevereiro de 1975, p.4.

DUARTE, Berta, *Coimbra, cidade muralhada*, “Arquivo Coimbrão (Boletim da Biblioteca Municipal)”, volume XXXVIII, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 2005, p.93-108.

Elementos para uma bibliografia jornalística portuguesa, “Arquivo Coimbrão (Boletim da Biblioteca Municipal)”, volume II, Coimbra, Coimbra Editora, Lda., 1930-1931, p.105-120.

Exposição, “Notícias de Coimbra”, anno I, nº54 de 14 de Março de 1908, Coimbra, s.e., 1908, p.1.

Exposição permanente d’ artes e officios (A), “Notícias de Coimbra”, anno I, nº55 de 18 de Março de 1908, Coimbra, s/e, 1908, p.1.

F., A., *Uma excursão a Coimbra*, “Ilustração Portuguesa”, volume 11º, Lisboa, Empreza do jornal O Século, 1908, s.p..

Fabricas de massas. Collegio da Estrella, “Conimbricense (O)”, anno XXXVI, nº3766 de 18 de Setembro de 1883, Coimbra, s.e., 1883, p.2.

Fabricas em Coimbra, “Conimbricense (O)”, anno XXXVI, nº3762 de 4 de Setembro de 1883, Coimbra, s.e., 1883, p.2.

FARIA, António Machado de, *O Dr. Pedro de Alpõe, partidário do Prior do Crato*, “Anais - Academia Portuguesa de História”, II Série, volume 1, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1946, p.261-417.

FERNANDES, José Manuel, *Duas obras do início do séc. XX na entrada de Coimbra: do hotel Astória à casa Ângelo da Fonseca*, “Monumentos”, nº25, Lisboa, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2006, p.164-169.

Fundação e destino do colégio da Estrela, “Diário de Coimbra”, de 17 de Novembro, Coimbra, 1958.

GONÇALVES, António Nogueira, *Estudos de história da arte da renascença*, “Paisagem-Arte nº 4”, Aveiro, Livraria Estante Editora, s.d..

GUSMÃO, R. de, *Vista exterior de Coimbra*, “Panorama Photographico de Portugal”, volume I, Coimbra, Typographia do Paiz, 1871, p.5-8.

HERCULANO, Alexandre, *Antigos castelos e alcaides mores*, “Panorama (O)”, volume terceiro, segunda série, Lisboa, Typographia da Sociedade, 1844, p.335-337.

Incêndio no colégio da Estrela, “Diário de Coimbra”, nº 11445 de 17 de Março, Coimbra, 1964, p.5.

Jornais e revistas de Coimbra. Resenha Cronológica, “Arquivo Coimbrão (Boletim da Biblioteca Municipal)”, volume II, Coimbra, Coimbra Editora, Lda., 1930-1931, p.81-104.

Jornais e revistas de Coimbra. Tentativa de dicionário, “Arquivo Coimbrão (Boletim da Biblioteca Municipal)”, volume II, Coimbra, Coimbra Editora, Lda., 1930-1931, p.33-79.

Letras na Ordem Terceira de S. Francisco (As), “Panorama (O)”, volume terceiro, segunda série, Lisboa, Typographia da Sociedade, 1844, p.151-153.

LOUREIRO, José Pinto, *A administração coimbrã no século XVI. Elementos para a sua história*, “Arquivo Coimbrão (Boletim da Biblioteca Municipal)”, volume V, Coimbra, Coimbra Editora, Lda., 1940, p.1-48.

LOUREIRO, José Pinto, *O século XIX em Coimbra*, “Diário de Coimbra”, nº 11445, 17 de Março de 1964, p.5.

LOUREIRO, José Pinto, *Coimbra no passado e no presente – o meado do século XIX*, “Arquivo Coimbrão (Boletim da Biblioteca Municipal)”, volume XVII, Coimbra, Coimbra Editora, Lda., 1959, p.189-268.

MADAHIL, A. G. da Rocha, *Pergaminhos do Arquivo Municipal de Coimbra*, “Arquivo Coimbrão (Boletim da Biblioteca Municipal)”, volume VI, Coimbra, Coimbra Editora, Lda., 1942, p.285-203.

MADAHIL, A. G. da Rocha, *Pergaminhos do Arquivo Municipal de Coimbra*, “Arquivo Coimbrão (Boletim da Biblioteca Municipal)”, volume VII, Coimbra, Coimbra Editora, Lda., 1943, p.300-235.

MAGALHÃES, Raquel F. Romero, *A urbanização da Quinta de Santa Cruz: uma nova cidade no flanco de uma velha cidade*, “Arquivo Coimbrão (Boletim da Biblioteca Municipal)”, volume XXXV, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 2002, p.387-438.

MAN, Adriaan De, *Braun, Hoefnagel e as muralhas da cidade de Coimbra*, “Arquivo Coimbrão (Boletim da Biblioteca Municipal)”, volume XXXVIII, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 2005, p.7-18.

MERÊA, Paulo, *Conventus nobilium*, “Revista Portuguesa de História”, tomo II, Coimbra, F. L. U. C., 1943, p.305-308.

MONTEIRO, Mário, *Typos de Coimbra*, “Ilustração Portuguesa”, volume XXº, Lisboa, Empreza do jornal O Século, 1907, s.p..

Mosteiro de Pombeiro, “Panorama (O)”, volume terceiro, segunda série, Lisboa, Typographia da Sociedade, 1844, p.390.

OLIVEIRA, Alberto Sá de, *Lourenço de Almeida Azevedo – Admistrador municipal*, “Arquivo Coimbrão (Boletim da Biblioteca Municipal)”, Volume VIII, Coimbra, Coimbra Editora, Lda., 1945, p.1-25.

Palace-Hotel-Estrela (O), “Gazeta de Coimbra”, ano XIII, nº1473 de 12 de Julho de 1923, Coimbra, editor Diamantino Ribeiro Arrobas, 1923, p.1.

Palácio da Estrela, “Correio de Coimbra”, ano IV, nº155 de 2 de Maio de 1925, Coimbra, editor Dr. António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, 1925, p.1.

PETIZ, Paula, *Aeminium. A ideia do espaço na cidade romana*, “Arquivo Coimbrão (Boletim da Biblioteca Municipal)”, volume XXXV, Coimbra, 2002, p.311-351.

Raul Lino, “Conimbricense (O)”, ano 55, nº5723 de 30 de Setembro de 1902, Coimbra, s.e., 1902, p.3.

Raul Lino, “Conimbricense (O)”, ano 55, nº 5732 de 31 de Outubro de 1902, Coimbra, s.e., 1902, p.3.

Raul Lino, “Resistência”, 8º ano, nº747 de 6 de Novembro de 1902, Coimbra, s.e., 1902, p.1.

Raul Lino, “Resistência”, 8º ano, nº733 de 18 de Setembro de 1902, Coimbra, s.e., 1902, p.1.

Raul Lino, “Resistência”, 8º ano, nº736 de 28 de Setembro de 1902, Coimbra, s.e., 1902, p.2.

Raul Lino, “Resistência”, 10º ano, nº885 de 13 de Março de 1904, Coimbra, s.e., 1904, p.2.

Raul Lino, “Resistência”, 14º ano, nº1278 de 19 de Janeiro de 1908, Coimbra, s.e., 1908, p.1.

Raul Lino, “Resistência”, 14º ano, nº1291 de 5 de Março de 1908, Coimbra, s.e., 1908, p.2.

Raul Lino, “Resistência”, 14º ano, nº1294 de 15 de Março de 1908, Coimbra, s.e., 1908, p.3.

Raul Lino, “Resistência”, 14º ano, nº1295 de 19 de Março de 1908, Coimbra, s.e., 1908, p.3.

Raul Lino, “Tribuna Popular (O)”, ano XLVI, nº4834 de 27 de Setembro de 1902, Coimbra, José Maria Marques, 1902, p.2.

Raul Lino, “Tribuna Popular (O)”, ano XLVI, nº4972 de 24 de Fevereiro de 1904, Coimbra, editor José Maria Marques, 1904, p.1.

Recordando Raul Lino, “Gazeta de Coimbra”, ano XII, nº582 de 22 de Fevereiro de 1975, Coimbra, editor Eugénio Dias, 1975, p.4.

ROCHA, S., *Vinda do Marquês de Pombal a Coimbra para reformar a universidade*, “Panorama Photographico de Portugal”, volume I, Coimbra, Typographia do Paiz, 1871, p.29-31.

SANTOS, Mariana A. Machado, *Alexandre Herculano e a biblioteca da Ajuda*, “O Instituto”, volume 127º, Coimbra, Coimbra Editora, Limitada, 1965, p.99-p.175.

SILVA, Armando Carneiro da, *Evolução populacional coimbrã*, “Arquivo Coimbrão (Boletim da Biblioteca Municipal)”, volume XXIII, Coimbra, Coimbra Editora, Lda., 1968, p.193-305.

SIMÕES, A. Filipe, *O Mondego*, “Panorama Photographico de Portugal”, volume II, Coimbra, Imprensa de Coimbra, 1872, p.37-44.

Uma carta topográfica de Coimbra em 1845, “Arquivo Coimbrão (Boletim da Biblioteca Municipal)”, volume VIII, Coimbra, 1945, p.134-149.

Universo Pittoresco, volume I, 1839, p.112-113.

Internet

<http://www.cm-covilha.pt/simples/?f=2431>, 20-11-2006, 10.30h.

<http://www.monumentos.pt>, (Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. 2001).

<http://www.gov-civil-coimbra.pt>, 25-10-2006, 22h.

<http://www.ippar.pt>, 16-03-2006, 11h.

<http://webcalm.tt.pt/dserve.exe?dsqServer=calm&dsqIni=Dserveintranet.ini&dsqApp>, 30-11-2006, 11h.

Siglas e abreviaturas

a. – antes de

Art.º - artigo

A.H. M.C. ou AHMC – Arquivo Histórico Municipal de Coimbra

A. U. C. ou AUC – Arquivo da Universidade de Coimbra

B. M. C. ou BMC – Biblioteca Municipal de Coimbra

B. N. C. ou BNC – Biblioteca Nacional de Lisboa (I. B. L.)

ex. – exemplo

c. – cerca de

C.^a - Companhia

cap. – capítulo

cm – centímetros, centímetros

cóp. – cópia

C. M. C. ou CMC – Câmara Municipal de Coimbra

c/ - com

d. – depois de

D. – Dom / Dona

dir. – direcção de

doc., docs. – documento, documentos

Dr., Drs. – doutor, doutores

ed. – edição

est. - estampa

Exma., Exmo. – Excelentíssima, Excelentíssimo

fasc. - fascículo

fl. – folha, folhas

fn. - final

fr., frs. – freguesia, freguesias

Fr. - Frei

F. L. U. C. ou FLUC – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

in. - início

Lda. - Limitada

m – metro, metros

m. – maço

mds. - meados

ms. – manuscrito

mt. - metade

M.N.M.C. ou MNMC – Museu Nacional Machado de Castro

N – não se sabe

n.º, n.ºs – número, números

N. S. – Nossa Senhora

p. – página, páginas

P. - Padre

R. - rua

Ref. – Referência ou referenciado

Rev. – Reverendo

rs. - reis

S.- São

séc. – século

Sta. – Santa

Sto. – Santo

s. a. – sem ano

s. d. – sem data

s. e. – sem editor

s. l. – sem lugar

s. n.º - sem número

s.p. – sem paginação

s/ - sem

t. – tomo

T. T. – Arquivos Nacionais/Torre do Tombo

v – verso

vol., vols. – volume, volumes

(I), (II), (III), ... – 1º, 2º, 3º, ... casamento

¼ - e um quarto

% - por cento